



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO BORDIN

A GUERRA É A REGRA: HIPERMILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA  
VIDA E DO COTIDIANO

CURITIBA

2020

MARCELO BORDIN

A GUERRA É A REGRA: HIPERMILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA  
VIDA E DO COTIDIANO

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

CURITIBA

2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Bordin, Marcelo

A guerra é a regra : hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano. / Marcelo Bordin. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

1. Segurança pública - Brasil. 2. Brasil – Forças armadas – Atividades  
políticas. 3. Sociologia militar. 4. Militarismo. I. Moraes, Pedro Rodolfo Bodê  
de, 1960-. II. Título.

CDD – 363.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MARCELO BORDIN** intitulada: **A guerra é a regra: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano**, sob orientação do Prof. Dr. PEDRO RODOLFO BODÉ DE MORAES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Junho de 2020.

Assinatura Eletrônica

18/06/2020 18:36:30.0

PEDRO RODOLFO BODÉ DE MORAES  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/06/2020 19:24:51.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

11/06/2020 10:30:06.0

MARIA IZABEL MACHADO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Assinatura Eletrônica

15/06/2020 18:55:33.0

RODRIGO BUENO GUSSO  
Avaliador Externo (ACADEPOL/SC)

Assinatura Eletrônica

10/06/2020 21:45:02.0

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Para a companheira Neide e o filhote João Marcelo e para meus pais, Clóvis e Maria (Dora), pessoas que me aturam cotidianamente. Amo vocês.

Dedico esta tese aos trabalhadores da segurança pública do Brasil, em especial, aos que estão na linha de frente dessa guerra insana.



## **AGRADECIMENTOS**

Esta tese de doutorado que se encerra, é um trabalho conjunto. Ainda que seja finalizada por quem escreve estes agradecimentos, ela é resultado de alguns anos de convivência com pesquisadores do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Quando ingressei no curso de especialização em Sociologia Política da UFPR não sabia que esta tese seria o objetivo. Altos e baixos, alegrias e tristezas foram o condutor dessa etapa que por ora se encerra.

Muitas pessoas foram responsáveis pela chegada até aqui, em especial o professor doutor, orientador desta tese e grande amigo, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Em 2003, ele acolheu alguns policiais civis, militares e da Polícia Rodoviária Federal e criou o Grupo de Estudos da Violência (GEV) e o Laboratório de Estudos sobre Polícia (Lepol), que já não existe enquanto grupo, assim como o GEV, que hoje é o CESP DH, um grupo maior composto de pessoas que, sem verba alguma, produzem conhecimento científico sobre segurança pública no Paraná. Essas poucas linhas não traduzirão a imensa gratidão aos que, de certa forma, contribuíram para a finalização dessa fase.

Agradeço imensamente à professora doutora, Maria Izabel Machado, hoje no Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás, que proporcionou uma direção metodológica excelente, pela ajuda na banca de qualificação e novamente na defesa final, além dos debates sobre as teorias sociológicas que poderiam ser utilizadas no campo da segurança pública brasileira.

Ao professor doutor, Rodrigo Bueno Gusso, delegado de Polícia Civil no Estado de Santa Catarina, pela leitura e participação na banca de qualificação e defesa final, além dos debates que tivemos sobre o modelo policial brasileiro.

Agradeço especialmente ao professor doutor, Ricardo Costa de Oliveira, que aguentava a turma da “segurança pública” em suas excelentes aulas, e também pela participação na banca de qualificação com excelentes observações e finalmente, pela participação nessa banca de defesa final.

Ao professor doutor, André Ribeiro Giamberardino, da Faculdade de Direito da UFPR, por ter participado da banca de qualificação e de defesa final, contribuindo com a melhoria deste trabalho.

Ao professor, mestre e grande amigo, Bruno Zavataro, que sempre esteve junto nos debates sobre segurança pública e também pelos momentos de descontração ao beber uma cerveja e comer uns petiscos nos botecos ao redor da reitoria.

À professora doutora, Camila Caldeira Nunes Dias, da Universidade Federal do ABC, em São Paulo, pela amizade e oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o crime organizado no Brasil.

À amiga mexicana e parceira de muitas aflições metodológicas durante o curso (ela ainda as terá no final do seu doutorado), Edna Mallely Bravo Luis. Aos amigos Aknaton Toczec Souza e Giovane Matheus Camargo pela amizade, pelos intensos debates e também pelas oportunidades proporcionadas mutuamente.

Não posso deixar de lembrar-me do meu querido amigo Henri Francis Ternes de Oliveira, pessoa de enorme carinho e capacidade de militância que já conheci. O mundo seria melhor com mais “Henris”!

Ao amigo e Investigador da Polícia Civil do Paraná, professor doutor, Vladimir Luís de Oliveira, que foi companheiro de trabalho durante alguns anos na Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Agradeço ainda ao Delegado da Polícia Civil do Paraná e, agora mestrando em Sociologia, Vyctor Hugo, pela curiosidade no assunto e também pelos debates sobre o tema.

Agradeço ainda aos amigos “cespdhdianos” (alguns “jurássicos”, outros nem tanto) Elis, Mariana, Fábila, Elena, Joyce, Samara, Karla, Márcia e José. A travessia dessa fase foi melhor com vocês. Se me esqueci de alguém, peço mil desculpas, pois o cérebro já não armazena tantas informações. Um especial agradecimento ao Katiano, secretário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por tornar a vida do corpo discente mais fácil diante dos assuntos administrativos.

Um agradecimento especial aos policiais militares, policiais civis e guardas municipais que proporcionaram um vasto material durante as entrevistas e puderam passar para esse pesquisador um pouco das aflições que sofrem nesse modelo de segurança pública baseado na guerra, e que adocece cada vez mais seus trabalhadores.

Agradeço postumamente, ao Guarda Municipal de Curitiba, Júlio Cesar Svistalski, do Grupo de Operações Especiais, que cometeu suicídio alguns meses depois de me conceder uma entrevista.



O inferno são os outros.  
Jean-Paul Sartre, 1945.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo debater o processo de hipermilitarização da segurança pública no Brasil. Partindo de uma trajetória pessoal e profissional de vida, em um contexto cultural baseado em valores cultuados, em uma sociedade que tem por base o *ethos* militar e guerreiro, facilitando que os valores castrenses se tornem o elemento condutor da nação, deixando de lado a possibilidade de consolidação da democracia. A guerra também foi utilizada como ponto de análise para verificar essa herança cultural que o ser humano utiliza através dos tempos e que até hoje se faz presente, que influencia na transformação de uma sociedade militarizada para uma hipermilitarização da vida e do cotidiano, com intensos reflexos nas instituições policiais e nos corpos e mentes dos seus integrantes e também da sociedade. Essa análise parte da ideia de *continuum* sócio-histórico proposto por Marcel Mauss, numa complementação da definição de Emile Durkheim de fato social, que se constituiu como total. Esse processo demonstra claramente que as sociedades não apresentam grandes avanços em suas formas de relação, ou seja, mantém aspectos como a guerra e a violência em um espiral sem fim, mudando apenas as formas tecnológicas como esses fatos ocorrem. Na introdução, a trajetória de vida deixa claro a militarização do cotidiano e da vida, que resultou na escolha de uma profissão militar, aliada ao processo de educação familiar e escolar com objetivo de um lugar no mercado de trabalho. O capítulo dois concentra a genealogia da militarização, demonstrando como o ser humano tem na militarização e na guerra a sua contribuição social e histórica mais evidente e que se mantém de forma ativa e muito valorizada. A parte três, e a última, coloca algumas características do processo de hipermilitarização, partindo da fala de alguns operadores de segurança pública, militares e civis, demonstrando um ápice do processo capilarização desse fato social total na vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Hipermilitarização. Militarização. *Ethos* militar. Segurança Pública. Instituições Policiais.

## **ABSTRACT**

**Abstract:** This paper aims to discuss the process of hypermilitarization of public security in Brazil. Starting from a personal and professional life trajectory, in a cultural context based on cultured values, in a society that is based on the military and warrior ethos, facilitating that the Castro values become the driving element of the nation, leaving aside the possibility consolidating democracy. War was also used as a point of analysis to verify this cultural heritage that the human being uses through the ages and that is still present today, which influences the transformation of a militarized society to a hyper-militarization of life and daily life, with intense reflexes in police institutions and in the bodies and minds of its members and also of society. This analysis starts from the idea of socio-historical continuum proposed by Marcel Mauss, in a complement to Emile Durkheim's definition of social fact, which was constituted as total. This process clearly demonstrates that societies do not present great advances in their forms of relationship, that is, they maintain aspects such as war and violence in an endless spiral, changing only the technological ways in which these facts occur. In the introduction, the life trajectory makes the militarization of daily life and life clear, which resulted in the choice of a military profession, combined with the process of family and school education with the objective of a place in the labor market. Chapter two focuses on the genealogy of militarization, demonstrating how the human being has in militarization and war its most evident social and historical contribution, which remains active and highly valued. Part three, and the last, presents some characteristics of the hypermilitarization process, based on the speech of some public security operators, military and civilians, demonstrating an apex of the capillarization process of this total social fact in everyday life.

**Keywords:** Hypermilitarization. Militarization. Military ethos. Public security. Police Institutions.

## RÉSUMÉ

Cet article vise à discuter du processus d'hypermilitarisation de la sécurité publique au Brésil. Partir d'une trajectoire de vie personnelle et professionnelle, dans un contexte culturel basé sur des valeurs cultivées, dans une société basée sur l'éthos militaire et guerrier, en facilitant que les valeurs Castro deviennent l'élément moteur de la nation, laissant de côté la possibilité de consolider la démocratie. La guerre a également été utilisée comme point d'analyse pour vérifier ce patrimoine culturel que l'être humain utilise à travers les âges et qui est toujours présent aujourd'hui, qui influence la transformation d'une société militarisée vers une hyper-militarisation de la vie et de la vie quotidienne, avec des réflexes dans les institutions policières et dans le corps et l'esprit de ses membres et aussi de la société. Cette analyse part de l'idée de continuum socio-historique proposée par Marcel Mauss, en complément de la définition d'Emile Durkheim du fait social, qui s'est constitué comme total. Ce processus démontre clairement que les sociétés ne présentent pas de grandes avancées dans leurs formes de relations, c'est-à-dire qu'elles maintiennent des aspects tels que la guerre et la violence dans une spirale sans fin, ne changeant que les moyens technologiques par lesquels ces faits se produisent. En introduction, la trajectoire de vie rend claire la militarisation de la vie quotidienne et de la vie, qui s'est traduite par le choix d'une profession militaire, combinée à un processus d'éducation familiale et scolaire avec l'objectif d'une place sur le marché du travail. Le chapitre deux se concentre sur la généalogie de la militarisation, démontrant comment l'être humain a dans la militarisation et la guerre sa contribution sociale et historique la plus évidente, qui reste active et très appréciée. La troisième partie, et la dernière, présente quelques caractéristiques du processus d'hypermilitarisation, basée sur le discours de certains opérateurs de sécurité publique, militaires et civils, démontrant un sommet du processus de capillarisation de ce fait social total dans la vie quotidienne.

**Mots clés:** hypermilitarisation. Militarisation. Ethos militaire. Sécurité publique. Institutions de police.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com a área dos Comandos Regionais da Polícia Militar do Paraná .....	41
Figura 2 – Suicídio policial, Brasil (2017/2018) .....	70
Figura 3 – Terror oficial. A imagem da hipermilitarização. ....	83
Figura 4 – Número e taxas de homicídios no Brasil (1980 -2012) .....	174
Figura 5 – Evolução dos assassinatos no campo .....	176
Figura 6 – Distribuição da violência no campo.....	179
Figura 7 – “Todos negros” – Prêmio Esso de fotografia de 1983.....	182
Figura 8 - Símbolos do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar e Símbolo da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil, ambos do Estado do Rio de Janeiro .....	217
Figura 9 - Símbolo (caveira com faca e armas cruzadas) e uniforme do Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal de Curitiba .....	223
Figura 10 - Brevê do uniforme dos Integrantes da Gerência de Operações Especiais .....	223
Figura 11 - Frase de abertura do vídeo do Curso de Operações Especiais da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro – SEAP RJ .....	225
Figura 12 - Setor de Operações Especiais do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná .....	226
Figura 13 - Símbolo do Setor de Operações Especiais do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.....	227

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

BOPE	– Batalhão de Operações Especiais
CESPDH	– Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos
CIA P CHQ	– Companhia de Polícia de Choque
DEPEN	– Departamento Penitenciário
FN	– Força Nacional
FNSP	– Força Nacional de Segurança Pública
GEV	– Grupo de Estudos da Violência
GMC	– Guarda Municipal de Curitiba
GOE	– Gerência de Operações Especiais
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
SEAP	– Secretaria de Estado da ADM. Penitenciária
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SOE	– Setor de Operações Especiais



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	14
1.1.1 “Ser e estar no campo”: tensões metodológicas na discussão sobre a hipermilitarização do eu.....	14
1.1.2 A trajetória pessoal e a hipermilitarização como processo de sociabilidade	23
1.1.3 A FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO: CORPOS DÓCEIS E DISCIPLINADOS.....	26
1.2 “VOCÊ FALA TÃO MAL DE MILITAR QUE EU MAL ACREDITO QUE VOCÊ FOI MILITAR A VIDA TODA, QUASE APOSENTANDO!” UM NATIVO QUE SE DESLOCOU OU UM DESLOCADO NATIVO? .....	35
1.3 O COTIDIANO NA FUNÇÃO DE POLICIAL MILITAR E A INICIAÇÃO SOCIOLOGICA.....	59
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>85</b>
<b>2 GENEALOGIA DA MILITARIZAÇÃO .....</b>	<b>85</b>
2.1 A GUERRA E A GÊNESE DO ESTADO MILITARIZADO .....	85
2.2 GUERRA, TECNOLOGIA E MILITARIZAÇÃO .....	126
2.2.1 O NOVO PROTAGONISMO MILITAR E A HIPERMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA .....	161
2.2.2 FORÇAS ARMADAS COM PODER DE POLÍCIA (HIPERPOLICIALIZAÇÃO?).....	182
2.2.3 A MILITARIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE.....	191
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>201</b>
<b>3 “A PRIMEIRA ARMA DO FN É O FUZIL, A PISTOLA É COADJUVANTE”: A CONSOLIDAÇÃO DA HIPERMILITARIZAÇÃO. ....</b>	<b>201</b>
3.1 VALORES DOGMÁTICOS: SEGURANÇA PÚBLICA E RELIGIÃO E A DESTITUIÇÃO DO EU. ....	208
3.2 O EFEITO “TROPA DE ELITE”: A INTENSIFICAÇÃO DAS UNIDADES BOPE.....	212
3.3 OUTROS CAVEIRAS: A EXPANSÃO DA HIPERMILITARIZAÇÃO (EXEMPLOS?).....	218
3.3.1 A Gerência de Operações Especiais (GOE) da Guarda Municipal de Curitiba.	

3.3.2	Seção de Operações Especiais do Departamento Penitenciário do Paraná ....	224
	.....	
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>228</b>
	<b>A PESQUISA EM CONSTRUÇÃO E O CAMPO EM MOVIMENTO:</b>	
	<b>VIVENDO EM UM ESTADO PERMANENTE DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>228</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>232</b>
	<b>APÊNDICE – CRONOLOGIA DE VIDA DO AUTOR.....</b>	<b>259</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

#### 1.1.1 “Ser e estar no campo”: tensões metodológicas na discussão sobre a hipermilitarização do eu.

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* (2007, p. 130).

Esta tese, que fisicamente termina nestas páginas, tem alguns pontos de partida para que a ideia em torno do debate sobre o conceito de "hipermilitarização" se consolidasse, o que pretendo esmiuçar ao longo dessas linhas. Por essa análise inicial, partiremos da ideia de que a "militarização" é um fato contínuo, total e atemporal, inserido na sociedade como algo normal e naturalizado. Também posso entender que estamos passando por um processo de "hipermilitarização", ou seja, vivendo um processo que está além da militarização cotidiana dos processos sociais. Não se optou por uma introdução clássica da maioria das dissertações ou teses, com uma introdução exploratória e explicativa sobre o tema. A introdução é a trajetória de vida que colocou objeto de estudo (a hipermilitarização) nesse caminho.

Este trabalho está inserido no campo da Sociologia Militar<sup>1</sup>, ainda que possa parecer que esteja discorrendo sobre uma instituição “policial” militar, ela vai a uma direção muito mais ampla, no caso desta tese, pretende-se discutir o conceito de hipermilitarização<sup>2</sup>. Nesse sentido, pode-se afirmar que o objetivo desta tese é destacar justamente o processo de hipermilitarização pelo qual a sociedade brasileira passa, deixando claro que esse fenômeno social é global, sendo observado em diversos países, seja na forma de condução das políticas de segurança pública, seja

---

<sup>1</sup> A Sociologia Militar é estimulada a conhecer esses processos e dinâmicas, mas encontra várias dificuldades em razão da complexidade e diversidade das diferentes Forças Armadas, mesmo que se admitisse que os atributos da instituição militar sejam universais. Apenas para dar dois exemplos: a relação entre as FA e as sociedades de que emanam é bastante específica de sociedade para sociedade; a questão da participação das FA na gestão dos conflitos sociais, sobretudo quando se manifestam em atos públicos de violência, tem respaldos constitucionais distintos, e essas diferenças determinam a imagem que as FA têm em cada sociedade. (FONSECA, 2014, p. 1).

<sup>2</sup> Para a expressão militarismo, ver Pion-Berlin (2018, p. 623-624).

no avanço da extrema direita, que busca na formação de grupos com identidade única (com características militares e/ou paramilitares), seja no aumento dos gastos militares de uma forma geral.

Para alcançar o objetivo de delimitar a hipermilitarização como fato social, buscamos fazer uma análise histórica da formação do *ethos* guerreiro ou militar e analisar a fala de alguns de profissionais de polícia, seja civil, militar ou da guarda municipal, profissionais estes escolhidos aleatoriamente e dentro das possibilidades de cada um deles em fornecer parte do seu tempo para esse pesquisador. Para atingir esse objetivo, foram realizadas um total de dez entrevistas com operadores de segurança pública, na sua maioria policiais militares, dois guardas municipais e um policial civil, que também era ex-policia militar. Desse total, apenas duas eram do sexo feminino, uma policial militar e outra guarda municipal. A condução das entrevistas aconteceu de forma não estruturada, gravadas e depois degavadas em teto para uma melhor análise. Ainda como material de análise, diversas conversas “informais” com os operadores de segurança pública, foram utilizados, pois são nesses momentos que podem ser capturadas informações que não seriam expostas em uma entrevista formal.

Com essas entrevistas e com a coleta bibliográfica, além da análise de fatos atuais, verificou-se que esse fenômeno, em nosso país, está alicerçado no retorno de práticas autoritárias no campo da segurança pública, como por exemplo, ordem de governadores para que as polícias “atirem primeiro e perguntem depois”, numa clara revogação do estado democrático de direito, na valorização exacerbada de uma cultura guerreira das polícias ostensivas em detrimento da investigação e produção de provas. Neste primeiro capítulo, a discussão será baseada na interpelação entre a trajetória de vida do autor.

Ainda que a disciplina de Sociologia Militar não contemple esse assunto de forma explícita em seus eixos (VALDEBENITO, 2018, p. 985), com certeza podemos entender que a “hipermilitarização” está no campo das relações entre as Forças Armadas, as instituições policiais e, de uma forma geral, nas relações cotidianas com a população.

É claro que alguns colegas da academia não conseguem observar a “guerra” ou ainda a questão “militar” como algo intrínseco a humanidade e que muitas vezes acaba sendo uma espécie de tabu entre os cientistas sociais mais próximos a mim, e que não serve de generalização para toda a Ciência Social. Essa ideia é corroborada

pelo sociólogo franco-egípcio Anouar Abdel-Malek que ao fazer um estudo sobre a questão militar e da guerra no campo da sociologia afirma que “A tradição antimilitarista vem de longe” (1975, p. 260). Para Abdel-Malek, “as forças armadas se encontram exatamente no núcleo mais profundo do poder, no ponto de união entre o projeto político nacional e o aparelho que assegura sua preservação”. (1975, p. 258).

Falo em “alguns” pontos de ruptura, pois analisando a minha trajetória até esse momento, alguns desses pontos foram muito importantes para que o objeto de estudo fosse delimitado e, de certa forma, transformasse-se em um projeto de estudo para o curso de doutorado, sendo que a afirmação do Sociólogo Aknaton Toczec Souza é muito pertinente para o que pretendo discutir, conforme segue:

A pesquisa é o que se faz. É justamente o resultado de um longo caminho, um projeto que vai se modificando durante seu trajeto. Seria injusto dizer que essa pesquisa é resultado de apenas 4 anos de esforço. Diria que é muito mais que isso, afinal, nela está a confluência de toda a história, reflexões e amadurecimento que vivi. Será uma obra acabada, datada em seu tempo, na qual estarão cristalizadas minhas análises, essas sim, fruto de um esforço incisivo, uma perseguição de quatro anos, após passar alguns anos espreitando o que seria meu objeto. (2019, p.21).

Essa é um pressuposto científico que partilhamos por concordarmos em muitas circunstâncias, seja no mundo de “fora” da academia ou o de “dentro” dela. Nesse caso, o objeto em questão, a “hipermilitarização”, passou por uma depuração de uma vida, pois “esse objeto” não se construiu em apenas 4 anos do curso de doutorado em Sociologia. Ele é um processo de construção conjunta de pessoas que estão discutindo esse assunto e suas relações em outras esferas da vida como um todo.

Posso afirmar que esse objeto, a hipermilitarização, sempre esteve ligado ao fato de ter como profissão de policial militar, e que após a entrada na Universidade, o objeto continuou sendo tema de pesquisas. Foram artigos publicados e palestras ministradas que delinearam o que tento por ora escrever. Situação esta que se demonstra complicada, pois conforme Bourdieu, a “escrita em sociologia” não é fácil e como ele continua

O discurso escrito é um produto estranho, que se inventa, no confronto puro entre aquele que escreve e “o que ele tem a dizer”, à margem de qualquer experiência direta de uma relação social, margem também dos constrangimentos e das solicitações de uma demanda imediatamente percebida, que se manifesta por todo o tipo de signos de resistência ou de aprovação. (2004, p. 9).

Debruçar-me cientificamente nesse período com maior atenção, esteve sempre “colado” no meu cotidiano e no de milhões de pessoas (podemos até pensar que ele faz parte do cotidiano de toda a população mundial, com maior ou menor intensidade).

No meu caso, o objeto está na minha profissão (policial militar) e como afirma Bachelard:

[...] é o objecto que nos designa, mais do que nós o designamos a ele; e aquilo que imaginamos serem os nossos pensamentos fundamentais acerca do mundo não passa, muitas vezes, de confidências a respeito da juventude do nosso espírito. (1989, p.17).

O termo “hipermilitarização do eu” é uma referência à trajetória de vida que acaba por influenciar na chegada ao objeto desta tese. Ainda sem referência científica sobre uma explicação do termo, encontramos uma referência sobre “militarização do eu” em um artigo do professor de Serviço Social, Mark Furlong, no qual discorre sobre como as pessoas são afetadas pela crise econômica e como se reorganizam nesse contexto (FURLONG, 2013).

Assim entendo que, ao verificar que o processo de militarização está inserido na sociedade de uma forma muito forte, disseminado em vários espectros da vida social, sendo possível observar através de estudos de diferentes áreas do conhecimento científico, posso afirmar que ele faz parte do nosso cotidiano.

Para o caso exposto nesta tese, observa-se uma relação com a influência da cultura militarizada na formação do *ethos* guerreiro, proposto por Norbert Elias, como veremos mais adiante. Pierre Bourdieu descreve também que a construção do objeto não é uma tarefa fácil e nem rápida, afirmando que:

A construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma sentada, por uma espécie de aceto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. (2011, p. 25).



Nesse sentido, a definição do objeto que pretendo discutir, nesta tese é denominada de “hipermilitarização”, tema este que pode ser encontrado em alguns trabalhos acadêmicos, mas que não acredito estar definido conceitualmente.

Essa “hipermilitarização” (Conceito ser baseado em uma extrapolação dos valores castrenses, para além dos muros dos quartéis, sendo inculcado e assimilado cotidianamente na sociedade, seja através das formas de policiamento, educação e também através da cultura. Ao longo da tese esse conceito é depurado mais facilmente, tendo em vista que é um conceito muito utilizado sem uma definição efetiva do seu significado.) no campo da segurança pública brasileira, pode ser identificada após a redemocratização efetivada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, e que não foi capaz de promover um retorno dos militares federais à função de defesa contra ataques externos (nesse sentido, a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 não foi capaz de promover uma subordinação das Forças Armadas ao poder civil.).

Ainda que o objeto central desta tese possua uma maior transparência e capilaridade na área da segurança pública, tenho por hipótese inicial que esse processo seja um elemento norteador de vários aspectos da vida em sociedade, influenciando no que pode ser denominado de “hipermilitarização do cotidiano” ou da “vida”, uma vez que todo esse processo social vai sendo continuamente assimilado em nosso país (e globalmente).

Essa concentração da “hipermilitarização” na área da segurança pública é o elemento “norteador” e também delimitador, do ponto de vista do objeto de estudo, para que seja possível concluir este trabalho de uma forma satisfatória. Do ponto de vista da delimitação do período de tempo, vou considerar o período após o golpe militar de 1964, como de intensificação da participação dos militares nas questões relativas ao campo da segurança pública.

Como veremos adiante, os militares no Brasil, sempre estiveram vinculados ao “fazer” segurança pública. Vários outros países tem os militares como elemento principal da segurança pública, como os Carabineiros do Chile, sendo uma instituição militar com poder de polícia, atuando em todo território nacional. O modelo chileno, ainda que a polícia seja federal, se aparece muito com o modelo das polícias estaduais brasileiras, com uma polícia militar ostensiva e uma polícia civil responsável pelas investigações (Policia de Investigaciones de Chile).

Vou considerar que a metodologia de análise utilizada neste trabalho, em especial no primeiro capítulo, é a da observação participante ativa (CICOUREL, 1975), ou seja, uma “observação participante” da minha própria história de vida, e que por várias questões culminaram no que podemos definir como uma “militarização do eu”, fato este que é muito mais recorrente em nossa sociedade do que parece, sendo que Virílio e Lontringer, no livro *Guerra pura: a militarização do cotidiano*, afirmam que:

Sem saber, já somos todos soldados civis. E alguns de nós sabe disso. O grande golpe de sorte, par ao terrorismo da classe militar, é que ninguém o reconhece. As pessoas não reconhecem a parte militarizada de sua identidade, de sua consciência. (1984, p.27)

Sendo que essa “militarização do eu” me direcionou, de forma inequívoca, para uma rota de colisão com o objeto dessa pesquisa que por ora desenvolvo. Nesse sentido, concordamos como Bodê de Moraes sobre a questão da dificuldade de se afastar do objeto de pesquisa, onde afirma que

Mas se o pedido de *afastamento* do mundo no qual estamos *envolvidos* é algo que soa como incompreensível e parece ser impossível de realizar é porque o que se pede é um exercício brutal de separação da *reflexão* em relação às *demandas imediatas* da vida. (2005, p.38, grifo do autor).

O autor continua afirmando ainda que “Os procedimentos de *distanciamento* nos remetem ao vazio e ao ‘não reconhecimento’ com o qual temos de conviver.” A posição de Bodê de Moraes (2005) se assemelha ao pensamento do antropólogo Gilberto Velho, que ensina que o afastamento não existe completamente, ao descrever o processo de construção da sua pesquisa:

No Edifício Estrela, em Copacabana, baseei-me, sobretudo na observação direta e no contato permanente com os moradores e com a vida do prédio em geral. Conversei com as pessoas e assisti a conflitos e dramas de todos os tipos. Mas o tempo todo sentia-me como alguém fora daquele mundo, embora hoje possa até relativizar um pouco essa visão. No caso de Nobres e anjos, eu via-me, em relação aos 'nobres', como um par, como um professor e pesquisador, assim como os outros eram artistas, jornalistas, diplomatas etc. Já em relação aos 'anjos', a distância geracional produzia diferenças significativas em termos de ethos e linguagem, ainda mais acentuadas pelas características próprias do mundo dos surfistas usuários de drogas e seu entorno. O auxílio de um assistente de pesquisa mais jovem ajudou-me a lidar com essas dificuldades. No entanto, o foco principal do trabalho estava nos 'nobres', com quem eu convivia com regularidade. Entrevistei vários deles, às vezes mais de uma vez, complementando a observação participante, meu ponto de partida. Na verdade, transformei parte significativa de minha rede de relações sociais em objeto de pesquisa, em um movimento um tanto heterodoxo para os padrões tradicionais da antropologia. Portanto, eu já possuía um tipo de conhecimento e de informação apreciável sobre a parte do universo que me propus investigar. (VELHO, 2003, p. 14).

A afirmação acima reproduz, a minha relação com o objeto desta tese e como afirmado anteriormente, não existe afastamento do pesquisador e do objeto, uma vez que é a própria profissão o objeto de estudo. No caso do estudo do antropólogo Gilberto Velho, a cidade, o urbano em que ele habitava era o objeto. Não existe forma de se afastar da área em que você habita e tem as suas relações sociais.

Nesse mesmo sentido de se buscar um determinado afastamento ou não do objeto de estudo, Becker vai descrever essa situação como:

Ter valores ou não ter valores: a questão está sempre conosco. Quando os sociólogos realizam estudos de problemas que têm relevância para o mundo em que vivemos, eles se descobrem no meio do fogo cruzado. Alguns os pressionam para não tomar partido, para serem neutros e fazerem a pesquisa que seja tecnicamente correta e livre de valores. Outros lhes dizem que seu trabalho é superficial e inútil se não expressa um compromisso profundo com uma posição de valor. Este dilema, que a muitos parece tão doloroso, na realidade não existe, pois um de seus tentáculos é imaginário. Para que ele exista, é necessário que alguém suponha, como alguns aparentemente o fazem, que na verdade é possível fazer uma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas. Proponho argumentar que se isso não é possível e, portanto, que a questão não é se devemos ou não tomar partido, já que inevitavelmente o faremos, mas sim de que lado estamos nós. (1977, p. 122).

No meu caso específico, a Polícia Militar do Paraná é o ponto de partida e de chegada para o estudo. Partida, pois me permitiu observar e compreender muitos aspectos dos processos interacionais que levam ao processo de hipermilitarização. Chegada, porque a finalização desta tese abarácará ainda um período na instituição. Velho continua com a seguinte afirmação:

Foi importante e crucial o movimento de *estranhar o familiar* – tarefa nada trivial e, com certeza, nem sempre bem-sucedida. Felizmente creio que nunca tive idéias onipotentes e equivocadas de estudar amigos e conhecidos como se fossem formigas. Havia uma consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituíam minha visão de mundo. Cabe, no entanto, mencionar que, por razões de formação e trajetória pessoais, o exercício de um certo distanciamento não me era estranho. (1977, p. 15, grifo do autor).

No campo da pesquisa sociológica sobre segurança pública, essa interação entre o pesquisador e o profissional de polícia não é uma novidade, sendo que nesse caso a variação acontece no objeto específico das pesquisas. Guaracy Minguardi, por exemplo, estudou o cotidiano da Polícia Civil do Estado de São Paulo, sendo que para isso prestou um concurso público para a instituição e atuou durante alguns anos em uma delegacia. O resultado desse estudo foi o livro *Tira, gansos e trutas: cotidiano e reforma na Polícia Civil* (1992).

Outro expoente dessa perspectiva de interação entre universidade e polícia é o Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Secretário da Polícia Militar, no governo Leonel Brizola, tentou direcionar a instituição para que atuasse com respeito aos direitos elementares da população. O Coronel Nazareth produziu inúmeros textos sobre a atuação da polícia em uma sociedade democrática e com respeito aos direitos humanos. Infelizmente foi assassinado em 1999, por um sargento da polícia militar, quando já se encontrava aposentado.

No campo internacional temos o professor de Criminologia da Universidade da Flórida, George Kirkham, que entrou para a polícia da cidade de Jacksonville, na Flórida. A ideia era fazer o campo como policial e não um mero observador externo. O resultado é um pequeno artigo<sup>3</sup> denominado “De Professor a Policial”, no qual descreve a experiência do professor, ele também possui uma página pessoal disponível na rede mundial de computadores<sup>4</sup>.

É claro que inúmeros outros policiais brasileiros também passaram pelas universidades e em especial pelos cursos de Sociologia e Filosofia e colocaram as suas experiências no cotidiano do policiamento das ruas ou de investigação de crimes. Dentre eles, o delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone, que tem

---

3 O artigo foi publicado originalmente pelo boletim *Federal Bureau of Investigation* (Escritório Federal de Investigação) dos Estados Unidos da América, sendo reproduzido em diversos sítios digitais em todo o mundo, e está disponível em <http://www.acadepol.ms.gov.br/artigos/de-professor-a-policial/>. A página pessoal do Professor Kirkham está disponível no endereço <http://krimedr.com/>.

4 Disponível em: <http://krimedr.com/>.

dois excelentes livros sobre a questão de quem são os exterminados na cidade do Rio de Janeiro.

O livro *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*, publicado em 2007, é resultado da pesquisa de mestrado em Direito da Universidade Cândido Mendes e o livro *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*, publicado em 2015, é resultado do doutorado em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense.

Ainda nesse sentido, diversos outros policiais colocaram suas "memórias", seja de forma a contribuir com a discussão sobre o sistema de segurança pública, seja na tentativa de fazer uma espécie de catarse<sup>5</sup> das suas trajetórias de vida. No meu caso, esta tese é uma tentativa de compreender os processos de militarização pelos quais passei, ainda que acredite ser quase impossível esse descolamento nessa fase da vida, com mais de 28 anos de profissão policial militar. Bourdieu vai afirmar que

[...] a sociologia é um instrumento de autoanálise extremamente poderoso que permite a cada um compreender melhor o que é, dando-lhe uma compreensão de suas próprias condições sociais de produção e da posição que ocupa no mundo social. (2004, p. 118).

Pode-se, nesse caso, entrelaçar a prática policial com a teoria sociológica e afirmar que uma pode e deve complementar a outra na busca pelas respostas que a trajetória de vida coloca, sendo que Norbert Elias ao debater sobre a condição da ciência social e seu objeto, afirma que:

Os sociólogos, a esse respeito, estão em situação diferente: participam dos fatos que estudam, estando pessoalmente expostos aos perigos que os objetos de seu estudo representam para eles. É compreensível, portanto, que em seu campo prevaleça uma abordagem mais envolvida. (1998, p. 25).

Nesse caso, o que era uma preocupação em conseguir fazer uma pesquisa sobre um assunto vivido cotidianamente como profissão, percebe-se que é mais fácil e que pode ajudar em vez de atrapalhar no desenvolvimento desta tese, e considerando as palavras anteriores, acerca desse envolvimento com uma “militarização cotidiana”, irei a uma direção norteadada por este primeiro capítulo.

---

5 A socióloga Gêssica Barreto da Silva, em um artigo sobre "três diários" de ex-policiais militares, debate o caso de um deles que se encontra preso por cometer diversos crimes e que escreveu e publicou um romance não fictício intitulado *Como Nasceram os Monstros: a história de um ex-soldado da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro*. (SILVA, 2015).

### 1.1.2 A trajetória pessoal e a hipermilitarização como processo de sociabilidade

É extremamente importante trazer à tona parte da minha história pessoal, pois irá contribuir para o entendimento desta busca em entender esse fenômeno da vida social, o que entendo como um “fato social contínuo”, numa alusão ao “fato social total” proposto por Marcel Mauss (2003, p. 309), nesse caso a “hipermilitarização”, que perpassa toda a sociedade e é contínua historicamente, nunca deixando de existir enquanto fato social e também sendo cotidianamente sentida e vivida.

Com relação ao processo de hipermilitarização, este se mantém como uma instituição, mesmo com as mudanças temporais, e aqui podemos fazer uma referência ao historiador Fernand Braudel (1986) que afirmava que a história é composta por ciclos que se sobrepõem, conforme descrito por Francis Albert Cotta:

Para Braudel, a história seria decomposta em planos sobrepostos: tempo geográfico, tempo social e tempo individual. Ele aprofunda sua proposta de pluralização do tempo histórico em três pólos: o instantâneo, o conjuntural e a longa duração. O primeiro seria objeto da micro-história tradicional, centrada na narrativa episódica, dramática, precipitada do evento de fôlego curto; o segundo, a história conjuntural; o terceiro consistiria nas estruturas de mutação lenta, o fundamento da nova história econômica e social. (2012, p. 24).

Cotta, corroborando Braudel, afirma que:

Uma estrutura atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar, e seus traços só mudam muito lentamente. É necessário aprender o conjunto, a totalidade do social, assim é necessário por em contato distintos níveis, durações, acontecimentos, conjunturas e estruturas. (2012, p. 26).

A tese sustentada por Cotta (2012, p. 32) sobre as polícias brasileiras é a de que elas não superaram a sua matriz de “manutenção da ordem” que tem a origem nos corpos de militares que exerciam as funções de polícia.

O autor relaciona a origem da polícia brasileira com os “corpos militares” portugueses que atuavam nas Minas Gerais e ao contrário da maioria dos trabalhos sobre as origens da polícia brasileira, Cotta afirma que:



Muitos Estudiosos têm como marco de funcionamento da *polícia* no Brasil, a criação da Intendência Geral de Polícia e da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, em 1808 e 1809. Entretanto, como se mostrará nos capítulos que se seguem, esse foi o ponto de chegada e não de partida para entender a natureza do sistema luso-brasileiro de polícia (em termos de dupla subordinação do corpo militar responsável pela polícia; foco na preservação e manutenção da ordem e preponderância das instituições militares responsáveis pela polícia sobre os civis). (2012, p. 32, grifo do autor).

A experiência do Rio de Janeiro não inaugura, tampouco rompe com os pressupostos de atuação das instituições policiais no Brasil. Por outro lado, sua congênere em Lisboa teria se apropriado de aspectos importantes e necessários ao fazer policial, algo que não foi possível transpor para a realidade brasileira em virtude da escravidão.

Essa ideia pode ser um dos aspectos que constituem a pouca mudança das instituições militares (e também do processo de hipermilitarização da sociedade como um todo). Essa afirmação também faz coro com o pensamento de Immanuel Wallerstein, que o processo de hipermilitarização seja um sistema histórico complexo, conforme descrito por ele (2006, p. 265), mas que possui fronteiras e que não é o caso dos processos de militarização ou hipermilitarização.

Nesse sentido, o conceito de “fato social total” seria mais apropriado, uma vez que considero que esse processo não seja delimitado, nem por aspectos culturais ou temporais. O processo de hipermilitarização se acumula socialmente, permanecendo, ainda que com as variações tecnológicas de cada época.

A militarização pode ser inserida na tese de Michel Misse (1999) referente ao processo de “acumulação social da violência”, termo que acredito ser também apropriado para buscar o entendimento do processo de militarização, que não se desenvolve bruscamente, mas vai se acumulando com o passar das épocas, sendo modificado pelas inovações tecnológicas e também pelas mudanças políticas.

Devo considerar nessa trajetória de vida, os “pontos de ruptura”<sup>6</sup>, mudanças estas que permitiram que eu chegasse até o doutorado em sociologia e que de certa forma, aconteceram fora do que eu tinha em mente.

Esses “pontos de rupturas”, hoje, eu os considero como positivos, pois me proporcionaram ser um melhor observador, buscando visualizar de vários ângulos as

---

<sup>6</sup> Ou pontos de rompimento, ou separação, ou interrupção de um processo. O termo talvez seja o menos importante aqui, sendo mais importante entender que o rompimento muitas vezes não acontece por vontade pessoal, mas por uma série de fatores exógenos que modelam as nossas decisões

questões relativas ao processo de hipermilitarização, e facilitando uma melhor definição do objeto de pesquisa, melhorando a minha “imaginação sociológica”, conforme proposto por Charles Wright Mills (1965, p. 11), proporcionando outras formas de observação de um mesmo objeto.

Nesse mesmo sentido, segue José de Souza Martins, debatendo sobre a necessidade da existência do artesanato intelectual na construção do conhecimento, afirmando que:

O artesanato intelectual é o conjunto de técnicas e recursos de que o sociólogo pode se valer para exercitar a imaginação sociológica na busca pelo elo perdido entre o atual e o sempre. Neste livro, exponho a minha concepção do tema e o modo como exercito a observação da realidade nessa perspectiva, nas pesquisas que realizo e nas análises que desenvolvo, na prontidão para o sociologicamente inesperado e surpreendente. O artesanato não se limita à invenção, elaboração e uso de técnicas de coleta e registro de dados, não diz respeito apenas aos chamados métodos técnicos de pesquisa. Abrange a conexão da pesquisa com a teoria, sobretudo com os métodos de explicação.

Mas abrange, também, o modo de expor os resultados da investigação científica, o estilo narrativo do pesquisador. O artesanato intelectual tem uma dimensão teórica, define um modo sociológico de ver e uma prontidão permanente para observar a circunstância e os circunstantes, seus bloqueios e sua dinâmica. Abrange os *insights* preparatórios da pesquisa e da análise. Implica o reconhecimento de uma temporalidade peculiar, que é a vida cotidiana, seu ritmo próprio na afirmação e na anulação dos momentos do processo social e histórico, o transitório e o transitivo. Há nessa orientação um diálogo com o insólito, o contraditório, o discrepante, o desconstrutivo, o revelador. Mas também com o eventual e o acaso. É o que Henri Lefebvre tratou como funcionalmente metodológico no seu método regressivo-progressivo, no analisador-revelador, a dimensão heurística do método no próprio empírico. No privilegiamento da tríade, no reconhecimento no real não o binário dos dualismos nem a ele limitado, mas o triádico da dialética – reiteração, transformação, criação, enfim produto e obra. Uma recusa das certezas enganosas do convencional, do estruturado, do duradouro. É que o mundo *não é mais* assim, embora *ainda* o seja (2014, p.11, grifo do autor).

Nesse caso, o pesquisador deve ter em mente que deve desconfiar das coisas como são apresentadas de imediato, buscar explicações até para os fatos sociais mais coerentes e corretos, deve buscar para além dele.<sup>7</sup>

Pierre Bourdieu (2003, p. 41) demonstra que a “ruptura” é algo que tende para a violência, algo que pode ser entendido ruim ou de certa forma negativo, podendo ser uma “guerra” ou os “homicídios”, coisas que ele define como algo intrínseco ao

---

<sup>7</sup> No meu caso, a convivência com alguns sociólogos, dentre eles o Professor Pedro Bodê, meu orientador nesta tese, possibilitou aguçar a minha “imaginação sociológica”.

cotidiano masculino e que de certa forma nos é transmitido como algo cotidiano e normalizado, sendo que Martins, ao contrário, interpreta as “rupturas” como positivas que “desencadeiam interpretações, reações, transformações reveladoras do que é aquilo que está sendo rompido” (2013, p. 222).

Nesse caso, entendo essas "rupturas" como positivas (acredito que a principal ruptura foi com a ideia de que o modelo policial consolidado no país é o correto) e também de que a utilização de um modelo de segurança pública baseado na “guerra”, seja ela contra quem for, é o correto, pois possibilitaram a chegada até esta tese.

### 1.1.3 A FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO: CORPOS DÓCEIS E DISCIPLINADOS.

A educação escolar formal e a educação recebida "em casa", por parte dos meus pais, sempre estiveram vinculadas ao “mercado”, ou seja, por pertencer a uma família de estrato econômico baixo, a educação foi precocemente voltada para o trabalho remunerado, a fim de ajudar nas despesas da casa e também para dar "um rumo honesto" na vida dos filhos. Ainda que essa educação para o mercado de trabalho e a manutenção de um estilo de vida honesto, ou seja, o trabalhador no ideal dos meus pais, essa ainda é uma regra para muitos e muitos pais, porém que acaba em uma lógica de transformação dos corpos das crianças em corpos dóceis, seja no modelo tradicional da formação escolar, seja pelos cursos técnicos ou profissionalizantes, preparando para o mundo das fábricas, conforme bem definido por Foucault:

A ‘invenção’ dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro (entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas). A cada vez, ou quase, impuseram-se para responder a exigências de conjuntura: aqui uma inovação industrial, lá a recrudescência de certas doenças epidêmicas, acolá a invenção do fuzil ou as vitórias da Prússia. O que não impede que se inscrevam, no total, nas transformações gerais e essenciais que necessariamente serão determinadas. (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Essas relações entre formação escolar, ensino profissionalizante e os processos de formação dos militares sempre estarão entrelaçadas. Lembro sempre de minha mãe falar que não iria sustentar os filhos que não trabalhassem e que também não queria “filho dela com filho tão cedo” (nesse caso, a preocupação com a paternidade precoce) e meu pai sempre me disse para ser “torneiro mecânico” e estudar no Senai<sup>8</sup>.

Outra opção era estudar no Colégio da Polícia Militar do Paraná<sup>9</sup>, sendo que sempre ouvi a minha mãe também afirmar que deveria, depois dos 18 anos, procurar algum concurso nas Forças Armadas, como forma de alcançar uma estabilidade em um serviço público.

Esse modelo de educar, dos meus pais, era a forma de manter os filhos longe do que eles consideravam ser “errado”, ou seja, o envolvimento com drogas e condutas ilícitas <sup>10</sup>.

Esses conselhos maternos e paternos foram fundamentais e possibilitaram que eu sempre procurasse ter um rumo certo na vida. A orientação paterna, sempre na preocupação de obter uma profissão, direcionou-me a fazer o teste seletivo para o curso de mecânico geral no Senai, o que me possibilitou frequentar o curso, que era gratuito. Após seis meses de estudo, me candidatei a vagas de estágio, pois além de contribuir para o desenvolvimento do aprendizado na função de torneiro mecânico, também poderia ajudar no orçamento doméstico, que oscilava muito em virtude da situação econômica do país (que enfrentava sucessivas crises e recessões), sendo que qualquer ajuda era mais que necessária.

Esse período de crise econômica que tenho recordação aconteceu no governo Sarney (1985 até 1990), e quando eu tinha entre 13 e 14 anos (o país conseguiu manter certa estabilidade econômica em 1994 com o plano Real).

O curso de “mecânico geral” transcorreu normalmente, mas a rotina era corrida, dividida em aulas profissionalizantes pela manhã, estágio no período da tarde

---

<sup>8</sup> Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Instituição do Sistema “S” que tem por objetivo criar mão-de-obra especializada para a indústria nacional. Foi criado em 1942, pelo então Presidente Getúlio Vargas, através do decreto Lei 4.048. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/Senai/institucional/historia/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

<sup>9</sup> Minha irmã frequentou o curso de desenho arquitetônico do Colégio da Polícia Militar, porém eu não tive interesse.

<sup>10</sup> Alguns colegas do início na adolescência (não éramos um grupo grande, uns cinco ou seis garotos que moravam na mesma rua) acabaram utilizando algum tipo de entorpecente, sendo que um deles foi assassinado por ter uma dívida com um traficante. Um outro se tornou viciado em crack e outro alcólatra.

e a formação escolar no período noturno. Essa rotina proporcionava um período de sono relativamente curto, pois chegava em casa por volta das 23h e me deitava por volta das 23h30m, sendo que minha mãe me despertava por volta das 05h30m.

Ao despertar tinha a impressão de não ter dormido, mas eu tinha a convicção (além da necessidade, é claro) de que precisava ter uma profissão e ter um salário para ajudar em casa e também para comprar algumas coisas que tinha vontade. Dentre essas coisas que comprava, estavam vários livros da coleção História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial, da editora Renes<sup>11</sup>.

Esses livros me possibilitaram conhecer a história desse conflito, e também sobre as suas armas e equipamentos, que muito me interessavam. Outros livros me interessavam, mas especificamente esses eram alvo da minha sanha consumista, com os quais gastava meus poucos rendimentos de “aprendiz”.

Além dessas aquisições sobre história de guerras, meu pai me presenteou com três livros sobre armas de fogo famosas, e aqui vale citar a forte influência da cultura policial/militar vendida aos montes nas poucas emissoras de televisões brasileiras, em especial na década de 1970/1980. Eu gostava de assistir aos seriados que retratavam a forma heroica como os quatro soldados estadunidenses combatiam os nazistas na campanha do Norte da África (Ratos do Deserto) e também a série *Combat*, que era reprisada no final da década de 1970 e 1980.

Outra série que eu assistia era a CHiPs<sup>12</sup>, que retratava as aventuras de dois policiais rodoviários da Polícia Estadual da Califórnia, inclusive pedi ao meu pai um uniforme que era comercializado pela empresa de brinquedos Glasslite. Também adquirira alguns livros de história sobre revoluções e movimentos de esquerda, em especial aqueles sobre a revolução cubana e a história de seu maior ícone, o líder guerrilheiro, o argentino Ernesto “Che” Guevara.

Após a conclusão do curso, fui efetivado em uma grande empresa nacional, na região de Curitiba, e fiquei trabalhando até 1993, tanto como torneiro mecânico como operador de retífica cilíndrica, funções que me proporcionaram um bom salário

---

<sup>11</sup> A editora Renes publicava em português, livros da *Ballantine Books*, sendo que esses livros são encontrados em grandes quantidades em diversos locais de vendas de livros usados (conhecidos por “sebos”). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u830.shtml> acesso em 11 de março de 2019, às 17:00h. Essa foi a única referência à editora e aos seus livros sobre esse conflito do Século XX, sendo que existe outra série de livros sobre outros conflitos e também sobre as armas utilizadas.

<sup>12</sup> California Highway Patrol, com a sigla em inglês CHP, sendo que na série foi colocada a letra “i” minúscula para não ficar igual ao do órgão público californiano.

mensal e com vários benefícios que a empresa fornecia. Esse período trabalhando no “chão de fábrica” me proporcionou o contato com um colega que era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), discutíamos a situação do país e também a dos trabalhadores como nós.

Não me filiei ao partido, mas participei de algumas “panfletagens” na porta de algumas indústrias no bairro Cidade Industrial, em Curitiba. Esse período foi importante para consolidar a minha percepção da situação dos trabalhadores urbanos (e formar uma consciência de classe também), na década de 1990. Quando entrei para a Polícia Militar, essa consciência de classe ficou “adormecida” e fui contaminado pela ideia de que o modelo de justiça criminal brasileiro funcionava e que a polícia deveria agir de forma violenta mesmo e que “bandido bom era bandido morto”!

Essa nova profissão, policial militar, não foi apenas em decorrência do processo econômico e social pelo qual o país passava, mas também posso afirmar que, durante o meu processo de formação na infância e na adolescência fui carregado de uma cultura militarizada, seja na forma de brinquedos como também de filmes e séries que tinham por protagonistas os heróis dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, como descrito anteriormente.

A influência paterna, traduzida na constante utilização de brinquedos (soldadinhos de plástico) e brincadeiras do tipo “polícia e ladrão” ou mesmo de “guerrinhas”<sup>13</sup>, tem um caráter formador extremamente forte através dos tempos e também perpassando as mais diversas sociedades, sendo que poucas foram as nações que não tivessem exércitos e governos dispostos a praticarem “a arte da guerra” e mesmo muitas pessoas dispostas a lutar em nome de seus países, inclusive os pacifistas<sup>14</sup>. Nesse sentido, pode-se afirmar que a guerra é a regra e que a paz é a exceção.

Essa fase não durou muito, uns 3 ou 4 anos, pois quando entrei na Faculdade de Geografia, voltei a debater temas dos problemas brasileiros. Nesse sentido, posso afirmar que o curso de Geografia me salvou de me tornar uma pessoa com um viés

---

<sup>13</sup> Para o professor Carlos Neto, da cátedra de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, as brincadeiras bélicas (lutas, guerras, polícia e ladrão etc.) seriam inerentes à nossa ancestralidade “guerreira” e que podem beneficiar no desenvolvimento das crianças, sendo mesmo necessário. (JUSTINO, 2019).

<sup>14</sup> Dentre eles, inúmeros foram os cientistas sociais e filósofos que se prontificaram a lutar em guerras genocidas em nome de seus países, situação que discutirei mais adiante.



ideológico de direita. Essa posição ideológica mais à esquerda também não foi formada de uma hora para a outra.

Lembro-me de que em uma das primeiras eleições diretas para presidente, debatíamos com um professor de Química sobre as propostas e muitos colegas tinham a mesma posição, ou Lula ou Brizola, talvez pelo fato de todos estudarem à noite e trabalharem de dia. Outro fator é a própria orientação ideológica na família, ainda que meus pais não tivessem uma participação militante na política, sempre foram trabalhadores não qualificados profissionalmente e dependiam exclusivamente da sua mão de obra, o que, de certa forma, os colocava em uma posição mais à esquerda ideologicamente.

Após a posse do primeiro presidente eleito democraticamente (Fernando Collor de Melo), antecedido pela ditadura civil-militar (1964 até 1985), e com os sucessivos fracassos na política econômica, aconteceu o confisco de valores das cadernetas de poupança de milhares de brasileiros. Esse foi o marco maior de um plano econômico fraco que aliado a inúmeras denúncias de corrupção induziram a abertura de um pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, levando o presidente a renunciar em 29 de setembro de 1992, deixando o cargo livre para Itamar Franco assumir, sendo ele um inexpressivo vice-presidente até então.

Em decorrência da contínua crise que o Brasil vivia, aliado ao programa de abertura do mercado interno para produtos importados, em especial carros, produtos têxteis e eletroeletrônicos, o país passou por um processo de desindustrialização e consequentemente fui demitido no início do ano de 1993. Esse é o que considero o primeiro e que talvez seja um dos mais importantes dos “pontos de rupturas” que me propiciou chegar até a escrita desta tese, e ter passado por essa “aventura sociológica” (MARTINS, 2013).

O componente familiar também é um fator de extrema importância na criação do que posso denominar de uma “sociabilidade guerreira”, comum ao universo masculino (que é profundamente marcado pelas relações de gênero), e que me possibilitou o acesso aos modelos em escala reduzida aviões ou tanques de guerras<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Em minha infância, meu pai me presenteou com alguns modelos de um *hobby* denominado “plastimodelismo”, que consistem em miniaturas dos mais diversos tipos: aviões de combate, tanques de guerra, helicópteros, carros de corridas, navios dos mais diversos tipos e funções. Esse *hobby* consiste em “*kits*” de plástico rígido com várias peças e que são destacadas, lixadas, coladas e pintadas, dando forma ao tanque de guerra, carro, avião, navio, ficção científica, figuras das mais variadas e são denominadas de “plastimodelismo”. Esses “*kits*” de plastimodelismo são “modelos

Sendo que o termo “sociabilidade guerreira” não possui uma definição específica, apesar de utilizado com frequência em artigos científicos na Antropologia, sendo que atualmente alguns trabalhos sobre violência urbana utilizam o termo com frequência sem definir o termo.

Nesse caso vamos aproximar da utilização feita por Simmel referente ao termo “socialização”:

[...] a socialização é a forma, realizada de diversas maneiras, através da qual os indivíduos, sobre a base de interesses naturais ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, que impulsionam causalmente ou induzem teologicamente, constituem uma unidade na qual se realizam aqueles interesses. (SIMMEL, 1939 *apud* FERNANDES, 2006, p 178).

Nesse sentido, podemos nos aproximar do conceito de "sociabilidade violenta", proposto pelo Sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva, ao afirmar que:

Estou sugerindo que a representação da ‘violência urbana’ reconhece um padrão específico de sociabilidade, que proponho chamar de sociabilidade violenta. Para descrevê-lo, creio ser possível começar lembrando que a característica central da representação da ‘violência urbana’ é captar e expressar uma ordem social, mais do que um conjunto de comportamentos intersticiais, isolados uns dos outros e sem continuidade no tempo. Ou seja, as ameaças percebidas à integridade física e patrimonial provêm de um complexo orgânico de práticas, e não de ações individuais. Assim, pode-se apresentar a característica mais essencial da sociabilidade violenta como a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenações das ações (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 41).

Nesse caso, estou sugerindo que a "sociabilidade violenta" pode também contribuir para a "sociabilidade guerreira", ou seja, que uma conduz a outra e vice-versa e que a possibilidade de crescer em uma sociedade em que a criminalidade (e a possibilidade de ser vítima de algum tipo de crime) é alta, venha a interferir nos processos cognitivos.

Essa sociabilidade violenta está, conforme Machado da Silva, relacionada ao confinamento e ao silenciamento de inúmera parcela da população de inúmeros países, sendo que no Brasil, atinge os moradores das comunidades dominadas pelos grupos de narcotraficantes e atualmente, pelas milícias, com larga participação de agentes públicos, em especial, policiais e bombeiros e até mesmo ex-integrantes das

---

estáticos” e são colocados em “dioramas” (que representam uma cena histórica ou de ficção em escala reduzida).

forças de segurança. Nesse caso, pode-se afirmar que existe uma relação causal entre a sociabilidade guerreira e a violenta, mas que atinge um lado como aquele que pretende subjugar o outro, para obter alguma vantagem.

Em alguns casos esse silenciamento e confinamento também ocorrem pela ação estatal em nome de uma segurança contra o crime, com ações de ocupação policial/militar de áreas pobres que passam a ser denominadas como redutos de criminosos, sendo uma prática comum em todo o Brasil, utilizada como propaganda política em diversas esferas.

No meu caso, uma das preocupações familiares era justamente o medo do crime e dos criminosos e que as formas de "defesa" estavam limitadas ao "cuidado pessoal" e em não se tornar uma "vítima". Esse medo do crime, da violência ou dos criminosos é um fato comum no Brasil, em virtude dos elevados índices de crimes registrados, sendo que o homicídio atingiu mais de 60 mil casos apenas em 2017, segundo dados do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2018 (FBSP, [20--]). Ainda que na década de 1980, não existisse muita preocupação com índices de criminalidade, a sensação de medo era muito grande, em especial nas periferias das grandes cidades.

Esse medo também está ligado ao que se denomina de "cultura do medo" (GLASSNER, 1999), em virtude das constantes reproduções midiáticas e também pela criação de fatos não verdadeiros que acabam por criminalizar grupos específicos, como exemplo, a criminalização dos imigrantes e também a criminalização dos movimentos sociais. Rodrigo Gusso Bueno explana bem essa situação da implantação de "medos" a partir de estereótipos criados ao longo dos tempos:

Talvez daí também provenha a minha noção (outra vez, inconsciente) da primeira criação de estereótipos, estigmas e caricaturas, principalmente de indivíduos que não faziam parte do meu mundo social, ou, numa visão marxista, da minha classe social, entre eles, aqueles 'sujeitos-sujeitáveis' criminalmente ou, mais ainda, aqueles simplesmente valorados pelas suas condições sociais, raciais ou econômicas. Assim fez-se o meu primeiro contato com o atual discurso simétrico: crime = preto, pobre ou puta, numa época em que as recomendações de segurança se restringiam a uma simples frase: 'Cuidado com os maloqueiros!'. O cotidiano de obviedades se resumia na pragmaticidade do dia a dia e me inquietava no contexto socialmente aceito, quer dizer, na forma com que alguns eram os 'escolhidos' da expiação social, ou melhor, pelo fato de que somente alguns eram sujeitáveis a uma reprimenda social, seguida de uma reprimenda penal e finalizada por um enorme esculacho midiático (BUENO, 2013. p. 31).

Esse “medo”, construído a partir de falácias, gera inimigos e a guerra passa ser o cotidiano das pessoas tentando destruir o “inimigo criado” <sup>16</sup>, seja ele qual for, e ainda que a “guerra” possa parecer um fato social (e comportamental) exclusivamente “masculino” e possa ser transmitida de geração para geração enquanto um padrão exclusivo para os “meninos”.

Florestan Fernandes (2006, p.179) afirma que ela, a guerra, afeta também o universo feminino, sendo que as mulheres possuíam, e possuem ainda nos conflitos bélicos atuais, funções que não seriam de natureza “militar” especificamente, e nesse caso entendemos que o “combate” seria uma atividade “militar”.

Em outras épocas também era comum às mulheres acompanharem seus maridos nos deslocamentos para participarem das batalhas, ficando a cargo de funções como cozinhar e atender aos feridos nos combates. Por diversos conflitos ao redor do planeta, a participação feminina sempre foi intensa, mas sempre relegada a funções de não combatentes e que no mundo masculino sempre foram colocadas como não importantes.

Nesse sentido, entendo que essa “infância militarizada” é muito mais comum do que muitos imaginam, pois perpassa por toda a história da humanidade e nos atinge de forma cotidiana, ainda que seja interpretada como algo “normal” e supervalorizada. Jordi Calvo Rufanges (2016, p. 14) define esse processo como “*Los procesos de militarización social*”, sendo comumente aplicado na educação formal ou informal. Ainda durante a infância, sempre tive admiração pelos carros de polícia, mas também tinha certa dose de medo, uma vez que ainda estávamos numa ditadura civil-militar em que as instituições policiais detinham enorme controle sobre a vida e a morte das pessoas.

Recordo de uma manhã em que minha mãe me guiava nas proximidades da estação de trens urbanos da Luz, em São Paulo (não me recordo o destino), acredito que na segunda metade da década de 1970, quando passamos perto de um fusca da Polícia Militar de São Paulo, e fiquei olhando, em uma natural curiosidade infantil e minha mãe me chamou minha atenção para que não olhasse para aquele carro, pois era “da polícia e podia ser perigoso”.

---

<sup>16</sup> A criação de inimigos é uma característica do processo de militarização. Essa prática é normal, especialmente nas políticas de segurança pública. Esses inimigos variam de acordo com as décadas: imigrantes; comunistas; pobres urbanos ou rurais, pequenos viciados etc.

Esse fato, talvez traduza o pensamento de grande parte da população sobre as nossas instituições policiais, sejam elas civis ou militares, pensamentos esses carregados de noções formadas por constantes fatos violentos na história da nossa formação. As polícias, nesse caso, como representantes de um Estado que na maioria das vezes não é democrático e nem busca atender às demandas populares, atende sempre as demandas de poderosos grupos econômicos e políticos.

A saída de uma grande empresa metalúrgica, em virtude de uma crise econômica e a escassa oferta de empregos após esse período, direcionou-me ao concurso de soldado da Polícia Militar do Paraná. Através de um concurso público, no mês de março de 1993 fez com que eu “assinasse o livro”, que nada mais é do que uma antiga referência ao fato de tomar posse na Polícia Militar do Paraná.

Alguns anos atrás esse fato não tinha nada de especial, porém atualmente é feita uma solenidade mais formal com os novos policiais militares que são recebidos em uma cerimônia na frente do palácio Iguaçu. Esse cerimonial é uma forma também de propaganda política por parte dos governadores, numa clara alusão a investimentos em segurança pública. Conversando informalmente com um policial com pouco tempo na Polícia Militar, ele me disse que isso ainda é realizado. Em outras funções públicas seria o equivalente a tomar posse de um cargo. Como Martins afirma “Em sociedades que passam por grandes transformações, como a nossa tem passado, biografias são gestadas no acaso de momentos e de circunstâncias cambiantes” (2013, p. 9).

Nesse sentido, a entrada na Polícia Militar foi fruto de uma transformação, um momento de crise pelo qual a economia passava (a abertura das importações e a desindustrialização), que proporcionou essa nova profissão que irei descrever no subcapítulo seguinte. Dessa forma, posso afirmar que, ao viver essa “hipermilitarização do eu” através dessa cultura militarista, o “campo”, o entrelaçamento entre a vida e a pesquisa, e como afirma Jean-Claude Combessie: “Observar é viver com ou, ao menos, estar próximo, ao alcance; é olhar de perto.” (2004, p.26).

Nessa situação, sou o observador (pesquisador) e também o observado, de vários pontos de vista<sup>17</sup>, também sou meu próprio informante durante a pesquisa, que como já afirmei várias vezes, pesquisador e objeto não se separam nesta tese.

## 1.2 “VOCÊ FALA TÃO MAL DE MILITAR QUE EU MAL ACREDITO QUE VOCÊ FOI MILITAR A VIDA TODA, QUASE APOSENTANDO!” UM NATIVO QUE SE DESLOCOU OU UM DESLOCADO NATIVO?

O estranho e estrangeiro tem a vantagem sociológica de ver de fora para dentro e, nesse sentido, compreender mais e melhor, mais objetivamente o que vê, descreve e analisa. Seu estranhamento natural cumpre com mais facilidade uma função metodológica. Mas o de dentro vê mais e melhor as sutilezas da vida social que banalizam o ver e o compreender, tornando-as patrimônio pessoal oculto daqueles que alguns autores definem como *membro* daquela sociedade. Só o membro domina naturalmente o que o estranho dificilmente dominará e compreenderá. MARTINS, José de Souza. *Uma Sociologia da vida Cotidiana* (2014, p. 35).

O termo “nativo” utilizado no título teve o propósito de referenciar ao termo da Antropologia. Nas palavras de Wellington da Silva Conceição:

Tal termo passou a ser utilizado na antropologia, inicialmente, para facilitar a diferenciação e classificação entre pesquisadores e pesquisados, por meio do apelo à origem naquele grupo ou espaço (a natividade) onde se desenvolvia a pesquisa. À medida que a antropologia amplia seu campo de pesquisa para além daquelas sociedades definidas como ‘tradicionais’, todos se tornaram (de certa forma) nativos de algum grupo social. (2016, p.42).

Nesse contexto, gradativamente, surgiram vários pesquisadores de dentro de grupos que outrora só recebiam “estrangeiros” como etnógrafos, e muitos deles escolheram, como objeto de sua pesquisa, a sociedade à qual pertenciam. Essa é uma questão que perpassa a Antropologia, podendo ser aplicada nas diversas Ciências Humanas. O autor afirma ainda a existência de uma denominação não balizada (nativo-etnógrafo), com a qual me identifico.

A frase que nomeia esta seção me foi dita por um colega do Curso de Formação de Cabos da Polícia Militar do Paraná (o curso foi no segundo semestre de 2014). O colega me disse essa frase enquanto debatíamos, em um aplicativo de mensagens pelo telefone celular, sobre algumas questões de segurança pública, no

---

<sup>17</sup> Pela sociedade como policial militar, pelos policiais militares como pesquisador, pelos colegas do setor que trabalho como “mais um colega de trabalho”

começo do ano de 2018. Essa frase <sup>18</sup> reflete a posição de crítica que tenho sobre o modelo de segurança pública no Brasil e que não é percebida por muitos policiais militares como correta, tendo em vista a aceitação do modelo militarizado de polícia, que não permite críticas à instituição por parte de seus integrantes.

Em dezembro 2019, fui promovido à graduação de 3.º Sargento, por força de uma mudança na Lei de Promoção de Praças (graduações de soldado até subtenentes, ainda que estes últimos sejam denominados Praças Especiais). Anteriormente, as praças tinham que realizar concursos internos para ascender na carreira, o soldado tinha que fazer o concurso de cabo e ser aprovado no curso e o cabo tinha que passar na prova do concurso de sargentos e também no curso para ser promovido. Diferentemente dos Oficiais, que após serem aprovados no Curso de Formação de Oficiais, ascendiam regularmente em virtude de “pontos” acumulados em decorrência do tempo de serviço, cursos e conceitos positivos.

Após a modificação da Lei Estadual 5.940/69, as praças também têm a oportunidade de acumular pontos e serem promovidos com base nos mesmos critérios (ainda que eles não sejam totalmente claros). Interessante notar que, mesmo sendo uma lei que beneficia uma categoria profissional, ela acaba por promover uma nova forma de “classificação social” de seus integrantes, nesse caso, a nova “classificação social” seria a do “sargento sem curso”, termo que já utilizaram para me “classificar”.

Essa classificação tende a ser utilizada pelos policiais que frequentaram o curso de sargentos para se referir pejorativamente aos que não cursaram em virtude da nova lei. Atualmente os sargentos promovidos com base nessa nova lei devem frequentar um curso denominado “Curso de Sargentos”, que visa a determinar uma possível classificação para promoções após o fim desse período <sup>19</sup>.

Essa situação também acontece entre os oficiais que se dividem em duas “categorias”: aqueles que cursam o Curso de Formação de Oficiais (CFO), que tem 3 anos de duração, e os que cursam o Curso de Habilitação a Oficial (CHO), que tem duração de 2 anos (o curso CHO é uma modificação do antigo quadro de oficial

---

<sup>18</sup> Que embora não tenha sido pronunciada em uma entrevista para este trabalho de doutorado, julguei ser importante estar aqui.

<sup>19</sup> É claro que também tem por objetivo ensinar muitos trâmites burocráticos definidos em lei para a função de Sargento, em especial os trâmites de polícia militar judiciária, como apuração de transgressões disciplinares de subordinados e a atuação como escrivão em Inquéritos Policiais Militares (IPM), Inquéritos Técnicos (IT) etc.



administrativo, QOA). Geralmente se referem a esses oficiais (CHO) como aqueles que não têm “sangue azul”, sendo que os outros (CFO) teriam o “sangue azul”.

A minha entrada na Polícia Militar do Paraná foi condicionada a alguns fatores a destacar o da necessidade de certa estabilidade financeira em um momento de crise econômica, mesmo que o salário não fosse tão atrativo. Um fato interessante, associado ao fato de termos uma crise econômica “constante” até a implementação do plano econômico denominado “plano Real”, é que encontrei alguns colegas na Polícia Militar, seja de estudos da adolescência, seja do curso profissionalizante.

Alguns desses colegas haviam prestado o serviço militar obrigatório e com a escassez de empregos, a Polícia Militar foi a opção de um emprego estável e com a possibilidade de alguma emoção cotidiana. Dessa forma fica claro que na falta de empregos que possam oferecer uma estabilidade no setor privado, a opção para trabalhar na segurança pública, acaba sendo uma opção.

A sociabilidade guerreira está associada ao fato de ter vivido uma infância e adolescência numa cultura fortemente relacionada ao processo de militarização <sup>20</sup>. Ainda que tivesse um grande interesse por assuntos militares, eu não fui selecionado para o serviço militar obrigatório nas forças armadas brasileiras, sendo que o trabalho na Polícia Militar foi minha primeira experiência “militar”, e ainda que a atividade seja o “policiamento ostensivo”, a principal ideia nas polícias militares é a cega obediência às normas militares.

Abro aqui um parêntese importante para explicar como funciona a estrutura das Polícias Militares (no geral elas possuem quase as mesmas características em todos os estados da federação). As Polícias Militares possuem uma organização verticalizada no tocante as suas unidades e diretorias, sendo essa formatação oriunda das Forças Armadas.

Utilizaremos o modelo da Polícia Militar do Paraná, doravante PMPR, como exemplo, pois é a instituição que trabalho e que posso proporcionar uma descrição mais acurada. De uma forma macro, a PMPR é dividida em três grandes órgãos: direção, apoio e execução.

Os órgãos de direção são o Comando Geral; Subcomando Geral; Estado Maior e mais recentemente (criada em 2010) a Corregedoria da Polícia Militar. Em

---

<sup>20</sup> É claro que ainda influenciado por uma forte cultura machista, comum em nossa sociedade e em diversas outras.



tese, os três primeiros órgãos têm por finalidade ditar as políticas de segurança pública dentro da instituição PMPR. O Estado Maior é responsável pela administração de toda a estrutura da PMPR (pessoal, financeira, logística e de ensino), sendo dividido em setores denominados: PM1 (pessoal); PM2 (informações/inteligência); PM3 (operações, ensino e pesquisa); PM4 (logística); PM5 (comunicação social) e PM6 (planejamento orçamentário).

A Corregedoria é responsável pelas investigações administrativas e também por apoiar os demais órgãos do sistema de justiça criminal no sentido de apurar irregularidades administrativas e criminais dos seus integrantes (É normal a corregedoria apoiar o Ministério Público em diversos casos e também o contrário).

Os órgãos de apoio têm por objetivo atender as demandas internas da instituição. São divididos em Diretorias, sendo a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP); a de Apoio Logístico (DAL); Diretoria de Saúde (DS); Diretoria de Finanças (DF) e a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade (DDTQ).

Os órgãos de execução são aqueles responsáveis pelo policiamento rural, urbano e de proteção ambiental. Eles são divididos em Comandos Regionais de Polícia Militar (CRPM), em números de seis, cada um responsável por uma determinada área geográfica do estado (Figura 1).

Cada Comando Regional tem sob sua subordinação alguns batalhões de polícia militar e esses batalhões possuem uma divisão similar ao das unidades do Exército Brasileiro, ou seja, um batalhão é dividido em companhias e essas divididas em pelotões. Essa similaridade na divisão em “comandos regionais” é uma constante em todas as polícias militares, pois como afirma Luiz Eduardo Soares:

Segundo a Constituição, as polícias militares (PMs) são forças auxiliares e reserva do Exército (artigo 144, parágrafo 6º), e sua identidade tem expressão institucional por intermédio do decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983, do Decreto-lei n. 667, de 2 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-lei n. 1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-lei n. 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Isso significa que o Exército é responsável pelo 'controle e pela coordenação' das polícias militares, enquanto as secretarias de Segurança dos estados têm a autoridade sobre sua 'orientação e seu planejamento'. Em outras palavras, os comandantes gerais das PMs devem se reportar a dois senhores. Indicá-los é prerrogativa do Exército (artigo 1º do Decreto-lei n. 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que modifica o artigo 6º do decreto-lei n. 667/69), ao qual se subordinam, pela mediação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (que passou a integrar o estado-maior do Exército em 1969), as segundas seções (as PM2), dedicadas ao serviço de inteligência, assim como as decisões sobre as estruturas organizacionais, efetivos, ensino e instrução, entre outras. As PMs obrigam-se a obedecer regulamentos disciplinares inspirados no regimento vigente no Exército (artigo 18 do Decreto-lei n. 667/69) e a seguir o regulamento de administração do Exército (artigo 47 do Decreto n. 88.777/83), desde que este não colida com as normas estaduais. (2019, p. 31).

Essa regulamentação vinculada ao Exército é a norma em todas as polícias militares, salvo algumas pequenas modificações pontuais, como alguns regulamentos disciplinares próprios. O resultado disso é descrito por Soares da seguinte forma:

Há, portanto, duas cadeias de comando, duas estruturas organizacionais, convivendo no interior de cada Polícia Militar (PM), em cada estado da federação. Uma delas vertebrada a hierarquia ligando as praças aos oficiais, ao comandante geral da PM, ao secretário de Segurança e ao governador; a outra vincula o comandante geral da PM ao comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da república. Apesar da autoridade estadual sobre 'orientação e planejamento' a principal cadeia de comando é a que subordina as PMs ao Exército. Não é difícil compreender o primeiro efeito da duplicidade assimétrica: as PMs estaduais constituem, potencialmente, poderes paralelos que subvertem o princípio federativo. (2019, p. 31).

Mesmo existindo uma subordinação legal ao Exército, o que se verifica é que ela está no campo das relações de poder institucional, uma vez que, por exemplo, mesmo tendo que solicitar autorização para compra de armamentos como fuzis, muitas vezes as compras são efetuadas antes da autorização do Exército, sendo efetivada após o recebimento das armas. Eu recordo que na região de Maringá, alguns comerciantes encomendaram dois Fuzis Automáticos Leves (FAL), em calibre 7,62 mm da Imbel (Indústria de material Bélico do Brasil) e esses chegaram via Correios, sem maiores burocracias, sendo que os policiais da região estavam em Curitiba para descobrir como fariam o registro dessas armas no patrimônio da Polícia Militar. Esse

fato não é incomum, sendo que várias cidades fazem esse tipo de doação para as Polícias Militares.<sup>21</sup>

As divisões podem ocorrer de acordo com as necessidades dos critérios técnicos da segurança pública, porém existem alguns fatores alheios ao campo da segurança pública, por exemplo, o pedido de criação de unidades por autoridades políticas, fato esse que é normal.

Essa interferência política é extremamente forte no campo da segurança pública nacional, fazendo com que a instituição não se modernize, conforme Leal (2012, p.191), permanecendo em um período pré-republicano no tocante ao funcionamento das instituições como um todo. Com essa interferência, que é enorme e não proporciona uma autonomia efetiva para a polícia, Robert Reiner considera que:

Essa noção de neutralidade política, ou independência da polícia, não pode resistir a nenhuma consideração séria. Ela se apóia em uma concepção indefensável e estreita do 'que é político', ao restringir esta noção ao conflito partidário. Em um sentido mais amplo, todos os relacionamentos que têm uma dimensão de poder são políticos. Nesse sentido, a polícia é, inerentemente e sem escapatória, política. (2004, p. 28).

Porém em alguns casos, como acontece na política brasileira, as decisões não são tomadas para beneficiar a coletividade, mas sim para atender a demanda de um determinado grupo ou até mesmo de uma determinada pessoa com influência política, nesse sentido Reiner também afirma que:

Entretanto, se o policiamento é uma atividade inerentemente política, isto não significa que normalmente deva, ou deveria, ser visto dessa forma. O policiamento pode ser inexoravelmente político, mas não deve ser politizado, isto é, o centro de controvérsias políticas claras a respeito de sua conduta, táticas ou modo de operação e de organização. Como quando andamos de bicicleta, o policiamento é o tipo de atividade na qual somente se pensa quando a roda sai do lugar. Quando as coisas estão indo bem, ele é uma rotina não discutida, socialmente invisível. (2004, p. 30).

Mesmo não tendo sido implementada, existem informações no sentido de que seja efetivada a criação de um Comando Regional responsável pelas unidades especializadas (Bope, Cavalaria, Batalhão de Trânsito, Batalhão de Patrulha Escolar

---

<sup>21</sup> Para alguns exemplos dessas situações, ver Oliveira (2016), RPC Guarapuava (c2020) e Costa (2017).

Comunitária, Batalhão de Polícia Ambiental e Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual).

Essas novas divisões de comandos regionais aparentam ser uma tentativa de demonstrar inovação, eficiência administrativa ou de busca por melhorias no atendimento prestado à população. Porém muitos policiais militares, principalmente os praças, tem a clara ideia de que não passam de um subterfúgio para a criação de novas vagas para os cargos ocupados pelos oficiais, uma vez que as vagas criadas para os oficiais, para trabalhar nesses comandos regionais, não vieram acompanhadas das vagas destinadas aos praças.

Além desses comandos regionais, foram criadas outras unidades, especializadas, por exemplo, o Bope, e territoriais, como o Batalhão de Fronteira ou a 9.<sup>a</sup> Companhia Independente de Polícia Militar. Essa pequena explicação de como funciona a polícia militar será importante para entender o processo de hipermilitarização que iremos aprofundar nos capítulos seguintes.

Figura 1 – Mapa com a área dos Comandos Regionais da Polícia Militar do Paraná



Fonte: PMPR.

Retomando a discussão sobre o processo de sociabilidade violenta em uma sociedade machista, posso ainda afirmar que a vida nessa sociedade que tem a violência como um elemento fundador tão expressivo, essa “sociabilidade violenta”

tão bem-conceituada por Machado (2008), vai influenciar como as polícias são formadas para a guerra, sempre utilizando a violência como forma de moldar seus soldados. Para Huggins *et al* (2008, p. 273), “O processo de aviltamento e remodelagem da identidade começava antes mesmo que muitos treinandos tivessem ao menos chegado à Academia da Polícia Militar.”, já na forma como eram transportados “sobre a carroceria nua de um caminhão – como gado sendo levado para o matadouro.”.

Associados, esses fatores, uma infância baseada numa cultura militarizada e com a preponderância de uma sociedade baseada na ideia da dominação masculina, foram preponderantes para a minha entrada nessa “instituição total” (GOFFMAN, 1974). Esses processos sociais não estão separados em nenhum momento e todos eles acabam por estar inseridos num *habitus* cotidiano e que tem na masculinidade um elemento orientador da sociedade, em que Bourdieu afirma:

Este investimento primordial nos jogos sociais (*illusio*), que torna o homem verdadeiramente homem – senso de honra, virilidade, *manliness*, ou, como dizem os cabilas, “cabilidade” (*thakbaylith*) – é o princípio indiscutido de todos os deveres para consigo mesmo, o motor ou móvel de tudo que ele *se deve*, isto é, que deve cumprir para estar agindo corretamente consigo mesmo, para permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa idéia de homem. É, de fato, na relação entre um *habitus* construído segundo a divisão fundamental do reto e do curvo, do aprumado e do deitado, do forte e do fraco, em suma, do masculino e do feminino, e um espaço social organizado segundo essa divisão, que se engendram, como igualmente urgentes, coisas a serem feitas, os investimentos em que se empenham os homens e as virtudes, todas de abstenção e abstinência, das mulheres. (2003, p. 61, grifo do autor).

A minha formação como Soldado da Polícia Militar aconteceu na Companhia de Polícia de Choque (na qual permaneceria por 12 anos). Durante o curso de formação de soldados policiais militares, ficou evidente a necessidade do descolamento entre a vida “civil” e a do policial militar, sendo que a ideia da guerra e do conflito já ficava evidente, além do fato de que a formação técnica propriamente dita não se inicia no primeiro dia, ficando os “recrutas” relegados a serviços de faxina e manutenção das instalações.

Esse processo foi, para alguns colegas, muito mais tranquilo, pois já tinham a experiência do serviço militar obrigatório<sup>22</sup>. Para alguns que não tinham essa

---

<sup>22</sup> Em muitas polícias militares, os oficiais temporários do Exército eram aceitos como oficiais de carreira, pois essas instituições não possuíam cursos de formação de oficiais, pois eram Estados novos,

experiência, esse período pode ter sido um pouco mais de difícil adaptação. Na manhã do primeiro dia fomos informados que deveríamos voltar após o almoço com “roupas de briga” que não era nada além de roupas para usar na “faxina”.

Essa é uma prática comum nos quartéis das Forças Armadas e também das Polícias Militares no Brasil<sup>23</sup>, uma mão de obra de certa forma barata, mas que no jogo social da instituição serviria para ajudar na formação do espírito de corpo, assim como as instruções de ordem unida, numa clara necessidade de se docilizar os corpos, (FOUCAULT, 1987, p. 117).

Um fato que deve ser também analisado como uma suposição da construção de uma lealdade entre o grupo foi quando, na primeira semana em que estávamos na polícia militar, o Sargento<sup>24</sup> responsável pela nossa turma, nos colocou em forma e pegou um “coquinho” (também conhecido por butiá, e cientificamente denominado “Butiá Capitata”) e fez que essa fruta passasse pela boca de cada novo policial, inclusive do primeiro, que já pegou o “coquinho” todo mastigado e babado.

Essa forma de formação do espírito de corpo e da coesão entre a turma tinha ainda um elemento “agressivo” e também de “sociabilidade violenta”, que podemos aqui vincular ao que citamos anteriormente: a sociabilidade guerreira. Essas atividades são comuns entre militares, sejam de qualquer país e visam a formar o que se chama de “espírito de corpo” (ideia de pertencimento ao grupo, especialmente entre os militares). Sobre a internalização violenta, Byung-Chul Han afirma que:

---

por exemplo o Distrito Federal e também em Tocantins. Esses oficiais ainda podem ser encontrados nessas instituições, porém a maioria já deve ter se retirado do serviço ativo e em uma conversa informal com alguns policiais militares do Distrito federal, eles consideravam essa forma de contratação de oficiais um grande atraso na modernização daquela instituição, pois mantinha as rotinas, culturas e procedimentos do Exército Brasileiro. Essa é uma forma muito comum de relacionamento institucional que consideramos fundamental para a manutenção e aprimoramento do processo de hipermilitarização da segurança pública no Brasil. Esse processo também foi comum na formação de algumas Guardas Municipais após 1980, pois o viés formativo dessas instituições era (e ainda é) (para) militarizado na sua estrutura.

<sup>23</sup> Para um melhor entendimento da rotina das praças das instituições policiais militares, em especial o período de formação do curso de soldados bombeiros militares, ver Henri Ternes de Oliveira (2018).

<sup>24</sup> Os cursos de formação de soldados nas polícias militares, geralmente, possuem um coordenador (geralmente um oficial no posto de tenente) e um sargento (o sargenteante), que faz as vezes de responsável quando o oficial não se encontra junto a turma. Essa disposição pode variar de estado para estado e de unidade para unidade militar).



Também a técnica de dominação lança mão da internalização da violência. Ela provê mecanismos para que o sujeito de obediência internalize as instâncias de domínio exteriores transformando-as em parte componente de si. Com isso, exerce-se o domínio com muito menos desgaste. Também a violência simbólica é uma modalidade que se serve do automatismo do costume. Ela se inscreve nas coisas autoevidentes e naturais, nos modelos de percepção e de comportamento que se tornaram hábito. A violência, de certo modo, é *naturalizada*. (2013, p. 31, grifo do autor).

Nas Ciências Sociais, de forma geral, as questões relacionadas à violência e à agressividade não podem ser tratadas como algo inerente ao ser humano, em especial em casos de guerra.

Talvez esse tabu seja em virtude das questões relacionadas ao que se chama determinismo biológico, o fato de ter sido utilizado como forma de impor uma “superioridade racial”, que não existe, uma vez que são modelos criados pela imaginação de alguém ou de algum grupo e que já se comprovou cientificamente que não é verdadeiro, apesar ainda permanecer no imaginário humano como uma verdade.

Além dessa situação com a fruta butiá, durante o curso aconteciam, principalmente quando a turma estava sem alguma aula<sup>25</sup>, aconteciam os “chás de mantas”, que não passavam de agressões físicas que consistiam em vários colegas agredindo um em virtude de ter feito algo que desagradasse o “sargenteante” ou que fosse contra a maioria da turma.

O termo aluno é frequentemente utilizado de forma pejorativa quando algum policial mais antigo ou superior hierárquico quer menosprezar a pessoa que está iniciando na profissão. Quando se ingressa na Polícia Militar do Paraná, a graduação será a de soldado de segunda classe e depois de formado (ou passado a pronto no jargão militar) ele será “promovido” a soldado de primeira classe.

Essas agressões eram denominadas “chazão” (sic) em uma referência ao costume (chá de manta), entre os militares, de se aplicar castigos físicos aos integrantes de determinada equipe que por qualquer motivo não se harmonizam com o ritmo dos treinamentos e acabam prejudicando todos os demais perante os superiores hierárquicos.

---

<sup>25</sup> Ou como era definido no horário das aulas: A.D.C., ou seja, à disposição do Comando, que nada mais eram do que horários vagos em que a “tropa” de alunos poderia ser designada para qualquer tipo de serviço, mas quando não havia nenhuma “missão”.

O castigo consistia em cobrir a vítima com um cobertor enquanto os demais o agridem por algum tempo. Nesse processo o recruta começa a internalizar que a violência física pode ser utilizada contra qualquer pessoa que não atenda determinadas regras coletivas e isso passa a ser utilizado no cotidiano do policiamento.

Essa forma de agir violentamente contra outros integrantes também possui outras variações. Seja nessa unidade específica que trabalhei ou em outras. Essa situação também não é restrita aos militares, sendo observada em outros tipos de agremiações estudantis (o famoso trote das universidades), e que vai proporcionar a ideia de pertencimento ao grupo.

Nessa unidade específica que aqui serve de exemplo (ou serve de campo), tem ainda outras formas violentas de integração, por exemplo “morder as nádegas” de um novo integrante ou de algum colega que cometeu algum ato que não é esperado pelo grupo (sendo que o que recebe as agressões está imobilizado pelos outros colegas).

Outra situação que existe nessa tropa é o “chá de boina”, que consiste em fazer um “corredor” com policiais de ambos os lados segurando suas boinas em forma de um pequeno porrete, o integrante mais novo, aprovado em um estágio probatório interno tem que passar caminhando e recebendo “boinadas”.

Essa “atividade” não é uma novidade e constitui uma prática comum em diversos treinamentos policiais, sendo utilizada como forma de deixar o treinando mais duro para o serviço. Além dessa prática escolar, a boina com o símbolo de metal, era utilizada como instrumento de tortura durante a ditadura militar iniciada em 1964 (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 284).

Esses rituais não são entendidos pela maioria dos integrantes como negativos (ainda que já tenham gerado um inquérito na Vara da Auditoria da Justiça Militar do Estado do Paraná, por que um policial militar não gostou de ser “mordido na bunda” e registrou uma queixa, porém o inquérito policial militar foi arquivado) e são até mesmo incentivados para dar uma ideia de “espírito de corpo” dentre os integrantes, sendo que gera uma espécie de imagem para os policiais, que mesmo não permanecendo mais no grupo, sempre será lembrado como um integrante e será reverenciado pelos mais novos. Hoje, são comuns algumas unidades de policias militares no Brasil, gravarem vídeos repetindo o ritual “Haka” (divulgado nas redes sociais, em especial no WhatsApp).



Esse ritual foi popularizado após ser feito por uma equipe de rúgbi da Nova Zelândia, e tem por finalidade demonstrar união e força, e fica clara a ideia também da disseminação da “violência” entre as forças policiais, uma vez que elas deveriam trabalhar com base nas leis e não em torno de um “espírito de corpo”. Essas situações de agressões físicas e também de valorização da violência como formação de tropas policiais/militares também é uma forma de docilização dos corpos (FOUCAULT, 1987) associada aos processos de sociabilidade violenta (MACHADO, 2008) e da sociabilidade guerreira que já discutimos anteriormente.

Além da manutenção dessa rotina de agressões corretivas constantes, em algumas disciplinas, o uso de gás lacrimogêneo era uma constante. Em uma aula de armamento e tiro, o instrutor jogou no chão uma ampola desse gás na forma líquida, que ao evaporar produzia o efeito de ardência nos olhos e vias respiratórias e em áreas da pele que estivessem úmidas. Lembro que a sala de aula foi limpa e teve seu chão encerado por várias e várias vezes, sem que o efeito diminuísse.

Essa forma de agir ainda persiste nas instituições policiais/militares, e sobrevivem mesmo depois que as academias e escolas de formação de policiais tenham admitido em seus currículos escolares, nos mais diversos cursos, a disciplina de Direitos Humanos.

Esse assunto ainda é considerado um tabu e também não surtiu efeitos em longo prazo<sup>26</sup>, diante de inúmeras denúncias de práticas abusivas seja contra a população civil, alvo de constantes abusos, seja nos treinamentos que às vezes acabam por resultar em mortes devido aos excessos cometidos pelos instrutores.

Outro fato que chama a atenção e é muito comum nas academias militares ou mesmo em instituições que formam policiais (ou guardas municipais e até mesmo guardas patrimoniais de empresas privadas) é a necessidade constante da humilhação pública (entre os demais integrantes da unidade e também de outras unidades).

Nesse caso, situações típicas daquelas das instituições totais, em que existe a necessidade da autoafirmação dos funcionários que são mais velhos e no sentido de descolar a “vida civil” ou os hábitos anteriores de uma pessoa (GOFFMAN, 1974).

---

26 A Polícia Militar do Estado de São Paulo inseriu a disciplina de Direitos Humanos nos seus cursos para Oficiais da Academia Policial Militar do Barro Branco em 1994, e consistia em uma carga horária de 36 horas em um curso com um total de 3.153 horas, totalizando 1,01%, de acordo com Souza (2013, p.103). Em âmbito nacional, esse processo vai ser iniciado em 1996 com o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) (FRANÇA, 2012b, p 452).

No caso das empresas privadas de formação de vigilantes particulares, existe ainda a questão da “inserção no mercado de trabalho”. Lembro-me de uma colega que ministrava aulas em uma dessas empresas de formação de vigilantes e ela afirmava que ministrava as suas aulas com os alunos em pé e com os braços para trás unidos pelas mãos, com os pés afastados na clássica posição “descansar” dos militares.

Ela afirmava que uma empresa não iria contratar alguém “molambo” ou “desleixado”, por isso ela cobrava a postura dos alunos. Nesse caso, podemos verificar uma forte inserção dos valores castrenses no mercado de trabalho. Isso pode ser confirmado após o lançamento do livro e do filme *Tropa de Elite*, do diretor José Padilha, que foi transformado em bordões do tipo: “tropa de elite nas vendas”; “tropa de elite do marketing” etc. Isso cada vez mais confirma que a sociedade é militarizada em sua origem e valoriza esses valores cada vez mais.

Nesse caso a situação foi vivenciada por este autor. Logo no primeiro turno de 24 horas que iria trabalhar, fomos solicitados a doar sangue para um parente de um policial militar (a prática de encontrar doadores de sangue nas unidades militares é muito comum no Brasil, em que cada doador pode ser dispensado através de um atestado médico, como forma de incentivar as doações).

Eu e mais alguns fomos voluntários <sup>27</sup>, e como de praxe fomos dispensados daquele turno e nos apresentamos no dia seguinte no horário normal e entramos em forma. Um cabo de um dos pelotões de serviço, que inclusive foi paraquedista do Exército Brasileiro começou a vociferar palavras de baixo calão para aqueles que haviam doado sangue e fez com que todos “pagassem flexões” <sup>28</sup>, sendo que ainda continuava vociferando seu ódio contra os “que quiseram enganar o serviço”.

Huggins; Haritos-Fatouros e Zimbardo (2006, p. 274) novamente relacionam essa forma de tratar os recrutas com o período ditatorial, sendo os recrutas recebidos com “uma enérgica esculhambação sobre a aparência suja e desordenada dos treinados e da sua falta de ‘disciplina militar’.” Esse modelo continua até hoje, em uma escala um pouco diferenciada, sendo que em alguns momentos maior e em outros menor, mesmo que em tempos democráticos.

---

<sup>27</sup> Doar sangue sempre foi uma ação que pratiquei após os 18 anos.

<sup>28</sup> Exercício que consistem em ficar apoiado com os braços e pés em posição paralela ao solo e erguer o peso do corpo com os braços.

Essa situação é o que Fábio Gomes de França (2012a, p. 83) vai denominar de “pedagogia do controle”, mas um controle baseado no “medo das anotações” ou “pelo medo de que cada passo que se é dado”. Essas afirmações, colhidas em um Curso de Formação de Oficiais não diferem de nenhum outro curso dentro de qualquer Polícia Militar no Brasil, com alguns casos de mortes durante os cursos por abusos dos mais variados, numa clara aplicação de uma “pedagogia do sofrimento” (FRANÇA; GOMES, 2015).

Ainda que toda pedagogia seja uma forma de controle, essa afirmação não me parece redundante, pois ainda podemos e devemos pensar em uma pedagogia que liberte como proposto pelo educador Paulo Freire, e que no meio policial/militar não encontra acolhimento, pois para as escolas de formação desses profissionais a autonomia não é uma escolha, a escolha é obedecer ao regulamento e o superior, sem contestação.

Em outra oportunidade, após alguns meses no curso, fui convocado a doar plaquetas (um processo um pouco mais demorado que a doação de sangue) para outro parente de um policial militar, mas não peguei o atestado, para não ser novamente humilhado publicamente por algum outro superior ou mesmo por algum policial “antigo”. Essa é uma clara aplicação da “pedagogia do medo” para formar novos policiais, conforme Darlan Menezes Abrantes (2014, p. 41).

A justificativa era de que “teríamos que ser unidos” e “passar pelas adversidades juntos”, numa clara ideia de manter a coesão do grupo. Ainda que as instituições policiais tenham que ter como ideia de um trabalho individualizado nas ruas e que o profissional policial tenha que agir, muitas vezes, de forma independente, o modelo militar de polícia, ainda busca a manter sempre a ideia do grupo coeso e que não toma nenhuma atitude para que possa prejudicar outro colega, mesmo que ele esteja agindo de forma contrária às leis.

Essas situações de trabalhos braçais e cansativos, do término do “eu individual” em benefício do geral ou mesmo da aplicação da violência são explicadas por Goffman

Qualquer que seja a forma ou a fonte dessas diferentes indignidades, o indivíduo precisa participar de atividade cujas consequências simbólicas são incompatíveis com sua concepção do eu. Um exemplo mais difuso desse tipo de mortificação ocorre quando é abrigado a executar uma rotina diária de vida que considera estranha a ele – aceitar um papel com o qual não se identifica. Nas prisões, a negação de oportunidades para relações heterossexuais pode provocar o medo de perda da masculinidade. Em estabelecimentos militares, o trabalho obrigatório com minúcias evidentemente inúteis pode fazer com que os soldados sintam que seu tempo e esforço não tem valor. Nas instituições religiosas há disposições especiais para garantir que todos os internados realizem, por turnos, os aspectos mais ‘baixos’ do papel de empregado. Um exemplo extremo é a prática do campo de concentração, onde os prisioneiros são obrigados a surrar outros presos (GOFFMAN, 1974, p. 31).

O fato de se utilizar os “recrutas” para atividades de faxina ou mesmo em atividades sem um fim específico é um procedimento usual nos processos de iniciação nas forças armadas e/ou em academias de polícia por todo o mundo e que se perpetua historicamente.

Essa “normatização” fora da norma legal, ou seja, a utilização dos policiais e/ou militares em processo inicial da carreira para atividades de manutenção (corte de gramados, poda de árvores, pintura de muros e limpeza de banheiros), é, além de um processo de docilização dos corpos, uma espécie de normatização do castigo, ainda que não seja explicitamente demonstrado dessa forma, pois nas escolas militares existe a máxima “ides comandar, aprendeis a obedecer”, ou seja, é uma forma de se “reduzir o desvio” (FOUCAULT, 1987, p. 150).

Esse processo de transformação da vida civil para a dura vida militar também foi observado por Max Weber durante o período de treinamento básico no exército prussiano. O sociólogo alemão teve que passar pelo estágio inicial (treinamento dos soldados) e depois de promovido a oficial, elogiou as benesses de estar num posto superior do serviço militar no exército prussiano, também sentiu essa situação e descreve essa situação de forma clara:

[...] incrível desperdício de tempo exigido para domesticar seres pensantes e transformá-los em máquinas que atendem a ordens com precisão automática. Espera-se que aprendamos a paciência observando, durante uma hora diária, toda sorte de coisas absurdas que são chamadas de educação militar. Como se, Deus meu! depois de três meses do manual de armas, durante horas diárias, e dos numerosos insultos dos mais miseráveis canalhas, alguém pudesse sofrer de falta de paciência! O candidato a oficial deve ser privado da possibilidade de usar sua mente durante o período de instrução militar. (WEBER, 1982, p. 20).

Aliado ao fato de utilizar o recruta para as mais diversas atividades alheias ao ensino da função policial, ainda se utiliza alguns dogmas de que as categorias de base não devam “pensar”, seguindo as normas, regras ou ordens de forma “cega”, conforme a afirmação de um coronel aposentado da Polícia Militar do Paraná:

[...] impedindo assim, a autonomia da vontade de quem está sob a égide da disciplina militar de entender, interpretar, ou analisar uma ordem em função de referências ou valores oriundos de convicções próprias. Em matéria de serviço, não vale o que se acha ou se pensa, mas fundamentalmente, a ética dos deveres, das obrigações e dos imperativos regulamentares. (VALLA, 2000, p. 76).

Esse discurso coletivo de que “a praça não pode pensar” é o discurso de guerra, no qual as ordens são dadas e pronto. Em situações policiais, o “pensar” pode ser a diferença entre morrer ou matar. Essa é uma prática comum em instituições militares e que proporcionam uma espécie de “infantilização” dos funcionários, que sempre devem perguntar o que fazer para alguém, retirando a autonomia e iniciativa dos policiais da ponta, que deveriam seguir as leis.

E ainda que exista uma propagação de que as instituições policiais militares são democráticas, elas não são, pois são, na essência, organismos militares que historicamente possuem uma estrutura verticalizada e que não funcionam com base na deliberação ou no debate.

Durante esse período, as adversidades foram as mais variadas para todos e maiores para aqueles que eram de outras cidades, pois a unidade em que estávamos não tinha estrutura para que eles lá residissem, sendo que o dormitório era o mesmo que o vestiário, privando todos de noites seguidas de descanso efetivo.

Essa situação de imprevisto nas instalações policiais militares (e também em outras) é uma constante por todo o país e mesmo nas academias de polícia não se encontram condições adequadas para o devido treinamento e a convivência tanto dos alunos quanto dos professores. Durante esse período, muitos instrutores não ministravam suas aulas com o devido cuidado e preparação e sabíamos que eles estavam ali apenas para receber as horas/aula em seus salários<sup>29</sup>.

---

29 Durante o curso de formação de Cabos Policiais Militares, em 2014, os instrutores que ministravam cursos, seja na Academia Policial Militar do Guatupê, ou nos cursos de formação em outras unidades, não recebem horas/aula, sendo que os instrutores tem que ser voluntários. Essa situação ocorreu em virtude da transformação do salário em subsídio que, em tese, não se previa o recebimento de outras formas pecuniárias salvo aquelas regulamentadas em lei, como é o caso de gratificações de função privativa policial no Estado do Paraná (as denominações mudam de secretaria para secretaria e não

O treinamento também era muito improvisado, pois a falta de recursos e a péssima infraestrutura eram notórias, inclusive para as aulas de tiro policial<sup>30</sup>. Durante o período de treinamento, a impressão é de um grande improviso na estrutura da polícia militar, impressão essa que não se desfez com o passar dos anos.

Abrantes ao escrever sobre a sua experiência no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Ceará no ano de 2001, também expõe os mesmos problemas, nesse caso a precariedade das instalações que frequentavam:

Professores militares não tinham a mínima condição de lecionar. Muitos estavam ali só para ganhar a gratificação no final do mês. O pior de tudo eram as péssimas condições que tínhamos que estudar. Passávamos o dia inteiro no quartel sem qualquer estrutura, para fazermos as nossas necessidades básicas era horrível, banheiros imundos; para se alimentar, faltava comida; material de estudo mal elaborado e sem contar com a pedagogia do medo, pois se não nos 'enquadrássemos' ao sistema, ficaríamos presos. (2014, p. 41).

Outro fator que chama a atenção no tocante ao improviso no cotidiano das instituições policiais brasileiras, é que estava cursando o período básico em uma unidade que era considerada a "elite" da Polícia Militar do Paraná, nesse caso a Companhia de Polícia de Choque (Cia. P. Chq)<sup>31</sup>, e os recursos materiais eram sempre muito velhos ou desgastados, sendo que as armas e coletes balísticos eram retirados no início do turno e devolvidos ao final do serviço, sendo que esses últimos sempre tinham um forte odor de suor, especialmente aqueles utilizados pelas equipes do serviço diurno, odor agravado pelas altas temperaturas do verão.

Um dos improvisos mais comuns é a prática de exigir que os policiais comprem seus equipamentos, sejam os coldres para as armas, cintos, porta-carregadores, lanternas e até mesmo algemas. Essa prática é comum, especialmente nos cursos de formação, pois o Estado não fornece de forma completa e contínua todos os equipamentos e peças dos uniformes.

---

contempla todos o funcionalismo público, criando uma espécie de elite dentro do funcionalismo). Sendo que atualmente esse problema foi solucionado.

<sup>30</sup> hoje as condições são um pouco melhores, com maior disponibilidade de munição para treinamentos e locais (estande de tiro) apropriados.

<sup>31</sup> A Cia. P. Chq. foi transformada em Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR) em outubro de 2010 e atualmente possui recursos materiais que os colocam entre as mais preparadas do Brasil. O batalhão conta ainda com uma Companhia de Operações Especiais (COE), uma Companhia de Operações com cães, duas Companhias de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (Rone), e duas Companhias de Polícia de Choque. Atualmente as condições logísticas dessa unidade são muito melhores do que no ano de 1993, quando iniciei o curso de formação.

Outro exemplo de improviso observado foi durante o Curso de Formação de Cabos Policiais Militares que frequentei no ano de 2014. A coordenação nos indicou duas salas com armários que seriam utilizados como vestiário e também como local de guarda de fardas e outros equipamentos utilizados durante o curso, e tivemos que comprar as fechaduras, pois as anteriores haviam sido retiradas, danificadas e até mesmo furtadas.

Quando o curso terminou, um colega me perguntou se eu levaria a fechadura que comprei, eu disse que deixaria para que outros pudessem utilizar e que o valor pago era tão pequeno e que outros poderiam se utilizar o armário em condições.

Quando fomos liberados nesse dia, após a formatura e o recebimento das divisas, todos se despediram e fomos retirar os últimos pertences e nos dirigimos ao estacionamento para sairmos da academia de polícia, outro colega nos avisou que um cabo “recém-formado” da nossa turma estaria retirando todas as fechaduras e que iria levar embora “pois poderia ser útil”!

Esse fator relacionado aos equipamentos individuais demonstra uma máxima que muitos policiais (de qualquer nível hierárquico) sempre falam em conversas informais: “a segurança pública é vista sempre como gasto e nunca como investimento”, e que na década de 1990, isso ainda era a máxima, sendo que os carros policiais (viaturas no linguajar dos militares e/ou policiais) sempre eram utilizados à exaustão, e com pouca ou nenhuma manutenção preventiva.

Ainda durante o Curso de Formação de Cabos, que acontecia no mesmo período que um Curso de Formação de Sargentos, informaram-nos que os alunos sargentos pediram para ter instruções com armas, além das pistolas. Armas como espingardas calibre 12, Carabinas .40 e também submetralhadoras, que são armas em uso cotidiano nas polícias militares.

A solicitação era coerente, pois os Sargentos poderiam ser solicitados a dar instrução depois de formados, porém a resposta que a coordenação do curso forneceu foi a de que “eles deveriam trazer essas armas de suas unidades e conseguir a munição, pois só havia sido planejado a utilização e pistolas para o curso de sargentos”. O nosso curso também só utilizou pistolas durante os treinamentos com armas de fogo.

Outro problema, que gera queixas constantes das praças de polícia militar, é que caso venham a sofrer algum acidente de trânsito com os veículos policiais,



provavelmente o motorista ou a equipe irá ter que arcar com os gastos do conserto, muitas vezes até para evitar uma punição administrativa.

Com o passar dos anos, isso foi se tornando menos recorrente e os investimentos amenizaram um pouco a situação, mas ainda existem situações de falta de equipamentos e da utilização de materiais reconicionados (ANIBAL, 2015), em especial os coletes balísticos e de armas produzidas com diversos defeitos, ocasionando problemas aos policiais (ALESSI, 2018). As constantes crises econômicas e fiscais tornam a manutenção dos equipamentos, e até mesmo as reposições salariais, uma eterna disputa entre servidores públicos e os governos.

Durante o período de formação, além das atividades relativas ao aprendizado para a função de policial militar e das atividades extracurriculares<sup>32</sup>, sendo que alguns executavam serviços na casa de alguns superiores, começamos a concorrer a uma escala de policiamento (isso depois de termos aprendido a utilizar armas de fogo e também depois das aulas de direito, ainda que fosse o extremamente básico).

Nesse período, a privação do sono era uma constante, pois o aluno<sup>33</sup>, além das atividades em sala de aula, tinha que participar das atividades de educação física, faxina, escalas de guarda das instalações físicas e o patrulhamento, ficando algumas vezes até 36/40 horas acordado.

Uma das escalas consistia em executar o policiamento a pé, no calçadão da rua XV de novembro e imediações, e que depois foi modificado para que ficássemos em umas plataformas de madeira, de modo que pudéssemos observar e sermos observados mais facilmente pela população.

Nesse período de estágio, tive a dimensão de como a cidade de Curitiba tinha crescido<sup>34</sup> muito e com inúmeras áreas de “invasão” ou mesmo de novos loteamentos,

---

<sup>32</sup> Faxinas e manutenção predial e aqueles que tinham conhecimentos em eletricidade, pintura e construção civil eram os que recebiam algumas regalias, por exemplo, não concorrer aos serviços noturnos e nos finais de semana

<sup>33</sup> Denominação dos militares quando estão em qualquer dos cursos, seja de formação ou aperfeiçoamento. Também pode ser denominado de recruta (termo que perdura até depois de algum tempo como policial efetivo). Após a formatura e a promoção para Soldado de 1ª Classe, o termo “moderno” também será utilizado. Na Academia Policial Militar do Guatupê (PMPR), os alunos mais novos são chamados de “bichos” pelos integrantes mais velhos. Aqui também fazemos uma observação sobre o termo (antigão), baseado nas observações de Elias e Scotson (2000, p.168), que afirmam que essa condição é sociológica e não está relacionada com a idade biológica, ou seja, essa condição é ligada a experiência da pessoa, que a coloca nessa condição.

<sup>34</sup> Meus pais migraram da cidade de São Paulo para Curitiba no final de 1977, para viver em uma cidade com uma condição de vida melhor e também para aproveitar uma oferta de emprego na cidade. A população de Curitiba era de 624.362 habitantes em 1970, saltando para mais de 1 milhão em 1980 e tendo uma população estimada de 1.917.185 em 2018. (IBGE, c2017).



que demonstravam que a cidade crescia de forma desordenada, carente de novas moradias para as populações que vinham em busca de novas oportunidades.

Essa fase de “estágio” também proporcionou a observação de dois mundos, sendo que um colega policial “antigão” <sup>35</sup> falou que ali eu iria aprender a “ser polícia”, numa referência ao imaginário da atividade prática, que estaria descolada de uma aprendizagem dos bancos escolares.

A grande expectativa dos recrutas, nessa fase de estágio, era a possibilidade de uma ocorrência com “troca de tiros”, que não aconteciam com grande frequência e que era motivo de grande repercussão quando acontecia.

Nesse período também foi possível observar que a rotina durante o policiamento era baseada na experiência profissional de cada policial mais antigo. Os locais com possibilidade de encontrar algum carro que estivesse abandonado com relato de roubo ou furto ou mesmo locais com possíveis “maconheiros” eram os mais visitados, e sempre com informações que eram repassadas de um policial para outro.

Aqui abro um parêntese para afirmar que a visão que as pessoas têm das instituições militares no Brasil é de extrema organização e de que as coisas são ajustadas como um “relógio suíço”. Nesse caso pode-se entender a visão externa que muitos têm das instituições militares (ou policiais), que na realidade não é aquela que é projetada para a população em geral, mas isso também acontece em diversas outras instituições, por exemplo, o judiciário. Essa visão externa é o que se pretende que seja e não o que realmente é de fato.

Ledo engano, ainda que existam os mais diversos regulamentos e códigos o imprevisto é a norma “não escrita” mais aceita. Nesse sentido, podemos afirmar que o “policial” mais novo (recruta ou aluno) passa por uma “sociabilidade informal” (das normas não escritas) que está para além do treinamento e que parece ter forte influência na rotina do trabalho policial, pois a violência policial tende a se manter. Mesmo com a inserção de disciplinas de “direitos humanos”, dentre outras de caráter mais humanista, as polícias no Brasil, mantêm-se com altos índices de letalidade e de desrespeito aos direitos elementares dos cidadãos.

Outro fator que pode ser destacado na formação dos policiais militares (e mesmo no cotidiano dos policiais militares já formados e trabalhando nas mais

---

35 Termo utilizado para aqueles policiais militares (ou integrantes das forças armadas) com mais tempo de serviço e experiência.

diversas atividades da instituição) é a ideia da existência de um “currículo oculto” ou nas palavras de Gabriel Rodrigues Leal (2011), um “currículo cultural” na formação dos oficiais policiais militares do Estado do Mato Grosso. Ainda que esse conceito de “currículo cultural” proposto por Leal (2011) seja diferente de algo que seja “oculto” das normas legais ou “escritas”, ele pode ser um elemento formador da ideia do policial guerreiro.

Essa ideia de um “currículo oculto” é descrito por Bourdieu (2002, p. 14), “o sistema de ensino é um dos mecanismos pelos quais as estruturas sociais são perpetuadas”, e é no sistema de ensino militar/policial que essa prática é ainda mais utilizada, formando fora das normas legais.

Essa norma “não escrita”, ou esse imprevisto cotidiano passa pela constante necessidade dos policiais e/ou militares comprarem seus equipamentos de uso (que em tese deveria ser fornecido pelo estado) até a possibilidade de ter que barganhar peças e consertos para veículos policiais, além dos locais de que poderiam fornecer lanches sem que o policial tivesse que pagar por ele.

Com relação “as regras não escritas”, Watson e Gastaldo, ao discorrerem sobre o pensamento do sociólogo americano Harold Garfinkel, que criou a abordagem etnometodológica na década de 1960, afirmam que:

Isso o levou à noção de competência cultural dos membros de uma dada sociedade, uma competência que as pessoas atribuem (e frequentemente monitoram) umas às outras, avaliando ou julgando suas ações. Do ponto de vista de Garfinkel, a cultura não é vista apenas como um conjunto de normas, regras e valores, mas também como um conjunto de conhecimento que os membros de uma dada sociedade tratam como seu “senso comum”, saberes compartilhados por todos. Tanto Schultz como Garfinkel observam o conhecimento do senso comum e o saber prático acerca das estruturas sociais como um tópico para ser analisado de pleno direito. (WATSON; GASTALDO, 2015, p.14).

Dessa forma podemos compreender que as “regras não escritas” estão no plano do senso comum e/ou prático e que contribuem, é claro que com uma visão distorcida das regras “oficiais” e/ou “legais”, para a convivência entre os pares de uma determinada instituição. Esse fato é muito comum nas instituições militares e policiais, mas acaba sendo levado à cabo por todas as esferas sociais e nas mais diversas culturas, em maior ou menor grau.

O sociólogo Lúcio Alves Barros (2005, p.246) ao pesquisar a Polícia Militar de Minas Gerais também expõem as mazelas logísticas que os policiais militares

enfrentam no cotidiano do policiamento da capital mineira, sendo que é factível afirmar que os serviços públicos ofertados pelo poder executivo (segurança, saúde e educação) enfrentam situações que beiram ao inimaginável no tocante a falta de equipamentos básicos para a execução de tarefas básicas.

Essa situação de improviso também fica evidente nas relações pessoais, uma vez que as relações de poder dentre os diversos graus hierárquicos aconteçam de forma extremamente assimétricas, tendo a caserna brasileira um ditado: “para os amigos o RDE, para os inimigos o rigor do RDE” (É o Regulamento Disciplinar do Exército).

Essa norma é utilizada pela maioria das polícias militares no Brasil (e ainda é utilizada na maioria das polícias militares), ou seja, ainda que exista essa maleabilidade rigorosa, a efetividade do regulamento não se aplica quando as relações estão baseadas na “amizade”, ainda que a “familiaridade”<sup>36</sup> não possa ser externalizada entre os graus hierárquicos.

Essa frase também era e ainda é, motivo de brincadeiras, pois as relações de amizade entre os diferentes graus hierárquicos acontecem com frequência e muitos acabam até se tornando amigos íntimos e até batizando os filhos uns dos outros.

Essas relações pessoais que, intermediadas por um regulamento rígido, mas que acabam sendo transformadas em algo mais maleável, são bem explicadas por Roberto DaMatta (1997, p. 199), ao definir a ideia do “sabe com que está falando?” e propor que as relações sociais baseadas na “intimidade”, promovem pessoalidades de uma maneira muito mais intensa das que estão previstas nos regulamentos ou nas normas sociais, ainda que essas “normas” digam ao contrário.

As relações de intimidade podem ser vistas como desrespeito perante outros superiores hierárquicos, tendo que se manter na esfera “civil”.<sup>37</sup> Essa dicotomia é extremamente acentuada uma vez que os processos de hipermilitarização se constituem em um contínuo e que, acredito, possam ser uma característica fundadora da nossa sociedade.

---

<sup>36</sup> O Código da Polícia Militar do Paraná no seu artigo 103, trata das relações entre superiores e subordinados: “O superior é obrigado a tratar os subordinados em geral, com urbanidade, e os recrutas com benevolência, interesse e consideração, sem jamais chegar à familiaridade, que é nociva à disciplina.”.

<sup>37</sup> Ainda que os militares, federais ou estaduais, não tenham uma vida “civil”, quando não estão fardados (uniformizados), pois afirmam estar “à paisana” (aquele que não é militar) ou em “trajes civis”.

O curso de formação terminou sem maiores problemas, a totalidade do grupo inicial (apenas três integrantes pediram o "desligamento" do curso e consequentemente da Polícia Militar). Pessoalmente acredito que tenha sido até proveitoso em virtude de alguns aprendizados e também por estar em uma profissão que eu poderia ter acesso ao que eu tinha uma afinidade: as armas de fogo e além, é claro, de uma quase certa estabilidade de uma função pública, que, como já citei anteriormente, proporcionava um salário baixo, mas que existia a possibilidade de progressão na carreira <sup>38</sup> e também aumentos salariais de 5% a cada 5 anos (os famosos quinquênios).

A finalização do curso aconteceu com um “exercício de maneabilidade no terreno” conhecida como “marcha”, que consiste, na realidade, em um grande exercício de masoquismo por parte dos instrutores. Ela pode variar de curso para curso e de instituição para instituição, mas no geral o exercício será um misto de “sugação” (cobrança exagerada e sem sentido de exercícios físicos com a intenção de deixar o aluno desorientado) com privação de sono e alimentos.

Para Huggins; Haritos-Fatouros e Zimbardo, esse processo tem outro objetivo além daqueles meramente relacionados ao ser policial militar, ou seja, “modelar a obediência” é o principal objetivo, conforme segue:

Embora o objetivo operacional declarado do treinamento da academia fosse ensinar futuros policiais militares a como funcionar em ‘condições de combate como na guerra’, o que dava esse treinamento sua qualidade militar distinta era o objetivo operacional subjacente – modelar a obediência. Isso se criava mediante o ‘trote’ físico e psicológico, processo que proclamava e reforçava a posição de treinando como subalterno na organização da Polícia Militar. (2006, p. 278)

Essa necessidade de demonstrar a subalternidade social (ou hierárquica) não é uma característica somente das instituições militares, estando presente em diversas outras, públicas ou privadas, mas a forma violenta (física ou psicológica) como isso é introjetado nos novos integrantes das instituições militares (e/ou policiais) é uma característica quase única, para não dizer única.

Uma observação interessante, feita por Eder Sader, com relação ao período ditatorial instalado pelos militares em 1964, enfatiza que “O Brasil, que nunca em sua

---

<sup>38</sup> Concursos internos para os cursos de formação de cabos, sargentos e até mesmo a possibilidade de acessar, através do concurso vestibular, a escola de oficiais

história tinha conhecido um regime militar *stricto senso* (o Estado Novo de Getúlio, de 1937 a 1945, não foi propriamente um regime militar) é governado há 18 anos pelas Forças Armadas)." (1982, p. 32, grifo do autor). Nesse sentido, o sociólogo paulista vai colocar a categoria de ditadura militar como um governo iniciado através de um golpe militar e por eles governado.

Esses grupos foram responsáveis por torturas e mortes durante o período de 1964 até 1985. As três forças militares federais participaram assim como a recém-criada Polícia Federal e também as polícias civis e militares. Essa é uma herança da ditadura civil-militar que ainda não foi extinta, pois se perpetua nos manuais das Forças Armadas e das Polícias Militares, muitas mantendo o nome (Odit) sendo que algumas trocam os nomes.

Essa operação era muitas vezes utilizada em conjunto com Ações Cívico-social (Aciso), que consistiam, por um lado sufocar os grupos armados e por outro conquistar "corações e mentes" <sup>39</sup>. O exercício consistiu em uma marcha de uns 30 quilômetros, aproximadamente, e depois uma série de exercícios com cordas, tipicamente utilizados pelos militares das Forças Armadas, e aqueles que não conseguiam realizar algum, eram submetidos a humilhações diante de todo o grupo.

Essa é uma prática comum em diversas esferas militares inclusive em colégios das polícias militares<sup>40</sup> e pode ser caracterizada como uma inserção da cultura castrense na juventude em um processo contínuo e que encontra respaldo na sociedade como um todo, com práticas como o escotismo e também a inserção de atividades físicas similares às praticadas nos exércitos, inclusive com a criação de batalhões infantis (SOUZA, 2015, p.105).

Ainda que me parecesse distante, existia também a possibilidade da realização do que se chama de "bico", ou seja, serviços temporários nos horários de folga, atividade essa que não é autorizada para os policiais militares, porém existem inclusive com a participação dos mais variados níveis hierárquicos. Durante o curso de formação participei de uns dois ou três desses serviços extras e que não remuneravam muito bem.

---

<sup>39</sup> A mesma tática foi utilizada pelos franceses na Indochina Francesa e pelas forças armadas dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. Sobre as Acisos, ver Guimarães (2015, p. 1).

<sup>40</sup> Por exemplo, O Colégio da Polícia Militar do Paraná (CPM PR) realiza todos os anos um exercício similar com alunos do terceiro ano do ensino médio, inclusive com a distribuição de um brevê para aqueles que terminam o referido exercício. (2018 – ACAMPAMENTO [...], 2018).

Nesse caso, a cadeia de exploração é muito grande e o lado iniciante não recebia as melhores partes do bolo, demonstrando a intensa participação de policiais militares dos mais variados postos ou graduações na segurança privada.

Durante o curso de formação fomos “escalados” para atuar como seguranças particulares em alguns eventos, ainda que mediante o pagamento pelos serviços executados. É claro que esses serviços eram chefiados por oficiais que tinham relações com os mais diversos tipos de instituições e que acabavam por “contratar” os “alunos”, pois o salário nessa fase inicial não é dos melhores. Essas relações entre a iniciativa privada e a esfera pública na questão da segurança não são novas e movimentam muito dinheiro em todo o país<sup>41</sup> (uma prática comum entre policiais militares, civis e federais).

Nesta seção procurei demonstrar alguns aspectos de como o processo de formação de um policial militar é carregado de fatores sociais que influenciam no modo de agir das forças de segurança pública, sempre baseados em um *ethos* guerreiro e que não proporciona espaços para o debate, sempre em uma estrutura verticalizada.

### 1.3 O COTIDIANO NA FUNÇÃO DE POLICIAL MILITAR E A INICIAÇÃO SOCIOLÓGICA

Nem tudo na sociedade é visível e nem tudo que é visível dá conta do que a sociedade é. MARTINS, José de Souza. *Uma sociologia da vida cotidiana* (2014, p. 9).

Após a finalização do Curso de Formação de Soldados Policiais Militares (CFSd PM), alguns foram designados para trabalhar em outras unidades da cidade de Curitiba (inclusive aqueles que eram de outras cidades e que com o passar dos anos conseguiram ser transferidos ou efetuaram permutas<sup>42</sup> para perto de seus lares) e alguns permaneceram na Companhia de Polícia de Choque, eu entre eles, sendo que inicialmente fomos designados a ajudar na separação e produção de cestas

<sup>41</sup> Para um entendimento da questão do “bico” realizado por policiais militares, ver Chagas, 2013.

<sup>42</sup> A “permuta” consiste na troca entre dois policiais militares de suas unidades de lotação sendo que não são permitidas solicitações em dinheiro para que as trocas sejam efetuadas. Ainda é possível que policiais sejam transferidos de unidades e/ou cidades que estejam lotados por interesse do serviço ou mesmo por interferência de políticos locais, em geral, por prefeitos de cidades menores. As praças de polícia militar geralmente são transferidas sem ônus para o Estado, ou seja, o Estado não paga nenhuma indenização pela mudança. Com os oficiais a prática já é efetivada geralmente com ônus para o Estado, ainda mais se o oficial for exercer função de comando em alguma unidade.

básicas que seriam distribuídas pela Provopar (Programa do Voluntariado do Paraná<sup>43</sup>) para pessoas carentes.

Nessa trajetória que iniciamos em aproximadamente 40 alunos soldados, alguns foram presos por cometer algum tipo de crime; outros mudaram de profissão dentro do Estado mesmo; alguns já se aposentaram; outros morreram em virtude de doenças, afogamentos e acidentes de trânsito e também o suicídio de um colega. Essa foi a morte que mais me deixou triste.

Após alguns dias nesse trabalho, fomos inseridos nos pelotões da Rone<sup>44</sup> (Rondas Ostensivas de Natureza Especial), uma subunidade da Companhia de Polícia de Choque que atua no recobrimento da malha de policiamento preventivo e ostensivo.

Essa subunidade se caracteriza pelo uso de veículos tipo caminhonete com capacidade para quatro ou cinco policiais militares e que utilizam armamento com maior capacidade de fogo, também com equipamento de guerra química, que, nas polícias, é a forma antiga de denominar as granadas de gás lacrimogêneo e luz e som, utilizadas em situações de distúrbio civis. Atualmente elas são denominadas de armas menos letais e fazem parte do “uso progressivo da força” por parte dos policiais ou de outros agentes que atuam na segurança pública.

A Rone era uma subunidade da Companhia de Polícia de Choque (atual Bope), e atua em situações de distúrbios civis, manifestações e também em ações de reintegração de posse (a maioria dessas ações acontece contra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, que ocupa fazendas para pressionar o governo federal a fim de efetivar uma política de reforma agrária).

Trabalhei inicialmente na subunidade Rone (Rondas Ostensivas de Natureza Especial) da antiga Companhia de Polícia de Choque. Também desempenhei funções como motorista do comandante da unidade, auxiliar na P3 (planejamento e estatística) e nos dois 2 anos na unidade, atuei na Agência Local de Inteligência (que era denominada de P/2). As unidades das polícias militares são divididas em um efetivo

---

<sup>43</sup> “O Provopar Estadual é uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com a finalidade de assistência social, educacional, beneficente, cultural, ambiental, saúde e geração de renda.” (PROVOPAR, [20--]).

<sup>44</sup> A Rone (Rondas Ostensivas de Natureza Especial) da Polícia Militar do Paraná tem a sua origem na data de 13 de julho de 1992, pelo extinto CPC (Comando de Policiamento da Capital), atual 1º CRPM (Comando Regional de Polícia Militar). A ideia era de suprir a polícia militar de equipes com maior capacidade de enfrentamento aos crimes denominados violentos (roubos a bancos, sequestros, tráfico etc.). (PARANÁ, [20--]).



operacional e um outro, menor, administrativo, e a divisão é a seguinte: P1 (pessoal); P2 (inteligência e informações); P3 (planejamento e estatísticas); P4 (logística e almoxarifado) e P5 (relações públicas).

Nas forças armadas e outras instituições policiais militares podem ter algumas variações, mas geralmente atuam nesse mesmo molde. No estado do Paraná, as P2 foram renomeadas como Agências de Inteligência, sendo que a PM2 que é subordinada ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, passou a ser denominada de Agência Central de Inteligência, as P2 dos Comandos Regionais passaram a ser denominadas de Agências Regionais de Inteligência e as P2 das unidades policiais são denominadas Agências Locais de Inteligência. Após esses 12 anos em uma unidade operacional, fui convidado a integrar a equipe do "mapa do crime"<sup>45</sup>, em virtude de ter a graduação em Geografia.

Aqui se faz necessário comentar um pouco sobre esse setor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, que é responsável por sistematizar as questões referentes aos dados dos registros policiais no estado, além de produzir relatórios estatísticos e também georreferenciar esses dados, disponibilizando-os para os gestores de segurança pública e para a sociedade em geral.

Ainda que as ferramentas de análise dos dados estejam disponíveis, a cultura policial/militar brasileira apresenta uma resistência muito forte para a utilização dessas ferramentas, pois o modo de “fazer segurança pública” não foi modificado, ou seja, as instituições policiais no Brasil pouco inovam em suas rotinas, buscando ainda o velho modelo reativo sempre respondendo aos chamados do telefone de emergência 190 e operações “saturação”. Para uma visão da criação da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico no Paraná, ver Bordin e Lima (2012). A partir de dezembro de 2019 solicitei a minha transferência para a Corregedoria Geral da PMPR, onde estou trabalhando atualmente.

Atualmente a Rone é uma Companhia do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e tem por finalidade efetuar o patrulhamento em áreas de maior índice de criminalidade e atuar em ocorrências policiais de maior complexidade.

---

<sup>45</sup> Até a presente data presto serviços para o “mapa do crime”, essa unidade é denominada de Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico.



Durante esse período inicial na Polícia Militar uma situação foi fundamental para que eu repensasse o modo de atuar na função de policial. Estávamos em um bairro de Curitiba, que passou por um processo intenso de crescimento populacional em virtude do surgimento de várias ocupações irregulares como resultado da falta de uma política pública de acesso a moradias. Eu confesso que fiquei impressionado com a situação e pouco conhecia das áreas periféricas da capital paranaense. Estávamos em uma equipe com cinco policiais, comandados por um cabo com muito tempo de polícia, eu era o “recruta”, e era responsável por fazer as anotações de placas de carros roubados e furtados que eram repassados via rádio e durante as abordagens também era responsável, junto a um colega, de fazer as revistas nas pessoas.

Durante uma abordagem a um bar, nesse bairro que descrevi, entramos e gritamos “abordagem policial, todos na parede”. Lembro que ao me aproximar para revistar um dos frequentadores, segurei no seu ombro e chutei uma de suas pernas para que ele ficasse em uma posição desconfortável. A abordagem não resultou em nenhuma prisão ou apreensão de algo ilícito.

Retornamos ao patrulhamento e fui interpelado pelo cabo, comandante da equipe, que me perguntou o que eu faria caso o “abordado” reagisse em virtude da minha truculência. Eu fiquei sem resposta e ele disse: “você teria que atirar?”. Essa situação foi fundamental para que, no início do trabalho como policial, eu modificasse o modo de agir para com a população. Essa forma de observar, sob um novo olhar, também pode ser considerada como uma ruptura para que não entrasse em um ciclo “de atuação mais violenta” que acomete uma grande parte dos policiais militares e que acaba por ser normal no dia a dia dos policiais.

Durante o período que trabalhei nessa unidade, participei de várias ações de reintegração de posse e pude verificar o sentimento negativo que muitos policiais militares têm em relação aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores em Terra (MST).

Durante esse período pude observar como um movimento social pode ser colocado como o inimigo, seja da sociedade, seja dos policiais, que nutrem um intenso ódio pelos seus integrantes. Ainda que em nenhuma das ações que participei, algum membro do MST tenha sido submetido à tortura ou tenha sofrido algum tipo de tratamento desumano. O Brasil tem um histórico de enorme violência contra esse movimento e na maioria das vezes são os integrantes das polícias militares que estão envolvidos nos episódios, sempre com um intenso apoio do poder judiciário.

Nessas ações de “reintegração de posse” a ideia repassada aos policiais militares é a de um inimigo, no caso os trabalhadores sem-terra, estes devem ser combatidos de qualquer forma, participando desse processo de combate todo o poder judiciário e também grande parte da imprensa, seja local ou de maior abrangência.

Essa unidade, ou melhor, esse tipo de policiamento, pode parecer uma novidade naquela época, a ideia não era nova. Esse tipo de patrulhamento com um grupo de policiais, com veículos grandes e com armas com maior capacidade de fogo já existia nas polícias civis do país, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo (inclusive com uma Rone – Rondas Ostensivas Noturnas) sendo depois apropriadas pelas polícias militares, em especial, pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, que utilizou o modelo na criação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) <sup>46</sup> que tinha por objetivo fazer frente aos assaltos à bancos promovidos pelos grupos de resistência à ditadura civil-militar iniciada em 1964.

Esse modelo de patrulhamento ostensivo com equipes fortemente armadas surge na década de 1960, na Polícia Civil do Rio de Janeiro, com o nome de “Esquadrão Motorizado’ – E. M. – e tinha autonomia para caçar e matar bandidos e marginais” (HUGGINS, 1998, p. 159).

Pode-se afirmar que a década de 1960, e em especial o golpe civil-militar de 1964, é o ponto de transição de uma polícia militarizada para uma polícia hipermilitarizada, discussão que pretendo aprofundar mais adiante. Existe uma espécie de senso comum sobre a militarização das polícias no Brasil, que o golpe civil militar de 1964 teria produzido a militarização das polícias, sendo que essa informação errônea é transmitida também nas universidades.

Na realidade, o que aconteceu foi uma militarização (ou uma intensificação) do policiamento ostensivo. Sobre o tema, Cotta vai afirmar que:

Percebi que a hegemonia do exército sobre as polícias militares a partir de 1964, quando se inaugura o governo dos militares no Brasil, não seria suficiente para explicar a força da vertente militar da polícia. Suas raízes eram muito mais profundas [...]. (2012, p. 23).

Atualmente existem inúmeras denominações para esse tipo de policiamento, sendo a maioria nas polícias militares, passando pela própria Rota (Rondas

---

46 Sobre as experiências na utilização desse tipo de policiamento no espaço urbano de uma grande metrópole brasileira, ver “Rondas à cidade: uma coreografia do poder”. (FERNANDES, 1898).

Ostensivas Tobias Aguiar) de São Paulo; Rone (Rondas Ostensivas de Natureza Especial) do Paraná e também no Piauí; Rotam (Rondas Ostensivas Tático Móvel), mas com algumas polícias civis do país também adotando equipes com maior poder de fogo e com carros maiores, como o Garra (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos) de São Paulo e em outros estados também.

Durante esse período aprendi que a "polícia militar é feita para os oficiais" e os "Praças são a massa de manobra". Essas frases eram constantemente dita pelos praças (e também repetida por alguns oficiais, alguns por mero deboche e outros que não concordavam com os desmandos que o sistema proporcionava).

Aqui cabe uma observação sobre o fato de que alguns oficiais, durante o serviço, tentavam estabelecer uma relação de maior "intimidade" com os praças, em especial de seus pelotões, uma situação que não era vista com bons olhos por outros oficiais, sendo que alguns eram chamados em particular para que se afastasse dessa relação de "intimidade" e mantivesse o seu *status quo* de "Oficial". Não era raro que oficiais, com uma relação maior de amizade e não considerados "duros" ou "rígidos" com a tropa, serem transferidos para outras unidades. Essa é uma característica mais comum em tropas "aquarteladas" (que tem funções de tropas de choque ou de operações especiais).

Ainda que exista o corporativismo nas instituições policiais brasileiras, as polícias militares têm na categoria, oficiais, um corporativismo<sup>47</sup> maior ainda, nesse caso, oficiais julgam as praças e outros oficiais, o que pode gerar uma parcialidade nos julgamentos.

Esse modelo policial, seja civil, seja militar, tem suas origens no modelo de delegação do poder judicial e consequentemente no poder de polícia e dada a configuração da formação da nossa sociedade, o modelo de uma tropa militar numerosa, comandada pelas oligarquias econômicas e militares. Esse modelo foi ainda reforçado no período republicano, conforme cita Victor Nunes Leal:

---

<sup>47</sup> No caso das polícias civis não é diferente, uma vez que elas se dividem em delegados e investigadores (detetives ou alguma outra denominação, dependendo do estado da Federação).

Seria difícil examinar pormenorizadamente nossa organização policial na República. O federalismo de 1891 deixou as funções policiais a cargo dos Estados e cada um deles organizou livremente seu aparelhamento policial. Foi adotado, em regra, o princípio da livre nomeação dos chefes de polícia, delegados e subdelegados, o qual permaneceu no governo discricionário de 1930, na Segunda República, no Estado Novo e ainda prevalece nos dias de hoje. O resultado foi a subsistência da polícia partidária, que já vinha do Império, utilizada como instrumento habitual de ação política: a diferença é que passou a servir às situações estaduais, quando antes obedecia aos desígnios do governo central. Este é ainda o panorama dos nossos dias, embora se observe, aqui e ali, uma tendência à profissionalização da polícia e ao seu conseqüente afastamento das disputas partidárias. Ao tratarmos da máquina policial dos Estados, não é possível esquecer as polícias militares, cuja organização se inspira na do Exército. Os postos de comando são confiados a oficiais, frequentemente destacados para servirem como delegados. O policiamento dos Estados assenta basicamente nessas milícias, cujos soldados, cabos e sargentos são distribuídos pelos municípios, sob as ordens dos delegados civis ou militares. Essas tropas recebem treinamento militar, dispõem das garantias definidas na respectiva legislação e a promoção aos postos superiores obedece a princípios determinados. Uma sensível parcela dos orçamentos estaduais é consumida na sua manutenção, verdadeiros “exércitos”, cujas façanhas encheriam volumes. (2012, p. 190).

Esse modelo de polícia ainda permanece sem grandes mudanças, mantendo as mesmas funções e procedimentos pré-republicanos, que numa sociedade moderna e complexa como a nossa, já não se fazem necessárias<sup>48</sup>. As polícias brasileiras (e todo o sistema de justiça criminal) estão atreladas ao passado patrimonialista e patriarcal, pois o modelo ainda está muito mais voltado para a defesa do estado do que para o atendimento ao cidadão, ainda que a função primária seja a de atendimento às emergências ou solicitações da população, ou seja, de uma forma geral, o estado brasileiro não se aperfeiçoou burocraticamente a ponto de se transformar em um produtor de bem-estar social, mantendo as suas atividades voltadas para o atendimento de grupos econômicos e políticos, tornando-se promotor da desigualdade social no momento em que seus recursos são desviados.

Nesse sentido, a história das instituições de segurança pública (e também das forças armadas) é uma história da defesa do grande latifúndio e atualmente defende os interesses dos governos que adotam uma polícia de desmantelamento dos direitos sociais para aqueles que mais necessitam da proteção do estado e a junção de um estado patrimonialista com a sociedade patriarcal vai moldar o processo de hipermilitarização através do projeto de nação voltado aos interesses econômicos de

---

48 Um exemplo de como a polícia no Brasil não se moderniza, no tocante ao método de trabalho, é a utilização do “inquérito policial”, peça que tem origem no período imperial. É uma figura funcional que acompanha o inquérito policial é o “escrivão de polícia”. Para um melhor entendimento sobre o inquérito policial ver Misse (2010).

uma minoria e proporciona uma intensa produção de subjetividades que marcam intensamente o cotidiano do país.

Outro fato que chama a atenção no tocante a falta de modernização das instituições policiais é a forma como as relações pessoais, quando não estão baseadas na "intimidade" ou na "amizade", ou seja, tratadas apenas com a base no regulamento, são os abusos cometidos pelos oficiais, numa espécie de relacionamento entre "senhor" e "escravo".

Cito esse fato, pois vários casos dessa espécie acontecem e o subordinado está sujeito a "prisão" administrativa de imediato, sendo recolhido para uma sala ou se existir, uma cela propriamente dita.

Eu presenciei uma situação assim, quando um oficial pediu para um soldado, que estava escalado como motorista, correr para buscar a viatura<sup>49</sup> em que iriam sair para um patrulhamento de rotina, sem nenhuma emergência e o policial de menor graduação não correu, apenas andou mais rápido. De imediato o oficial mandou o soldado se recolher preso ao alojamento, fato que todos ao redor ficaram olhando espantados, pois não havia nenhuma necessidade de uma ação mais rápida.

Essas situações são normais nos dias de hoje, inclusive com o cerceamento de defesa por parte dos advogados dos policiais detidos<sup>50</sup>, ainda que estejamos sob a égide de uma constituição garantista no tocante ao amplo direito de defesa de qualquer cidadão.

Um fato interessante ocorrido aproximadamente em 1995/96 foi uma parceria estabelecida entre um oficial da Companhia de Polícia de Choque<sup>51</sup> com alguns

---

<sup>49</sup> No Brasil, as instituições militares denominam os veículos militares (veículos de rodas ou de esteiras) de viatura, nesse caso, as polícias militares também adotam essa denominação, que tem origem na palavra francesa "voiture". Uma possível explicação para essa denominação é a influência da cultura francesa na sociedade brasileira desde o descobrimento, seja na presença de piratas e até mesmo na ocupação francesa de parte do território brasileiro. Na década de 1906, a Força Pública de São Paulo (atual Polícia Militar) contratou uma Missão Francesa de Treinamento, sendo depois seguida pelo Exército Brasileiro (1919). A missão francesa na Força Pública durou até 1924. Um dos quartéis construídos em 1888, onde atualmente está a Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), foi baseado nos quartéis franceses das colônias do Norte da África. Essa influência pode ter definido o termo viatura, uma vez que esse processo acontece paralelo ao da introdução dos veículos com motor a explosão, na sociedade brasileira. (SÃO PAULO, c2020).

<sup>50</sup> No mais recente caso, um cabo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, foi preso ao não prestar continência em uma "choperia" e seu advogado foi detido por "desobediência" ao procurar por informações do seu cliente. (ALVES, 2019).

<sup>51</sup> Aproximadamente em 1994/1995, quatro policiais militares da Companhia de Polícia de Choque realizam um estágio de uma semana no Batalhão Tobias Aguiar, unidade que tem a Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) como carro chefe das suas ações. Dois tenentes, um sargento e um soldado ficam trabalhando e apreendendo "técnicas" desse tipo de policiamento e depois do retorno começam a aplicar essas novas formas de atuação na subunidade Rone (Rondas Ostensivas de Natureza

policiais estadunidenses para a instalação de cursos de táticas, e técnicas de combate policial. O oficial em questão foi realizar um curso em uma escola denominada Tactical Explosive Entry School (Escola de Entrada Táticas Explosivas) – Tess – e após o retorno ao Brasil conseguiu que esses instrutores viessem a ministrar algumas aulas na Academia Policial Militar do Guatupê. Inicialmente essas aulas eram feitas nesse local, pois não existia uma estrutura apropriada para tal.

Os instrutores estrangeiros foram convidados a participar de uma “operação arrastão” com equipes da Companhia de Polícia de Choque. Nessa noite também participei dessa operação e comentei com um colega da mesma equipe: “Esses caras vão sair daqui achando que todo dia é assim, essa guerra toda!”, no que ele concordou, balançando a cabeça.

Alguns cursos eram disponibilizados para os policiais do Paraná e os de outros estados pagavam pelas aulas. Após uns 2 anos, um empresário amigo do referido oficial iniciou uma empresa na Região Metropolitana de Curitiba (Almirante Tamandaré), denominada Tees Brazil (Tactical Explosive Entry School Brazil) <sup>52</sup> que ministra cursos dos mais variados tipos baseados em experiências policiais e militares dos Estados Unidos, porém com adaptações para o cenário brasileiro, inclusive com a estrutura dos locais de treinamento ser nomeada como Base Choque.

O local de treinamento denominado Base Choque possui inclusive um “morro cenográfico com construções típicas de favelas” e um “complexo urbano com edificações e corredores” (TESS BRASIL, c2015).

Esses cenários não são construídos de forma aleatória, eles formam inúmeros bairros, vilas e comunidades por todo o país e são alvos de constantes operações policiais visando buscar e prender criminosos ou simplesmente intimidar as populações que vivem nesses bairros. Essa doutrina também existe nas Forças Armadas dos Estados Unidos, com vista aos conflitos no Oriente Médio e áreas

---

Especial), que se consolida como uma unidade similar tanto em *modus operandi*, como em letalidade. A fama da unidade paranaense virou inclusive um rap: Click Rone, do grupo Falange Negra. Uma tradição herdada da polícia paulista (Rota) é a saída das viaturas para o policiamento com as sirenes ligadas.

<sup>52</sup> A empresa também se envolveu em uma polêmica sobre ter realizado levantamento com possíveis interessadas em trabalhar em empresas militares privadas no ano de 2005, em uma conexão com empresas estadunidenses. Sobre esse possível envolvimento da empresa existe apenas uma pequena nota sobre o ocorrido: “Sediada em Curitiba, a TEES Brazil, admitiu em sua página na internet que fez uma sondagem de interessados e 300 pessoas mandaram currículos. A empresa, porém, anunciou ter desistido de enviar homens ao Iraque “em virtude da crescente instabilidade na região, em especial a que diz respeito à segurança de contratados estrangeiros trabalhando no país.”. (MERCENÁRIOS BRASILEIROS, 2005).

densamente habitadas, características dos países pobres que possuem algum ponto de interesse dos EUA. As Forças Armadas Brasileiras foram utilizadas em operações de guerra urbana na capital haitiana, Porto Príncipe.

Além desse intercâmbio, através de empresas privadas, com os Estados Unidos, alguns policiais militares do Paraná também tem um trânsito em treinamentos em Israel, em uma empresa denominada Israel Military Industries (IMI) <sup>53</sup>.

Essa interação Brasil/EUA no campo da segurança pública não é nova. Após a Segunda Guerra Mundial esse processo se intensifica, tendo o auge após a instalação da ditadura civil militar em 1964 (HUGGINS, 1998). Ao que parece, essa “parceria” EUA/Brasil agora está no campo das empresas militares privadas, ainda que exista muita parceria estatal na troca de armamentos, técnicas e informações, pois as forças policiais/militares brasileiras são dependentes de todos os tipos de ajuda para se manterem operacionais.

Afirmo que é um fato interessante, pois após essa troca de experiências, pode-se afirmar que as polícias no Brasil começaram a adotar as mais variadas técnicas utilizadas pelos policiais estadunidenses e que denominaremos doravante de “americanização” <sup>54</sup> da polícia no Brasil e que pode ser um dos fatores que contribuíram para o processo de hipermilitarização da segurança pública no Brasil, que veremos adiante.

Afirmo isso com base em diversos eventos que as polícias são chamadas a enfrentar o povo em detrimento de ações arbitrárias dos governos, seja Federal ou dos estados. No Paraná, por exemplo, a tentativa de privatização da Companhia de Energia (Copel), no ano de 2001, por parte do governo estadual, gerou uma enorme manifestação pública, pois a empresa não era deficitária e o aparato policial mobilizado foi imenso.

---

<sup>53</sup> Folha de Londrina (10 de abril de 2001) – “Policiais do PR farão curso em Israel. Seis oficiais da Polícia Militar do Paraná iniciam no próximo sábado, em Israel, um curso avançado de operações especiais e táticas antiterrorismo. O curso será realizado na IMI Academia, uma das mais avançadas do mundo no combate ao terrorismo, localizada em Karmy Yosef, cidade próxima a Jerusalém. A IMI pertence ao governo israelense. Serão 17 dias de atividades em três turnos para 20 alunos brasileiros, vindos de várias partes do País. Todos os alunos pertencem a alguma instituição policial, seja Polícia Militar, Civil, Federal ou das Forças Armadas.” (FOLHA DE LONDRINA, 2001).

<sup>54</sup> As Forças Armadas recebem material constantemente dos EUA (STOCHERO, 2015) e a Polícia Federal recebe recursos financeiros. (AGÊNCIA ESTADO, 2004).



Essas ações ficam ainda mais fortes em tempos de governos que tendem a aplicar teorias de estado mínimo, num arroubo neoliberalizante e que sabemos vão beneficiar os grupos econômicos e aqueles que estão no poder.

Um colega de trabalho, oficial da Polícia Militar, estava nessa situação, na condição de aluno em um curso da Academia Policial Militar do Guatupê, e foi escalado para atuar no isolamento da Assembleia Legislativa do Paraná para a votação de uma lei que permitia que o governador se apropriasse do dinheiro da previdência dos funcionários públicos estaduais, a fim de utilizar para capitalizar as contas públicas. Quando a polícia militar começou a avançar para cima dos funcionários, esse oficial afirmou que existia um grande número de “black blocs” tentando promover uma situação de confronto.

O fato em si não foi comprovado posteriormente, mas a convicção com que esse oficial defendeu a existência de integrantes desse grupo foi impressionante até mesmo para outros policiais que trabalhavam com ele. Fica claro, nesse caso, a constante busca pelas forças oficiais de repressão do Estado, de um “inimigo” para a sua “guerra cotidiana”.

Nesse caso, o indivíduo havia estudado em no colégio da polícia militar e ao finalizar os estudos fundamentais e médio, ingressou no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar. Nesse caso, o indivíduo pode ter absorvido a cultura militar antes de ingressar na instituição e tenha “sofrido” menos na academia de polícia militar. Em outro caso, de um policial que teve a oportunidade de conhecer a pouco tempo, o indivíduo resolveu tentar o curso de formação de oficiais sem conhecer nada da polícia militar.

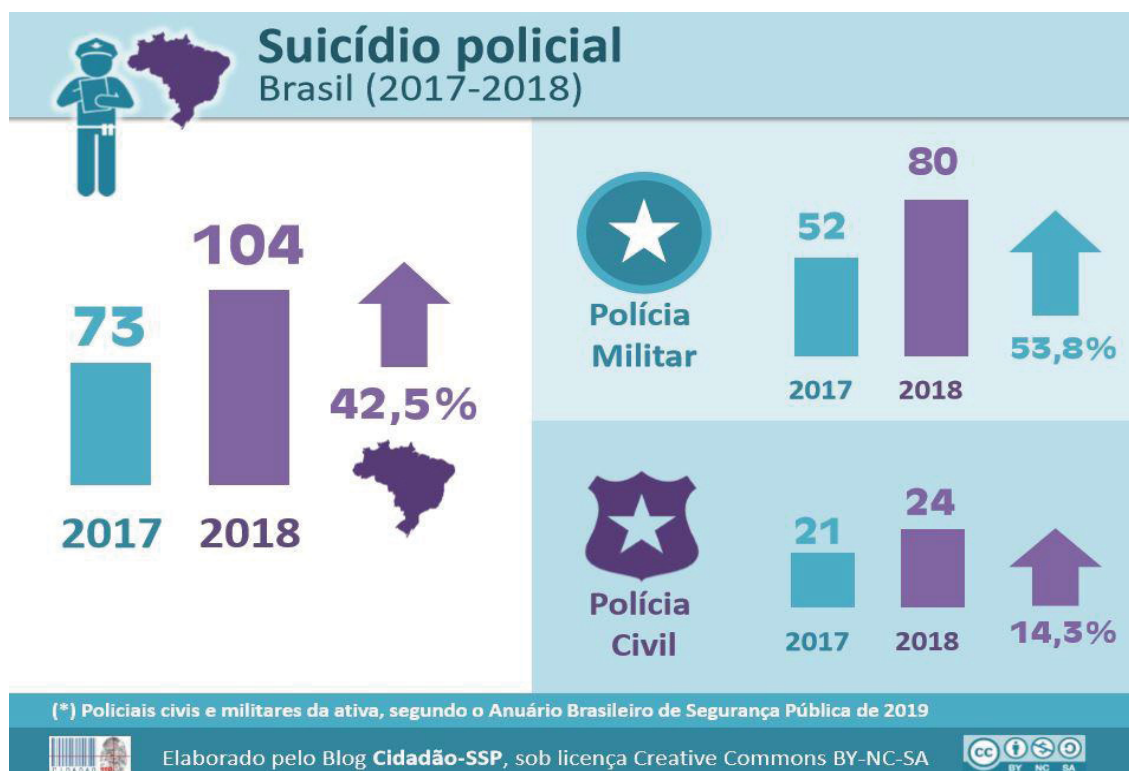
Esse processo resultou em atritos diversos com a estrutura militar e resultou em um caso de depressão, afastamento em virtude da doença e uma aposentadoria precoce. Os casos de adoecimento psíquico nas instituições policiais militares não são poucos, inclusive com um alto índice de suicídios de seus integrantes, sendo que o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta um crescimento de 42,5% nos suicídios desses profissionais (Figura 2), o que demonstra o adoecimento e a falta de preocupação por parte dos governos estaduais nessa questão.

Essas duas situações podem ser colocadas como exemplo da ideia de “envolvimento e alienação” proposta por Norbert Elias que afirma:

Entretanto, há também processos críticos que já avançaram tanto, que, para os envolvidos neles, não resta qualquer possibilidade de manter intacta sua integridade física e mental nem de assegurar sua sobrevivência. Embora possam ser altas sua alienação e capacidade de reflexão realista, o processo atingiu, para elas, um ponto de não retorno. Não importa o que pensem ou façam, elas não se podem salvar.<sup>55</sup> (1998, p. 167).

Outro exemplo, dentre inúmeros que eu poderia citar aqui, foi o uso das forças policiais (com autorização do poder judiciário) contra os interesses dos próprios funcionários públicos, que ficou conhecida como "massacre do dia 29 de abril" no ano de 2015.

Figura 2 – Suicídio policial, Brasil (2017/2018)



Fonte: De Lima (2019)

Esse confronto surge da utilização da força policial militar para aprovar uma modificação na previdência dos funcionários públicos, retirando fundos da previdência estadual para dar suporte às ações do governo. Em um primeiro momento os grupos contrários conseguiram ocupar as instalações da Assembleia Estadual, evitando a votação, os dias que se seguiram se transformaram em uma verdadeira operação de

<sup>55</sup> Existem diversos trabalhos científicos sobre o tema e não seria possível citar todos aqui, por isso sugerimos o livro *Missão prevenir e proteger condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*, organizado pelas professoras pesquisadoras Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza e Patrícia Constantino (2008).

guerra urbana, com ocupação de uma grande área no entorno, com a mobilização de tropas de todas as unidades do Paraná, gerando um enorme gasto para os cofres públicos.

A situação chegou ao ápice, com as tropas avançando contra o grupo majoritário de manifestantes que eram os professores estaduais, gerando inúmeros feridos com estilhaços de granadas de efeito moral, projéteis de borracha e plástico, além da intoxicação pelo gás lacrimogêneo, que alcançou inúmeras áreas no entorno, inclusive uma creche<sup>56</sup>.

Nessa situação fica bem clara a herança baseada no coronelismo e nas relações entre grupos políticos e econômicos específicos e que não se descola das polícias e do judiciário, como afirma Leal: "Durante a Primeira República, a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do 'coronelismo' e, ainda hoje, em menor proporção, continua a desempenhar essa missão" (2012, p.191). Uma afirmação que continua atualíssima nesse período que se denominou de fim da "Nova República" <sup>57</sup>.

Na situação da tentativa de privatização da Copel eu estive envolvido, mas fiquei como tropa de reserva, não me envolvendo diretamente nos confrontos, e no "29 de abril" já não estava trabalhando na tropa de choque. Estive em algumas dessas situações de confrontos contra a população que se manifestava, em especial em reintegrações de posse que o poder judiciário requiera em áreas ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), inclusive na desocupação da Praça Nossa Senhora da Salete<sup>58</sup>, em frente ao prédio sede do governo do estado, que não teve confronto com os ocupantes e sim com a imprensa e advogados do movimento, após a desocupação.

O primeiro período de trabalho na Rone foi de aproximadamente 2 anos, trabalho esse muito intenso em virtude do tipo de policiamento que era executado, o

---

<sup>56</sup> Para uma melhor compreensão de toda a situação sobre o "massacre do dia 29 de abril" de 2015, ver *"Nós não controlamos o vento": Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do "massacre do dia 29 de abril"*, de Marina Zminko Kurchaidt (2017).

<sup>57</sup> A denominação é da historiadora francesa Maud Chirio, em artigo para o Jornal Folha de São Paulo. (CHIRIO, 2018).

<sup>58</sup> O Movimento dos Trabalhadores sem Terra ocupou a Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao Palácio Iguaçu durante 172 dias, para pressionar o governo estadual no tocante a ações policiais de reintegração de posse em áreas ocupadas. No dia 28 de novembro, a Polícia Militar fez uma operação para retirada dos ocupantes.

que possibilitou ver algumas situações bem complicadas do ponto de vista da violência urbana.

Pouco mais de um ano, pois fui designado ser motorista do comandante de Cia. P. Chq. (Companhia de Polícia de Choque da Polícia Militar do Paraná). Essa função era extremamente chata, pois consistia em transportar o major durante o dia e aguardá-lo em qualquer lugar que estivesse, mas esse período proporcionou a oportunidade de buscar maiores informações sobre a escola de formação de oficiais, na qual resolvi me inscrever para o processo seletivo, que consistia em provas de habilidade específicas: exames de saúde, testes físicos e uma nova prova psicotécnica, além, é claro, da última que era o vestibular da Universidade Federal do Paraná.

No seio da tropa das Praças da Polícia Militar do Paraná sempre foi recorrente o fato de que existia certa tendência de se priorizar a entrada de "civis" para frequentar esse curso e assim seriam formados oficiais sem "vícios" dos policiais de rua ou "antigões". Essa norma não escrita ainda é recorrente em diversas polícias militares.

O avanço das garantias democráticas após a Constituição de 1988 minimizou alguns problemas nesse sentido, mas ainda pode-se afirmar que existe um grande preconceito com relação ao fato de "praças" se tornarem "oficiais". Um exemplo desse fato é o de um Sargento que foi aprovado em um Curso de Habilitação de Oficiais Especiais (que era denominado Quadro de Oficiais Administrativos e possibilitava a promoção de primeiros-sargentos e subtenentes até o posto de capitão PM) e que depois de promovido a segundo-tenente, foi sugerido para que ele retornasse ao seu antigo local de trabalho e um major PM na época disse que não seria possível, pois ele tinha "escolhido o outro lado", numa alusão ao fato de ter sido promovido nesse concurso.

Lembro que outra praça falava que essa situação aconteceu, pois o segundo-tenente não era um "oficial sangue azul", ou seja, não havia entrado na carreira através do curso "regular" de oficiais, numa clara alusão ao fato de que existiria uma diferença entre os tipos de oficiais.

Considero esse processo como mais um ponto de ruptura que me trouxe até o momento de escrever esta tese. Após os exames de saúde e testes físicos, não fui aprovado no exame psicotécnico, fato que me deixou chateado, pois na época não consegui obter uma resposta plausível, mas como a inscrição para o vestibular já

estava paga e essas provas específicas eram anteriores ao vestibular, o candidato podia escolher uma segunda opção, para não perder o dinheiro investido na inscrição e a minha era o curso de Geografia (noturno).

Com a aprovação no vestibular, comecei a frequentar as aulas e tentar conciliar o horário de trabalho com o de estudo noturno, facilitado por ainda estar trabalhando durante o dia, mas as vezes tínhamos escalas extras noturnas, o que prejudicava o acompanhamento de algumas aulas e depois de algum tempo voltei ao regime de escalas o que não possibilitava frequentar as aulas com a atenção necessária.

Apesar das dificuldades relativas a ter que estudar à noite e trabalhar durante o dia, e algumas vezes em uma escala que não permitia assistir as aulas no período noturno, consegui me formar no tempo normal do curso, apenas na Licenciatura em Geografia, mesmo tendo cursado as disciplinas do Bacharelado, não consegui fazer a pesquisa para a monografia final dessa parte do curso. Mesmo assim, consegui efetuar os estágios necessários, na área da docência ou na área do bacharelado.

Durante esse período de estudo no curso de Geografia (noturno) e de trabalho nas ruas, em especial nas "operações pagamento"<sup>59</sup>, comecei a notar que a atividade de policiamento ostensivo não surtia muito efeito, em virtude do crescimento da população de Curitiba e da Região Metropolitana ter tido um incremento, em especial após o ano de 1995, após a campanha de industrialização promovida pelo então governador Jaime Lerner, que buscou a aumentar o polo automotivo<sup>60</sup> do estado proporcionando isenções de impostos para tentar gerar empregos.

Nesse período lembro-me de um dia inteiro em que ocorreram alguns roubos à bancos e as viaturas ficavam se deslocando de um lado para o outro da cidade sem sucesso, fazendo-me refletir sobre a ineficiência do modelo de polícia ostensiva e que me fizeram estudar um pouco sobre esse tipo de policiamento e consequentemente sobre a polícia no Brasil. No ano de 2001, tive a oportunidade de ganhar uma bolsa de estudos para uma faculdade privada.

---

<sup>59</sup> Quase a totalidade dos policiais que atuam na área administrativa (atividades não relacionadas ao serviço de policiamento) atuam no policiamento ostensivo, no horário de funcionamento das agências bancária (entre 10h e 16h), para tentar evitar roubos e furtos, seja às agências, seja aos clientes.

<sup>60</sup> Para uma melhor compreensão da política de industrialização promovida nesse período, ver Vladimir Luís de Oliveira (2003) em sua tese *A política industrial do setor automotivo e a crítica ao modo de regulação sob o desenvolvimentismo (1995-2002): o caso do Estado do Paraná*.

No caso a instituição pretendia fazer um acordo com a Polícia Militar para trocar bolsas de estudos por policiamento em uma determinada região central de Curitiba, porém o acordo não foi aceito e a instituição concordou em fornecer bolsas de estudos para policiais militares que se interessassem em frequentar às aulas "fardados" para que criassem uma sensação de segurança, seja nas dependências da faculdade, seja no entorno, com a circulação desses alunos "policiais".

Eu escolhi cursar Ciência Política e fui aprovado no exame de seleção. Após iniciar o curso, alguns colegas me falaram de uma especialização em Sociologia Política na Universidade Federal do Paraná, que acontecia aos sábados.

Eu já havia voltado a trabalhar no policiamento ostensivo e também fui destacado durante um período para trabalhar na 3ª seção da unidade, setor que cuida do planejamento das operações e também dos pedidos para efetuar policiamento em eventos (shows, partidas de futebol etc.). Após esse período fui convidado a integrar a seção de inteligência (atual denominação da P2, que já citei anteriormente).

Nessa nova função, trabalhava sem farda e tinha uma maior liberdade nos horários, além de ter um grau de amizade com o "chefe", um primeiro tenente<sup>61</sup> que eu conheci quando entrei na PM e ele estava no posto de aspirante. Ele proporcionava uma liberdade de trabalho e de horários e nós correspondíamos "produzindo" prisões e apreensões de armas ilegais e substâncias entorpecentes ilegais.

Nesse período, apesar de estarmos em uma instituição militar, as relações interpessoais eram agradáveis e, como já citei anteriormente, estavam baseadas na amizade e no companheirismo, numa alusão positiva ao termo "intimidade", proposto pelo DaMatta (1997). Os militares denominam essa situação de "disciplina consciente", em uma espécie de "cada uma sabe o que fazer e faz" sem a necessidade das cobranças por parte dos superiores hierárquicos. Essa "disciplina consciente" pode-se denominar essa situação como uma "tecnologia do eu", conforme proposto por Foucault (2010, p. 462), como forma de sobrevivência no meio militar.

---

61 Os integrantes das polícias militares são divididos em Praças e Oficiais. Os Praças possuem as seguintes graduações: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente. Os Oficiais são os seguintes: 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel. Em alguns estados podem existir a denominação Praça Especial que englobaria os alunos dos cursos de formação de oficiais e o Aspirante a Oficial. O grupo dos oficiais ainda é dividido em oficiais subalternos (e engloba os Aspirantes a Oficial, 2º e 1º Tenentes), oficiais intermediários (capitães) e oficiais superiores (englobando os majores, tenentes-coronéis e coronéis. Essa divisão é idêntica ao Exército Brasileiro até o posto de coronel.



Após o fim da graduação em Geografia e início do curso de Ciência Política, comecei a refletir sobre a ineficácia do modelo policial brasileiro e iniciei uma série de leituras sobre o tema, o que me proporcionou uma visão diferenciada das instituições policiais, somando a experiência dentro da instituição comecei a observar alguns fatos que me levaram a querer estudar com maior intensidade a forma de se fazer policiamento e também entender as nuances sociológicas das organizações policiais.

Essa reflexão começa a partir da observação da forma como nós, os policiais, éramos utilizados no patrulhamento, de forma aleatória e para atender a demanda gerada pelas ligações telefônicas recebidas pelo número 190. Em especial, durante uma operação denominada “pagamento”, onde as pessoas recebiam seus salários e em virtude disso havia uma grande circulação de dinheiro em toda a cidade. Era um dia muito quente e com várias chamadas relatando assaltos a bancos e roubos a pessoas que saíam dos bancos. Parecíamos baratas tontas nos deslocando pela cidade, sem sermos efetivos.

É a famosa síndrome do “enxugar gelo”, ou como bem colocou Marcos Rolim em seu livro *A síndrome da Rainha Vermelha – policiamento e segurança pública no século XXI*, ao afirmar que:

Uma passagem bastante conhecida de *Através do espelho*, de Lewis Carroll, relata o episódio do encontro de Alice com a Rainha Vermelha em um cenário bucólico que evoca a imagem de um imenso tabuleiro de xadrez a céu aberto. Essa passagem deu origem, segundo Richard Dawkins (em *O Relojoeiro cego*), à expressão ‘efeito rainha Vermelha’, cunhada pelo biólogo americano Leigh van Valen para designar o princípio de ‘mudança zero’ na taxa de êxito alcançado independentemente do progresso evolutivo, por exemplo, quando predador e presa evoluem na mesma proporção e ritmo de tal forma que os melhoramentos alcançados por um e por outro se ‘anulam’. Aproveitei essa sugestão para cunhar a expressão ‘síndrome da rainha Vermelha’ e empregá-la em outro contexto. (2006, p.36).

Rolim afirma que, nesse caso com relação ao exemplo, a polícia está anulada diante da evolução da forma de se cometer crimes, pois ambos estariam se anulando, ou seja, naquele dia, corríamos, corríamos e não saímos do lugar.

No ano de 2003, realizei o processo seletivo para a especialização em Sociologia Política e iniciei o curso aos sábados, junto a graduação em Ciência Política de segunda a sexta à noite.

Essa especialização foi mais um ponto de ruptura, talvez o mais importante no tocante à construção desta tese e também do ponto de vista da inserção na academia, pois quando iniciei a especialização em Sociologia Política no



Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, tive a oportunidade de conhecer o Professor Pedro Bodê, que ministrava uma disciplina sobre violência e criminalidade (e também coordenava o Grupo de Estudos da Violência).

Hoje o Grupo de Estudos da Violência (GEV) é denominado Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos e possui um número maior de pesquisadores e estudantes e está vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e à Faculdade de Direito, ambos da Universidade Federal do Paraná. Inicialmente, no GEV tentamos consolidar um grupo de policiais (civis, militares, guardas municipais e rodoviários federais) para efetuar pesquisas, que por um breve período foi denominado de Lepol (Laboratório de Estudos sobre Polícia), e que acabou não se consolidando enquanto um grupo que pretendia ter policiais “pesquisadores” e que debatessem as questões de segurança pública com uma visão mista tanto do interior das instituições relacionando com as correntes do pensamento sociológico. Bruno Zavataro descreve com precisão a criação desse grupo de policiais que pretendiam debater de forma acadêmica e científica:

Em 2004 é criado, no interior do Grupo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Paraná, o Laboratório de Estudos sobre Polícia (LEPOL), tendo por objetivo ser um espaço de pesquisa e de discussão em torno das questões de segurança pública, história das polícias, violência urbana, violência policial e direitos humanos. Este grupo é composto basicamente por policiais das categorias de base das polícias, todos inseridos de alguma forma no campo acadêmico. Desse modo, foi possível alinhar ao mesmo tempo conhecimento teórico e a prática profissional, configurando, o grupo como um todo, como um grande laboratório de experiências na área profissional. (2007, p. 29).

A busca por essa especialização na sociologia veio para tentar compreender algumas questões sobre a segurança pública e a criminalidade, tal busca me proporcionou um aperfeiçoamento no tocante ao que realmente pesquisar e, também, proporcionou o contato com autores que fazem uma discussão mais crítica da função policial em democracias, além de me auxiliar a entender o processo de formação do modelo de justiça criminal no Brasil e as diferenças com outros modelos.

No ano de 2014, fui aprovado no concurso interno para a realização do curso de Cabos da Polícia Militar, realizado na Academia Policial Militar do Guatupê. Durante três meses tive a oportunidade de observar a vivência em um ambiente de formação e de aperfeiçoamento na carreira dos policiais militares, mas que, na

conversa com outros “alunos”, observei que a realidade do treinamento e do cotidiano da academia é muito diferente da prática no cotidiano do trabalho policial militar, sendo que novamente, como no curso de formação de soldados, realizado em 1993, o improviso ainda era (e ainda é) a regra não escrita mais utilizada.

Esse período também foi importante para consolidar a ideia de que estamos passando por um modelo que vai além da militarização, cujo ápice é o processo de hipermilitarização e que atinge seu ápice com a eleição e posse em 1º de janeiro de 2019, do atual Presidente da República, que utiliza um elevado número de militares das Forças Armadas nas diversas esferas da administração pública federal e atualmente fez a proposta de utilizar militares federais da reserva para atuar em uma força tarefa para reduzir a espera pela aposentadoria, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Um fato expressivo de como o “improviso” é norma recorrente, foi durante um serviço noturno (das 18h às 23h), no qual eu estava escalado como motorista da viatura em que três alunos oficiais iriam atuar no que é denominado de estágio de “futuro oficial”. Esse estágio consistia em efetuar visitas em determinados colégios do município de São José dos Pinhais (cidade que se encontra a Academia Policial Militar do Guatupê, APMG), contato com a direção e também verificar as imediações, efetuando abordagens a pessoas “suspeitas”.

Durante uma das abordagens, pude observar que os alunos oficiais não seguiam determinadas regras de segurança básicas que são repassadas nas aulas de abordagens, colocando em risco seus colegas e também as pessoas abordadas. Eles improvisavam a cada abordagem, inclusive não utilizavam o cinto de segurança do veículo, sendo que essa é uma atitude comum na Polícia Militar do Paraná, em especial nas viaturas que fazem o policiamento ostensivo. Apesar de existirem normativas determinando a utilização obrigatória do cinto de segurança veicular, a afirmação dos policiais é a de que o cinto atrapalha em situações de abordagens, se acontecer algum caso de confronto, essa seria mais uma coisa com que o policial militar teria que se preocupar.

Esse improviso aliado a falta de padronização nas instruções de abordagens quase resultou em uma tragédia na cidade de Curitiba, no dia 29 de junho de 2019, quando um cadete (aluno do curso de formação de oficiais) da Polícia Militar do Paraná ao notar uma situação suspeita de um homem que estaria forçando um portão, gritou “perdeu, perdeu” (gíria utilizada comumente por assaltantes). O abordado era

um sargento da reserva da Polícia Militar, que acreditando ser um assalto, reagiu e atirou, enquanto que o cadete também atirou e fugiu. Após retornar com uma equipe da polícia militar que fazia policiamento nas imediações, todos foram identificados como policiais e a ocorrência foi encerrada

O turno terminou sem maiores problemas e fomos dispensados para descansar. Na primeira oportunidade indaguei o instrutor de abordagens se todos os cursos recebiam a mesma instrução de abordagem e a resposta foi um sonoro “sim”, mas que nos cursos de oficiais nem todos obedeciam!

Alguns policiais militares se referem à “Matrix” quando falam da Academia de Polícia, numa alusão ao filme de ficção científica, estrelado pelo ator Keanu Reeves em 1999, e que se passa em dois mundos, um imaginário e o real, a “matrix”. Nesse caso a academia de polícia seria uma “matrix” que não segue as regras do cotidiano do patrulhamento das ruas.

Essa situação ficou evidente durante o curso de cabos, outro fato que deixou clara essa situação, foi quando nos deslocávamos marchando para o refeitório e um aluno sargento chamou a atenção do aluno cabo que conduzia os demais para algo que ele fazia de errado. O aluno cabo afirmou que estava fazendo conforme o regulamento do Exército, e ouviu um sonoro “aqui não é o Exército, aqui é a APMG!”, sendo que a resposta foi “e a Polícia Militar do Paraná segue os regulamentos do Exército Brasileiro, então vou fazer assim!”. Essa situação criou um clima de tensão no momento, o que acirrou os ânimos. Deixando claro que lá (APMG) é um local de tensões com as regras oficiais e que se pode fazer tudo ao sabor da vontade do superior, o que possibilita diversas interpretações.

Essas “normas não escritas” utilizadas em instituições militares só corroboram a condição de instituição total, ou seja, tão sabiamente descrita por Erwin Goffman como:

[...] uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (1974, p. 11).

Outro fator que salta aos olhos são os inúmeros casos de corrupção que parecem estar entranhados nas instituições policiais. Várias são as notícias de fatos que chegam ao conhecimento da população. Porém são poucos casos que se tornam

alvo de investigações, muitos apenas da base das instituições policiais, sendo que o alto clero não é atingido de forma contundente, e quando sofrem algum tipo de punição por algo feito contra as normas legais, os oficiais das polícias militares, especialmente na esfera administrativa, tem a sua punição publicada em um “boletim interno reservado” para que apenas os seus pares e superiores tenham conhecimento, sendo que as praças têm a sua punição tornada pública, demonstrando com isso um corporativismo dentro do corporativismo, ou seja, os oficiais se protegem.

Esse período<sup>62</sup> junto ao grupo de pesquisa foi fundamental para consolidar a ideia de hipermilitarização que hoje se desenvolve nesta tese, pois os estudos que era realizados sempre estiveram voltados aos modelos de polícia e policiamento, funções essas que, depois da Constituição de 1967, estiveram sob a tutela das polícias militares e com as mudanças da Constituição de 1988 promoveram uma inserção das Guardas Municipais, instituições estas que estão se tornando, apesar do seu caráter civil, cópias das polícias militares no tocante as práticas cotidianas de policiamento e de contato com os cidadãos.

Nessa trajetória, através dos debates, seminários, leituras e na interação com a academia e a prática cotidiana de policial militar, a ideia de discutir mais profundamente o conceito de hipermilitarização surge em 2015, em um artigo (BORDIN; MORAES, 2015) apresentado no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná. Esse mesmo artigo serviu de base para o pré-projeto de ingresso no exame de seleção para o Programa e, consequentemente, na aprovação no programa de doutorado em Sociologia<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Durante esse processo de entrada no universo da pesquisa científica do Departamento de Sociologia da Universidade Federal, recebi o convite para integrar o “Projeto Mapa do Crime” na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, que se efetivou em fevereiro de 2005. Esse projeto se consolidou e hoje é uma Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico, responsável pela estatística e geoprocessamento dos dados oriundos do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) e também pelo direcionamento de algumas políticas de unificação de bases de dados do sistema de justiça criminal do Estado do Paraná. Essa nova função (analista criminal e geoprocessamento) também permitiu conhecer melhor alguns pontos da estrutura de segurança pública no estado e também de poder desenvolver algumas “novas imaginações” sociológicas.

<sup>63</sup> Antes de ser aprovado no doutorado em Sociologia, cursei o mestrado em Geografia, também na Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2008 e 2010, sendo que durante a qualificação da dissertação (BORDIN, 2009) fui questionado de uma forma rude e antiética por um dos componentes da banca (um antropólogo), sobre a busca por uma justificativa histórica para a violência e para essa pulsão pela morte (no caso em virtude da discussão no trabalho sobre os números de homicídios no Brasil), sendo que vários antropólogos fazem isso. Esse fato só me mostrou que um título e, consequentemente, o conhecimento que ele representa, deve ser utilizado com respeito por aqueles que ainda estão caminhando nessa trilha dos títulos acadêmicos. Essa situação só demonstra que muitas vezes a própria universidade tende a utilizar um processo de hierarquização semelhante ao dos militares.

Outro fato curioso nessa trajetória, e que entendo como um processo que auxilia no entendimento da hipermilitarização do cotidiano, aconteceu no primeiro encontro com a coordenação do curso de pós-graduação em Sociologia, ainda que eu não acreditasse que isso aconteceria nesse ambiente. Em reunião com a coordenadora, o secretario do curso, mais duas professoras e eu, fomos orientados a “produzir” artigos para que a avaliação do curso fosse melhorada sendo que a coordenadora também pediu que ajudássemos os colegas de outros países de língua espanhola.

Até esse momento nada de anormal, mas de repente a professora começou a erguer o tom de voz, falou que “éramos voluntários” e “que ninguém foi nos buscar em casa a laço”! Que deveríamos obedecer e produzir, pois “ninguém colocou uma arma em nossas cabeças para nos forçar a estarmos ali”! Eu me senti novamente naquele ano de 1993, nos primeiros dias na PM! Ao que me parece, a Universidade, acaba por reproduzir ações que tem por objetivo estudar e fazer a crítica no sentido de promover mudanças.

Essas frases sempre nos foram ditas e são ditas para qualquer militar que esteja em um período inicial de formação ou em algum curso. É disso que trata esta tese, dessa hipermilitarização que acontece sem que as pessoas tenham conhecimento, dessa forma de tratar o outro, sem respeito, sem consideração ao seu direito de ser humano ou sem o reconhecimento de que o outro é um ser humano, que merece um mínimo de respeito, seja aonde for, seja quem for! Na fala de uma professora universitária, essa situação pela qual passei na Universidade pode ser enquadrada como uma “trincheira ficcional”, onde “todo mundo é combativo contra nada efetivamente”.

Nesse sentido, a experiência de vida, pessoal e profissional foram fundamentais para a consolidação do objeto desta tese: a hipermilitarização como um “fato social total” e contínuo, que perpassa por todas as esferas da vida social e que, na nossa hipótese inicial, é de que acaba por hipermilitarizar o cotidiano.

Assim nesse aspecto da influência da trajetória de vida na condução da escolha do objeto de pesquisa, concordando com:

Posso, de forma não suficientemente convicta, arriscar a dizer que um dos ensejos que me perpetraram a vontade de estudar esta espécie de controle social exercido sobre os jovens talvez tenha sido o fato de, mais uma vez, tentar resolver minha incompreensão quanto a algumas formas de disciplina (questionáveis) impostas socialmente. Se, quando criança, a inquietação quanto ao discurso da ordem, da normalidade e do correto era, às vezes, vista por mim como algo infundado, na etapa adulta, não tem sido diferente. Aliás, cabe aqui reconhecer a possibilidade de que a rebeldia juvenil dos nossos dias, às vezes confundida como um comportamento criminoso, seja apenas uma forma de inquietude ou incompreensão de atores ainda em formação. Comportamentos ‘anormais’, não apenas comuns em minha infância e adolescência, mas presentes até os dias de hoje. Talvez seja por esta razão que, mesmo fazendo parte de uma instituição que se fundamenta no discurso da ordem social, ainda me sinto como um inquieto, um insurgente, um ser descolado do senso comum oficial, mais ou menos como um outsider, na clássica versão de Norbert Elias. (Gusso, 2013, p. 30).

Nesta tese, o campo se adensa com a vida. Boaventura de Souza Santos afirma que essa distância, na antropologia, era enorme, mas que na sociologia ela é reduzida:

Na antropologia, a distância empírica entre o sujeito e o objecto era enorme. O sujeito era o antropólogo, o europeu civilizado, o objecto era o povo primitivo ou selvagem. Neste caso, a distinção sujeito/objecto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse relativamente encurtada através do uso de metodologias que obrigavam a uma maior intimidade com o objecto, ou seja, o trabalho de campo etnográfico, a observação participante. Na sociologia, ao contrário, era pequena ou mesmo nula a distância empírica entre o sujeito e objecto: eram cientistas europeus a estudar os seus concidadãos. Neste caso, a distinção epistemológica obrigou a que esta distância fosse aumentada através do uso de metodologias de distanciamento: por exemplo, o inquérito sociológico, a análise documental e a entrevista estruturada. (2008, p. 80).

Não há possibilidade de separação. Não se estuda a cidade, por exemplo da antropologia urbana (e das outras áreas do conhecimento científico) saindo da cidade. Nesse caso, o sociólogo Wellington da Silva Conceição afirma que:

A subjetividade do cientista e sua relação com o objeto de sua pesquisa é uma questão sempre presente nas discussões sobre metodologias nas ciências sociais, de forma especial entre aqueles que se utilizam (ou analisam o uso) da etnografia e da observação participante. A preterida distância entre pesquisador e objeto, moldada na antropologia (ciência que usa a etnografia como método desde os seus primeiros momentos) a partir de perspectivas positivistas, passou por uma crise quando precisou incluir em seus campos de pesquisa algo para além dos universos longínquos – que por si só pareciam marcar a distância epistemológica necessária. Fazer trabalho de campo dentro de seu próprio país, ou até mesmo na própria cidade, obrigava o pesquisador a repensar a utilização dos critérios que marcavam essa distância, como as dualidades ‘primitivo-desenvolvido’ e ‘selvagem-civilizado’. Passou-se a questionar também até que ponto não existe relação/envolvimento entre pesquisador e investigação, principalmente quando a pesquisa envolve uma construção de relações, como acontece no trabalho de campo que contempla a etnografia e a observação participante. Mas ainda assim, há quem defenda, numa perspectiva cientificista, que essa relação pesquisador-objeto deve preservar a distância, e nessa perspectiva, pesquisadores não deveriam buscar seus grupos sociais para desenvolver sua investigação. (2016, p.42).

Nesse sentido, a minha aproximação como o campo é uma “viagem para dentro”, nas palavras de Conceição:

Mas, no meu caso, a sociedade próxima era bem mais próxima do que os exemplos trazidos por Gilberto Velho. Não olhava um grupo diferente, uma outra classe social ou até mesmo um bairro vizinho: estava me propondo a observar meu bairro, e nele encontrava entre os moradores que fizeram a história do lugar os meus avós, tios, tias, mãe, amigos e vizinhos. O que me era familiar, também me era conhecido, o que tornava o desafio bem mais instigante. Os relatos sobre a vida na favela da Praia do Pinto e a remoção, por exemplo, objeto de desejo de qualquer etnógrafo que tomasse o local como objeto de estudo, eram as histórias que me foram contadas repetidas vezes na infância quando a família toda se encontrava. [...] Percebi que a viagem xamânica, conforme apresentou DaMatta, era a melhor metáfora do caminho que pretendia adotar. Mas, no meu caso, esse ‘viajar para dentro’ tinha um sentido bem literal. Pensava: mas como desligar-me emocionalmente em um contexto onde a emoção impera, onde os laços afetivos estão fortemente presentes? Algo que me motivou a seguir em frente nesse projeto foi a descoberta da existência de vários pesquisadores como eu: nativos que assumiam a condição de pesquisador em seu próprio grupo social, voltando seu olhar não só para que o *lhe* é familiar, mas também para o que *lhe* é conhecido. (2016, p.45).

Nesse estudo sobre a hipermilitarização, a tensão metodológica é muito evidente. Ela acontece no dia a dia, em muitas partes, nas cidades ou no campo, quando se transforma a questão da terra em um problema de segurança pública ou de segurança nacional, na ocupação militar de comunidades pobres nos morros do Rio de Janeiro ou quando o Poder Judiciário emite mandados de busca domiciliar coletivos.



Não há como escapar do processo de hipermilitarização nos dias de hoje. Se no passado os militares eram o último recurso para as nações e vistos como heróis, hoje eles são sempre a primeira face de um estado cada vez mais controlador e “fornecedor da morte” para as populações pobres das grandes cidades (Figura 3).

Nesse caso, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) denominou de “necropolítica”, ou seja, o Estado<sup>64</sup> tem a palavra de quem vai viver e quem vai morrer, gerindo processos de extermínio que podem passar por ações de segurança pública ou a influenciando na conflagração de guerras das mais variadas origens.

Figura 3 – Terror oficial. A imagem da hipermilitarização.



Fonte: Estadão Conteúdo (2017)

A hipermilitarização do cotidiano se expressa em todas as esferas do desenrolar social, do acontecer da vida, das relações pessoais e públicas, nas pequenas nuances que o mundo "militarizado" nos apresenta: da educação militarizada, que hoje se apresenta como uma alternativa para manter os jovens sobre um controle cada vez mais intenso ao controle perverso das áreas pobres das grandes cidades em formas de ocupação policial/militar, seja pela criação de unidades de controle territorial dessas áreas, seja pela cada vez maior, inserção das forças armadas brasileiras no cotidiano da segurança pública.

O processo de utilização das forças armadas na segurança pública é um fato consolidado no Brasil, no qual as polícias militares, para fins de fiscalização, são

---

<sup>64</sup> Acredito que grupos econômicos também têm essa capacidade de atuar nessa gestão macabra.

subordinadas ao Exército Brasileiro através das Inspetorias Gerais das Polícias Militares (IGPM). Nessa relação a norma é uma aparente “cordialidade” entre os integrantes dessas forças militares, porém existe certa animosidade, esta pude observar nas palavras de um major da Polícia Militar do Paraná após uma reunião com integrantes do exército, no ano de 1995, sendo que o oficial da PM confidenciou que os “oficiais militares do Exército Brasileiro nunca tiveram a oportunidade de ‘dar um tiro em combate’, enquanto eu, como policial militar, já tinha trocado tiros em ações contra bandidos”.

Essa declaração não oficial desse policial militar aconteceu antes da intervenção militar do Brasil no Haiti<sup>65</sup>e, inclusive, pareceu-me um pouco equivocada. É claro que a Polícia Militar Estadual está em situações que podem facilitar essas ocorrências, mas o exército nacional teve várias ocasiões de confronto, inclusive em áreas urbanas, com mais intensidade na cidade do Rio de Janeiro mesmo antes da participação na Força de Paz no Haiti.

Desta forma, pode-se inferir baseado na explanação de Guiddens, ao debater “Segurança e Perigo, Confiança e Risco”, que estamos em um processo totalitário, pois “O governo totalitário combina poder político, militar e ideológico de forma mais concentrada do que jamais foi possível antes da emergência dos estados-nação modernos.” (1991, p.18), ainda que algumas exceções possam ser encontradas na história da humanidade.

Nesse aspecto, o controle social militar/policial se da em esferas que são tidas como essenciais, ou seja, na segurança pública com o discurso da “guerra ao crime”, na educação com a ideia de disciplina, na política como a ideia da ordem e na cultura pelo caminho da honra, da força e da virilidade.

A capilaridade dos aspectos militares é de uma amplitude inimaginável, e nesse sentido, posso afirmar que o campo se confunde com a vida e o distanciamento entre pesquisador e objeto se esvai, fundindo-se na trajetória de muitas vidas, seja a minha, seja daqueles que por um motivo ou outro foram colocados no turbilhão da hipermilitarização do cotidiano.

---

<sup>65</sup> Que proporcionou situações reais de confronto vivência em um ambiente parecido com as favelas brasileiras, em uma espécie de laboratório para operações de segurança pública em território brasileiro.

## CAPITULO 2

### 2 GENEALOGIA DA MILITARIZAÇÃO

#### 2.1 A GUERRA E A GÊNESE DO ESTADO MILITARIZADO

O sociólogo é alguém que faz história comparada sobre um caso particular do presente; o historiador é um historiador que toma por objeto o presente, com a ideia preconcebida de constituir o presente como caso particular e de ressitua-lo no universo dos casos possíveis. É preciso evitar o erro maior – que podem cometer tanto os historiadores como os sociólogos – que consiste em universalizar inconscientemente o caso particular, em tirar conclusões universais de um caso particular não constituído na sua particularidade. BOURDIEU. *Sobre o Estado* (2014, p.132-133).

A necessidade de paz é tão antiga, tão normal nas sociedades humanas quanto as tendências bélicas. MAUSS. *A Nação* (2017, p.137).

Enquanto a guerra continuar sendo um perigo diário iminente, o Estado continuará sendo um Moleque, sacrificando por vezes a vida do indivíduo e sempre o seu desenvolvimento irrestrito à estéril batalha pelo predomínio na competição com os outros Estados. Tanto nos assuntos internos quanto nos externos, o pior inimigo da liberdade é a guerra. Bertran. Por que os homens vão à guerra BERTRAN. *Por que os homens vão à guerra?* (2014, p. 59). [...] Já dissemos a nós mesmos, sem dúvida, que as guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividem representarem forças motrizes tão poderosas na mente. FREUD (1915, 164).

No capítulo anterior, busquei discorrer sobre o processo que nomeei de hipermilitarização do eu, na tentativa de compreender a trajetória que possibilitou a chegada ao objeto desta tese, ainda que se confunda com a trajetória de vida pessoal. Nesta parte da tese, o objetivo é discutir a formação histórica do estado militarizado através das suas inúmeras guerras, demonstrando com isso a ideia de que as nações, e até mesmo antes da formação do estado-nação, a militarização já se fazia presente, qual fosse o objetivo de grupos guerreiros ou exércitos. Nesse aspecto pode-se inferir que o homem sempre foi um ser militar, sendo a regra histórica, alimentando culturalmente o imaginário do ser humano durante milênios.

Essa ideia não é um fato que surge aleatoriamente, ele nasce de um processo social e histórico bem amplo e longo, que se acumula ao longo dos anos, e que em certos momentos se retrai para se expandir com maior força, sendo em forma de regimes totalitários ou em guerras locais, regionais ou mundiais.

Mesmo com guerras recorrentes, a humanidade sempre parece estar impressionada em como e porque elas acontecem, Norberto Bobbio, refletindo sobre a guerra na antiga Iugoslávia, afirma que:

Sempre tivemos a ilusão de que a guerra que estávamos combatendo seria a última. O momento em que pudemos nos entregar a essa ilusão foi o fim do conflito mortal entre as duas maiores potências mundiais. A ilusão durou pouco. Dentre as inúmeras razões pelas quais grupos independentes entram em conflito armado entre si, os historiadores não ignoram as guerras que nascem da destruição dos grandes impérios ou do fim da convivência pacífica entre grupos étnicos diferentes. Não podemos então dizer que fomos apanhados de surpresa. Entretanto, não tiramos todas as consequências desses fatos. Quando se aproxima o verão, não é difícil prever os incêndios das florestas, mas só tomamos consciência deles quando começam a arder. E todo ano se faz a mesma pergunta sobre quem os provocou, sem que se encontre uma resposta convincente. (2003, p. 10)

Na história da humanidade, essa expansão do processo de militarização acontece mais comumente na forma de guerras amplas, intensas e que produzem milhões de mortos e feridos, ou seja, a guerra, a militarização e o processo de hipermilitarização não podem ser estudados cientificamente de modo separado.

Esse entendimento se faz necessário com o auxílio de algumas ciências, ainda que o campo de disputa científico seja uma luta intensa por algum lugar ao sol e que esse trabalho esteja no campo científico da Sociologia, as fronteiras entre ela e a História, a Geografia, a Ciência Política e a Antropologia estarão sempre se entrelaçando, ou mesmo, se confundindo em objetos de estudo que possuem determinações utilizadas pelas disputas no campo científico.

Para tanto utilizaremos não apenas referências sociológicas nesta tese, pois seria impossível buscar uma hipótese explicativa (ou hipóteses). Nesse caso concordamos com a afirmação de Bourdieu, que diz:

A fronteira entre sociologia e história não tem nenhum sentido. Ela só tem justificativa histórica porquanto está ligada a tradições de divisão de trabalho. Se ela se perpetua é porque interesses sociais estão ligados à existência das disciplinas: investimentos em tempo, em aprendizagem, e investimentos psicológicos. A mesma coisa para a fronteira entre a antropologia e sociologia: ela tem uma existência social e corresponde às condições do NRS, que é uma instituição com diretores, presidentes, postos e estruturas mentais. Essa oposição sociologia/história é um artefato histórico, construído historicamente, que pode ser desconstruído historicamente. A historicização tem como função liberar essas pressões históricas inseridas nos inconscientes pela história. (2014, p.133).

Bourdieu ainda afirma que

Da mesma maneira, a divisão geografia/história é produto da história; as razões de sua existência mobilizam forças sociais fantásticas, de modo que talvez seja mais fácil reformar a Seguridades Social do que renunciar à divisão universitária em disciplinas. (2014, p. 133).

Ou seja, me parece que esse processo será cada vez maior na questão das diferenciações entre disciplinas acadêmicas, mas que não nos impede de utilizá-las para interpretar os problemas que nos cercam. Nessa mesma direção segue Eduardo Mei ao descrever a guerra, também em um sentido amplo, enquanto fenômeno social:

A guerra é um produto da atividade humana, um fenômeno histórico-social. Não se trata apenas de circunscrever o fenômeno 'bélico' no amplíssimo conjunto de fenômenos que constituem a experiência humana. Ao frisar o caráter histórico-social da guerra, delimitamos o campo de pesquisa no qual é imprescindível compreendê-la. De uma perspectiva jurídica, ela inicia-se com a declaração de guerra e encerra-se com o tratado de paz. De uma perspectiva militar, ela é antecipada pela preparação das Forças Armadas para o conflito bélico e sucedida pelos impactos deste na corporação. Contudo, a sua compreensão envolve a vida em sociedade nos seus mais variados aspectos (políticos, econômicos, técnico-científicos, jurídicos, religiosos, étnicos e culturais), reclamando o conjunto das ciências histórico-sociais e transcendendo as chamadas ciências militares. Por isso, no estudo da guerra, as ciências militares devem subordinar-se metodologicamente às ciências histórico-sociais. Sendo um fenômeno histórico-social, a guerra não pode ser reduzida nem a um fenômeno 'natural' nem a um distúrbio 'psicológico', embora envolva elementos psíquicos e instintivos. (2018, p. 460).

Essa é a justificativa da escolha em utilizar esse entrelaçamento entre a sociologia, história e a antropologia para discutir, num primeiro momento, as guerras e qual a influência delas no processo de hipermilitarização que observamos atualmente, sendo que outras ciências também podem contribuir sobremaneira nesse debate, entre elas a psicologia e mesmo a geografia.

Ainda que a sociologia não tenha se interessado tanto em discutir "guerras", elas são sim, e não devem ser desprezadas do ponto de vista da acumulação de processos que podem resultar em fatos sociais atuais.

Para Mauss a guerra não deve ser estudada de forma separada pela sociologia, afirmando que:

Não cabe retomar aqui o velho discurso sobre a história universal, mas mencionemos o seguinte: contrariamente às ideias que costumam lhes atribuir, os sociólogos dão a esses fatos de relações, por assim dizer, potenciais, entre as sociedades a mesma importância dada pelos historiadores. E não sei de nada mais absurdo do que essas pessoas que pretendem escrever a história sem mencionar as guerras, exceto as que reduzem a história do homem às batalhas, àquelas dos reis, seus exércitos e suas frotas. Estamos bastante mal instrumentados, no momento, para o estudo que se segue. A guerra e a paz, como fenômenos sociológicos, não foram tão analisados como foi o fato das comunicações entre as sociedades. (2017, p. 128).

Nesse sentido, compartilhamos da ideia de Norbert Elias ao afirmar que:

Um dos aspectos mais estranhos do desenvolvimento da sociologia, em seu primeiro século e meio como disciplina relativamente autônoma, é a substituição de uma perspectiva de longa duração por uma visão de curto prazo, uma espécie de redução da preocupação dos sociólogos às sociedades contemporâneas – sobretudo às suas próprias –, ao aqui e agora, e a perda do interesse em estudar como e por que, ao longo dos séculos, as sociedades tornaram-se o que são. (2006, p. 153).

Foucault descreve a guerra como algo complexo e amplo, não alijado da política, conforme segue:

É possível que a guerra como estratégia seja a continuação da política. Mas não se deve esquecer que a 'política' foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental para prevenir o distúrbio civil. A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil, do regimento no acampamento e nos campos, na manobra e no exercício. (1987, p. 141).

Esse estreitamento do foco encontrou sua expressão mais contundente na mudança das teorias sociológicas dominantes. A necessidade de se pensar no Estado como um espaço em que a guerra possa ser vivenciada a cada momento, e que ela seja utilizada como uma ferramenta de uso constante é parte preponderante para que possamos pensar no processo de hipermilitarização da segurança pública ou mais além, do cotidiano.

Sem o Estado, o processo de hipermilitarização não seria um fato social, pois seria algo que estaria disseminado nas tribos ou nos agrupamentos das civilizações que não eram consideradas civilizadas do ponto de vista do colonizador europeu. Nesse sentido, ao vincularmos a guerra ao Estado e vice-versa, podemos concordar com a afirmação de Mei:



GUERRA É O CONFRONTO VIOLENTO ENTRE GRUPOS politicamente organizados. Na medida em que envolve vontades que estabelecem entre si relações conflitivas ou consensuais, competitivas ou cooperativas, a guerra é um fenômeno intrinsecamente político e, como todo fenômeno histórico-social, a sua compreensão está sujeita à perspectiva do observador. Contudo, devido a um vício positivista ainda renitente, uma tendência hipostasiante pode dissimular-se nas linhas dos verbetes. Por coação ou conformismo, essa tendência taxativa predomina mesmo perante o caráter polissêmico de alguns fenômenos, como é o caso da 'guerra'. Conforme registrou Norberto Bobbio, diz-se a guerra de muitas maneiras, podendo considerar-se que ela é a antítese da paz (não-paz), em sentido estrito, ou também que ambas são situações extremas que comportam uma infinita variedade de casos intermediários, tais como armistício, trégua, guerra fria (BOBBIO, 1989). Além disso, a palavra 'guerra' é corriqueiramente associada a um sem-número de outras, como nas expressões 'guerra econômica', 'guerra dos sexos', 'guerra de preços'. A guerra é relativa à perspectiva do observador: punição divina, luta pela liberdade, carnificina, missão, o momento oportuno para a conquista da glória ou a ocasião do lucro para os oportunistas. Recomenda-se, portanto, não descurar das várias acepções em que a guerra é considerada e, em particular, dos sentidos descritivo, normativo, prescritivo, axiológico e mesmo estético. Não obstante, para elidir o vício mencionado, não basta indicar a polissemia contida no verbo. Faz-se necessário registrar o caráter histórico-social não apenas da guerra, mas também das nossas considerações a seu respeito, sejam elas positivas ou negativas. (2018, p. 451).

Nesse caso, não existe uma teoria conjunta da união entre estado e guerra, ou ainda uma teoria da guerra, ou que elas são muitas e talvez não expliquem de forma coerente, conforme afirma Ehrenreich:

Logo vi que não existiam teorias sobre a guerra, ou que existem muitas – dependendo do conceito que se tenha de 'teoria'. Peça a um intelectual para dar uma justificativa para a guerra e é bem provável que ele vá achar graça na sua ingenuidade em esperar algo tão amplo e mal definido possa sequer ser explicado. Pergunte então a um leigo e terá uma dúzia de explicações, cada uma delas exibida com absoluta segurança: a causa é a nossa agressividade congênita ou a agressividade masculina inata, o imperialismo e a cobiça, a superpopulação e a escassez de recursos ou a manipulação por parte das elites perversas e sanguinárias ou, simplesmente, a guerra é a manifestação de uma maldade incognoscível. (2000, p. 9).

Talvez não seja possível explicar a guerra por si só, inserindo-a em uma esfera temporal e social, aquela guerra específica pode ter uma explicação passível de ser entendida ou, pelo menos, em parte compreendida. Russell, ao conferenciar sobre a Primeira Guerra Mundial, definiu a guerra como “um conflito entre dois grupos, cada um dos quais tentando matar e mutilar o maior número possível de membros do outro grupo, com o intuito de alcançar o objetivo que deseja.” (2014, p. 61).

O objetivo é, geralmente, poder ou riqueza. É um prazer exercer autoridade sobre outros homens. O vencedor da guerra pode desfrutar dessas delícias mais do



que o vencido. Heloísa Fernandes, ao discutir a ideia weberiana de Estado vai afirmar que:

O Estado é uma relação (de dominação política) entre homens. O que importa ressaltar é, portanto, esta relação mesma, não imediatamente pelo seu conteúdo, mas por seu 'meio específico', por sua forma: a coação. Novamente, pressente-se aqui uma tautologia: quem diz dominação, não diz imposição, coação? Concisamente, o elemento retido no conceito weberiano de Estado é sua forma. O Estado é uma máquina. (1979, p. 18).

Concordamos com a afirmação acima, e vamos além um pouco: o Estado é uma máquina de matar, por isso a guerra seja uma das suas funções, sendo um fato social corriqueiro na história do Estado e que acaba por ser naturalizado e extremamente valorizado em quase a totalidade das sociedades, criando uma “cultura militar”. Bobbio vai corroborar a ideia de Fernandes, citada acima, declarando que:

O maior deles é o processo inexorável de concentração do poder de comando sobre um determinado território bastante vasto, que acontece mediante a monopolização de alguns serviços essenciais para a manutenção da ordem interna e externa, tais como a produção do direito através da lei, que à diferença do direito consuetudinário é uma emanção da vontade do soberano, e do aparato coativo necessário à aplicação do direito contra os renitentes, bem como mediante o reordenamento da imposição e do recolhimento fiscal, necessário para o efetivo exercício dos poderes aumentados. Quem descreveu com extraordinária lucidez esse fenômeno foi Max Weber, que viu no processo de formação do Estado moderno um fenômeno de expropriação por parte do poder público dos meios de serviços como as armas, fenômeno que caminha lado a lado com o processo de expropriação dos meios de produção possuídos pelos artesãos por parte dos possuidores de capitais. Dessa observação deriva a concepção weberiana, hoje tornada *communis opinio* [opinião comum], do Estado moderno definido por dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força. (2017, p.89, grifo do autor).

Dessa afirmação, pode-se, de certa forma, entender que se o Estado pode ter o monopólio legítimo do uso da força física, ele irá depender de ações “violentas” e que caminham juntas com ações policiais/militares e conseqüentemente ações que podem ser consideradas de “guerra” e que se fazem na interface com a ideia de legitimidade. Bobbio continua com a ideia ao afirmar que:

O uso da força física é a condição necessária para a definição política, mas não a condição suficiente. Segundo a doutrina que se foi afirmando na grande controvérsia entre o Estado e a Igreja, o que diferencia o Estado da Igreja é o exercício da força física. (2017, p. 105).

Se a política precisa da força física para ser produzida, a guerra, como uma variação do uso da força pelo Estado é também uma decorrência da política e talvez a teoria clausewitziana de que a “guerra é continuação da política”, seja utilizável, o que é confirmado por Bobbio, relatando que:

Nas relações entre grupos sociais, não obstante a pressão pode exercer a ameaça ou a execução de sanções econômicas para induzir o grupo adversário a desistir de um comportamento tido como nocivo ou ofensivo (nas relações entre grupos contam menos os condicionamentos de natureza ideológica), o instrumento decisivo para impor a própria vontade é o uso da força, isto é, a guerra. (2017, p. 109).

Mauss afirma que

O primeiro ponto a ser lembrado é que a guerra é tão antiga quanto a humanidade e que todo progresso consistiu não em uma redução do custo das guerras, mas em certa redução da sua frequência. [...] O restante do mundo não conhece a paz (2017, p 129).

Essa afirmação deixa clara a influência que as guerras têm no cotidiano da humanidade. Fernandes discorre o seguinte:

A GUERRA É UM FENÔMENO HUMANO. Não se pode dizer precisamente *como* e *quando* ela surgiu, no passado remoto da humanidade. Nem tampouco se pode presumir a que ‘necessidades’ existenciais (biopsíquicas ou sociais) ela correspondeu originariamente. Até onde alcança a investigação empírico-indutiva, através da reconstituição arqueológica, da reconstrução histórica e da observação direta, a guerra se nos apresenta como um *fato social*, no sentido restrito de existir como uma das instituições sociais incorporadas a sociedades constituídas. A esse respeito lembra com razão Montesquieu que a associação humana não poderia ser um produto da guerra, porque esta pressupõe, por sua própria natureza, a existência da sociedade. (1979, p. 21, grifo do autor).

O historiador militar John Keegan vai corroborar a afirmação de Fernandes, ao afirmar que

[...] a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios. A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. (1995, p. 19).

Sobre a ancestralidade do ato de se fazer a guerra, Keegan também afirma que:

Datamos a 'história' do momento em que o homem começou a escrever ou, mais precisamente, de quando ele deixou traços do que reconhecemos como escrita. Esses vestígios, deixados pelo povo da Suméria, onde é hoje o Iraque, foram datados de cerca de 3100 a.C., embora os precursores dos símbolos usados possam ser de 5 mil anos mais velhos e ter sua origem numa época, por volta de 8000 a.C., em que o homem, em certas áreas, estava deixando de viver da caça e coleta para começar a plantar. O homem moderno, *Homo sapiens sapiens*, é evidentemente mais velho que os sumérios e seus ancestrais hominídeos – a quem ele está reconhecidamente relacionado pelo tamanho, postura e capacidades –, tão mais antigos que a distância temporal que os separa de nós dificilmente pode ser investida de sentido. [...] O historiador J. M. Roberts, que tentou mapear a pré-história – as eras anteriores à escrita – de uma forma mais palpável, sugere que pensemos no nascimento de Cristo como um acontecimento de que se deu há vinte minutos, o aparecimento dos sumérios como tendo acontecido quarenta minutos antes, o estabelecimento na Europa ocidental de 'seres humanos reconhecíveis de um tipo fisiológico moderno' mais ou menos cinco ou seis horas antes do surgimento de 'criaturas com algumas características semelhantes às de humanidade', há duas ou três semanas do momento atual. A história da guerra começa com a escrita, mas sua pré-história não pode ser ignorada. Os especialistas nesse período encontram-se tão divididos quanto os antropólogos pela questão de se o homem – e o 'pré-homem' – era ou não violento em relação à sua própria espécie. É perigoso entrar nesse debate, mas devemos ao menos ver o que está em discussão. (1995, p.132, grifo do autor).

Ainda que a guerra seja um fenômeno humano constante, para Pierre Clastres, ela não é devidamente estudada em profundidade, etnografada na sua essência, ainda que existam muitos estudos sobre as sociedades primitivas, a guerra é deixada de lado. Para o Clastres:

Consideremos a abundante literatura etnográfica que, há algumas décadas, dedica-se a descrever as sociedades primitivas, a compreender seu modo de funcionamento: se a violência é (raramente) mencionada, é principalmente para mostrar o quanto essas sociedades empenham-se em controlá-la, codificá-la, ritualizá-la, em suma, mostrar que elas tendem a reduzi-la, quando não aboli-la. Evoca-se a violência, mas sobretudo para mostrar o horror que ela inspira às sociedades primitivas, para estabelecer que elas são, no final das contas, sociedades contra a violência. Não será surpreendente então constatar, no campo de pesquisa da etnologia contemporânea, a quase ausência de uma reflexão geral sobre a violência em sua forma ao mesmo tempo mais brutal e mais coletiva, mais pura e mais social: a guerra. Se o leitor curioso, ou pesquisador em ciências sociais, limitar-se, portanto, ao discurso etnológico ou, mais precisamente, à inexistência de uma tal discurso sobre a guerra primitiva, deduzirá, com razão, que (salvo algumas anedotas secundárias) a violência não figura no horizonte da vida social dos selvagens, que o ser social primitivo se desenvolve fora do conflito armado, que a guerra não pertence ao funcionamento normal, habitual das sociedades primitivas. A guerra é assim excluída do discurso da etnologia, pode-se pensar a sociedade primitiva sem pensar ao mesmo tempo a guerra. (2014, p.217).

Ainda que o autor remeta ao conflito de povos “primitivos”, podemos transportar essa ideia para o que se pretende nesta tese, discutir a ideia da hipermilitarização que tem como seu resultado a guerra cotidiana produzida. Ela existe, porém é deixada de lado, não pelos estudiosos do tema, mas pelos governos em geral. Sobre o termo “guerra primitiva”, Palacios Júnior afirma que:

É A EXPRESSÃO EMPREGADA EM REFERÊNCIA ao fenômeno da guerra realizada por sociedades cujas morfogêneses e morfologias políticas são do tipo não estatal. Tribos e clãs de indígenas ameríndios, africanos e aborígenes da Oceania são sociedades retratadas na literatura clássica da Antropologia, Sociologia, História da Guerra e das Relações Internacionais como aquelas que praticariam esse tipo de guerra. A conotação é a de que essas sociedades são primitivas, toscas, selvagens por não apresentarem uma evolução desde as formas sociais mais básicas e simples, como família extensa, clãs e tribos, em relação às sociedades consideradas mais complexas e diversificadas, como ilustra a organização estatal. Ainda que a denominação tenha sido empregada com elevada frequência nos estudos clássicos, hoje caiu em desuso após severas críticas de que seu emprego denota preconceitos etnocêntricos inapropriados para cientistas sociais, historiadores, militares e diplomatas. (2018, p. 499).

Aqui fazemos também uma pequena crítica ao pensamento de Pierre Clastres, pois o antropólogo afirma que:

A máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo baseia-se inteiramente na guerra, a sociedade não pode subsistir sem a guerra. Quanto mais houver guerra, menos haverá unificação, e o melhor inimigo do Estado é a guerra. A sociedade primitiva é sociedade contra o Estado na medida em que é sociedade-para-a-guerra. (2018, p. 252).

A crítica é no sentido de que se os povos primitivos são aqueles que não conhecem o Estado e, por isso, viviam em um estado constante de guerra. Nesse ponto pode ser feita a pergunta: somos primitivos?

Vivemos em um estado constante de guerras, alimentadas pela sanha capitalista, sendo que povos são jogados uns contra os outros e Estados são destruídos em meses. No campo da segurança pública, a guerra acontece tendo inimigos evidentes: negros, pobres e usuários de drogas, às vezes tudo isso em um só ser humano, esses são encarcerados em prisões medievais, controladas por facções criminosas que pululam sem controle a cada ano.

Kalina Vanderlei (2018, p. 155) nos apresenta a ideia de “guerra dos povos sem Estado”, ao discutir a pseudoideia de que os povos “primitivos” viviam um processo de guerra endêmica. Essa generalização (estado de guerra endêmica dos

povos considerados primitivos) decorre, segundo a autora, de uma interpretação eurocêntrica, ainda que alguns tenham se contraposto a essa generalização, no caso. (CLASTRES, 2013 *apud* VANDERLEI, 2018, p. 156).

Nesse aspecto, a guerra cotidiana para os povos “primitivos” ou “bárbaros”, seria uma visão dos estrangeiros sobre eles, e sobre essa visão, Vanderlei afirma que:

Essa tese da guerra endêmica instiga o estudo das estruturas militares nas definições antropológicas das sociedades não estatais como um todo, uma vez que essas sociedades foram, durante muito tempo, definidas basicamente a partir da guerra. Isso faz muito sentido quando lembramos, primeiro, que a maioria dessas culturas esteve em conflito aberto com o Ocidente, fazendo com que suas estruturas militares se tornassem óbvias para os observadores estrangeiros; e, em segundo lugar, que os conceitos evolucionistas oitocentistas associavam as sociedades não estatais, em geral ditas tribais, à barbárie, logo tornando imprescindível sua associação com a guerra sem limites. (2018, p. 159).

Se a guerra é inerente ao ser humano não podemos nos tentar a produzir explicações sociológicas dos processos sociais sem escaparmos do entrelaçamento dos conflitos bélicos e demais fatos sociais. Atualmente, as guerras e as mortes decorrentes dessas guerras permanecem acontecendo. Ainda que seja um fato comum entre os seres humanos, entre as sociedades e nações, muito pouco se tem escrito na sociologia sobre as instituições que atuam nela com maior presença: as instituições militares. Sobre esse assunto, Guiddens afirma que:

Há uma singularidade a mais em relação ao empreendimento sociológico como é praticado hoje. Ao abrir qualquer texto de sociologia, o leitor encontrará discussões sobre a maioria das instituições modernas: família, classe, desvio etc. Mas dificilmente esse leitor encontrará qualquer discussão sobre as instituições militares, ou sobre o impacto da violência militar e da guerra sobre a sociedade moderna. [...] O mesmo é verdadeiro para a maioria dos raros tratados de teoria social que se concentram no capitalismo, no industrialismo e assim por diante. Mesmo assim, vivendo no século XX, quem poderia, por um momento, negar o enorme impacto que o poder militar, a preparação para a guerra, e a guerra ela própria, tem tido sobre o mundo social. (2008, p. 47).

Guiddens ainda afirma que “A teoria de evolução social de Durkheim, de onde sua concepção de Estado é derivada, em geral da pouca importância ao poder militar, tanto nas sociedades tradicionais como nas modernas.” (2008, p. 47). Nesse caso, Florestan Fernandes (2018) está à frente do sociólogo francês, pois estudou a necessidade da guerra em uma sociedade tradicional, demonstrando a existência da

“guerra” sem a necessidade da existência de uma estrutura militar ou militarizada, ou seja, uma “guerra primitiva”.

Guiddens também afirma que as “guerras primitivas” são totalmente diferentes daquelas levadas a cabo por “comunidades políticas organizadas”, mas que

[...] a magnitude das evidências, tanto arqueológicas quanto antropológicas, leva à conclusão de que a guerra, isto é, o combate armado entre grupos em que a violência física é usada por, ou em nome de, uma comunidade contra a outra, é predominante em todos os tipos de sociedade humana. (2018, p. 79).

Para Montagu, a guerra não seria resultado da falta da capacidade de inibição, mas pela constante motivação para se matar, como segue:

Portanto, não é por falta de capacidade de inibição que muitas sociedades apresentam um índice tão assustador de mortes praticadas deliberadamente. Muitos povos desenvolveram tais inibições. No tocante à morte sancionada do inimigo em tempos de guerra, porém a maioria das sociedades do mundo civilizado desencorajou ativamente quaisquer reservas inibitórias que os indivíduos pudessem apresentar. Na realidade, nessas sociedades aqueles que se conduzem como se não tivessem inibições para matar o inimigo são recompensados.

O herói é aquele que mata ou torna possível matar o maior número possível de inimigos. Virtualmente todas as nossas instituições, tradições e meios de comunicação públicos conspiram para elevar e santificar a matança desinibida do inimigo como a mais nobre das obrigações que todos têm para com o serviço da pátria. Aqueles que se recusam a participar dessa matança por motivos de consciência, fugindo ao recrutamento, desertando ou por qualquer outro meio, são condenados, presos ou punidos de alguma outra forma. As recompensas e os incentivos para a matança sancionada são tão constantemente enfatizados em toda parte que, mesmo que os seres humanos possuíssem inibições inatas para matar o ‘inimigo’ derrotado, estariam tão sobrecarregados de recompensas positivas para matar que essas inibições dificilmente teriam a oportunidade de expressar-se. (1978, p.232).

Keeley ao citar Hobbes, segue a mesma linha de raciocínio Montagu:

Hobbes nunca alegou que os humanos eram inatamente cruéis ou violentos ou de maneira biológica destinados a dominar outros. A condição da guerra era puramente uma condição social – uma consequência lógica da igualdade humana em necessidades, desejos e inteligência. Ela poderia ser eliminada por inovações sociais: um contrato e instituições coercitivas de fiscalização. A guerra poderia surgir apenas se esses contratos fossem quebrados ou se os poderes de polícia do Estado centralizado desaparecessem. (2011, p. 51).

Eugène Enriquez, sobre as origens do “desejo de matar”, afirmar que:

Com relação ao nosso tema, o desejo de matar (que está, não nos esqueçamos, na origem da humanidade e que aflora sempre no sacrifício) engendra a proibição (está sempre limitada aos membros da tribo ou da nação, pois estes não devem se autodestruir, porquanto toda a construção humana está a responder ao princípio da autoconservação). Mas essa proibição, que impede a atualização de algumas tendências ou pulsões, induz à transgressão, pois a suprema felicidade, de um lado, e a inovação, a invenção social, de outro, só são possíveis pelo ato da transgressão. Sem transgressão, sem ataque a proibição, os prazeres permanecem apenas como uma codificação e um ritual, levando a que as sociedades se conduzam pela repetição (como as tribos estudadas por Clastres). A sociedade torna-se plenamente humana, isto é, inventiva, capaz de progresso na civilização graças à transgressão. É por isso que a transgressão não nega a proibição (ela a conserva, pois ela impede a autodestruição). Mas ela a ultrapassa e a completa, pois permite à sociedade se colocar sempre novas questões, tanto quanto da tarefa de resolvê-las, o que significa (e é necessário examinar bem o caráter escandaloso dessa proposição) que a transgressão à proibição de matar, resultando no assassinato, é parte integrante do processo civilizador.

Ao admitir isso, seguindo Freud, para quem, ao lado das pulsões de vida, subsistem as pulsões de morte, de onde deriva a pulsão de destruição, devemos aceitar que o trabalho civilizador não é somente, como demonstra magistralmente Nathalie Zaltsman, a responsabilidade de cada um pela espécie humana, a responsabilidade de cada um diante do outro, mas é igualmente o não reconhecimento do conjunto humano como único, a violação da face do outro, a criação de estruturas de rejeição, de repulsa, favorecendo em cada grupo a construção de uma identidade própria. Eros e Tanatos compartilham do trabalho civilizador. [...] Não existe uma civilização que não seja construída (ao menos até o presente) sobre os escombros de outra, ou que não tenha contribuído à sua decadência ou à sua liquidação. (2001, p. 15).

Mei afirma que foram vários os tipos de guerras ao dizer que:

No último milênio, a guerra assumiu várias formas: guerras religiosas, guerras feudais, guerras interestatais, guerras de conquista, guerras de extermínio, guerras coloniais, guerras de independência nacional, guerras revolucionárias, guerras civis. No período recente, as guerras interestatais estão em declínio. (2018, p. 467).

Mas chamo a atenção para o fato de estarmos em um novo momento do desenrolar da guerra, que acontece também na vida cotidiana que, com o avanço da tecnologia, torna-se invisível por meio de formas de controle do aparato policial/militar, aparato este que cada vez mais se vale do uso da tecnologia para a manutenção desse status quo do controle social perverso. Ainda sobre as guerras, Keeley afirma que:



A guerra sempre foi um tópico interessantíssimo: A guerra concentra e intensifica algumas das nossas mais fortes emoções: coragem e medo, resignação e pânico, egoísmo e abnegação, ambição e generosidade, patriotismo e xenofobia. O estímulo da guerra incitou seres humanos a criar prodígios de engenhosidade, improvisação, cooperação, vandalismo e crueldade. É o campo mais arriscado para testar a presença de espírito e sorte: nenhum esforço pacífico pode igualar suas penalidades pelo fracasso, e poucos podem exercer suas recompensas pelo sucesso. Ela permanece mais teatral de todas as atividades humanas, combinando tragédia, drama, melodrama, espetáculo, ação, farsa e até mesmo comédia de situação. A guerra mostra os extremos da condição humana. (2011, p. 47).

Alguns autores afirmam que atualmente a sociedade está mais pacífica. Para Pinker (2013) a consequente redução no número de mortes violentas é constante e contribui para uma época de relativa paz. Outro autor, Harari (2016), afirma que as pessoas não estariam morrendo de mortes violentas e sim por excesso de comida ou pela falta de alimentos, por exemplo, em países do continente africano e que o futuro poderá ser melhor<sup>66</sup>, numa clara exposição do senso comum sobre o tema.

Compartilhando da mesma ideia, outro pesquisador segue a linha de que a humanidade está mais segura. Para o historiador Ian Morris afirma que:

No entanto, meu argumento básico é que a guerra tornou o mundo mais seguro, o que talvez cause espanto à maioria. Este livro foi publicado, em sua versão original, em 2014, exatamente 100 anos depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e 75 anos após o início da Segunda Guerra Mundial. Os dois conflitos deixaram 100 milhões de mortos – com certeza, número suficiente para que o fato de marcar esses dois aniversários com um livro que afirma que a guerra nos tornou mais seguros pareça piada. Mas em 2014 foi também o 25º aniversário do fim da Guerra Fria, que ocorreu em 1989 e que livrou o mundo de repetições do pesadelo de Petrov. Vou argumentar neste livro que esses 10 mil anos de história da guerra desde o fim da última Era Glacial são na verdade uma narrativa única que leva a esse ponto, no qual a guerra tem sido o principal fator a tornar o mundo de hoje mais seguro e rico do que jamais foi. (2015, p.15).

---

<sup>66</sup> Norbert Elias vai delimitar a diferença entre uma “vida boa” e uma “vida melhor”, considerando que as duas expressões possuem diferenças. Elias (2006, p. 36) afirmar que: “Possivelmente não se entenderá de imediato por que me refiro a uma vida melhor e não a uma vida boa. Pode-se iniciar uma discussão interminável sobre o significado de “vida boa”. A expressão nos traz à mente a imagem de um estado final e acabado. Em grande medida, representa um ideal. Por sua vez, o termo “vida melhor” refere-se a um processo social em cujo desenvolvimento as condições de existência tornam-se não exatamente ótimas, mas em sentido absoluto, porém superiores em comparação a uma fase anterior. Quando, para lavar e cozinhar, deixa-se de recolher água num poço a 10 minutos de distância e passa-se a recebê-la encanada, a vida das pessoas melhora. Confronta-se a fase subsequente com a precedente, com base e, critérios impessoais – pois é possível falar em critérios impessoais de melhoramento. A pesada carga de trabalho diminui quando, para ter água em casa, basta abrir uma torneira. Caso aludíssemos, no entanto, a uma vida boa, deixaríamos a porta aberta para qualquer extravagância”.

Esses três pesquisadores apresentam uma visão otimista de um futuro com menos mortes em guerras e a diminuição da violência decorrente de outros fatores. Talvez esse otimismo seja decorrente de uma visão de pesquisadores que estão em países com seus governos consolidados e que não necessitem disputar uma refeição a cada dia (Pinker é psicólogo e linguista canadense e Harari é professor universitário de História, em Israel).

Nesses exemplos, o otimismo é corroborado por estatísticas que comprovam que realmente podemos estar nos matando menos, mas acredito que eles estão excessivamente otimistas, pois apesar da redução no número de mortes por conta da violência interpessoal, verificamos que a sociedade ainda mantém a pulsão pela guerra e continua a utilizar novas formas de controle militar/policial cada vez mais intensas e que esse modelo sofre alterações no tocante a utilização das tecnologias de cada época.

Pode-se fazer uma crítica ao fato de que esses autores não levam em conta o crescimento da extrema direita no mundo, e em especial, na Europa, aliado a busca das nações altamente industrializadas por recursos naturais, começar a produzir uma tensão global mais acentuada daquela vivenciada na Guerra Fria.

Mas o posicionamento que se apresenta com maior clareza e também com mais razoabilidade no tocante ao fato que a humanidade estaria mais segura e rica, mas nem tanto, foi proposta por Eric Hobsbawm, ao afirmar que:

O mundo estava incomparavelmente mais rico que jamais em sua capacidade de produzir bens e serviços e na interminável variedade destes. Não fora assim, não teria conseguido manter uma população global muitas vezes maior que jamais antes na história do mundo. Até a década de 1980 a maioria das pessoas vivia melhor que seus pais e, nas economias avançadas, melhor que algum dia tinha esperado viver, ou mesmo imaginado possível viver. Durante algumas décadas, em meados do século, chegou a parecer que se haviam descoberto maneiras de distribuir pelo menos em parte dessa enorme riqueza com um certo grau de justiça entre os trabalhadores dos países mais ricos, mas no fim do século a desigualdade voltava a prevalecer e também entrava maciçamente nos ex-países 'socialistas', onde antes imperava uma certa igualdade de pobreza. (1995, p. 21).

A afirmação de Hobsbawm deixa mais claro que a bonança econômica não atingiu (e nem vai atingir toda a população mundial). O que chama a atenção nessas afirmativas é que os autores deixam de lado que ainda estamos em um processo de guerras contínuas que movimentam a indústria bélica. Concorro que diminuiu o número de mortos em decorrência de guerras, mas temos que levar em consideração

que não ocorreram conflitos da intensidade das duas grandes guerras mundiais do século XX. Sobre o aumento da violência nas guerras, Charles Tilly afirma que:

Movendo-nos de século para século, vemos que o número de mortos em combate por estado aumenta de menos de três mil por ano durante o século XVI para mais de 223 mil durante o século XX. O número médio de estados envolvidos nas guerras entre grandes potências subiu de 9,4 no século XVI para 17,6 no século XVIII, caindo a apenas 6,5 no século XX. (O aumento e diminuição revela o desenvolvimento da guerra geral entre todas as grandes potências ou entre a sua maioria, contrabalançado nos séculos XIX e XX pela tendência dos estados ocidentais a começar conflitos locais fora do Ocidente ou a intervir neles.) Finalmente, o número de guerras num determinado ano por estado participante caiu do século XVI para o XVIII, depois se estabilizou: 0,34, 0,29, 0,17, 0,20 e 0,20. Isso quer dizer que, no século XVI, os estados que sempre participaram das guerras de grandes potências estiveram em conflito durante cerca de um ano a cada três (0,34); no decurso do século XX, um ano a cada cinco (0,20). Em consequência dessas mudanças, o volume absoluto de mortos por ano nas grandes potências ascendeu de 9 400 durante o século XVI para 290 mil no curso do século XX. Se incluirmos as mortes de civis e soldados das potências menores, esse aumento com certeza seria muito maior. [...] Com a aviação, os tanques, os mísseis e as bombas nucleares, a taxa de mortalidade nas guerras do século XX supera de longe as dos séculos anteriores. Os números são apenas aproximados, mas determinam o intenso envolvimento na guerra, século após século, dos estados europeus (que, do século XVII ao século XIX, formaram quase o total das grandes potências do mundo). Também sugerem que os preparativos para a guerra, o seu pagamento e a reparação de seus danos preocuparam os governantes durante os cinco séculos em exame. Além do mais, nos cinco séculos antes de 1500, os estados europeus concentraram-se quase que exclusivamente em fazer guerra. Durante todo o milênio, a guerra foi a atividade dominante dos estados europeus. (1996, p. 131).

Nesse caso, também podemos deduzir que o século XX foi o momento em que a guerra mais se transformou. Passando por um modelo de transição na Primeira Grande Guerra, algumas formas de luta foram enterradas e outras nasceram, por exemplo, as tropas montadas à cavalo foram substituídas pela crescente mecanização dos exércitos e o surgimento dos carros de combate blindados (popularmente chamados de tanques).

Para Enriquez esse período de “1914-1918 inaugurou a era das matanças.” (2001, p. 19). Para o autor, as guerras do século XX já não possuem justificativas e não buscam a paz e sim a humilhação dos perdedores, afirmando que:

A partir do momento em que uma guerra foi declarada sem uma verdadeira justificativa e concluída de maneira sinistra (o Tratado de Versalhes e outros tratados de paz), tornou-se possível a balcanização da Europa, provocaram-se milhões de mortes (de mortes sem causa, aliás), tudo se tornou permitido. Essa guerra logrou colocar em evidência três elementos essenciais que se transformaram em motor do século XX: a estreita ligação entre Estado moderno e guerra, o triunfo da razão instrumental (e seu corolário, qual seja, o declínio da transcendência dos valores) e a construção do homem novo, oscilando entre a paranoia e a apatia. (ENRIQUEZ, 2001, p. 19).

Elias discorre sobre a natureza do conhecimento sociológico, e do papel do sociólogo no entendimento desses fatos sociais, diferenciando as catástrofes naturais das catástrofes produzidas pelos homens, defendendo que as guerras são desastres “humanos” que não podem ser controlados com tanta facilidade, como demonstrado a seguir:

No atual contexto, podemos mesmo falhar em reconhecer as catástrofes feitas por homens as ações violentas entre estados ou as internas de cada um deles. Os cientistas sociais ainda não lograram demonstrar convincentemente que matança não é reposta para a matança, quer seja a causa boa ou má. Nem têm tido sucesso em tornar mais amplamente conhecido e mais bem compreendido que os ciclos de violência, quer sejam acionados pelas lutas de hegemonia ou de integração, por, por conflitos de classe ou entre estados, todos têm forte tendência à auto-escalada. Processos bélicos, por exemplo, são de difícil interrupção mesmo quando ainda se arrastam em ameaças recíprocas de violência, na fase preparatória de sua realização. Quase sempre invariavelmente, eles geram matadores profissionais, de uma espécie ou de outra, às vezes abrigados sob o título de ditadores ou generais, de libertadores ou mercenários. Seus impulsos e ações são movidos por suspeita mútua, ódio e violência; enquanto alavancas das catástrofes humanas, não são menos temíveis que as pragas, que uma vez apareceram aos seres humanos igualmente incontroláveis. (1998, p. 13).

Nesse caso, o avanço da tecnologia liberta de algumas privações e doenças, mas produz outras, no caso das armas e formas de destruição em massa e na substituição das formas de se fazer a guerra. A Segunda Guerra viu essas duas formas de combate (a cavalo e em tanques) se chocarem de forma desproporcional. Sobre a mudança na forma de se guerrear no século XX, Barbara Ehrenreich vai afirmar que:

Mas não importa quão fútil, repulsiva ou inútil seja, ela continua. A partir da segunda guerra, ocorreram 160 guerras de diversas proporções que até 1994 somaram cerca de 22 milhões de mortos. Muitas dessas guerras foram ‘convencionais’ no sentido de colocar uma grande nação-estado contra outra – o Irã contra o Iraque, por exemplo, ou o Iraque contra os Estados Unidos e seus aliados. Mas muitas outras foram, sem dúvida, não convencionais, sem que os combatentes pertencessem a nações-estado, mas a grupos étnicos, facções e movimentos religiosos. Como diz Martin van Creveld, o que temos assistido não é a morte ou à atrofia da guerra, mas a sua ‘transformação’ [...] (2000, p. 232).

Os autores, com exceção de Ehrenreich, não levam em conta que o modelo de como se faz a guerra está sendo modificado, ou seja, saímos da era da matança exacerbada das trincheiras da Primeira Guerra Mundial, da era nuclear do fim da Segunda Guerra Mundial passando pelos ataques cirúrgicos de bombas “inteligentes” lançadas por veículos aéreos não tripulados, nos quais os que morrem ao redor de uma explosão são considerados como um “efeito colateral”.

Outra característica não analisada no trabalho de Morris é que com o fim da Guerra Fria outro arranjo das forças militares surgiu. Sobre a Guerra Fria, concordamos com a afirmação de Octavio Ianni ao afirmar que “esta também uma grande guerra mundial.” (2004, p. 15). Esse fato é facilmente corroborado pela infinita quantidade de países em conflitos, mobilizando recursos humanos e materiais de todo o planeta, mesmo que não tenha características das anteriores, I e II Guerras Mundiais.

De um mundo polarizado em dois grandes blocos econômicos, ideológicos e militares (os capitalistas capitaneados pelos Estados Unidos da América, e os comunistas liderados pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e os países periféricos aliados dessas superpotências) começaram a formar novos pequenos blocos alinhados inclusive por questões religiosas.

Nessa linha a Guerra ao Terror é iniciada, promovida inicialmente pelos Estados Unidos, surgindo inicialmente como a única superpotência militar e econômica, pois a Rússia não consegue manter o status quo de potência mundial com uma economia planificada controlada pelo estado e fica em estado de penúria financeira. Como exemplo, grupos terroristas capitaneados pelo grupo islâmico Al-Qaeda, liderados pelo saudita Osama Bin Laden, atacam os Estados Unidos em um atentado que até hoje está encoberto entre nuvens de dúvidas sobre as relações entre esses grupos islâmicos e o governo estadunidense.

Guiddens discorda desses autores, ao debater sobre os rumos do “progresso” e suas implicações no pensamento sociológico atual, afirmando que:

O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. A perda da crença no ‘progresso’, é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução de “narrativas” da história. [...] Há, aqui, entretanto, muito mais em jogo do que a conclusão de que a história ‘vai a lugar nenhum’. Temos que desenvolver uma análise institucional do caráter de dois gumes da modernidade. Fazendo-o, devemos corroborar algumas das limitações das perspectivas sociológicas clássicas, limitações que continuam a afetar o pensamento sociológico nos dias de hoje. (2008, p.19).

Pode-se afirmar então, que as formas de guerra estão sendo modificadas e cada vez mais sendo colocadas como algo “normal” para a maioria da população mundial.

Nesse caso, a sociologia tem um papel fundamental para a compreensão desses fatos, apesar de não haver uma preocupação intensa da guerra enquanto categoria analítica, sendo ela um fato social total (Mauss, 2013), pois interfere em todas as esferas da vida e acaba por direcionar trajetórias de vida, como por exemplo, a vida do historiador militar John Keegan, ao afirmar que:

Meu destino não era ser guerreiro. Uma doença de infância, deixou-me aleijado para o resto da vida e há 45 anos sou manco. Em 1952, quando me apresentei para o exame médico do serviço militar obrigatório, o médico que examinava as pernas – como não podia deixar de ser, ele foi o último a me examinar naquela manhã – sacudiu a cabeça, escreveu algo no meu formulário e disse que eu estava liberado. [...] Algumas semanas depois, recebi uma carta oficial informando-me de que fora classificado permanentemente incapaz para o serviço de qualquer das forças armadas. O Destino, no entanto, jogou minha vida no meio de guerreiros. Meu pai fora soldado na Primeira Guerra Mundial. Cresci durante a Segunda, numa região da Inglaterra onde estavam estacionados os exércitos britânicos e americanos que se preparavam para a invasão do Dia D. [...] De alguma forma, detectei que o serviço de meu pai na Frente Oriental em 1917-18 fora a experiência mais importante da sua vida. O espetáculo da preparação para a invasão em 1943-44 também me marcou, despertando um interesse por assuntos militares que fincou raízes, de tal forma que quando fui para Oxford, em 1953, escolhi a história militar como minha matéria central. (1995, p. 13).

É claro que esse é um exemplo que pode ser considerado positivo<sup>67</sup>, porém a guerra carrega muitas outras perspectivas negativas de vida como fome, doenças,

---

<sup>67</sup> Tornou-se professor de história militar, ainda que não tenha nenhuma participação em combate, mas fez uma intensa observação de vários combatentes na escola militar na qual trabalhava.

deslocamentos forçados de populações e pobreza generalizada de uma forma geral. Esse é um bom exemplo de como a guerra nos atinge mesmo que não a vivenciamos.

Ainda que não se pretendam constituir um referencial teórico, alguns historiadores e/ou sociólogos que adotam a sociologia histórica como metodologia analítica, podem, em alguns casos, recair nos modelos com acentuado viés marxista, como é o caso de Perry Anderson. Em seu livro *Linhagens do Estado Absolutista* (1995), o autor, ao delimitar o século XVI com o surgimento do Estado absolutista, faz uma crítica às definições de Marx e Engels que atribuíram essa gênese ao "equilíbrio" entre as forças da aristocracia fundiária e a burguesia.

Para Perry Anderson, a burguesia ainda não estava totalmente consolidada e ainda tinha que negociar para ter algum poder junto a autoridade central, nesse caso, os reis. Nesse sentido, o autor denota a visibilidade do fato de que nessa gênese, o Estado absolutista necessitou alimentar seus exércitos e, nos dois capítulos analisados (França e Inglaterra), observa-se a descrição do nascedouro de uma burocracia estatal que visava dar uma ideia de "fiscalização", ou criar a ideia de uma utilização policial para as forças "militares".

Observa-se também o nascimento dos impostos para cobrir gastos com as forças armadas próprias, em detrimento de forças mercenárias (não na sua totalidade) e no caso da Inglaterra, de uma notável força naval, que por consequência, consumia inúmeros recursos, monetários e/ou humanos. Nesse gênero também surgem instituições "policiais" visando manter a arrecadação de impostos e também para certa paz no reino.

Nesse caso, observa-se o nascimento de organizações fiscais em consonância com forças militares e policiais, numa intensa simbiose do econômico com o militar/policial. Essa situação se mantém, ainda que com funções diferentes, mas que a meu ver, não se separam, uma vez que órgãos fiscais têm determinado poder de polícia e que muitas intervenções militares serão efetivadas por conta de questões econômicas.

Elias propõe que a relação econômica gerou consequências no tocante ao fazer e viver a guerra, em especial dos nobres guerreiros, numa mudança que as classes sociais da época não acompanhavam. Ele afirma que:



A expansão gradual do setor monetário da economia, as expensas do setor de troca, ou escambo, em uma dada região na Idade Média gerou consequências muito diferentes para a maior parte da nobreza guerreira, por um lado, e para o rei ou príncipe, por outro. Quanto mais moeda entrasse em circulação numa região, maior seria o aumento dos preços. Todas as classes cuja renda não aumentava à mesma taxa, todos aqueles que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa, sobretudo os senhores feudais, que auferiam foros fixos por suas terras.[...] As funções sociais cuja renda se elevava com essas novas oportunidades passaram a desfrutar de vantagens. Incluíam elas certos setores da burguesia, mas acima de tudo, o rei, senhor central. Isto porque a máquina de coleta de impostos lhe conferia uma parcela da riqueza crescente; para ele se encaminhava parte de todos os lucros obtidos nessa área, e sua renda, em consequência, crescia em grau extraordinário com a circulação cada vez maior da moeda.

Como sempre acontece, esse mecanismo funcional só foi explorado aos poucos e, por assim dizer, retrospectiva e conscientemente pelas partes interessadas, sendo adotado em um estágio relativamente posterior pelos governantes como princípio de política interna. Teve como primeiro resultado um aumento mais ou menos automático e constante da renda do suserano. Esta foi uma das condições sobre as quais a instituição da monarquia obteve gradualmente seu caráter absoluto ou ilimitado. [...] 2. À medida que cresciam as oportunidades financeiras abertas à função central, o mesmo acontecia com seu potencial militar. O homem que tinha à sua disposição os impostos de todo um país estava em situação de contratar mais guerreiros do qualquer outro; pela mesma razão, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca da terra com a qual foi agraciado. (1993, p. 19).

Elias cita que essa mudança no padrão de formação de uma força combatente que não dependa da figura do vassalo, será cada vez mais comum nas guerras europeias da Idade Média, propondo que:

A supremacia militar que acompanhava a superioridade financeira constituiu, por conseguinte, o segundo o pré-requisito decisivo que permitiu ao poder central de uma região assumir um caráter “absoluto”. A transformação das técnicas militares acompanhou esse fenômeno. Graças ao lento desenvolvimento das armas de fogo, a massa de soldados de infantaria comuns tornou-se militarmente superior aos nobres, inferiores em número, que combatiam montados. Isso acontecia, também, em proveito da autoridade central. (1993, p. 20).

Então, o desenvolvimento tecnológico das formas de matar na guerra sendo alterado, o crescimento da população era maior, facilitando o recrutamento, sendo que para o autor, esse fator será preponderante na formação de exércitos com uma massa de soldados e um grupo de oficiais assalariados. A França vai ser uma das primeiras nações a criar tropas regulares para que pudesse se manter como nação. A utilização de tropas desse tipo, padronizadas, surge durante a Guerra dos Cem Anos, conforme Guiddens:

É consenso que as companhias francesas de 'ordenança' (isto é, de uma força padronizada), criadas durante a Guerra dos Cem Anos, compuseram o primeiro exército efetivo a dever obediência diretamente ao monarca. Em 1445 o rei francês empregou vinte dessas companhias anualmente, e garantiu o pagamento aos seus membros com o intermédio do Estado. Elas eram compostas de cem 'lanças' cada e inúmeros oficiais, cada lança incluindo um soldado, seu escudeiro, dois arqueiros, um valete e um pajem. Eles eram uma força montada, não infantaria, e não há particularmente uma linha direta de conexão entre eles e os exércitos efetivos que viriam mais tarde.

Entretanto, com a sua formação, uma clara divisão começou a ser estabelecida entre os proprietários de terra que estavam preocupados com suas propriedades e aqueles que optaram por uma carreira militar mais profissional. Na França e em alguns países, isso convergiu para um abismo entre o recrutamento militar e as ocupações da maioria do campesinato. (2008, p. 133).

Futuramente, a França ainda se vê forçada a criar unidades próprias de um exército regular auxiliado por uma crescente artilharia, em detrimento das velhas tropas de cavaleiros feudais, em virtude das mudanças tecnológicas dos armamentos. Esse aparato bélico e também o repressivo vai produzir pressões no tocante a cobrança de impostos.

Foucault, ao discorrer sobre a normalização do saber médico, demonstra que na França, a prioridade foi o saber militar para depois se preocupar com o ensino universal, enquanto na Alemanha, o saber médico era priorizado, conforme segue:

Esse movimento de normalização na Europa é algo a ser estudado por quem se interessa por história das ciências. Houve a normalização dos médicos na Alemanha, mas na França, por exemplo, a normalização das atividades, ao nível do Estado, dirigiu-se, a princípio, à indústria militar. Normalizou-se primeiro a produção dos canhões e dos fuzis, em meados do século XVIII, a fim de assegurar a utilização por qualquer soldado de qualquer tipo de fuzil, a reparação de qualquer canhão em qualquer oficina, etc. Depois de ter normalizado os canhões, a França normalizou seus professores. As primeiras Escolas Normais, destinadas a dar a todos os professores o mesmo tipo de formação e, por conseguinte, o mesmo nível de qualificação, apareceram em torno de 1775, antes de sua institucionalização em 1790 ou 1791. A França normalizou seus canhões e seus professores, a Alemanha normalizou seus médicos. (1984, p. 83).

Nesse mesmo avanço das forças armadas, a Europa renascentista observa o surgimento de um sistema formal de pressão e intercâmbio diplomático entre os Estados inclusive com a criação de embaixadas fixas e recíprocas. Ainda que a guerra seja um fato social universal e levada a cabo por diversas culturas, verifica-se uma intensa "eurocentricidade" no tocante a condução da forma de se efetivar a guerra.

A guerra de expansão ainda vai ser, durante muitos anos, uma atividade central dos Estados, mas aos poucos vai cedendo espaço para o comércio e também para as navegações mercantis e de descobrimento. Mauss afirma que “[Foi a] França revolucionária que inventou o exército nacional, tal como os gregos inventaram a falange, e os latinos, a legião.” (2013, p. 134). Mas a manutenção de exércitos permanentes não era fácil, mesmo para aqueles Estados com alguma riqueza. Guiddens afirma que:

Em todas as grandes sociedades de classes, o sucesso do Estado em reivindicar o monopólio dos meios de violência era limitado por dois fatores: a maneira pela qual o exército era organizado, e a relativa lentidão do transporte e da comunicação. As dificuldades de se manter grandes exércitos de prontidão por longos períodos era relativamente inviável para os governantes dos estados tradicionais. Todos os Estados não-modernos reuniam em um núcleo central uma tropa treinada e regular, mas eram obrigados a reforçá-la de diversos modos para aplacar as rebeliões e conduzir as guerras externas. O recrutamento de soldados, o surgimento de exércitos de escravos, a reunião de servos cativos e, especialmente, o recrutamento de mercenários, foram alguns dos meios usados para fins dessa natureza. Na maioria desses casos, incluindo os exércitos mercenários, o pagamento era feito em espécie, mais do que na forma de compensação monetária, e era normalmente proveniente de pilhagem durante o curso do conflito que estivesse acontecendo. Os soldados (o termo significa literalmente ‘homens de aluguel’) recrutados dessas várias maneiras, normalmente se auto-equipavam, e eram leais aos seus próprios líderes, mais do que ao governante que os recrutava. Considerando que o poder militar centralizado representava um enorme papel no sistema de integração dos Estados tradicionais, os governantes de tais Estados encontravam-se cronicamente em um dilema. A construção de forças armadas significava reunir recrutas e prepará-los para tarefas militares. Já que era impossível para tais recrutas, na maioria das circunstâncias, ligarem-se a um ‘exército burocrático’, a preparação militar dessas tropas, poderia facilmente se voltar contra aqueles que tinham instigado o conflito, ao criar fontes de poder rivais potencialmente independentes dentro do Estado. Por outro lado, sem a capacidade de aumentar quaisquer tropas que pudessem existir, o Estado poderia sucumbir a ataques externos, ou enfrentar um declínio interno de seu domínio. (2008, p. 82).

Poderíamos erroneamente afirmar que temos uma herança europeia no tocante as guerras, mas outras sociedades muito antes já organizavam exércitos para defender seus territórios e atacar outros países. Sobre o modo europeu de fazer a guerra, o geógrafo alemão Ratzel (RATZEL, 1914 *apud* MORAES; FERNANDES, 1990, p.145, grifo do autor) afirmou que os “Estados civilizados” estariam em um “*estado de guerra permanente*”, sendo que os “Estados naturais”, viveriam em um “*estado de pequena guerra*”.

Nesse caso, a nossa herança europeia pode estar mais ligada à profissionalização das forças armadas e também ao modelo adotado pelas polícias

militares brasileiras, pois essas instituições ainda se entendem como exércitos estaduais, pois foram criadas nesse modelo. Morris ao utilizar a frase “Não existe o modo ocidental de guerrear” (2013, p. 77) como subtítulo do segundo capítulo, está correto, pois a guerra tem sempre como objetivo o “fim do outro” e isso não se alterna entre ocidente e oriente, ainda que o “fim do outro” seja a conquista sem o extermínio propriamente dito, ficando a conquista como uma forma subjetiva de deixar claro o fim do outro.

A formação das nações no mundo todo tem como "efeito colateral" a existência de "exércitos" para, inicialmente, conquistar territórios e depois de consolidada essa etapa, de manter afastados os adversários e também de participar de conquistas por regiões com matérias primas necessárias ao desenvolvimento de cada país.

E o surgimento do Estado-nação e das forças militares caminha junto historicamente. Guiddens (2008) afirma que para a Teoria Social não vai ser um "problema preocupante" e que não existem estudos da sociologia sobre o "impacto da violência militar ou da guerra sobre a sociedade moderna.". Sobre a centralidade do Estado-nação no protagonismo das guerras e sobre a tipologia da guerra, Ehrenreich afirma que:

Guerras diferentes levaram a teorias diferentes sobre por que os homens lutam. As guerras napoleônicas, que trouxeram com elas o espírito racionalista da Revolução Francesa, levaram o oficial prussiano Carl von Clausewitz a afirmar que a guerra é uma empreitada completamente racional, ilibada pela emoção humana. De acordo com seu famoso aforismo, a guerra não passa de ‘uma continuação da política, só que por outros meios’, sendo a política, supostamente, consequência do mesmo tipo de lúcida determinação que se poderia usar num jogo de xadrez. Os Estados-nações foram os grandes protagonistas no palco da História e a guerra foi apenas uma das muitas formas de resolverem seus interesses em relação a outros Estados-Nações. A Primeira Guerra Mundial, que ocorreu um século depois da arrasadora investida de Napoleão na Europa e no norte da África, fez com que se avaliasse de forma inversa o impulso que leva os homens à guerra. Foi difícil analisar a Primeira Guerra sob uma perspectiva ‘racional’, principalmente para a geração de intelectuais europeus – inclusive Sigmund Freud – que sobreviveram e puderam refletir sobre a quantidade de mortos como jamais se tinha visto. Os livros de história contam que a ‘Grande Guerra’ surgiu a partir do conflito entre ‘estados imperialistas’ que competiam entre si, mas esta interpretação clausewitziana não tem muita ligação com a série de desastres, erros graves e falta de comunicação que levou as nações européias à guerra no verão de 1914. A princípio, Freud ficou tomado pela agitação da guerra e passou semanas sem conseguir trabalhar ou pensar em outra coisa, mas acabou concluindo que existe alguma falha sombria na psique humana, um desejo perverso de destruir em oposição a Eros e à vontade de viver. (2000, p. 15).

A Primeira Guerra Mundial foi um evento que tirou muitos jovens do convívio familiar e de seus afazeres cotidianos. Os três filhos de Freud participaram do conflito, conforme descreve Knijnik:

Com o passar do tempo, a concretude da guerra imprimiu novas questões. A violência e a proximidade da morte invadiram a casa de Freud com o ingresso de três de seus filhos no Exército. Martin, com 25 anos, apresentou-se voluntariamente. Admitido na artilharia, participou de combates nos *fronts* do leste e do sul. Oliver, o segundo filho, recusado até 1916, atuou desenvolvendo projetos de engenharia para o exército. Já Ernst, o mais jovem, que também se apresentou como voluntário, serviu no *front* italiano. Até Anna preocupou seu pai por estar em viagem à Inglaterra, em julho de 1914, e precisou da ajuda de Ernest Jones para retornar para casa em segurança. (2012, p. 98, grifo do autor).

Freud publicou *Reflexões para os tempos de guerra e morte* em 1915, que mostra uma análise mais aprofundada desses tempos mais difíceis:

Quando me refiro à desilusão, de imediato todos saberão o que quero dizer. Não é necessário ser sentimentalista; pode-se perceber a necessidade biológica e psicológica do sofrimento na economia da vida humana e, contudo, condenar a guerra, tanto em seus meios quanto em seus fins, e ansiar pela cessação de todas as guerras. Já dissemos a nós mesmos, sem dúvida, que as guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividem representarem forças motrizes tão poderosas na mente. (Freud, 1976, p. 164).

Não foi só Freud quem ficou agitado com a Primeira Guerra Mundial. “A guerra para acabar com todas as guerras”, arrastou inúmeros estados para o turbilhão da guerra de trincheiras e do aparecimento da metralhadora e do tanque; do gás mostarda e do avião como armas de produção da morte em série.

Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Francisco Carlos Teixeira da Silva:

A recusa obsedante à guerra pareceu chegar ao paroxismo no século XX com o próprio paroxismo da guerra. Com guerra convencional, agora associando objetivos bélicos a uma capacidade industrial maciça de destruição – desde as guerras da Crimeia, entre 1853 e 1856, da Secessão Americana, de 1861 a 1865, e Franco-Prussiana, de 1870-1871 –, podemos falar de uma guerra industrial moderna. A ‘guerra moderna’, industrial e de massas, do século XX culminaria nas grandes batalhas ‘inúteis’ da I Guerra Mundial (1914-1918), e somar-se-iam então objetivos ‘biológicos’, ‘racistas’ e de ‘limpeza étnica’, como os diversos genocídios do século. A esse cenário somar-se-ia a realidade de Hiroshima e Nagasaki e o novo medo da destruição nuclear. Assim, o século foi marcado por um ‘crescendo’ de matanças em série: dos nativos do Congo Belga, entre 1900 e 1908; dos hereros, na Namíbia alemã, entre 1904 e 1907; dos armênios, na nascente Turquia moderna, em 1915; dos haitianos, na República Dominicana, em 1937; culminando no horror em massa do Holocausto nazista. (2018, p. 509).

Max Weber também comemora a chegada da morte em forma de guerra. Coloca seu uniforme de oficial prussiano e saúda um futuro incerto diante do conflito que iria ceifar a vida de milhões de jovens e muitos intelectuais.

As guerras promovem expectativas das mais variadas, mas historicamente, quando são declaradas, acabam gerando comemorações e frenesi nas multidões. Ehrenreich descreve esse fato coletivo da seguinte forma:

Os guerreiros não são os únicos a passarem pelas profundas transformações psicológicas que separam a guerra da paz. Sociedades inteiras podem ficar possuídas de uma espécie de ‘estado alterado’ marcado por uma exacerbação emocional e uma fixação em totens que representam a coletividade, como imagens sagradas, objetos especiais ou – como ocorre hoje – bandeiras, e laços amarelos iguais aos usados pelos americanos em solidariedade aos reféns no Irã, de 1979 a 1981. (2000, p. 21).

O início da Primeira Guerra, por exemplo, causou um verdadeiro *frenesi* entre não combatentes e prováveis recrutas; não foi um entusiasmo por matar, saquear ou fazer uma “expansão imperialista”, mas por algo bem mais elevado e meritório. As guerras promoveram e promovem ainda hoje expectativas das mais variadas, mas historicamente, quando são declaradas, acabam gerando comemorações e *frenesi* nas multidões. Ehrenreich descreve esse fato coletivo da seguinte forma:

Os guerreiros não são os únicos a passarem pelas profundas transformações psicológicas que separam a guerra da paz. Sociedades inteiras podem ficar possuídas de uma espécie de 'estado alterado' marcado por uma exacerbação emocional e uma fixação em totens que representam a coletividade, como imagens sagradas, objetos especiais ou – como ocorre hoje – bandeiras, e laços amarelos iguais aos usados pelos americanos em solidariedade aos reféns no Irã, de 1979 a 1981. O início da Primeira Guerra, por exemplo, causou um verdadeiro frenesi entre não-combatentes e prováveis recrutas; não foi um entusiasmo por matar, saquear ou fazer uma 'expansão imperialista', mas por algo bem mais elevado e meritório. Na Grã-Bretanha, o povo foi totalmente contrário ao envolvimento do país na guerra, até a hora em que ela foi declarada – a partir daí, multidões passaram vários dias gritando pelas ruas e cercando o palácio de Buckingham. Em Berlim, a multidão fluía 'como um rio humano que tivesse transbordado e inundado o mundo'. Em São Petersburgo, uma turba queimou os móveis da embaixada da Alemanha enquanto mulheres rasgavam seus vestidos e davam as tiras para os soldados no meio de uma praça pública. Quando os Estados Unidos entraram na Guerra, em 6 de abril de 1917, a plateia do teatro Metropolitan de Nova York levantou-se e saudou o aviso com 'gritos e aplausos'. (2000, p. 21).

Guiddens (1991) ainda afirma que a violência das guerras e as questões militares não foram preocupações profundas de Émile Durkheim, sendo citadas de forma superficial, nem mesmo Marx, que via essas questões ligadas aos aspectos "revolucionários e contrarrevolucionários", sendo que tiveram a oportunidade de "passar os olhos" na obra de Clausevitz, *Da Guerra*.

A exceção foi Engels, que era considerado um especialista em assuntos militares e escrevia a maioria dos textos sobre o tema, alguns sendo publicados em nome de Karl Marx. Engels, ao analisar a excessiva militarização da recém-unificada Alemanha, chegaria a imaginar uma guerra de proporções mundiais na Europa (ANFRA, 2013), fato que aconteceu em 1914 e durou até 1918 (foi considerada a guerra que acabaria com todas as guerras futuras).

Mesmo que a questão "militar" seja uma constante nos estudos sobre a formação das nações, a sociologia histórica, e em especial a sociologia geral, não vai se voltar para ela como um fator principal no desenvolvimento de um país, ela será sempre colocada como consequência de outros fatores, como a economia ou as questões ligadas às fronteiras e sua defesa.

A exceção, nesse caso, fica por conta do trabalho de Charles Tilly que analisou, em seu texto *Coerção, Capital e estados Europeus (990 – 1992)*, a influência que o desenvolvimento do capital teria nos países e que acabaria produzindo "democracias". A falta desse capital iria acabar em estados com maior interferência



pela força, no caso, essa força seriam os militares e esses estados seriam menos democráticos e tenderiam a regimes ditatoriais ou com menor apego democracia.

Sobre a importância de Tilly, Bourdieu explica que a teoria dele se aproxima da teoria de Norbert Elias sobre a gênese dos Estados europeus, conforme segue:

Estranhamente, eu ligava Elias ao contexto alemão, a coisas que eu tinha lido a vinte anos, e ele me parecia como um instrumento de defesa e de luta contra o pensamento sociológico dominante na época, isto é, a sociologia americana. Eu não pensava Elias relacionado com Tilly, a quem li como algo absolutamente novo. E foi tentando apresentar o esboço do que traz Tilly que me dei conta de que ele é muito próximo de Elias. Em todo caso, é a percepção que tenho. Ao mesmo tempo, é original, do contrário eu não o apresentaria a vocês. (BOURDIEU, 2014, p. 187).

Esse é um argumento necessário para que não nos foquemos apenas nas categorias sociológicas de análise, buscando na interdisciplinaridade e na multidisciplinaridade as respostas para as nossas incertezas. Nesse caso, precisamos fazer um resgate histórico do termo “militar” e das origens dessa categoria profissional, profissão que também pode ser considerada uma das mais antigas do mundo.

Essa questão me parece ser descrita, pois como já afirmei, ela é colocada para a sociedade em geral como um fato naturalizado (a existência dos militares e da guerra) sendo utilizada como um alicerce para que cada vez mais nos aprofundemos na hipermilitarização do cotidiano.

Essa situação também me se reveste de uma relação um tanto pessoal, por pertencer a uma instituição militar (polícia ou militar) e também por observar que existe essa “naturalização” de instituições militares, seja por questões históricas, seja por questões de manutenção da ordem.

Aqui abro mais um parêntese para uma história que de certa forma ilustra uma necessidade da busca pela afirmação dos militares como algo ancestral. Certa vez, observei um oficial da Polícia Militar do Paraná afirmar que os militares existiam há cerca de 2 mil anos de história, numa clara alusão ao período histórico denominado de “cristianismo”. Ele acreditava ser descendente das legiões romanas.

Nesse caso, uma explicação do senso comum, uma interpretação equivocada na afirmação desse policial militar, pois exércitos e guerreiros existiram nas mais diversas fases da humanidade, sendo quase unanimidade nas diferentes sociedades, antigas ou modernas. A naturalização da guerra sempre vai produzir justificativas do tipo “guerra justa”, mas elas serão carregadas de injustiças para algum lado.

Nesse sentido a descrição que Fernandes utiliza do termo “militar”, fundamental para que possamos compreender que ele é utilizado pelos historiadores militares de forma genérica:

Todavia, independentemente da compreensão mais ou menos global e positiva do fenômeno, todos empregam o termo *militar* e *arte militar* em sentido lato, para designar seja as operações à mão armada propriamente ditas, realizadas antes, no decorrer e depois do combate ou da batalha, seja os princípios ideais ou normativos de organização da luta armada e do ‘exército’.

Aqui reside a explicação do alargamento operado na compreensão do termo militar e outros correlatos ou derivados, como milícia, serviço militar, idade militar, poderes militares, idéias militares, sistema militar, etc. É importante assinalar que o emprego analógico do termo pelos especialistas em história militar encontra um fundamento de fato. Limitando-se, pelos motivos indicados, aos ‘povos da antiguidade’ e à evolução da guerra nas sociedades ocidentais, depois da Idade Média, eles tratavam de sociedades nas quais se processara, em grau maior ou menor, a diferenciação da ‘função militar’. (1990, p. 461).

A profissionalização do soldado torna a guerra um fato social que não deve ser evitada, deve ser honrada e cada vez mais traduzida em “guerras justas”, pois a guerra era uma atividade do nobre e se caso o servo desertasse, não seria visto como um covarde (FOUCAULT, 2008a, p. 261).

Nesse caso, a profissionalização dos exércitos vai tornar a deserção algo que não pode ser tolerado e a profissionalização da guerra vai tornar esse fato em crime, mas muito mais em um desvio de conduta, conforme Foucault:

Primeiro, fazer a guerra. Por muito tempo, fazer a guerra, digamos nos séculos XVII-XVIII, fazer a guerra, fora aqueles para os quais ser homem de guerra era um estatuto, *grosso modo* a nobreza, fora esses, fazer a guerra era uma profissão mais ou menos voluntária, as vezes mais para menos voluntária que para mais, enfim, pouco importa, e nessa medida o recrutamento militar dava lugar a toda uma série de resistências, de recusas, de deserções.[...] As deserções eram pratica absolutamente corrente em todos os exércitos do século XVII e do século XVIII. Mas, a partir do momento em que fazer a guerra se tornou, para todo cidadão de um país, não simplesmente uma profissão, nem mesmo uma lei geral, mas uma ética, um comportamento de bom cidadão, a partir do momento em que ser soldado foi uma conduta, uma conduta política, uma conduta moral, um sacrifício uma dedicação a causa comum e a salvação um, sob a direção de uma consciência pública, sob a direção de uma autoridade pública, no âmbito de uma disciplina bem precisa, a partir do momento em que, portanto, ser soldado não foi mais simplesmente um destino ou uma profissão, mas uma conduta, então vocês veem se somar à velha deserção-infração que eu chamaria de deserção-insubmissão, na qual recusar-se a empunhar as armas aparece como uma conduta ou uma contra conduta moral, como uma recusa da educação cívica, como uma recusa, igualmente, de certa relação considerada obrigatória com a nação e com a salvação da nação, como certa recusa do sistema político efetivo dessa nação, como uma recusa da relação com a morte dos outros ou da relação com a sua própria morte. Vocês estão vendo, portanto, que temos aí o aparecimento de um fenômeno de resistência de conduta que já não tem, de modo algum, a forma velha deserção e que tem certa analogia com certos fenômenos de resistência de conduta religiosa [que vimos na] Idade Média. (2008a, p. 261, grifo do autor).

Essa afirmação, que a guerra e a especialização dos exércitos, ou mesmo de uma burocracia estatal-militar, torna algo que poderia ser comum como a deserção, torne-se crime, sendo colocado como algo que afronta a nação, o patriotismo, um fato que só pode ser consolidado com a existência da ideia de nação.

Nesse sentido, Bourdieu também coloca o Estado como o elemento duplo na formatação dos exércitos ou da guerra, afirmando que:

Para uns, o desenvolvimento do exército profissional está ligado à guerra, assim como o imposto; mas há também a guerra interior, a guerra civil, a arrecadação do imposto como uma espécie de guerra civil. O Estado se constitui, portanto, em relação a um duplo contexto: de um lado, em relação a outros Estados atuais ou potenciais, isto é, os príncipes concorrentes – portanto, precisa concentrar capital de força física para travar a guerra pela terra, pelos territórios; de outro lado, em relação a um contexto interno, a contrapoderes, isto é, príncipes concorrentes ou classes dominadas que resistem à arrecadação do imposto ou ao recrutamento de soldados. Esses dois fatores favorecem a criação de exércitos poderosos dentro dos quais se distinguem progressivamente forças propriamente militares e forças propriamente policiais destinadas à manutenção a ordem interna. Essa distinção exército/polícia, evidente hoje, tem uma genealogia extremamente lenta, as duas forças tendo sido por muito tempo confundidas. (2014, p. 269).

Ao pensarmos o modelo de segurança pública no Brasil, essa afirmação de Pierre Bourdieu é extremamente aplicável ao nosso modelo, visto que não temos uma

separação da polícia ou das forças militares, sendo que a primeira é uma tropa auxiliar do exército nacional e a segunda atua intensamente (não eficazmente) na segurança das ruas. Dessa forma, pode-se entender que o Estado esteve sempre lado a lado com processos de militarização que, apesar de acontecerem de formas mais ou menos intensas em cada sociedade, sempre estiveram presentes, mesmo nas sociedades que não tinham uma organização social e política tão avançada, como é o caso dos Tupinambás, debatido com tanta profundidade por Florestan Fernandes (2006).

Ainda que a guerra seja uma prática humana tão antiga quanto ela própria, é na organização política, denominada Estado, que ela vai atingir o seu ápice no tocante ao tamanho que tomarão as batalhas quanto na quantidade de mortos. Ainda que as guerras primitivas possam parecer cruéis através dos seus relatos, a guerra surgida no centro da civilização ocidental, a Europa, sempre teve mais intensidade.

Se a guerra e o processo de formação do Estado, seja ele absolutista ou o Estado moderno como conhecemos hoje, caminharam (e ainda caminham juntos), e que promovendo um intenso processo de militarização, pode-se afirmar que o mesmo acontece com a separação entre as funções policiais e as atividades militares. Sobre esse processo de manutenção de relações que se interconectam entre polícia e as forças armadas, Zavataro afirma que:

A separação de tarefas e de atribuições entre o exército e a polícia se deu, sobretudo com o advento dos Estados-Nação, visando à garantia de direitos e liberdades. Como se trata de duas instituições opostas quanto aos fins, funções e ideologias, a manutenção no plano nacional da segurança interna coube às polícias, ao passo que a defesa externa e o fazer guerra coube às Forças Armadas. No entanto, esta separação de tarefas nem sempre se deu de forma absoluta e, de uma maneira ou de outra, a transferência ou troca do *savoir-faire* sempre se fez presente. Em algumas épocas isso ocorreu de forma mais incisiva e até mesmo sob controle direto do exército, em outras menos. Os contornos nem sempre foram bem definidos. (2007, p.35).

Ainda que a tecnologia tenha interferido na mudança em alguns processos sociais que levaram às modificações no campo da guerra, Bourdieu também afirma que a mudança, em alguns aspectos, da forma de manutenção da coerção afetam o feudalismo de uma forma geral, descrevendo da seguinte forma (e corroborando o que Norbert Elias também afirmou):

O conjunto das instituições mandatadas para garantir a ordem, a saber, as forças de polícia e de justiça, são, portanto, separadas pouco a pouco do mundo social corrente. Esse processo não deixa de ter regressões. Essa concentração da força física, na primeira fase do Estado dinástico, fez-se de início contra a ordem feudal: os primeiros ameaçados pela construção do monopólio da violência física são os feudais, os nobres, cujo capital específico repousava no direito e no dever de exercer a força militar. O monopólio estatutário da nobreza de espada sobre a função guerreira é ameaçado pela constituição de um capital de força física, de um exército profissional, sobretudo quando é formado por mercenários que podem, do ponto de vista estritamente técnico, ser superiores aos nobres no terreno por excelência da nobreza. Haveria uma análise a fazer sobre o aparecimento dos mestres das armas, plebeus que podem ser os mestres dos mestres estatutários das armas. Daí as questões que ensejavam debates casuísticos no século XVII: será que um plebeu que maneja muito bem as armas não é mais nobre que um nobre que não sabe manejar as armas? Vocês encontrarão isso em Elias. Tudo isso é consequência da concentração de capital físico. (BOURDIEU, 2014, p. 269).

Busquei demonstrar anteriormente, a relação existente entre a formação dos estados (nação ou mesmo os modernos) e a formação dos militares. Uma vez que a guerra foi (e ainda é) uma ação recorrente de grupos humanos, ela também foi responsável pela modelagem do que conhecemos por sociedade moderna e “civilizada”. Nesse caso, manter um estado permanente de guerras ou da guerra total (nuclear), que poderia acabar com a humanidade, vemos que cada vez mais os “militares” tem uma posição importante para a manutenção de um status quo que não parece mudar tão cedo. E ainda que a “paz” seja, para muitos, um fato constante, como afirmou Bertrand Russell:

A despeito do fato de a maior parte das nações estar em paz na maior parte do tempo, a guerra é uma das instituições permanentes de todas as comunidades livres, assim como o Parlamento é uma das nossas instituições permanentes, a despeito do fato de não estar sempre reunido. (2014, p 61).

Nesse caso, a afirmação de Russell se encaixa nesse processo de manutenção de forças armadas para a preservação do poder, numa constante “*pax romana*”<sup>68</sup>. Esta visa à continuidade do jogo do poder mundial (ou mesmo regionais ou locais) e cada vez mais absorve a “cultura militar” no cotidiano das pessoas e a participação militar em diversas esferas da vida social.

---

68 A *pax romana* foi um período de autoritarismo e utilização da violência contra a oposição ao expansionismo do império romano. Ver Israel Serique (2011).

Para compreender a intensa participação dos militares na sociedade, do ponto de vista sociológico, Jacques Defrance discute o comportamento dessa categoria profissional a partir da ideia de Norbert Elias:

Para compreender o significado político do comportamento dos militares, dois modelos se opõem. Um primeiro modelo de comportamento, empregado usualmente em sociologia e em história, baseia-se na noção de grupo, de consciência de grupo e de interesse de grupo. No exemplo escolhido, ele convida a pesquisar como os militares podiam exercer pressão para fazer com que os interesses militares avançassem em toda a parte, procurando militarizar o maior número de setores da vida social (assim como em outras análises sociológicas tendem a mostrar a profissão médica em sua tendência a 'medicalizar' tantos campos de ação quantos ela possa controlar). Esse modelo da consciência de um agente coletivo – aqui, o pessoal militar –, ao apreender adequadamente seus próprios interesses, que se revelam unificados para o grupo, e essa visão dos interesses do grupo, que são apresentados como uma tensão unívoca para a maximização do poder do grupo, fornecem uma descrição que tem inúmeros parentescos com o modelo de ação racional, mas transporta para um plano coletivo. A formulação marxista, com o conceito de consciência de classe, é, provavelmente a que vai mais longe para extrair as consequências dessa visão do interesse do grupo. Com efeito, ela pressupõe várias questões resolvidas e tão difíceis de resolver na explicação do interesse coletivo quanto na do interesse individual apresentado pela teoria da ação racional: principalmente, como uma clara consciência de seus interesses chega até ao agente, seja ele individual ou coletivo? Por outro lado, na apreensão de seus interesses, como esses podem se reunir e se fixar sob uma forma unitária, para compor uma entidade coerente? Esse primeiro modelo vai desaguar numa visão do grupo como entidade delimitada e homogênea muito semelhante à noção de pessoa física e a uma apreensão dos interesses de grupo como projeto de estender sua própria extensão física, interesses coletivos que se assemelham estranhamente às ambições maximizadoras do ator racional num mercado. (2001, p.233).

Ainda que o autor proponha mais um modelo, esse parece o mais adequado para delimitar a “consciência de grupo” dos militares, que tende, cada vez mais, a buscar a presença nos diversos setores da sociedade. Ao discutir a existência de uma “coletividade” dos militares, o autor está olhando para a instituição “militar”.

No caso das polícias militares brasileiras, existe uma diferenciação do seu quadro, a separação entre praças (soldados até subtenentes) e oficiais (tenentes até coronéis), divisão essa que acaba por influenciar na formação de uma consciência de classe, alimentada por discrepâncias nos direitos e deveres, além das questões salariais.

Essa questão relativa à formação de uma “classe social dos militares” me parece mais ligada a uma “classe social dos oficiais” que acaba por conduzir a outra, projetando nas categorias hierárquicas inferiores, algumas um “espírito de corpo”,

para que possam acreditar que as aspirações das categorias hierárquicas superiores sejam as aspirações dos subalternos.

Para finalizarmos essa seção, é importante que adotemos alguma definição de militarização do Estado que parece representar fielmente o processo que procurei descrever anteriormente. Eliézer Rizzo de Oliveira, no prefácio do livro *A militarização da burocracia: A participação na administração federal das Comunicações e da Educação 1963 -1990*, descreve com sabedoria:

A militarização do Estado é entendida frequentemente como o exercício do poder pelos militares e seus representantes, sem o fundamento da manifestação livre da cidadania. Como são antípodas a manifestação livre da cidadania e a militarização (que se expressa o afastamento da democracia e a consequente ocupação militar do poder de Estado), os sinais mais evidentes da militarização são a repressão política, o controle da vida cultural, a supressão das liberdades, a desconsideração da diversidade, a identificação do inimigo ideológico nos movimentos sociais, o controle dos sindicatos e dos meios de comunicação, a censura, etc. (MATHIAS, 2004, p. 11).

Mathias propõe ainda três significados, afirmando que:

Nesse sentido, o termo *militarização* se desdobra em nossa análise: ele passa de simples ocupação de cargos por membros fardados a um conjunto de atitudes do governo que refletem uma visão de mundo que tem por base a organização castrense. Em termos provisórios, sugerimos três significados para *militarização*: 1 *militarização* diz respeito à participação física ou à ocupação de cargos da administração pública civil pelos militares. Nesse caso, supõe-se que a administração é um meio de transmitir interesses para todo o sistema político. A apreensão do fenômeno é aqui mais fácil de comparar quantitativamente o peso de cada ator (civil e militar) na burocracia estatal; [...] 2 *militarização* pode ser ainda a realização, por meio das políticas governamentais, das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares. Assim, quando uma política segue padrões geopolíticos ou responde ao autoritarismo embutido na Doutrina de Segurança Nacional, pode-se dizer que ela realiza um processo de *militarização*; [...] 3 a impressão ou transferência de valores castrenses para administração pública também é entendida como *militarização*. Em outras palavras, o *ethos* político (ou que vigora na *polis*) é equivalente ao *ethos* militar (Ferreira, 1988). Nesse caso, a definição é profundamente subjetiva e somente pode ser apreendida indiretamente. (2004, p. 25, grifo do autor).

Bruno Marques Silva, ao discorrer sobre a biografia do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, condensa as ideias as sobre “militarização da segurança pública”, descritas por ele, conforme segue:

Entendo a expressão ‘militarização da segurança pública’, tal como esse conceito aparece nos textos e artigos do coronel Nazareth Cerqueira – e de alguns colaboradores –, para designar a adoção de um modelo teórico para a política de



segurança, que se caracteriza pela submissão da lógica de intervenção policial ao ideário da guerra e à ideologia militar. Essa lógica consiste, de um modo geral, em identificar o criminoso como uma espécie de inimigo interno que é preciso combater, e não como um cidadão que cometeu um crime. Essas reflexões teóricas de Cerqueira integram o conjunto de fontes que serão analisadas ao longo da tese. O entendimento do conceito de 'cultura militarista' deve passar pela diferenciação entre os sentidos de 'militar' e 'militarismo'. Castro, ao aludir à distinção, chamou de 'espírito militar', os valores castrenses – ética, disciplina, integridade moral –, e de 'militarismo', a ausência desses valores ou deturpação dos mesmos. Entretanto, o coronel Jorge da Silva, um dos mais proeminentes colaboradores de Cerqueira, propõe uma abordagem que considere a 'militarização ideológica da segurança pública'. Assinala a naturalização do emprego das Forças Armadas em atividades policiais, fortemente apoiado por amplos setores da sociedade brasileira, com destaque para a mídia. Para Silva, 'trata-se da transposição para a área da segurança das concepções, valores e crenças da doutrina militar, acarretando no seio da sociedade a cristalização de uma concepção centrada na ideia de guerra. Daí a concepção maniqueísta – os 'bons' contra os 'perigosos' da sociedade – refletida nas práticas do sistema policial-judicial'. Contudo, o coronel considera fundamental 'que corporações com grandes efetivos de homens e armas se organizem segundo um modelo calcado na hierarquia e na disciplina militares'. Assim, 'a questão', para o grupo 'reformista' da PMERJ, 'era outra'. (SILVA, 2016, p. 130).

Outro autor (BRIGAGÃO, 1985) também discorre sobre a intensa participação dos militares nas diversas esferas da administração pública brasileira durante a ditadura civil militar (1964-1985) e, ainda que não deixe explicitamente definido como os autores acima citados, ele compartilha a mesma linha de entendimento, ou seja, que a inserção cada vez mais intensa de militares nas esferas civis da administração pública é um fator de militarização, aliado aos valores castrenses repassados para as novas gerações. Sobre a militarização do cotidiano, Brigagão afirma que:

Se a militarização ocorreu na política e na economia, que teria acontecido com nossos hábitos e modos de vida e com as regras sociais no Brasil? Que reflexos acabaram se impondo na sociedade, na conduta social cotidiana? E quais foram os maiores beneficiários? Sem dúvida, em uma conjuntura de empobrecimento, de falta de justiça, onde a lei é a lei do mais violento, do que sabe melhor burlar as regras em uma sociedade desorganizada, os beneficiários, livres e prósperos, são os que possuem o domínio da força. Se o mercado da segurança passou a ser um retrato do Brasil no sentido de uma economia voltada para a produção, venda e exportação de produtos bélicos, cá embaixo, na sociedade, o comércio da segurança alastrou-se com facilidades, incentivos e impunidade. Passamos a ter que cultuar uma maneira e um costume militarizados em nossa vida cotidiana. [...] E em um contexto de criminalidade, falta de regras sociais de convivência, abuso e corrupção de poder, a segurança pública passou a ser sinônimo de ardilosa militarização de nossa cultura: do modo de vida, dos costumes e até mesmo da moda. E com a sofisticação dos instrumentos, com o refinamento tecnológico que foi surgindo ao longo da modernização militar da sociedade, tornou-se ainda mais difícil o cumprimento das regras de convívio, e quase tudo, senão tudo, ficou submetido a exigências e preceitos que se tornaram hostis à consciência civil e individual. Passamos a ser um tanto de número, outro tanto de abstrações, como garantia de maior índice de crescimento e de riqueza, dentro de um código em que cultura e sociedade eram sinônimos de inimigos. (1985, p.77).

Uma observação importante, que não podemos deixar de citar são as duas formas de militarização (direta e indireta), nesse caso das instituições policiais, proposta por Radley Balko:

There are two forms of police militarization: direct and indirect. *Direct militarization* is the use of the standing military for domestic policing. *Indirect militarization* happens when the police agencies and police officers take on more characteristics of an army. Most of this book will focus on the latter form of police militarization, which began in the United States in the late of 1960s, then accelerated in the 1980s. (2013, p. 35, grifo do autor).

Ao levarmos em consideração essa rápida e curta definição, ainda que o foco seja a polícia dos Estados Unidos, podemos utilizá-la de forma ampliada para o nosso país, podemos pensar nesse processo de militarização da segurança pública como “direta” para as nossas polícias e também para a nossa sociedade, ainda que tenhamos períodos de variação na intensidade da militarização.

Goulart também utiliza essa definição e aprofunda um pouco mais a definição, afirmando que:

A primeira forma é a direta, na qual as forças armadas deliberadamente e regularmente são utilizadas para tarefas de policiamento. A segunda forma é a indireta, na qual agências policiais passam a se utilizar de características militares (armamento, vestuário, táticas, entre outras) para a realização de suas tarefas de policiamento. (2018, p. 11).

De uma forma mais ampla e que abarca toda a esfera social, Stephen Graham descreve a militarização como:

A militarização também envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, ação e política; esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades considerados não condizentes com noções masculinizadas (e interconectadas) de nação, cidadania ou corpo; e o uso de uma ampla e diversificada propaganda política que romantiza ou higieniza a violência como um meio de vingança legítima ou de conquista de algum propósito divino. Acima de tudo, a militarização e a guerra organizam a ‘destruição criativa’ de geografias herdadas, economias políticas, tecnologias e culturas. (2016, p. 122).

Já o Cientista Político Jorge Zaverucha define a militarização como:

Entenda-se por militarização o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos e doutrinas, procedimentos e pessoal, em atividades de natureza civil. A militarização é crescente quando os valores do Exército se aproximam dos valores da sociedade. Quanto maior o grau de militarização, mais tais valores se superpõem. (2006, não p.).

As definições podem variar de intensidade para mais ou para menos no espectro das esferas sociais e sempre vão variar conforme a interpretação de cada pesquisador, mas essas definições são extremamente interessantes, pois abordam uma gama variada da inserção dos valores castrenses na sociedade aliados a supressão dos mais variados direitos que a militarização é capaz de limitar e de vedar, proporcionando uma sociedade que controlada ao extremo, e que produz determinados grupos de seres humanos que devem ser controlados e exterminados, seja pelas condições econômicas, geográficas ou sociais.

Zavataro (2007, p. 34) vai elencar, com base no trabalho de Broudeur (2005), cinco outras características da militarização dos aparelhos policiais, que se somam às anteriores, e produzem um processo mais intenso, ou seja, a hipermilitarização. Assim sendo, o poder de fogo; o contexto de intervenção; o *ethos* (policial); a regulação e o controle externo. No caso do poder de fogo, o autor observa o constante aumento da utilização de fuzis por parte das polícias estaduais. Para o contexto de intervenção, Zavataro demonstra que as polícias se apresentam muito mais como forças combatentes de um possível exército e que, cada vez mais, aumenta a dificuldade em se delimitar as esferas legais de cada instituição.

Com relação ao *ethos* policial, este deveria ser regulado pelo uso legal da força física, e não nos moldes dos exércitos que tendem ao aniquilamento do inimigo. Como outra característica, é o *gap* entre a legalidade e a realidade vivenciada pelas polícias de uma forma geral. Por última característica, Zavataro afirma que o controle externo, que no Brasil ele considera fraco mesmo com o país sendo signatário de diversos tratados internacionais relativos aos direitos humanos, inúmeras são suas violações e mesmo com mecanismos de controle (ouvidorias, ministério público etc) as violações continuam.

Cerqueira, ao debater o processo de participação dos militares federais na Operação Rio<sup>69</sup>, cita o termo “remilitarização” para essa nova forma de fazer segurança pública, afirmando que:

---

<sup>69</sup> Para mais informações ver FGV CPDOC, c2019.

Estamos chamando de remilitarização o processo político ocorrido no Rio da 'quase-intervenção federal' na área de segurança pública, que resultou em se permitir que as Forças Armadas, notadamente o Exército, assumissem o papel das políticas estaduais e executassem tarefas próprias daquelas corporações, tais como operações de ocupação de favelas, para a repressão aos traficantes e operações de policiamento de ruas. Estas providências ficaram conhecidas como 'Operações Rio'. (2001, p. 45).

A Operação Rio foi uma forma de buscar reduzir os índices criminais na cidade do Rio de Janeiro, baseada no uso intensivo do aparato militar federal em conjunto com as forças de segurança estaduais, e que nada mais era do que a ocupação militar de determinadas áreas da cidade, apesar de descrito pelo verbete do CPDOC como uma modelo de gestão nas polícias:

[...] cooperação do governo federal com o governo do Rio de Janeiro no combate ao crime organizado ficou conhecida como Operação Rio. Segundo o estabelecido no convênio, as atividades de planejamento e coordenação e as ações da Secretaria Estadual de Justiça, das polícias Militar e Civil e da Defesa Civil estadual passariam a ser geridas por um órgão central, comandado por um oficial indicado pelo Comando Militar do Leste e cujo nome seria submetido ao governador e ao presidente da República. Ao Comando Militar do Leste seriam garantidos todos os poderes para investigar e sanear a estrutura policial fluminense, inclusive com a reestruturação de seus quadros, intervir na Polícia Federal e dispor da estrutura militar das Forças Armadas estabelecidas no estado.". (FGV CPDOC, c2019, não p.).

Esse processo de "remilitarização" descrito por Cerqueira, nada difere das outras definições utilizadas anteriormente. Ele continua afirmando que:

A militarização que se dá neste momento histórico não pode ser percebida somente pela presença de oficiais do Exército no comando das polícias militares ou como titulares das secretarias de segurança. É mais do que isso: [...] é a construção de um novo modelo teórico para as políticas de segurança, que se caracteriza pela submissão aos preceitos da guerra e que consiste na implantação de uma ideologia militar para a polícia. (2001, 45).

Esse processo citado pelo autor, por muitos anos ainda será a tônica da segurança pública no Rio de Janeiro, culminando com a intervenção federal de 2018 (Decreto n. 9.288, de 16 de fevereiro de 2018), e que de certa forma não se vislumbra mudanças a médio e longo prazo.

Ainda podemos citar como exemplo de militarização a política de intervenção militar dos Estados Unidos na América Latina, em especial na Colômbia<sup>70</sup> na década

---

<sup>70</sup> Sobre o processo de crescimento da militarização na Colômbia, ver Turriago, 2009.

de 1980, com a intensificação do envio de tropas militares, recursos financeiros e tecnológicos para fazer frente aos cartéis de narcotraficantes e também para fazer o enfrentamento aos guerrilheiros de orientação marxista que existem até hoje na região. Esse processo na América Latina não apresenta diferenças de um país para outro, ainda que as origens e objetivos sejam diferentes.

Essa complementação do trabalho de Balko, proposta por Goulart (2018), só revela o modelo diretamente militarizado que temos no Brasil, evidenciado pelas Polícias Militares, pela intensa participação das Forças Armadas e pela militarização das Guardas Municipais no cotidiano do policiamento no país, sendo que para Bodê de Moraes e Bordin:

Instituições policiais 'indiretamente militarizadas' são aquelas que tem caráter civil, apenas carregam uma estética militar, mas que acabam por adotar táticas e técnicas militares em suas ações. Como exemplo, as polícias municipais dos Estados Unidos da América do Norte, que tem cada vez mais adotado táticas, técnicas e uma enorme quantidade de material de "sobra de guerra" (war surplus), inclusive carros de combate e transporte de tropas blindados, capacetes, armas de fogo e uniformes, embasados em uma lei federal que proporciona a aquisição desses materiais a preços baixos. (2017, p. 485).

Essa militarização ainda se evidencia pela aplicação agressiva da lei, baseada na repressão ostensiva contínua com um expressivo número de casos de violência policial.

Essa forma militarizada de policiamento se faz mostrar e pode estar vinculada ao processo político eleitoral, pois em nosso país é muito mais viável, do ponto de vista "eleitoreiro", investir em veículos caracterizados, mais contratações de policiais, compras de armas dos mais diversos tipos e calibres, com ênfase em fuzis (com a alegação de fazer frente aos assaltos a bancos, caixas eletrônicos, sedes de empresas de transporte de valores e ao que a imprensa denominou de "novo cangaço"<sup>71</sup>, numa alusão ao grupo de Lampião, que agia no interior do Nordeste brasileiro.

Essa relação entre a política e as forças de segurança não acontece somente na utilização dos recursos públicos como forma de propaganda por parte dos governantes, mas também na formatação territorial das áreas mais pobres das cidades no Brasil. O exemplo da Baixada Fluminense é o mais seminal, descrito por Alves como:

---

<sup>71</sup> Para um entendimento dessa modalidade criminosa denominada "novo cangaço", ver Sodré (2018).

Se por um lado acentuam a exclusão e a não integração dos não competitivos e maximizam a lógica do mercado, por outro implementam políticas de segurança que vão do emprego do Exército no controle das favelas ao fornecimento de armas para a Polícia Municipal, passando pela gratificação por ato de bravura para policiais que matam bandidos em confrontos com a polícia. (2003, p. 175).

Para Agnaldo José da Silva, esse processo está ligado a uma ótica beligerante da segurança pública, conforme segue:

Essa militarização das funções de polícia de que nos fala Pinheiro é um fator que, de certa forma, promove por si só a violência policial já que o criminoso é visto como um inimigo e, portanto, combatê-lo não constitui crime, pois, afinal, em guerra só se vence aniquilando o outro. Ainda nessa concepção, o confronto é intensamente buscado já que não se trata de cidadãos que desviaram sua conduta dos ditames da lei, mas sim de inimigos perturbadores da ordem, de bandidos que estão colocando em perigo a vida em sociedade. São percebidos como verdadeiras aberrações que não podem ser toleradas no convívio em sociedade. Portanto, nada mais natural do que o comportamento violento e hostil dos PMs como forma de combate a tais aberrações. Essa ideologia belicista que norteia as ações da Polícia Militar contra as práticas delinqüenciais firma-se na crença de que para se resolver a questão da violência e da criminalidade no Brasil e particularmente em Goiás basta apenas mais do mesmo: mais viaturas, mais homens, mais armamentos e equipamentos. (2002, p. 90).

Nessa mesma linha de pensamento, temos, por exemplo, os trabalhos de Lopes de Souza (2008), Da Silva (2018) e Santos (2018) que colocam a militarização como um conceito que está vinculado especificamente ao processo da segurança pública, ainda que Lopes de Souza também o amplie para o espectro da militarização da questão urbana. Concorro com os trabalhos desses, mas não posso deixar de observar a necessidade da acumulação histórica desse processo.

Nesse sentido, temos a aprovação de outras leis que poderiam manter ainda viva a ideia de uma doutrina de segurança nacional. Por exemplo, a lei que define os crimes de terrorismo, as leis que colocam as forças armadas com poder de polícia nas fronteiras e mesmo nos centros urbanos (Lei da Garantia da Ordem) além, é claro, das inúmeras intervenções federais<sup>72</sup> que as tropas das Forças Armadas realizaram em diversos momentos da história atual brasileira.

Outro fator que podemos inserir no debate sobre o processo de surgimento do estado militarizado é a influência do cristianismo para consolidar um estado

---

<sup>72</sup> Para uma visão das intervenções federais por parte das Forças Armadas no Rio de Janeiro, ver Camargo; Bordin e Souza (2018)

permanente de guerra dentro do Estado. A Igreja Católica esteve profundamente ligada ao processo de consolidação do Estado moderno, ela também foi responsável pela formação de inúmeras guerras com objetivos de conquista de territórios que acreditavam (e acreditam) serem sagrados, como no caso Jerusalém, que foi tomada pelos muçulmanos várias vezes e depois reconquistada (ainda que a Igreja Católica tenha se preparado para diversas guerras no período anterior) <sup>73</sup>.

Ainda sobre as Cruzadas, Elias (2001, p.42) discorre sobre a necessidade da conquista de novos territórios para fazer frente ao aumento populacional e também conquistar terras, que segundo o autor, era fundamental para gerar a riqueza nessa época, sendo que a Igreja direcionava os esforços nesse sentido.

Esse ponto é importante para entendermos o processo que hoje se constrói em nosso país, essa relação entre poder e religião, e militares e religião. Essa modelagem de um estado laico vai ser fundamental após a Revolução Francesa, porém ela não se efetiva totalmente, em especial, nos países que possuem uma população majoritariamente católica, que ainda mantém intensos laços com os governos. Essa revolução não foi capaz de extinguir essa relação, sendo que muitos estados mantêm intimas relações com as mais variadas religiões. Pensamento esse descrito por Norbert Elias, demonstra que a Revolução Francesa não conseguiu romper definitivamente com esse processo de separação entre a Igreja e o Estado, como segue: Assim também, para Norbert Elias, a Revolução Francesa não conseguiu romper definitivamente com esse processo de separação entre a Igreja e o Estado, como segue:

---

<sup>73</sup> Para um melhor entendimento dessa relação entre religião cristã e guerras, sugerimos a leitura de Rust (2018).



É útil ter em mente o relevante papel que certos setores representativos das classes altas tradicionais continuaram a desempenhar nos assuntos das sociedades européias pelo menos até a Primeira Guerra Mundial, se quisermos entender a transformação gradativa dos Estados dinásticos em Estados-nação. Sob a influência de Marx, e talvez distorça ligeiramente seu modelo de desenvolvimento das sociedades européias, muitos adotam hoje uma imagem demasiado simplificada da mudança na estratificação social na Europa, alteração sumamente importante no processo que levou à fundação dos Estados-Nação. De acordo com essa imagem, a Revolução Francesa representa um corte absoluto entre uma ordem cuja 'classe governante' era formada pelo que Marx chamou de 'classe feudal' de príncipes, aristocratas ligados à terra e segmentos a eles relacionados, e um arranjo social em que a burguesia rompeu com o poder daqueles segmentos e toou seu lugar como grupo governante. Na verdade, casas reais e aristocracias agrárias de um ou outro tipo continuaram a desempenhar um papel decisivo, como focos específicos de poder, na maioria das sociedades européias depois da Revolução Francesa. (2001, p. 160).

Mesmo não sendo objeto desta tese, verifica-se que os militares no Brasil (a população de uma forma geral) possuem um atrelamento aos valores religiosos muito arraigados, sendo que, segundo informações do Governo Federal, com dados do censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem uma população com a seguinte característica religiosa:

[...] católica, 64,6% da população, enquanto os evangélicos vêm em segundo lugar, 22,2%. Os adeptos do espiritismo são 2,0% da população, enquanto os da umbanda e do candomblé representam 0,3%. Cerca de 107 mil pessoas seguem o judaísmo; 65 mil tradições indígenas; 35 mil o islamismo; e 5 mil o hinduísmo. (c2017, não p.).

Atualmente, esses dados apresentam uma modificação e que segundo Alves são indícios de uma transição religioso no país e que segundo o pesquisador:

Os resultados apontaram para uma mudança de hegemonia em 2036 e um aumento da pluralidade em ritmo mais lento. Pesquisa realizada pelo instituto PEW, entre outubro de 2013 e fevereiro de 2014, encontrou, no Brasil, um percentual de 61% de católicos, 26% de evangélicos, 8% de sem religião e 5% de outras religiões. [...] Ou seja, tanto os dados do IBGE, quanto do Datafolha e do Instituto PEW (2014), apontam para uma transição religiosa no Brasil, entendida como queda dos católicos, aumento dos evangélicos e aumento da pluralidade religiosa (queda do percentual de cristãos e aumento dos não cristãos). A diferença está na velocidade dessa transição. (2017, não p.).

Essa situação pode parecer irrelevante, a religião, em especial as neopentecostais, porém elas acabam por exercer uma grande influência nas decisões das pessoas e também podem direcionar o rumo das instituições. Nesse caso temos como exemplo o atual governo federal, em que nota-se uma forte influência na pessoa

do Presidente da República, inclusive com a sugestão dessa autoridade de que um dos futuros ministros do Superior Tribunal Federal (STF) fosse declaradamente evangélico (JORNAL NACIONAL, 2019), para fazer frente ao processo de criminalização da homofobia no país.

Outro fator importante que deve ser relacionado com a modificação no padrão das crenças religiosas no Brasil, e que está ligado ao processo de hipermilitarização, é o fato de que as igrejas evangélicas tem criado grupos “paramilitares” <sup>74</sup> além de arregimentar muitos policiais e militares. Essa situação tende a se agravar, em especial, com a participação de grupos de criminosos em igrejas evangélicas e que atacam, em suas áreas de influência, outros grupos religiosos, em especial as religiões de matriz africana (JANSEN, 2019).

A religião é um dos fatos sociais que, assim como a hipermilitarização, não está separada do Estado ou mesmo da sociedade, apesar da ideia de um estado laico, eles acabam se confundindo ou mesmo se fundindo, em determinadas épocas mais, em outras menos. Além desse processo de possível introdução de fundamentalistas religiosos em áreas sensíveis do governo, outro fator de intolerância religiosa é infligido por criminosos cariocas que convertidos para as seitas neopentecostais, atacam os terreiros de umbanda, levando medo e preocupação dos praticantes das religiões de matriz africana.

Essa relação entre estado, religião (inclusive com grupos de integrantes de determinadas religiões criando grupos paramilitares) e hipermilitarização, analisarei com maior atenção em uma seção posterior.

## 2.2 GUERRA, TECNOLOGIA E MILITARIZAÇÃO

O domínio do fogo logo aumentou o rendimento do trabalho, reduziu o esforço e, com isso, resultou na chance de uma vida melhor. Também possibilitou o aprimoramento dos recursos bélicos – e os guerreiros que conquistavam boas terras podiam depositar suas esperanças numa vida mais pródiga. ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaio 1*. (2006, p. 36).

É claro que a evolução tecnológica contribuiu muito na forma de fazer a guerra (e de matar), e por sua vez, a necessidade de matar em maior quantidade e de forma mais eficaz fez com que a guerra também fosse responsável por produzir evolução

---

<sup>74</sup> A exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) tem um grupo paramilitar denominado Gladiadores do Altar. Para mais informações, ver Estadão Conteúdo (2015).

tecnológica. Compreendo que a produção de uma cultura da militarização e da constante produção de guerras é fundamental para que possamos entender a hipermilitarização do cotidiano e, conseqüentemente, da segurança pública e também dos processos do sistema de justiça criminal como um todo.

O processo de formação da militarização (e depois o seu incremento será transformado em hipermilitarização) é resultado de um processo de mudança social e também tecnológica. Conforme Elias (2006, p. 21), o desenvolvimento lento das tecnologias bélicas durante a Idade Média, possibilitou o aumento da massa populacional, favorecendo o surgimento de exércitos regulares, favorecendo a infantaria, formada por volumosos contingentes de soldados, comandados pelos oficiais, nobres que cada vez mais perdiam espaço na transformação social que se passava na sociedade europeia.

Essa afirmação é partilhada por José Murilo de Carvalho (2005, p. 16), demonstrando que a origem dos oficiais, sejam os da Marinha, do Exército ou da Guarda Nacional, vinha de um recrutamento da nobreza brasileira, mantendo uma espécie de status quo até os dias de hoje, numa clara ideia de superioridade social.

Aos que não possuíam essa origem nobre podiam ainda ser classificados como “soldados particulares”, graduação reservada aos grupos abastados economicamente e intelectualmente (filhos de médicos e advogados). O autor ainda afirma que aos pobres era reservada a categoria das praças (2005, p. 19).

Essa afirmativa é corroborada por Caio Prado Júnior (2011, p. 329-330) ao descrever o recrutamento na época colonial, sendo que algumas mudanças ocorrem após a segunda metade do século XX. Após a Constituição Federal de 1988, essa situação mudou ao serem criadas regras para o acesso aos cursos de oficiais. Todavia não alterou, o que um oficial da reserva da Polícia Militar do Paraná afirmou ser, o status de oficial, ou seja, a manutenção da “nobreza” que o cargo ainda carrega nos dias de hoje.

Situação que também é verificada em outros setores da administração pública, por exemplo, nas polícias civis com a figura do delegado de polícia, no judiciário com a figura dos juízes e promotores e mesmo com os cargos eletivos e que mantém esse abismo social entre os “nobres” do serviço público brasileiro.

Com o avanço tecnológico, ainda que lento, as tropas começaram a sofrer modificações, como demonstra Elias:

4. Já mencionamos como a tecnologia da guerra atuou em detrimento da nobreza: a infantaria, os desprezados soldados a pé, tornou-se mais importante em batalha do que a cavalaria. Não apenas se quebrava. Dessa forma, a superioridade militar do estado medieval do guerreiro, mas também seu monopólio de armas. Uma situação em que todos os nobres eram guerreiros ou, reciprocamente, em que todos os guerreiros eram nobres, começou a transformar-se em outra na qual o nobre era, na melhor das hipóteses, um oficial de tropas plebeias que tinham que ser remuneradas. O monopólio das armas e do poder militar passou de todo o estado nobre para as mãos de um único membro, o príncipe ou o rei que, apoiado na renda tributária de toda a região, podia manter o maior exército. Por isso mesmo, a maior parte da nobreza mudou, de guerreiros ou cavaleiros relativamente livres, para guerreiros ou oficiais assalariados a serviço do suserano. (2006, p. 21).

Interessante notar que a descrição de Norbert Elias sobre a transformação do nobre guerreiro em oficial de tropas a pé, e depois na transformação do guerreiro em cortesão, vai deixar uma profunda herança em todos os exércitos no mundo, separando a tropa, que geralmente era formada pelos menos educados, pois não precisavam ter educação escolar, deviam apenas obedecer, não contestando as ordens superiores durante um combate.

Já os oficiais, deveriam ter elevada educação escolar, geralmente cursada em escolas militares, ou herdavam os postos em virtude da riqueza da família ou do grau de nobreza.

Essa situação vai se deslocar para as polícias militares brasileiras (e de uma forma geral, para toda a estrutura do Estado Brasileiro), sendo que essa herança denominada hoje como “status” do oficial, sendo uma herança do processo de simbiose entre as forças armadas e as polícias militares. Durante muitos anos os soldados das polícias militares eram aqueles que tinham pouca ou nenhuma educação escolar e os oficiais detinham algum conhecimento.

Hoje, mesmo com um maior acesso à educação escolar no país, essa situação se mantém e gera algumas distorções em direitos, deveres e salários, o que acaba por interferir na qualidade do serviço prestado no campo da segurança pública. Pode-se afirmar que é uma herança medieval, que se mantém, no meu entendimento, como uma categoria pré-republicana.

Elias novamente confirma essa afirmação, vinculando a necessidade econômica do “nobre” à modificação da sua posição social, perdendo a ideia de liberdade do cavaleiro:

Para a maior parte da nobreza, não apenas sua situação econômica se tornou mais difícil, como também estreitaram-se seus horizontes e liberdade de ação. Dada sua medíocre renda, ela se via limitada a suas fazendas, no interior do país. Nem as campanhas militares lhe permitiam, quase nunca, escapar desse bloqueio. Mesmo na guerra, os nobres não lutavam mais na qualidade de cavaleiros livres, mas como oficiais, numa organização estrita. E sorte especial e relações eram necessárias para o indivíduo escapar permanentemente da nobreza fundiária e obter acesso aos horizontes mais amplos e ao maior prestígio do círculo nobre da corte. (2001, p. 167).

Da mesma forma, Ehrenreich aponta a mudança da forma de se fazer a guerra com a mudança tecnológica:

Nos séculos entre os anos de 1500 e 1800, a guerra na Europa mudou tanto que ameaçou a primazia da antiga elite guerreira e até, algumas vezes e em alguns lugares, a própria noção de elite. O soldado de infantaria, cujo papel na guerra medieval tinha sido de auxiliar e zelador – limpando machados e lanças após as gloriosas investidas dos cavaleiros –, passou a ocupar uma função central, enquanto o cavaleiro mergulhou numa posição que mantém até hoje, de símbolo singular de um passado romantizado. Duas 'revoluções militares' arrasaram a Europa entre os séculos XVI e XIX: a primeira consistiu principalmente em mudanças tecnológicas e organizacionais – nas armas, estruturas de comando, meios de compor e manter os exércitos – e a segunda ocorreu junto com as revoluções *políticas* do final do século XVIII. A primeira revolução militar reduziu o homem simples a um pequeno e eficiente parafuso na grande máquina de fazer a guerra, o exército burocratizado. A segunda revolução concedeu a esse homem a glória reservada à elite guerreira. (2000, p. 183).

Essa transformação acontece junto à transformação do próprio Estado. Mauss afirma que “As nações se construíram na, pela e para a guerra.” (2003, p.134), demonstrando que a gênese é a mesma. Nesse sentido, podemos pensar que junto ao desenvolvimento da sociedade ocidental, temos o desenvolvimento da forma de se fazer a guerra “ocidental” e nesse aspecto as formas de matar e de se controlar aqueles derrotados, evoluirão para a guerra por causa dela, sempre na mesma intensidade, pois guerra é uma atividade de intensidade.

Intensidade esta justificada no sentido de dobrar o outro, fazê-lo se render ou morrer na tentativa de resistir, valendo qualquer artifício para conseguir seu objetivo.

O ser humano começou a matar com pedras e pedaços de paus, e num lento desenvolvimento, as armas evoluíram; com o avanço da metalurgia surgiram as armaduras, espadas, lanças. O arco e flecha, por exemplo, era uma arma antiga que foi aperfeiçoada pelos ingleses para o uso no campo de batalha, juntamente a utilização da “besta” (ou balestra), que também arremessava flechas. Iniciou-se uma

era da morte por ataque a certa distância, colocando o atirador em determinada segurança.

Sobre a transformação que o conjunto do arco e da flecha proporcionou na evolução da forma de se conduzir a guerra, Ehrenreich descreve:

Costuma-se considerar que a arma de fogo provocou a mudança de estilo de combate da antiga elite. Mas essa mudança começou a ocorrer séculos antes do emprego disseminado do fogo. Em 1346, na batalha de Crécy, um observador atento teria percebido a próxima transformação da guerra na Europa. Nessa batalha, os nobres franceses foram dizimados pelas flechas dos arqueiros ingleses. A base do funcionamento da arma de fogo e do arco é a ação a longa distância: a meta do guerreiro de elite era se aproximar do inimigo e vencê-lo numa luta individual, mas o arco e a arma de fogo atiravam projéteis num inimigo que sequer conseguia enxergar. O morto e seu matador podiam estar bem longe um do outro – até de cócoras, atrás de uma moita ou uma pedra, numa pose pouco heroica. (2000, p.184).

Os franceses ainda tentaram resistir ao avanço dessa tecnologia inglesa, somente cedendo ao novo armamento com a ajuda de uma jovem guerreira, Joana d'Arc (EHRENREICH, 2000, p. 187).

Com a disseminação de uma invenção chinesa: a pólvora, as formas de matar começam a evoluir. Esses equipamentos de certa forma eram apenas para aqueles que possuíam posses e podiam adquiri-las. Na Idade Média, por exemplo, as armas, assim como a carne, eram caras e destinadas aos nobres e guerreiros. (ELIAS, 2011, p. 120).

A mudança no padrão de se fazer a guerra, com os nobres cavaleiros perdendo espaço para as tropas de infantaria cada vez mais numerosas, criou a necessidade do aumento do controle das tropas, forçando a imposição de rígidas normas de aplicação de castigos físicos contra aqueles que estavam nas posições inferiores nos exércitos. Ehrenreich descreve essa situação da seguinte forma:

O porte dos novos exércitos necessitava de um rígido sistema de disciplina e comando. Os integrantes da antiga elite militar não conseguiam confiar muito na enorme mistura de homens de origem humilde – todos, provavelmente, recrutas relutantes, equipados com armas mortais – a menos que essas tropas tivessem sido “domadas” para serem submissas como escravos. Nos novos exércitos, a antiga elite guerreira deixou o heroico papel do combate do cavaleiro e assumiu a liderança burocrática do oficial. E o poder do oficial sobre seus homens era tal que, como observou o historiador Hans Delbrück sobre os militares prussianos, ‘o soldado era obrigado a ter mais medo de seu oficial do que do inimigo’. Um manual militar francês do século XVII detalha os castigos que um oficial podia aplicar a seu bel-prazer: os oficiais até o posto de sargento-ajudante tinham permissão para matar os subalternos com as espadas; capitães podiam usar a espada de lado; os sargentos podiam matar seus homens com ‘o cabo da alabarda’ mas não com a espada – e assim por diante. (2000, p. 187).

Essa ideia da disciplina militar aplicada através da violência está vinculada ao que Foucault (2015) define por “ilegalismos”, nesse caso o do exército, ou seja, ainda que se tenha uma visão romantizada das tropas, das guerras ou da vida militar, o exército seria um local de absorção de grupos que estavam na ilegalidade, conforme segue:

Os grandes exércitos no fim do século XVIII eram um foco perpétuo de reiteração, de comunicação dos ilegalismos, servindo ao mesmo tempo de freio, ao absorver todos aqueles que tinham caído numa situação de ilegalidade, ou reprimindo as formas mais extremas de ilegalismos. No entanto, desempenhavam ainda mais um papel de aceleração, pois garantiam a impunidade daqueles que se tornavam soldados, davam àqueles que entravam para as suas fileiras hábitos de pilhagem e vagabundagem; enfim, provocavam uma grande quantidade de ilegalismos como à recusa à conscrição, que se multiplicou a partir do ano II. (2015, p. 148).

Desse ponto de vista, a violência contra os soldados se justificava para a manutenção da ordem e da hierarquia que os nobres/cavaleiros, transformados em oficiais, deveriam impor aos camponeses transformados em soldados de infantaria, estes cada vez mais necessários em quantidades maiores em virtude da mudança tecnológica da guerra.

Ainda que as armas tenham evoluído de forma lenta, essa evolução foi gradativa e proporcionou uma espécie de “tecnologia da morte” e foi ampliada com as revoluções industriais, demandando sempre mais territórios para a exploração de matérias-primas e, o que defino aqui como, a “produção do bem-estar” de alguns povos em detrimento da escravidão e morte de outros através das guerras.

Clausewitz define a guerra como uma forma de se atingir um objetivo imediato, como segue:



Não devo começar apresentando uma definição pedante e literária de guerra, mas sim ir direto ao cerne da questão, ao duelo. A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala. Inúmeros duelos fazem uma guerra, mas pode ser formada uma imagem dela como um todo, imaginando-se um par de lutadores. Cada um deles tenta, através da força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade. O seu propósito imediato é derrubar o seu oponente de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência. A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade. (2017, p.75).

Esse novo modelo de se fazer a guerra e a defesa de um dado território, um idioma, uma cultura a ser defendida, e mesmo a ideia de patriotismo<sup>75</sup>, faz com que cada vez mais seja necessário que o aparato militar/policial seja valorizado e aperfeiçoado. O que motiva, cada vez mais, a enxergar a guerra como algo comum, que aliada ao componente econômico da produção de armas, munições e equipamentos necessários a manter um ser humano em condições de matar outro, que movimenta uma economia enorme (DEFESANET, 2018) nos dias de hoje.

Mauss afirma que o progresso seria um engodo, conforme segue:

A civilização mostrou aí um de seus lados mais hediondos, pois o progresso, em certos sentidos, não passa de uma palavra [il.]. E não há na história crime mais terrível do que o da 'guerra' dos colonos tasmanianos contra os pobres aborígenes daquela ilha, tecnicamente atrasados, no nível do Paleolítico, que foram massacrados ou concentrados em reservas nas quais pereceram os antigos costumes, após uma ampla investida. Isso foi ainda mais selvagem do que as guerras *conquistadores* e da Inquisição nas Américas Central e do Sul ou do que as mais absurdas expedições punitivas das tropas coloniais de todas as nações colonizadoras. (2003, p.131, grifo do autor).

Exemplos de nações imperialistas não nos faltam: Comunidade Britânica<sup>76</sup>; França; Bélgica e atualmente os Estados Unidos da América, países que utilizaram suas forças armadas para vilipendiar os recursos naturais de regiões que não eram limitadas por fronteiras geográficas.

---

<sup>75</sup> Nesse caso, podemos até fazer menção ao nacionalismo exacerbado, que no século XX, culminou no nazismo alemão e no fascismo italiano, e que retorna nos dias de hoje.

<sup>76</sup> Sobre as lutas coloniais da Grã-Bretanha, Guiddens afirma que: "As tropas britânicas, por exemplo, estavam lutando continuamente em campanhas coloniais no século XIX. Foi estimado por uma autoridade que, se incluirmos as forças auxiliares sob o comando Britânico, os exércitos britânicos estiveram envolvidos em cinquenta guerras de proporções significativas entre 1803 e 1901. Uma ou outra força européia estava envolvida em guerras de proporções significativas em algum momento do século e, com certeza, com exceção da Grã-Bretanha, cada uma sofreu ao menos uma grande transformação política." (1991, p. 240).

A profissionalização foi acompanhada do avanço tecnológico da guerra, através das armas, e influenciaram no desenvolvimento das táticas e técnicas de combate, conforme discorre Guiddens:

O desenvolvimento do arco inglês e da lança, como os usados pela infantaria suíça (adotando a ideia das táticas usadas pelos romanos nos últimos anos do Império) eram mudanças complementares em tecnologia militar que ajudaram a dissolver as técnicas feudais de batalha. A segunda era consideravelmente mais influente do que a primeira, pois para dominar o arco inglês, era necessário um período substancial de aprendizado e a milícia inglesa não prestava serviços mercenários na Europa continental. Os lanceiros suíços eram compostos principalmente de mercenários, e sua formação no campo de batalha requeria uma coordenação disciplinada. A Confederação Suíça tornou-se uma fonte da qual os soldados eram recrutados de toda a Europa; suas táticas foram adotadas pela maioria dos exércitos europeus bem-sucedidos até o século XV. Entretanto, a lança foi gradativamente superada por armamentos que utilizavam a força explosiva da pólvora, certamente uma das mais significativas mudanças tecnológicas na história da humanidade. O canhão teve profundas consequências na feição da civilização moderna, porque no formato da antiga artilharia, ajudou nitidamente a reduzir a importância do castelo e da cidade como receptáculo de poder militar. Um canhão é uma invenção “industrial”, no sentido do termo quando aplicado à Revolução Industrial. Quer dizer, trata-se de um artefato mecânico cujo ímpeto depende da aplicação de fontes inanimadas de energia material. O exército espanhol estava entre os primeiros a usar canhões em larga escala entre a infantaria. Algo como 1/6 de seus soldados nas guerras italianas levavam canhões; a maioria, no entanto, permanecia como lanceiros. Uma variedade de armas explosivas foram tentadas no início, mas as duas mais importantes eram os arcabuzes de 10 libras, 5 pés e mosquetes de 15 libras e 6 pés. Em meados do século XVI, o mosquete de dois canos, disparado de um descanso bifurcado, tornou-se a arma principal; lançava uma bala de 2 onças que podia penetrar qualquer forma de armadura existente, e possuía um alcance de aproximadamente 300 jardas. Uma grande quantidade de outros equipamentos tinha de ser carregada para o funcionamento dos canhões, o que poderia não ocorrer em más condições climáticas. Entretanto, o seu uso exigia uma disciplina rigorosa, porque havia cerca de uma centena de movimentos diferentes necessários para obter qualquer tipo de fogo rápido. O poder de fogo concentrado de fileiras de homens exigia mesmo uma coordenação mais severa e rotineira. (1991, p.131).

Nesse caso, além dos avanços no tocante ao armamento individual, a pólvora apresenta a possibilidade de armamentos coletivos, nesse caso o canhão, que permite os combates de sítio, rompimento dos castelos e o subjugar as cidades (GUIDDENS, 1991, p.132).

O avanço da metalurgia e o aperfeiçoamento das armas individuais influenciaram ainda mais no desenvolvimento das organizações militares, promovendo uma modificação na geopolítica, principalmente europeia, e que Guiddens descreve como segue:

Os diversos desenvolvimentos tecnológicos em armamento do século XIII ao final do século XVII não podem ser separados facilmente das mudanças organizacionais militares e das mudanças nas relações entre forças armadas e o Estado. Todavia, não é difícil demonstrar que elas foram consequências naturais de reinos e principados tumultuados da ordem feudal. Quanto menor, mais os Estados Organizados de forma tradicional eram absorvidos pelas novas concentrações de forças militares, ou simplesmente se tornavam irrelevantes para as principais influências moderadoras do destino do continente europeu. Os avanços em tecnologia militar favoreceram decididamente aqueles Estados que podiam, por quaisquer meios, não apenas mobilizar grandes contingentes, mas treiná-los e empregá-los de forma regularizada. (1991, p.133).

Fica claro que a organização militar dos Estados que estavam por se formar e se desenvolver influenciou, de alguma forma, no desenrolar da geopolítica da Europa e depois disseminou, de forma mais intensa para o resto do mundo, esse modelo de militarização do Estado. É claro que não foi só esse fator que formatou o mapa geopolítico como um todo, mas a militarização das relações, sejam elas de qualquer tipo.

Se formos por um recorte explicativo marxista, teremos que colocar em evidência a questão econômica caminhando junto ao desenvolvimento dos armamentos e das técnicas militares, pois a maioria dos conflitos estavam ligados ao propósito de conquistar territórios e seus recursos naturais.

O caso mais emblemático é o da Grã-Bretanha, mas França, Bélgica e Alemanha, e a Itália, em uma menor proporção, também promoveram genocídios humanos e culturais em nome da busca por recursos, que expandiu seus domínios com base na força militar, sempre com o objetivo de obter mais recursos naturais que eram escassos na ilha britânica.

Essa expansão é fundamental, em especial, na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Esse processo de expansão dos países europeus para as demais regiões do planeta em busca do seu “espaço vital” e seus recursos naturais, produziu, é óbvio, a necessidade de manter o controle sobre as populações que estariam nesses espaços de exploração.

Ainda que a guerra fosse algo normal em civilizações consideradas incivilizadas ou atrasadas pelos europeus, e elas causassem baixas nas suas populações, o modelo de guerra europeia foi a que, sem dúvida, causou um número absurdo de baixas, em especial depois da Primeira Revolução Industrial (início do século XVIII até 1850).

Esse período foi marcado pelo surgimento das máquinas a vapor, em um processo inicial de substituição da energia dos animais e dos seres humanos pela força das máquinas. Essa nova forma de produção favoreceu o aumento da fabricação de vários tipos de bens de consumo, inclusive armas de fogo.

Essa revolução, iniciada nos anos 1800, foi percussora de um processo longo de modificação nas formas de matar. Mas a foi a Segunda Revolução Industrial que tornou a morte em um “produto”, com consideráveis melhorias nas linhas de produção de equipamentos e bens de consumo, inclusive para a guerra, o que Ferguson descreve da seguinte forma:

Os cem anos depois de 1900 foram, sem dúvida, o século mais sangrento da história moderna, muito mais violentos, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, que qualquer era anterior. Porcentagens significativamente maiores da população mundial foram mortas nas duas guerras mundiais que dominaram o século quando comparadas àquelas mortas em quaisquer conflitos anteriores de magnitude geopolítica comparável. Embora as guerras entre ‘as grandes potências’ fossem mais frequentes nos séculos anteriores, as guerras mundiais não tiveram rivais em sua gravidade (mortes em batalhas por ano) e em sua concentração (mortes por batalhas por nação-ano). Qualquer que seja a medida, a Segunda Guerra Mundial foi a maior catástrofe de todos os tempos causadas pelo ser humano. E, entretanto, apesar de toda a atenção que tiveram por parte de historiadores, as guerras mundiais foram apenas dois dos conflitos do século XX. (2015, p. 32).

Ainda sobre a Revolução Industrial, Ricardo Pereira Cabral afirma que:

A Revolução Industrial vai provocar profundas transformações na maneira como se travariam as guerras a partir de meados de 1820: o advento da máquina a vapor nos transportes (ferrovia e navio a vapor), que ampliou as possibilidades de deslocamento das tropas e dos suprimentos, a adoção do cartucho metálico, o obus e o fuzil de repetição, ambos com a alma do cano raizada, o telégrafo, que ampliou as possibilidades de trocas de informações, de coordenação e controle das tropas. Além da padronização de métodos e processos, na divisão de tarefas, o surgimento de especialistas em armas/máquinas complexas que impactaram e influenciaram as estruturas dos exércitos e das marinhas de modo geral. (2018, p. 267).

Cabral (2018, p. 268) afirma que mesmo com os avanços tecnológicos que foram utilizados na Primeira Guerra, o morticínio decorreu entre o descompasso da tática e da técnica diante dos novos armamentos que necessitavam novas formas de utilização.

Guiddens (1991, p.162) vai definir esse período como “industrialismo”, em virtude da existência de um processo de produção intensa e ritualizada. Esse talvez

seja o momento em que a guerra passa por um processo “de produção”, ou seja, a morte em massa deve ser ampliada para que se ganhe uma guerra.

O que antes era definido pela derrota estratégica ou mesmo pela derrota moral do adversário, passa a ser a aniquilação total. Ainda sobre o impacto do Industrialismo na mudança da “guerra limitada para a guerra total”, Guiddens comenta:

A ‘industrialização da guerra’ pode ser considerada como abrangendo um número de mudanças relacionadas, iniciadas no final do século XVIII ou imediatamente após, mas culminando somente no século XX. Há um sentido bastante real quando se diz que a Primeira grande Guerra foi o resultado final dessas mudanças. Elas incluíam a aplicação de técnicas de produção industrial na fabricação de armamentos, juntamente com a adaptação de novos modos de transporte e de comunicação com propósitos militares; a profissionalização militar, incluindo o uso de mercenários – embora essa prática continuasse nas áreas colonizadas do mundo – e a reorganização do corpo de oficiais; a dispensa de aspectos espetaculares e rituais da guerra, talvez simbolizado sobretudo pelo abandono de uniformes coloridos em favor de roupas de combate camufladas, sendo usadas por todos os postos; e a integração das campanhas militares em terra, mar e, posteriormente, no ar, com planos estratégicos totalizantes na condução da guerra – esses servindo para ocasionar uma transição de uma ‘guerra limitada’ para uma “guerra total”. (1991, p. 240).

Esse processo, ainda que lento, tendo como exemplos a Guerra da Secessão entre Norte e Sul dos Estados Unidos; a Guerra do Paraguai com Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai; o massacre de Canudos e do Contestado<sup>77</sup>, todos esses eventos podem ser identificados como prelúdios da “produtividade” na arte da guerra, ao colocar os números de mortos em patamares elevadíssimos, tendo o seu ápice nas trincheiras lamacentas da Europa, na guerra conflagrada em 1914.

É no século XX, que a humanidade vai conhecer o seu ápice produtivo de matar, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, pois o processo que entendemos por militarização, como já afirmado, é um processo historicamente acumulativo, nesse sentido Hobsbawn afirma que:

---

<sup>77</sup> Comumente o Brasil é descrito como uma sociedade pacífica, ainda que os índices de mortes violentas sejam elevados na atualidade. Também temos uma história muito intensa de conflitos internos, história esta pouco divulgada e que deveria ser mais explorada na explicação da formação da nossa sociedade. Para uma melhor ideia da quantidade de conflitos (entre guerras e batalhas até os confrontos pela reforma agrária em 1996) sugerimos a leitura de Hernâni Donato (1996).

O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho. Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%. Na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de força humana total que foi para as Forças Armadas esteve muito geralmente nas vizinhanças de 20%. (1995, p. 51).

Ainda sobre a explosão da carnificina em forma de guerras, no século XX, Elias afirma que:

Locais, regionais ou globais, as guerras do século XX iriam dar-se numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes. Das 74 guerras internacionais travadas entre 1816 e 1965 que especialistas americanos, amantes desse tipo de coisa, classificaram pelo número de vítimas, as quatro primeiras ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China e, 1937-9, e a Guerra da Coréia. Cada uma delas matou mais de 1 milhão de pessoas em combate. A maior guerra internacional documentada do século XIX pós-napoleônico, entre Prússia-Alemanha e França, em 1870-1, matou talvez 150 mil pessoas, uma ordem de magnitude mais ou menos comparável às mortes da Guerra do Chaco, de 1932-5, entre Bolívia (pop. c. 3 milhões) e Paraguai (pop. c. 1.4 milhão). Em suma, 1914 inaugura a era do massacre. (2011, p. 32).

Só essa afirmação já nos demonstra o volume da militarização que a humanidade atingiu a partir do século XX. Sobre as guerras a partir do século XX, Ianni esclarece:

Vistos em perspectiva histórica ampla, o século XX e o século XXI, que se inicia, revelam-se uma vasta cartografia de *guerras* de todos os tipos, localizadas e intermitentes, encadeadas e surpreendentes. A despeito de parecerem locais, nacionais ou regionais, em geral são também mundiais, pelas suas implicações políticas, sociais, econômicas e culturais. Sim, toda guerra envolve povos e nações, impérios e colônias, classes e grupos sociais, indivíduos e coletividades, regimes políticos e governos, etnias e religiões. De par em par com a guerra, desenvolvem-se contradições diversas e fundamentais; contradições sociais sempre presentes no tecido das sociedades; sempre ativas na fábrica da sociedade local, nacional, regional e mundial; sempre decisivas nos movimentos e nas configurações da máquina mundo. (2004, p. 15).

Ao que me parece, o século XX é também o que mais impõe inovações tecnológicas decorrentes de conflitos bélicos. Ainda que a pólvora e a metalurgia<sup>78</sup> tenham fornecido condições para que as formas de matar atingissem padrões similares aos das “linhas de produção” ao melhor estilo fordista, foi o aparecimento de

---

<sup>78</sup> Ou como afirma Guiddens, o “industrialismo” (1991, p. 161).



ferramentas mais avançadas que proporcionaram o aumento no volume de mortes. Bittencourt afirma que:

A Primeira Guerra Mundial foi diferente das guerras anteriores e verdadeiramente uma catástrofe. Ela se caracterizou pelo emprego maciço de produtos de progresso tecnológico recente, resultantes de desenvolvimentos da Revolução Industrial. Nela ficou evidente a relevância da tecnologia para os grandes conflitos que ocorreram em seguida. (2018, p. 325).

O autor ainda afirma que as nações envolvidas nesse conflito acreditavam em uma guerra curta, como foi a guerra ganha pela Alemanha contra a França, em 1870 (BITTENCOURT, 2018, p. 328), sendo que para a guerra que se inicia em 1914, nenhuma das nações estava efetivamente pronta para as ações que se seguiram. Esse intenso uso da produção industrial para sustentar a demanda por mais armamentos é fruto do capitalismo, como bem descrito por Luxemburg:

O militarismo tem uma função determinada na história do capital. Acompanha todas as fases históricas da acumulação. No período da chamada "acumulação primitiva", isto é, no começo do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou um papel determinante na conquista do Novo Mundo e dos países produtores de especiarias, como a Índia; mais tarde, serviu para conquistar as colônias modernas, para destruir as organizações sociais primitivas, para apropriar-se de seus meios de produção, para impor o comércio de mercadorias em países cuja estrutura social é um obstáculo para a economia de mercado, para proletarizar violentamente os indígenas e impor o trabalho assalariado nas colônias. Ajudou a criar e ampliar esferas de interesses do capital europeu em territórios não-europeus e extorquir concessões de estradas de ferro em países atrasados e a defender os direitos do capital europeu nos empréstimos internacionais. Enfim, o militarismo é uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não-capitalista. O militarismo tem ainda outra função importante. De um ponto de vista puramente económico, ele é para o capital um meio privilegiado de realizar a mais-valia; em outras palavras, é um campo de acumulação. Procurando-se verificar quem são os compradores da massa de produtos em que se encerra a mais-valia capitalista, aceitamos diversas vezes que o Estado e seus servidores não se encontravam na categoria de consumidores. Nós os classificamos nas categorias anexas que retiram seus recursos da mais-valia (e até certo ponto do salário), onde encontramos também os representantes das profissões liberais e todos os parasitas da atual sociedade (rei, padre, professor, prostituta, soldado). (1970, p. 399).

Essa afirmação tem respaldo na modelagem que a guerra tem a partir da Revolução Industrial, visando a criar a morte em um regime de produção, com equipamentos cada vez mais mortais e rápidos. Bittencourt (2018, p. 329) elenca algumas inovações que modificaram o padrão das guerras a partir do século XX, como o aparecimento dos navios com grande capacidade de fogo e espessa blindagem, os



*Dreadnought* na Marinha Inglesa, em detrimento dos navios de madeira movidos à vela, sendo que o autor afirma:

Em pouco mais de cem anos, havia ocorrido grandes transformações tecnológicas. Cabe observar o progresso do navio de guerra como um bom exemplo do que acontecera. Em 1806, eram construídos em madeira, propulsionados pelo vento, armados com canhões carregados pela boca com balas sólidas, que permitiam combater a curtas distâncias. Não tinham propulsão a vapor e nem eletricidade a bordo. Um século depois, em 1906, o *Dreadnought* foi construído em aço, com couraça capaz de resistir ao impacto de um projétil de 12 polegadas. Era propulsionado por turbinas a vapor e hélices, que o faziam navegar a 21 nós de velocidade. Foi armado com uma bateria principal de dez canhões de 12 polegadas, montados em torres duplas giratórias. Esses canhões eram carregados pela culatra com projéteis explosivos que pesavam aproximadamente 386 quilos e podiam atingir alvos a mais de 15 km de distância. Tinham energia elétrica gerada a bordo e comunicação por telégrafo sem fio. (2018, p. 330).

O Brasil adquiriu dois navios do tipo *Dreadnought* da Inglaterra em 1910, como parte de um programa de rearmamento da força naval brasileira, porém do plano inicial apenas uma parte teve a compra efetivada. Esse novo tipo de navio exigia uma tripulação mais bem treinada e com um nível de conhecimento melhor do que a maioria dos marinheiros brasileiros do início do século XX possuía, o que fez com que os marinheiros brasileiros tivessem contato com o tratamento que era dispensado aos seus colegas britânicos.

Esse talvez tenha sido um dos fatores que movimentou os marinheiros, gerando a Revolta dos Marinheiros de 1910, que tinha como objetivo o fim dos castigos físicos ainda em uso na Marinha do Brasil. Essa revolta teve como figura importante e líder do movimento, o marinheiro João Cândido Felisberto, conhecido como o “almirante negro”. Conforme comenta José Maurício da Silva:

Mas, se tínhamos nos transformados numa potência naval em termos de material, o mesmo não se deu em relação aos militares que serviam a Marinha, causando inconveniências e consequências desastrosas, pois, era necessário e imprescindível realizar nos marinheiros a transição do navio à vela para os modernos navios recém adquiridos pela esquadra.

Essa transição não aconteceu, ou não foi pensada, acarretando descontentamento, insatisfação, revolta nos marinheiros, que foram obrigados a se submeterem a um regime de trabalho insuportável para sua capacidade física. A cada dia que se passava aumentava o clima de revolta nas guarnições dos navios, pois os marinheiros pelas suas emoções se deixavam levar para o bem ou para o mal com muita facilidade. Até mesmo os de bom comportamento deixavam suas diferenças pessoais de lado e se agregavam a uma causa comum, que seria a revolta. O menor descontentamento repercutia entre eles como um rastilho de pólvora, e ganhava espaço desde o mais inteligente dos sargentos até o mais moderno marinheiro de porão. (2010, p. 9)

Sobre a tecnologia utilizada na produção da morte, Antônio Elíbio afirma que:

A tecnologia da morte, substantivamente capaz de matar aos milhões, dava passos largos desde 1980, como uma verdadeira revolução da produção industrial de armas pequenas, artilharia, navios de guerra, por meio de motores-turbinas e de blindagem protetora mais eficaz e com maior capacidade de carregar munição. (2018, p. 401).

Outras inovações no campo naval foram o submarino e o torpedo, que proporcionaram uma maior autonomia das forças navais no bloqueio a outros países, rompendo com o poderio naval britânico, deixando que o transporte marítimo não fosse mais seguro (BITTENCOURT, 2018, p. 332).

O autor ainda cita o avanço do poder aéreo, inicialmente com balões para observação e ataque (*Zeppelins*) e depois com o avião, invenção do brasileiro Santos Dumont. Nesse sentido, Guiddens ainda destaca a importância do transporte ferroviário na mudança dos padrões de se fazer a guerra:

As ferrovias, os navios a vapor e o telégrafo mudaram tudo isso irremediavelmente. Mais do que qualquer outra inovação tecnológica, a ferrovia tornou possível guerras em massa. A 'explosão das ferrovias' entre 1840 e 1870 acabou com as longas marchas aos campos de batalha e criou 'frentes' em vez dos tradicionais revezamentos entre escaramuças e batalhas. Os Estados europeus variavam amplamente no que diz respeito aos novos sistemas de ferrovias que eram estabelecidos com propósitos militares. O exemplo mais claro e, em termos de suas consequências na história, o de maior alcance na exploração das ferrovias com objetivos militares, foi a Prússia. O Estado Maior da Prússia era capaz de ter uma influência considerável sobre a construção e definição de rotas do sistema de ferrovias estatais. (1991, p. 241).

Essa afirmação também demonstra o caráter militarista com que os governos investiam (e investem) em infraestrutura, numa clara ampliação para menos, que em vez de produzir bem-estar coletivo, só produziu acumulação de riquezas para poucos e desigualdade para muitos.

David Harvey (2013), ao analisar *O Capital* de Karl Marx, esclarece que assim como a “propriedade” (terra) é um recurso fundamental e esgotável, o interesse do Estado seria também de possuir trabalhadores que pudessem ser uma reserva militar, demonstrando o caráter militarista dos Estados. Harvey comenta que:

Se o trabalho, assim como a terra, é um recurso fundamental para a criação da riqueza nacional, e se é superexplorado e degradado, a capacidade de manter a produção de mais-valor é prejudicada. Mas também é de interesse do Estado ter trabalhadores que possam integrar uma força militar efetiva. A saúde e a boa forma física da classe trabalhadora têm, interesse político e militar (como Marx observa na longa nota de rodapé). Na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, por exemplo, a rápida derrota dos franceses pelos alemães foi atribuída, em parte, à boa saúde dos camponeses alemães, em comparação com a pobre classe camponesa e operária da França. A implicação política é de que é militarmente perigoso permitir a degradação das classes trabalhadoras. Essa questão se tornou importante nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, em particular quando se tratou de mobilizar indivíduos oriundos de populações pobres e, em alguns casos, racialmente distintas. (2013, p. 140).

E ainda que o trem tenha sido importante na mudança dos padrões de combate na Primeira Guerra Mundial, outro elemento, o avião<sup>79</sup>, mesmo com uma função ainda secundária nos céus europeus de 1914, vai se tornar importante como plataforma de combate nesse conflito, no qual serão semeadas as técnicas e táticas de combate aéreo que serão utilizadas na Segunda Guerra Mundial por todos os países.

Nesse período ainda, surgiram as primeiras tentativas de utilizar aviões em navios (porta-aviões). O primeiro uso do avião em combate é em 1911, na Líbia. A Itália bombardeou, de forma quase artesanal, tropas turcas, jogando granadas de mão (BITTENCOURT, 2018, p. 337). A afirmação de Hobsbawm coloca a tecnologia como fonte de rompimento de impasses na Primeira Guerra Mundial, conforme segue:

---

<sup>79</sup> Sobre o início da utilização do avião como “arma aérea”, Carlos Eduardo Valle Rosa e Flavio Neri Hadmann Jasper, afirmam que: “No início do século XX, em especial a partir da Guerra Ítalo-turca, na Líbia, em 1911, essa expressão assume uma clareza maior. A introdução das aeronaves nas guerras, fato observado com grande intensidade na I Guerra Mundial, causou uma grande mudança na perspectiva de emprego das forças militares. Com essa *avant-première*, surge uma nova dimensão no campo de batalha e a expressão “poder aéreo” passa a ser construída a partir da contribuição de teóricos precursores, como Douhet; William L. Mitchell, norte-americano, autor de *A defesa alada*, de 1925; e Hugh M. Trenchard, de nacionalidade britânica, que deixou suas ideias em diversos artigos, documentos oficiais e em comentários, já a partir de 1914, sobre a organização do Corpo Aéreo Real.” (2018, p.1).

Os dois lados tentaram vencer pela tecnologia. Os alemães – sempre fortes em química – levaram o gás venenoso para o campo de batalha, onde ele se revelou ao mesmo tempo bárbaro e ineficaz, ocasionando o único caso autêntico de repulsa humanitária governamental a um meio de fazer a guerra, a Convenção de Genebra de 1925, pela qual o mundo se comprometia a não usar guerra química. E de fato, embora todos os governos continuassem a preparar-se para elas e esperassem que o inimigo a usasse, ela não foi usada por nenhum dos lados na Segunda Guerra Mundial, se bem que os sentimentos humanitários não impedissem os italianos de lançar gás sobre os povos coloniais. O acentuado declínio dos valores da civilização após a Segunda Guerra Mundial acabou trazendo o gás venenoso de volta. Durante a Guerra Irã-Iraque, na década de 1980, o Iraque, então apoiado entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usou-o à vontade contra os soldados e civis. Os britânicos foram pioneiros nos veículos blindados de esteira, ainda conhecidos pelo codinome de tanques, mas seus generais, não muito brilhantes, ainda não haviam descoberto como usá-los. (HOBSEBAWN, 1995, p. 35).

Ainda que essas novas tecnologias tentassem produzir o impasse gerado pela guerra de trincheiras, isso não vai ocorrer de forma rápida e os países envolvidos tentaram atingir os civis, seja através de ataques aéreos, seja pela fome, bloqueando os portos através das minas magnéticas ou do cerco por submarinos, atingindo especialmente a Inglaterra (HOBSEBAWN, 1995, p. 36).

Hobsebawn vai afirmar que “A guerra em massa exigia produção em massa” e o século XX foi o ambiente ideal para que a guerra em linha de produção atingisse seu ápice, sendo que ele vai continuar a afirmação da seguinte forma:

Mas a produção também exigia organização e administração – mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado. Isso também suscitava novos problemas. Os assuntos militares sempre foram interesse especial dos governos, desde que assumiram a direção dos exércitos permanentes (‘que ficam’) no século XVII, em vez de subcontratá-los de empresas militares. Na verdade, exércitos e guerra logo se tornaram ‘indústrias’ ou complexos de atividade econômica muito maiores que qualquer coisa no comércio privado, motivo pelo qual no século XIX surgiu uma espécie de simbiose entre governo e produtores de armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta tecnologia como a artilharia e a marinha, que antecipavam o que hoje conhecemos como ‘complexo industrial-militar’. (1995, p. 52).

A morte passa por um processo de massificação e produtividade. Nas guerras totais do século XX não basta matar muito, o objetivo é matar todos e tudo, e a tecnologia vai caminhar ao lado das formas de matar.

Essa tecnologia, na década de 1930, com a ascensão do nazismo na Alemanha, vai transformar definitivamente a morte em algo “que pode ser

administrado como uma fábrica. Guiddens corrobora com a ideia de que as guerras do século XX foram responsáveis pelo aumento da produtividade, afirmando que:

A 'institucionalização dos conflitos de classes' é normalmente discutida na literatura sociológica como se isso fosse unicamente resultado de mudança econômica. Mas o impacto da Guerra representou um papel deveras importante nisso, proporcionando muito do fundamento para os desenvolvimentos posteriores. No período final da Guerra, as técnicas de produção em massa para a manufatura de equipamentos militares foram introduzidas nos Estados líderes, especialmente nos Estados Unidos e na França. A chegada dos métodos de produção em massa foi tanto estimulada pela demanda da Guerra quanto aceita pelas forças trabalhadoras que, mais intensamente sindicalizadas do que antes, em outras circunstâncias poderiam ter resistido à sua implementação de uma forma conjunta. (1991, p. 252).

Ele continua ao afirmar que:

Isso inclui não apenas a produção em massa de produtos duráveis, mas também, em especial, a industrialização e racionalização da produção de alimentos. Antes da Guerra, o processamento e o empacotamento de alimentos mecanizados eram pobremente desenvolvidos. Durante o período do conflito, novos métodos de produção surgiram revolucionando – para melhor ou pior – os hábitos alimentares e a natureza da vida moderna. (1991, p. 253).

A produção em massa (da morte) chegaria aos campos de concentração nazistas e as feridas não curadas da Primeira Guerra Mundial mudariam o mundo, em especial, durante o maior conflito do século XX (Segunda Guerra Mundial), e Elias nos apresenta que a falta de força política do *Kaiser*, na Alemanha, aprofunda o processo de violência e o fim do monopólio estatal da violência, como segue:

A violência do movimento nacional-socialista, com a ajuda de associações de defesa privadamente organizadas, tinha causado a quase completa dissolução do monopólio da força – sem o qual um Estado, a longo prazo, não pode funcionar – e destruiu a República de Weimar de dentro para fora; era, por assim dizer, a concretização do sonho dos membros do Freikorps e de seus simpatizantes. (2011, p. 208).

O processo de acumulação da tecnologia de guerra e da morte e mais o processo de intensificação do racismo contribuem muito para a fábrica de extermínio nazista. Nesse sentido, Mbembe considera esse processo (cumulativo historicamente) da seguinte forma:

A partir de uma perspectiva histórica, muitos analistas afirmaram que as premissas materiais do extermínio nazista podem ser encontradas no imperialismo colonial, por um lado e, por outro, na serialização de mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte – mecanismos desenvolvidos entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. Segundo Enzo Traverso, as câmaras de gás e os fornos foram o ponto culminante de um longo processo de desumanização e da industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o ‘povo apátrida’ do mundo industrial aos ‘selvagens’ do mundo colonial. (2018, p. 20).

Mbembe ainda afirma: “O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos ‘selvagens’ aos povos ‘civilizados’ da Europa” (2018, p. 32), ou seja, a ampliação daqueles que “são seres matáveis” atinge o outro, ainda que ele seja também “civilizado”.

Se a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra continental, na qual foram travadas as maiores batalhas, ainda que reverberasse em outros pontos do planeta, e também foi uma época de surgimentos de novas tecnologias de matar: o gás venenoso; o tanque de guerra; a metralhadora; o avião, dentre outros inúmeros inventos, é na Segunda Guerra Mundial que quase todos os continentes vão conhecer o embate de seres humanos da forma mais mortal, das areias calcinantes do Norte da África aos campos gelados da União Soviética, das planícies europeias as selvas das ilhas no Oceano Pacífico.

No Brasil, a primeira utilização de “tanques de guerra” (ou carros blindados de combate) acontece durante a ocupação da capital paulista pelas forças federais, no evento denominado de Revolta Paulista de 1924, ou Revolução de 1924 (BASTOS, 2011, p. 23). Os tanques não chegaram a entrar em combate, sendo mais utilizados como arma psicológica. Ainda que o maior país sul-americano fosse pioneiro no uso de novas tecnologias militares, a dependência externa sempre foi e continua intensa, e ainda que possamos ter alguma inserção no mercado externo, com exportações e mesmo o desenvolvimento de algum produto considerado de qualidade, a dependência continua sendo mantida, em especial na compra de tecnologia de última geração.

Um fator interessante que deve ser delineado é a forma como a Primeira Guerra Mundial é descrita, como uma guerra de trincheiras e quase que estática, que é rompida com a velocidade<sup>80</sup> dos ataques, que vai evoluindo das cargas de baioneta com a velocidade de um homem tentando correr (ou se arrastar) na “terra de ninguém”<sup>81</sup>, em meio às crateras, mortos de outros combates, arame farpado e diante da velocidade dos projéteis inimigos, disparados pelas metralhadoras, uma nova tecnologia em uso.

“Terra de ninguém” é a região entre as linhas de trincheiras, pesadamente bombardeada e com inúmeras crateras, obstáculos com arame farpado. Na Primeira Guerra Mundial foi o túmulo de inúmeros soldados que nem sepultados eram e apodreciam dentro de buracos cheios de água, devorados por ratos. Sobre a guerra de trincheiras, Elíbio cita que:

A barragem de fogo que cruzava o céu despedaçava corpos, em violência que poucos homens haviam vivenciado. Amontoando-se nas trincheiras, os soldados tinham que conviver com o cheiro que emanava dos cadáveres, com o lamaçal, com ratos e piolhos, com o frio intenso e o racionamento de alimentos. As trincheiras estavam infestadas de parasitas, moscas, ácaros, pulgas que se multiplicavam com as péssimas condições de higiene e que atormentavam os soldados. (2018, p. 408).<sup>82</sup>

Depois surgiu o “tanque de guerra”, que apesar de ter uma baixa velocidade conseguiu iniciar o rompimento das linhas inimigas e fazendo com que a cavalaria (a cavalo ainda) junto a infantaria, conseguissem ultrapassar e neutralizar as metralhadoras. Essa estratégia foi copiada em 1939 pelos alemães. Velocidade e choque, foi a tônica da Segunda Guerra Mundial, que foi experimentada pela Alemanha (*blitzkrieg*) nos campos de batalha da Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Nesse período também são testados os ataques às áreas de concentração de civis, por exemplo, o terrível ataque à cidade de Guernica, que serviria de modelo para

---

<sup>80</sup> Paul Virilio e Sylvere Lotringer afirmam que a “velocidade é violência.”, utilizando como exemplo um punho cerrado, citando “Posso transformar este punho na carícia mais delicada. Mas, se o arremessar em alta velocidade, posso fazer o seu nariz sangrar.” (1984, p. 39). Essa analogia se refere ao avanço cada vez mais rápido das tecnologias e sua utilização para a guerra.

<sup>81</sup> Para uma melhor ideia desse episódio ver Bordin (2014)

<sup>82</sup> Essa experiência foi vivenciada pelos brasileiros em 1924/1925, durante uma pequena guerra de trincheiras na região de Catanduvas, no Estado do Paraná. Esse episódio ocorreu após a tentativa de se instalar uma revolução na capital paulista, e que levou os combatentes a se refugiarem no interior do Paraná após a perseguição das tropas federais. A região escolhida foi a Serra do Medeiros, que proporcionaria um local ideal para a defesa e também a possibilidade de fuga para o Paraguai.



o ataque a outras cidades a partir de 1939, com a invasão da Polônia e o começo da Segunda Guerra Mundial.

Ainda que a guerra anterior não tenha conseguido transformar a sociedade, como muitos esperavam, é no período de “paz” entre 1918 até 1939 que se formam as bases econômicas e sociais para o maior conflito em número de mortes da humanidade. A chegada ao poder do fascismo na Itália com Mussolini; o nazismo na Alemanha com Hitler, e a ascensão de um governo militarista japonês aliado a uma das piores crises do capitalismo a partir de 1929, contribuiu para o acirramento das tensões raciais e econômicas em todo o planeta.

A tecnologia da guerra, a partir de 1939, tem também por objetivo criar o pânico, e aqueles que não poderiam ser mortos de imediato, deveriam ser aterrorizados.

Essa foi a tônica da Segunda Guerra Mundial, que inaugurou, sob o comando nazista, a tática da guerra relâmpago (*Blitzkrieg*)<sup>83</sup>. Junto a essa nova forma de conduzir a guerra, com choque e velocidade, o Estado nazista produziu uma racionalização e burocratização do extermínio dos judeus (ELIAS, 1997, p. 274), afirmando também que a recomendação de Hitler para o uso de gás venenoso para acelerar a morte, decorreu mesmo ele tendo sido vítima de ataques com gases venenosos durante a Primeira Guerra Mundial.

Ainda que a guerra iniciada em 1914 tenha vitimado milhões de pessoas e que alguns comandantes deliberadamente davam ordens para a execução de prisioneiros<sup>84</sup>, essas mortes não foram direcionadas a determinada etnia ou pessoa

---

83 Utilizada com maestria pelos generais nazistas, a guerra relâmpago é considerada uma invenção britânica, como afirma Ferguson: ‘A ironia disso é que, em muitos aspectos, essa foi uma invenção britânica, extraída das lições da Frente Ocidental na Primeira Guerra Mundial. O capitão Basil Liddell Hart tirara suas próprias conclusões do número excessivamente alto das vítimas sofridas em ambos os lados. Como um subalterno da infantaria, ele próprio fora exposto aos gases tóxicos, cujos efeitos a longo prazo forçaram-no a se retirar do Exército em 1927; depois disso ele se voltou ao jornalismo, trabalhando como correspondente de defesa para o *daily Telegraph* e para o *The Times* e publicando inúmeros trabalhos sobre história militar. Segundo o ponto de vista de Liddell Hart, o erro fatal de grande parte das ofensivas na Frente Ocidental tinha sido a linearidade e a previsibilidade de seu direcionamento. Uma ‘abordagem indireta’, ele argumentava, teria como objetivo surpreender o inimigo, desestabilizando seus comandantes e, então, explorando a confusão que se seguiria. O ponto central era concentrar blindados e Força Aérea em um ataque relâmpago letal.’ (2015, p. 482, grifo do autor).’

<sup>84</sup> Em outras guerras também foram executados prisioneiros e na Primeira Guerra Mundial, essas execuções foram feitas de forma deliberada e não sistemática ou mesmo em ritmo fabril. No conflito de 1914-1918, as mortes de prisioneiros ou decorriam de uma necessidade de seus captores não dividirem suas rações com os prisioneiros e até mesmo não ter que escoltá-los até a retaguarda. Segundo a convenção de Haia, era crime matar um prisioneiro, mas era uma prática comum bem descrita em Ferguson (2015), a partir da página 202. Ainda que no Natal de 1914, as tropas dos dois lados tenham feito uma pausa para comemorar e até jogar futebol juntos, o ódio iria prevalecer. Ferguson (2015, p.

portadora de alguma deficiência física ou orientação sexual, sendo que a guerra de 1939 foi diferente da anterior devido a essa “racionalização da morte”, ou a morte colocada como um processo fabril com todas as formas de controle e de produtividade feita pelos nazistas.

Essa nova forma de conduzir o combate vai ser fluída e os combates terão a velocidade como principal fator decisório, pois as batalhas se deram em torno da motorização das forças armadas, explorando sempre a velocidade, e como já afirmado anteriormente, os instrumentos lentos, como os cavalos por exemplo, são substituídos por tanques; balões e os vagarosos biplanos de madeira e tela, por rápidos aviões de aço e alumínio.

Ainda que a Alemanha nazista tivesse nos cavalos a base da mobilidade de sua artilharia e muito da parte logística, a motomecanização das forças militares era uma realidade que avançava a passos largos e a morte se aliava ao terror psicológico da velocidade e das sirenes dos aviões nazistas. Ferguson descreve a guerra relâmpago da seguinte forma:

Às 4h45 da manhã do dia 1º de setembro de 1939, a tranquilidade do amanhecer na Polônia ocidental foi interrompida por um ribombar ensurdecedor. Cinco Exércitos alemães, abarcando mais de 1,8 milhão de soldados, atravessaram rapidamente a fronteira polonesa, avançando das cabeças de ponte adequadamente situadas na Pomerânia ocidental, na Prússia Oriental, na Alta Silésia e na Eslováquia controlada pela Alemanha. Quase tão alto quanto a fuzilaria da artilharia alemã era o rugido dos motores; o avanço alemão era encabeçado por mais de 3 mil tanques e centenas de carros blindados e veículos de transporte de pessoal. Do céu, bombardeiros de mergulho Ju-87 faziam voos rasantes sobre os poloneses mobilizados às pressas, suas bombas de precisão destruindo pontes, estradas e comboios de suprimentos, suas sirenes apavorantes semeando o pânico entre as forças de defesa. (2015, p. 482).

É claro que a superioridade tecnológica alemã seria superada em virtude da entrada da União Soviética na II Guerra Mundial. Além disso, a avassaladora transformação da economia estadunidense em uma economia de guerra (ainda que já estivessem fornecendo material bélico para a Grã-Bretanha e depois para a Rússia), com toda a sociedade colocada para fazer a máquina de guerra começar a rodar, foi outro fator que pôs em xeque a tecnologia alemã.

---

205) relata ainda que vários foram os esforços dos exércitos aliados para que os alemães se rendessem, através de propagandas com fotografias de prisioneiros sendo bem tratados, porém as ações de grupos na linha de frente colocavam em xeque essa tentativa de fazer com que os combatentes inimigos se rendessem.

Essa “Foi uma guerra do mal contra um mal menor” (FERGUSON, 2015, p. 616), mas foi uma guerra que se apresenta como um padrão que se manteria em toda a sociedade após 1945, uma guerra que demandou uma intensa produção para atender ao consumo da morte e que deixaria uma enorme cadeia produtiva que deveria ser utilizada, seja para produzir bens de consumo, seja para produzir novas guerras.

Em 1945, “uma divisão ativa do Exército norte-americano consumia cerca de 650 toneladas de suprimentos por dia.” (FERGUSON, 2015, p. 627), demonstrando a imensa capacidade produtiva que teria que ser desmontada após o fim do conflito.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova guerra tem início: a Guerra Fria. Ainda que tenha sido nomeada dessa forma, podemos afirmar que ela não foi tão fria assim, só sendo referida dessa forma, pois os dois principais atores (Estados Unidos e União Soviética) nunca se enfrentaram, deixando os enfrentamentos para as potências menores e, na maioria das vezes, para os países periféricos das potências industrializadas, que eram disputados em conflitos menores.

Nesse período, existia uma divisão teórica, sendo que os países capitalistas com maior desenvolvimento eram denominados de “primeiro mundo”; os países industrializados do bloco comunista eram o “segundo mundo”; o “terceiro mundo” era composto pelos países denominados hoje como “subdesenvolvidos” e muitos deles foram palcos de conflitos e guerras de cunho ideológico entre capitalismo e comunismo.

Além desses conflitos fora do território dos dois maiores protagonistas da Guerra Fria, a dissuasão pela força vai ser um padrão até os dias de hoje, por exemplo, as várias vezes que se cogitou a utilização de armas atômicas em situações localizadas, como na Guerra da Coreia ou na Crise dos mísseis cubanos.

O medo de uma guerra nuclear no ano de 1983 é colocado nas telas dos cinemas e, depois no horário nobre das redes de televisão, com o filme estadunidense *The day after* (SOUZA NETO, 2018, p. 492), que retrata uma pequena cidade no interior dos Estados Unidos logo após um ataque nuclear proveniente da então União Soviética. Isso é o que Virilio e Lotringer afirmam:

A dissuasão é o desenvolvimento de uma capacidade que assegura a paz total. O fato de ter armamento cada vez mais sofisticado dissuade cada vez mais o inimigo. Nesse ponto. A guerra não consiste mais em sua execução mas em sua preparação; A perpetuação da guerra é o que chamo Guerra Pura, guerra que não é desempenhada por repetição mas por preparação infinita. (1984, p 90).

A manutenção da “guerra” como uma “instituição”, após a de 1945, se mantém, sendo que várias das guerras aconteceram, com maior ou menor intensidade. Mesmo que o terror psicológico alimentado pela ideia de uma guerra nuclear<sup>85</sup> mantivesse uma “paz” entre as potências nucleares, essa “Guerra Pura” foi responsável por investimentos pesados na corrida armamentista.

Nesse ponto, o termo “corrida armamentista” também coincidiu com a “corrida espacial” (a chegada do homem à Lua completou 50 anos em 2019, sendo resultado da disputa entre estadunidenses e soviéticos) e proporcionou o avanço tecnológico utilizado para outras áreas ser utilizado com frequência nos mais variados sistemas de armas. Mas o grande promotor de inovações tecnológicas para a sociedade sempre foi o mundo militar e as guerras.

Guiddens comenta que:

Durante a Segunda Guerra Mundial a combinação de ciência e tecnologia organizadas, iniciadas no conflito mundial anterior, foi completada de um modo sistemático. Nas áreas de produção de armamentos, as três consequências mais importantes – que consideradas em conjunto, dominavam então a ordem militar mundial – foram a criação de armas nucleares, a invenção do foguete de propulsão e o desenvolvimento de sistemas de armamentos.

Se as armas nucleares foram inventadas fora do contexto da guerra mundial, é algo seriamente aberto à dúvida. A construção das primeiras bombas nucleares foi comparada, por um observador, aos imensos projetos empreendidos pelos impérios tradicionais – as pirâmides e a Grande Muralha da China. Todos eram ‘projetos de trabalho público visíveis, dramáticos e únicos, frutos de uma concentração de recursos enorme, centralmente dirigida’. (1991, p. 257).

O forno de micro-ondas surge acidentalmente em uma fábrica de radares nos Estados Unidos; o GPS (Global Position System ou Sistema de Posicionamento

---

<sup>85</sup> O desenvolvimento da propulsão a jato para aviões, e depois para foguetes, foi inicialmente desenvolvido pelos nazistas, que colocaram no ar, aviões de combate a jato e também aterrorizaram os ingleses de Londres com seus ataques com as bombas voadoras V1 e V2 (O V era em referência a palavra arma de vingança em alemão (Vergeltungswaffe). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética utilizaram essa tecnologia para desenvolver seus programas espaciais.

Global) surge também da demanda dos militares estadunidenses e hoje é utilizado sem nos darmos conta da sua origem.

Esses dois exemplos dão uma dimensão da tecnologia de origem militar que está no nosso dia a dia. Sobre o desenvolvimento da tecnologia cotidiana que foi criada pelos militares, Graham afirma que:

Desde o começo da Guerra Fria, por exemplo, tem sido comum para os estados Unidos dedicar 80% de todos os gastos governamentais em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos para a 'defesa'. Tecnologias como internet, realidade virtual, viagens a jato, mineração de dados, circuitos internos de segurança, engenharia espacial, controle remoto, micro ondas, radar, posicionamento global, computadores em rede, comunicação sem fio, monitoramento por satélite, containerização e logística – foram criadas na segunda metade do século XX como parte de elaboração de sistemas de controle militar. (2016, p. 127).

Deve-se deixar claro que não se pretende aqui, demonizar a tecnologia ou seus avanços, mas demonstrar como ela foi mais utilizada como um meio para se matar e, cada vez mais, matar em um ritmo alucinante nas guerras. Nesse sentido, concordo com Elias ao afirmar que:

A corrida armamentista não começou ontem. Entretanto, com ou sem explosão, ela pode estar agora chegando ao fim da linha. Se os ferreiros não eram causadores das guerras infindas entre cavaleiros, também não são os cientistas e engenheiros, que aplicam o seu conhecimento profissional para o aprimoramento das armas, a razão por que as nações entram em guerra. Normalmente eles nada são além de servidores ou consultores de políticos partidários e de outros grupos dominantes, de fato os principais atores desse jogo. (1998, p. 15).

Além de matar, também a militarização da tecnologia (ou o uso dela para militarizar cada vez mais a sociedade) vai ser cada vez mais definida como uma forma de controle social perverso. Após a Segunda Guerra Mundial, com o advento das armas atômicas, testadas pelos Estados Unidos com os ataques aos centros urbanos de Hiroshima e Nagasaki, que nada de estratégico tinham, do ponto de vista militar ou de produção, virou um marco na manutenção da paz armada, que se mantém até hoje, mas que não resultou no fim da guerra, conforme descreve Cabral:

O surgimento da arma nuclear, na fase final da Segunda Grande Guerra, não impediu a continuidade da deflagração de guerras convencionais e dos conflitos de baixa intensidade. Além disso, o pensamento estratégico se acomodou à espiral de inovações tecnológicas em terra, na superfície do mar e sob esse, no ar, no espaço e no ciberespaço. (2018, p. 253).

Essa modificação do uso da tecnologia nas guerras proporcionou uma divisão geracional para fins de comparação, e que Willian Lind delimita em quatro gerações (apresentadas por Cabral “de forma reduzida”), como segue:

Primeira geração (1648-1840): foi constituída por exércitos regulares organizados pelos Estados, com a formação tática em linha ou coluna, em um campo de batalha ordenado pela cultura militar formado no período. Esse sistema entrou em crise com as inovações tecnológicas (armas de retrocarga, raiadas e de repetição, metralhadoras, obuses, etc.) que provocaram a desordem no campo de batalha, mas se preservaram elementos da cultura militar do período. [...] Segunda geração (Primeira Guerra Mundial): caracterizou-se pelo fogo concentrado e sincronizado de artilharia, o poder de choque dos carros de combate e ataques frontais de infantaria. Foi uma guerra de atrito por excelência. A cultura militar da ordem ganhou novos níveis de organização. Os exércitos deram ênfase a regras, processos e procedimentos, ou seja, da iniciativa. Muitos elementos dessa geração, em essência, estão presentes nos dias atuais. Como Lind observa, esse é ainda o modo norte-americano de fazer a guerra. [...] Terceira geração: foi desenvolvida no final da Primeira Guerra Mundial e no período entreguerras pelo exército alemão – é a *blitzkrieg* -, e se baseava na manobra, na velocidade e na surpresa. No ataque, os rápidos movimentos de envolvimento visavam à retaguarda, para desorganizar as linhas de comunicação, de suprimento e provocar o colapso das linhas de inimigas. Na defesa, atrair o inimigo, fazendo com que esse estenda ao máximo suas linhas e, pela manobra, cortar sua retirada. O campo de batalha não é linear. Nessa conjuntura, houve uma mudança na cultura militar, privilegiando a iniciativa e a autodisciplina, em vez de uma obediência cega. [...] Quarta geração: a iniciativa e a descentralização foram elementos que permanecem da geração anterior. O Estado perdeu o monopólio sobre o exercício da violência e da guerra. As forças militares dos Estados enfrentam com frequência oponentes não estatais, como guerrilheiros, terroristas, insurgentes etc., e, segundo o autor, perdem em quase todas as campanhas. (LIND, 2005 *apud* CABRAL, 2018, p. 284).

Pela definição proposta por Lind (2005), podemos entender que após a Segunda Guerra Mundial, mesmo com o advento da era nuclear, assistimos a uma modificação no conceito de se fazer guerra, sendo que a Guerra da Coréia (1950-1953) ainda se manteve no clássico padrão da Segunda Guerra Mundial, com tropas se movendo a pé, com apoio de blindados e artilharia, mas que no final dos enfrentamentos, foi estabelecida uma linha de trincheiras e *bunkers*<sup>86</sup>, muito parecida com a linha estática de trincheiras da Primeira Guerra Mundial. (MESKO, 1984, p. 77).

---

<sup>86</sup> Abrigo fortificado e muito protegido para abrigar as tropas durante ataques e mesmo para manter a vida dos soldados nas linhas de frente. Pode ser construído dos mais variados itens disponíveis, de simples galhos de árvores com sacos cheios de areia ou terra, até de concreto armado.



Após o envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã<sup>87</sup>, pode ser observada uma mudança no padrão do enfrentamento, aliando as características geográficas do país. Essas transições geracionais do modo de se fazer a guerra não acontecem de forma estanques e sempre se podem encontrar interposições na condução delas, nas palavras do Coronel (R/1) Thomas X. Hammes, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos:

Como sempre, as velhas gerações de guerra continuam a existir, mesmo enquanto novas formas evoluem. Hoje podemos encontrar árduas batalhas de atrito com potência de fogo do tipo 2GW em partes da África ao mesmo tempo em que os primeiros sinais da 5GW emergem. Isto não deveria ser surpresa – países que carecem de sistemas políticos, sociais e econômicos para sustentar novas formas de guerra continuarão a se utilizar das velhas formas. Não obstante, uma nova geração também precisa evoluir e, considerando que a 4GW tem sido a forma dominante de guerra por mais de 50 anos, já é tempo para a 5GW fazer sua estréia. (2007, p. 24).

Fred J. Cook (1965, p. 134) afirma que o Estados Unidos passaram de uma posição “fortemente isolacionista” até a Segunda Guerra Mundial, mas no Vietnã a guinada foi para “ardentemente expansionista e internacionalista”, e que cada questão, das maiores as menores, que aconteciam no Vietnã, eram consideradas um assunto interno.

O enfrentamento não aconteceu apenas com tropas regulares, mas com uma intensa participação de tropas irregulares, e mesmo com a população, participando de forma a proporcionar logística em atentados de maneira dissimulada.

Os Estados Unidos ainda atuaram de forma a utilizar ataques maciços de artilharia e por aviões, utilizando também agentes químicos para desfolhar as árvores e tirar a proteção natural dos guerrilheiros. O agente químico mais usado era denominado agente laranja e até hoje influencia na saúde dos habitantes do país (CRIADO, 2019).

---

<sup>87</sup> O país é uma história de ocupações e resistências. A França inicia a ocupação da Indochina em 1862, o que mantém no povo o constante desejo da independência. Ho Chi Minh funda o Partido Comunista da Indochina (PCI) em 1925, centralizando as ações de resistência. Os japoneses ocupam a região durante a Segunda Guerra Mundial, sendo enfrentado pelo Vietminh, com apoio chinês e dos EUA. Após 1945, a França retoma a sua antiga colônia e a mantém sob a força das tropas da Legião Estrangeira Francesa, em especial das tropas de Paraquedistas. Em 1954, as tropas francesas são derrotadas na batalha de Dien Bien Phu, sendo a região dividida em República Democrática do Vietnã (RDV) e o Vietnã do Sul. Após essa divisão, os EUA começam a enviar assessores militares e equipamentos bélicos, para treinar e equipar as tropas sul-vietnamitas. Em 1964, após o incidente no Golfo de Tonquim, onde um navio dos Estados Unidos é atacado por barcos patrulhas do Vietnã do Norte. Para uma melhor visão desse período, ver Marcelo Bastos de Souza (2018, p. 448-455).



O poder tecnológico e industrial dos Estados Unidos não foi o suficiente para derrotar os vietnamitas, mesmo tendo sido apoiados em material bélico pelos chineses, que nos estágios finais da guerra disponibilizavam uma grande quantidade de material para uma guerra nos moldes do conflito 1939-1945, chegando as tropas norte vietnamitas até Saigon em tanques de fabricação chinesa (copiado dos tanques soviéticos) apoiados por fortes barragens de artilharia.

Essa categorização tecnológica ou mesmo temporal é muito importante para que depois possamos entender o processo de hipermilitarização na segurança pública (e no cotidiano), que parece estar vinculado a uma variação das guerras de quarta geração com o que Andrew Korybko (2018) denomina de “guerras híbridas” (Ainda que o autor afirme que “as guerras híbridas são epítome das guerras de quarta geração.” (KORYBK0, 2018, p. 27)).

Essa nova forma de fazer a guerra acaba por impactar nas formas de produção do controle social perverso (BODÊ DE MORAES, 2006, p. 1) através da tecnologia, visando inclusive a “morte do inimigo”, numa cultura guerreira cada vez mais forte, em especial, na segurança pública. Essa “guerra híbrida” no campo da segurança pública tem suas origens nas tentativas de combater grupos guerrilheiros, seja nas florestas do Sudeste asiático, seja nas tórridas regiões da Argélia, que a França resistia em não abandonar, seja nos diversos países que ainda eram colônias europeias.

Ao findar-se a dualidade de entre EUA e URSS<sup>88</sup>, o poder, de certa forma, foi pulverizado em diversos outros atores na esfera da guerra, de grupos islâmicos a países até então de pequeno poder político ou militar, e que rearranjaram o tabuleiro geopolítico mundial.

Essa guerra foi uma guerra conduzida nos moldes ainda preconizados na *Blitzkrieg* alemã de 1939, com uma coalização de 32 países sob a sua liderança, com intenso bombardeio aéreo, inutilização da logística iraquiana na retaguarda e o avanço de tropas blindadas pelo deserto, proporcionando um rápido fim ao conflito, demonstrando que a velha forma de conduzir a guerra, aliada ao potente complexo militar industrial, ainda iria dominar os campos de batalhas por muito tempo.

---

<sup>88</sup> Ainda que a dicotomia “capitalismo versus comunismo” tenha terminado, ainda persiste a disputa econômica e militar desses dois países e com a participação de uma nova potência econômica e militar, a China.

A situação foi rompida com os “ataques” de 11 de setembro de 2001, nos quais dois aviões foram deliberadamente jogados contra as torres do World Trade Center e o “pseudoataque” contra o prédio do Pentágono, este foi noticiado como tendo sido atingido por um avião sequestrado, porém nas fotos de momentos após o ataque não aparecem restos de aviões.

Essa mudança não foi uma ruptura total no modelo de se fazer a guerra, pois as “gerações de guerra” não se findam assim que começa outra, pois isso depende de tecnologia e também de recursos financeiros. Nesse sentido, Mei descreve a transformação da guerra como:

A guerra é não apenas um camaleão, mas um camaleão que jamais se banha no mesmo rio. O caráter singular das guerras reais, combinado ao afã de compreendê-las, gerou uma ampla classificação das mesmas. Algumas dessas classificações são amplamente aceitas e unívocas, mas outras são ambíguas e equívocas, havendo mais de uma denominação para o mesmo fenômeno e fenômenos distintos sob a mesma denominação. Com o recente declínio da guerra interestatal, a maior polêmica envolve os conflitos bélicos não contemplados por ela: guerra não convencional, guerra irregular, guerra de quarta geração (4GW), guerra pós-moderna, guerra degenerada, guerra assimétrica, guerra antiterrorista etc. Embora possam ser úteis para entender guerras singulares, em geral essas definições traem dois problemas: a) definem a guerra por seus aspectos táticos; b) desconsideram o caráter político da guerra, criminalizando os combatentes e justificando medidas não amparadas pelo direito internacional (muito menos por limites que possam ser considerados minimamente civilizados ou aceitáveis eticamente). Não por acaso, a teoria e a arte da guerra irregular são orientadas para o combate ao ‘terror’. O uso discricionário das palavras ‘terrorismo’ e ‘terrorista’ pelas potências ocidentais dissimula a ausência de consenso acerca da definição de ambas. Convenientemente, métodos da guerra irregular, notadamente as táticas de contrainsurgência, uma vez aperfeiçoados, são utilizados não mais apenas contra ‘terroristas’, mas para a consecução de outros fins, mormente a derrubada de governos antipáticos aos interesses da potência hegemônica.

O uso unilateral da definição de guerra é patente no caso da chamada ‘guerra de quarta geração’ (4GW, na sigla em inglês). Um dos responsáveis pela difusão da denominação, William S. Lind (membro do conservador Free Congress Foundation, atual American Opportunity), considera que o Islã, a ‘invasão de imigrantes’ e o multiculturalismo são ameaças à ‘América’ e observa que, ‘na guerra de quarta geração, o Estado perdeu o monopólio da guerra’ em um mundo de culturas, e não Estados, em conflito. Já a definição de guerra assimétrica, em geral, refere-se à assimetria de meios militares. (2018, p. 466).

Essa situação modificou a forma de se fazer a guerra, sendo que agora o inimigo não é um Estado clássico, com tropas uniformizadas, fronteiras, cidades ou alvos definidos como “militares”. Para o estado militarizado, o inimigo agora pode ser qualquer um.

Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico que as guerras proporcionam e também se apropriam para criar novas formas de matar e subjugar outros povos, uma ferramenta das forças armadas (e dos grupos em combate, não necessariamente exércitos de algum país), um artefato continua quase no mesmo formato de quando foi inventado: o arame farpado.

Esse instrumento inventado para uso agrícola foi e é responsável por deter, separar, excluir, ferir e mesmo matar aqueles que são definidos como inimigos (RAZAC, 2013). Segundo Olivier Razac:

A persistência de um objeto tão pouco elaborado pode surpreender. Em um século de progressão tecnológica fulgurante, ele continua eficiente para realizar o que se espera dele: delimitar o espaço, traçando no solo as linhas de uma partilha ativa. Nesse papel, ele é excelente. Sua leveza permitiu cobrir distâncias extraordinárias e sua flexibilidade responde a todas as necessidades: proteger, fortificar, fechar. Tudo isso com um fio de metal cheio de pequenas pontas. A distância entre a simplicidade do objeto e a importância de seus efeitos mostra que a perfeição de um instrumento de exercício do poder não se mede por seu refinamento técnico, que seu poder não passa necessariamente por um gasto de energia ou ainda que a maior violência não é forçosamente a mais impressionante. (2013, não p.).

Esse novo “protagonista militar” é utilizado como o novo inimigo a ser combatido no “mundo livre” liderado pelos EUA e promove uma nova forma de se fazer a guerra, sendo aplicado no cotidiano das cidades pelas forças policiais e/ou militares.

A figura do inimigo varia de acordo com o tempo e o local. A título de exemplo, no século XX, após a Primeira Guerra Mundial era o “comunista”, que vai ser mantido nessa condição até aproximadamente 1960/1970, quando se iniciou a guerra às drogas nos Estados Unidos, sendo então colocada no *ranking* também a figura do “narcotraficante”, em especial aqueles da América Latina, sendo que nesse mesmo período, a figura do “terrorista islâmico” começa a aparecer, e após 2001, consolida-se nessa posição, em virtude, inclusive, da mudança do foco das guerras.

Quando o comunismo arrefece, o narcotraficante toma a posição de “inimigo público n.º 1”. No Brasil, historicamente, vários foram os “inimigos públicos n.º 1: O escravo fugitivo; o imigrante europeu; o vadio; o morador de rua, o usuário de entorpecentes.

Graham vai definir alguns fatores para essa mudança:

Aqui, precisamos considerar uma verdadeira tempestade de fatores: o desencadeamento, desde o fim do sistema bipolar da Guerra Fria, de ódios étnicos anteriormente contidos; a proliferação de grupos religiosos fundamentalistas e grupos políticos etnonacionalistas motivados pelo ódio do cosmopolitismo urbano; a militarização de gangues, cartéis de tráfico de drogas, milícias, regimes políticos corruptos e agências de cumprimento da lei, todos efetivamente sabotando o monopólio de violência do Estado; o colapso de certos Estados nacionais e locais; a urbanização de populações e da geografia; o acesso cada vez mais amplo a armas pesadas; a crise da polarização social crescente em todas as escalas geográficas já discutidas; e o aumento na escassez de muitos recursos essenciais. (2016, p. 67).

O novo “protagonismo militar” e as mudanças citadas por Graham são a tônica para uma ampliação na militarização das políticas de segurança, em especial, na retirada do direito à privacidade e ao direito à ampla defesa de várias populações consideradas inimigas.

Esse processo coincide com a mudança na doutrina de se fazer a guerra, em especial nos Estados Unidos, que inicia uma série de estudos dentro das Forças Armadas para que a “guerra urbana” fosse vista como o novo *front* da guerra moderna.

Essa situação já foi identificada no conflito do Vietnã, no qual se observou a mescla entre a luta em áreas rurais, de selva densa, e também nos centros urbanos, com os combatentes se mesclando entre a população local. Essa situação foi agravada com a mudança do paradigma militar, saindo das guerras tradicionais para a guerra irregular nos centros urbanos, sendo que as forças armadas dos Estados Unidos criaram centros urbanos (cidades cenográficas) para treinamento.

As Forças Armadas brasileiras também dispõem de uma área semelhante para treinamento de suas unidades de intervenção urbana, com aproximadamente 9 mil metros quadrados, construída nas dependências do 28º Batalhão de Infantaria Leve (SUCCI JUNIOR, 2018b, p. 26). Essa área de treinamento é designada Centro de Instrução de Operações de garantia da Lei e da Ordem.

Dentro da estrutura do Exército brasileiro, o 28º Batalhão de Infantaria Leve está subordinado ao comando da 11ª Brigada de Infantaria Leve. Segundo David Paulo Succi Junior, “O Centro tem como função capacitar recursos humanos e produzir doutrina específica para a atuação em GLO.” (2018b, p. 403).

Essa mudança do “campo de batalha tradicional”, com tropas dispostas em uma área extensa com áreas para manobras de massas de soldados ou mesmo blindados já não é vista com tanto interesse pelas modernas forças armadas. O cenário atual é o meio urbano, as cidades densamente povoadas, onde o “inimigo”

tem maiores chances de, com poucos combatentes, parar grandes efetivos das tropas regulares.

Nesse sentido, a guerra já não se faz pela ocupação do território desconhecido ou pela conquista do “selvagem”, conforme descreve Pelbart:

Porém já não se trata, como em séculos anteriores, de uma guerra entre Estados-nação pela conquista de terras supostamente inabitadas, visando garantir matéria prima ou disputando mercados, mas de uma guerra *contra a própria população*, uma guerra de classes, de raças, de sexos, de subjetividades. Essa guerra visa manter e aprofundar as clivagens que atravessam nossas sociedades. Seu modelo vem do colonialismo, porém não se dirige contra as populações nativas de terras longínquas, mas se dá na própria metrópole, em um endocolonialismo de escala global. (2019, p. 73, grifo do autor).

Nesse sentido, o equipamento utilizado pelos exércitos tem que passar por modificações. Dos uniformes individuais ao armamento coletivo, tudo e todos devem estar adaptados ao combate urbano. Dos longos fuzis para as curtas carabinas de assalto, derivadas da experiência alemã e soviética dos combates urbanos durante a Segunda Guerra Mundial.

Dos pesados blindados que precisavam de quase uma dezena de homens para operá-los, aos blindados leves com esteiras de borrachas para deslocamento em ruas asfaltadas<sup>89</sup>.

Essa modificação do equipamento militar para a utilização em áreas urbanas vem acompanhada de uma apropriação por parte das forças de segurança de vários países, em um amplo processo de militarização do “fazer” policiamento, que em tese e de forma geral, visa a proteger as pessoas e manter as infrações da lei sob controle, mas que acaba por ser utilizado de forma a controlar as populações indesejadas, que de certa forma não estão inseridas no modelo econômico dominante baseado no

---

<sup>89</sup> O Exército Brasileiro realizou uma modificação nos veículos blindados de transporte de tropas M113 (um modelo veterano da Guerra do Vietnã) que inclui a aplicação de esteiras de borrachas para uso urbano, descrito da seguinte forma em um sítio sobre defesa: “Além dos kits A2 Mk1, que englobam, além do motor e da transmissão, uma série de melhorias e reforços estruturais, também foram adquiridos alguns componentes visando missões especiais, à parte do contrato de modernização, a destacar: Sistema de tração para blindados sobre lagartas, *Rubber Band Tracks*, desenvolvido pela empresa canadense Soucy Defense, que compreende lagartas inteiriças de borracha, polias motoras e tensoras emborrachadas e braços tensores, **que melhoram muito o desempenho em ambiente urbano, diminuindo o nível de ruído e vibração. É destinada prioritariamente para o ambiente de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), nos 7º, 13º, 20º e 29º Batalhões de Infantaria Blindados (BIB)**, os quais estão em processo de entrega de sete veículos com esses sistemas, adicionais aos sistemas metálicos comuns, para substituição quando houver conveniência.” (TECNODEFESA, 2016, grifo nosso).

consumo imediato de bens não duráveis, sendo considerados párias e que exigem um controle mais rígido por parte do Estado.

Essa lógica de militarizar a vida está dentro de se querer que as populações civis tenham medo em todos os lugares e também em lugar nenhum, operando em uma lógica de observar inimigos em todos os lugares e até mesmo onde eles não existam, partindo para se criminalizar diversas categorias sociais que não se enquadrem na lógica dos mais fortes ou dos que estão no poder.

Nesse caso podemos citar as manifestações que ocorreram na cidade de Ferguson, um bairro da periferia de San Luis, no estado do Missouri, nos Estados Unidos, onde um policial matou a tiros um garoto e elevou a tensão racial a níveis estratosféricos, promovendo confrontos entre moradores revoltados e a polícia (BBC BRASIL, 2014), esta equipada com uniformes e armas para controle de tumultos, baseados em equipamentos utilizados pelas forças armadas daquele país. A reportagem cita esse processo como decorrente da política de “guerra às drogas”.

Esse processo de apropriação da tecnologia para o controle das grandes massas não é novidade e atualmente está se baseando na ideia de “segurança coletiva”, baseado nos processos de guerra às drogas, guerra ao crime e atualmente se reveste de uma onda conservadora que atinge os imigrantes que buscam escapar da morte em países com catástrofes naturais como no Haiti e de guerras como na Síria e Iraque e dos deslocamentos forçados em virtude de crises econômicas e da violência imposto pelo narcotráfico, por exemplo, o deslocamento de povos da América do Sul em direção aos Estados Unidos, passando pelo México.

Essas populações em deslocamentos forçados se encontram diante de barreiras naturais e também diante da barreira do preconceito baseado na ideia da tomada de empregos e do fim do estilo de vida, por exemplo, dos estadunidenses, porém alguns países ainda mantêm a razão diplomática e acolhem alguns imigrantes.

Essa ideia da tomada de empregos e da destruição de determinados estilos de vida pelos imigrantes é um recorrente histórico e encontra intenso apoio nos grupos conservadores, em especial nos grupos neonazistas.

Essa situação acaba por se transformar em um enorme engodo tendo em vista que, ao utilizar desse artifício da criação do outro como inimigo, os governos acabam por extinguir direitos básicos, tendo, por exemplo, o fim de inúmeros direitos trabalhistas, atacando os trabalhadores e os direitos previdenciários, mas que diante da propaganda governamental de que ainda existem velhos inimigos (comunistas,

imigrantes, muçulmanos radicais etc) se faz necessário cortar direitos. Esses direitos mínimos (privacidade, segurança, saúde, ir e vir etc.) acabam ficando em segundo plano diante do medo coletivo do outro, do inimigo criado.

O Estado, que vai atuar nessa guerra cotidiana endocolonial (PELBART, 2019, p. 73), nessa necropolítica (MBEMBE, 2018), encontra nessas novas tecnologias, novos métodos de controle social, ainda mais perversos. Nesse caso podemos pensar no Brasil como um exemplo de controle social perverso e intenso, e que após a aceitação dos grandes eventos privados, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de futebol, tornou-se um laboratório das tecnologias que se materializaram nos centros de controle e comando das polícias. As tornozeleiras eletrônicas, por exemplo, são tecnologias vendidas como a solução para a superlotação dos presídios no país, aliado ao fetiche das câmeras de videomonitoramento, utilizado por diversas esferas de governo.

Esse crescimento da utilização de câmeras portáteis também atinge os policiais cada vez mais, inicialmente sendo utilizada para coibir abusos contra civis, em especial nos Estados Unidos, onde se verificou um aumento no número de cidadãos negros mortos pelas polícias, em especial, na cidade de Ferguson, que gerou uma escalada nos protestos com repressão violenta por parte das forças de segurança locais. Nessa mesma linha da intensificação do uso de câmeras, as forças de segurança já utilizam de forma esporádica, tecnologias de reconhecimento facial<sup>90</sup> e também drones para facilitar a captura de criminosos procurados ou cometendo crimes<sup>91</sup>.

Essa escalada no fetiche por novas tecnologias vai produzir a espetacularização da segurança pública e das suas mazelas, que cada vez mais se tornam comuns, seja através de programas policiais sensacionalistas e mesmo da divulgação de páginas em redes sociais destinadas a divulgação de vídeos, sendo visível a multiplicação de perseguições policiais gravadas por câmeras portáteis pessoais<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/139262-carnaval-tem-primeiro-presos-via-camera-reconhecimento-facial-brasil.htm> – acesso em 05 de janeiro de 2020.

<sup>91</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/22/pela-1a-vez-pm-usa-drones-para-prender-4-pessoas-por-trafico-de-drogas.ghtml> – acesso em 23 de fevereiro de 2020.

<sup>92</sup> PM's "youtubers" fazem sucesso na web com vídeos sobre operações. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pms-youtubers-fazem-sucesso-na-web-com-videos-sobre-operacoes--,1776310> – acesso em 05 de janeiro de 2020.



Nessa seara, Bordin e Machado destacam a formação de um novo modelo de vigilância, o panóptico 4.0, cada vez mais digital e que se disfarça em outros aspectos do cotidiano para manter tudo sob controle, destacando que:

A assim chamada Indústria ou Revolução 4.0, ainda que possibilite uma maior aproximação entre humanos e inteligência artificial é incapaz de atualizar padrões civilizatórios arraigados em modelos oligárquicos, patriarcais e patrimonialistas. Além disso, o avanço dos sistemas ciber-físicos ignora questões fundamentais acerca do tipo de desenvolvimento que se está a promover e dos interesses a que atende. Com isso não queremos nos render à estética do pessimismo e do terror, nos imobilizando frente à fixidez das estruturas, ou ainda recair nas críticas românticas à tecnologia que remetem a um passado inventado, ao contrário, nossa intenção é contribuir para o desvelamento de mecanismos que antecedem revoluções nos processos produtivos e que seguem informando políticas, relações e subjetividades. (2019, p. 9).

Nesse caminho da tecnologia cada vez mais avançada e que permite uma intensa globalização, inclusive da percepção, Pelbart destaca que:

A globalização da percepção permite que a guerra sequer apareça como guerra, confirmando uma intuição de Heidegger, na esteira de Jünger, de que o 'elemento 'guerra' não será mais em absoluto sentido como tal, ou o elemento 'paz', não terá mais nem sentido nem substância'. A guerra contrainsurrecional visa, claro, não a segurança ou a paz, mas a manutenção de um estado de insegurança generalizado, de medo difuso, que justifique precisamente a mobilização incessante, securitária ou salvacionista, desde que ela produza ao mesmo tempo uma espécie de pacificação. Já não é a guerra visando objetivos políticos do Estado, porém do capital, E, se nesse estágio fordista o Estado fornecia ao capital um território, mas também à guerra, a globalização liberou ambos de sua ancoragem territorial. (2019, p. 75).

O autor (PELBART, 2019, p. 80) ainda corrobora a afirmação de Luxemburg (1970, p. 399), com relação ao relacionamento entre guerra e capital, ao descrever que “O capital se apropria da guerra ao transformá-la em guerra industrial para depois fazer uma ‘guerra no seio da população’” (PELBART, 2019, p. 80). Nessa linha de pensamento, a ideia da jornalista Naomi Klein, no livro *Doutrina de choque: ascensão do capitalismo de desastre* (2009) corrobora o que Pelbart ressalta:

Isso significa que a guerra sai das mãos dos militares e se torna a guerra dos políticos, cientistas, banqueiros. ‘as guerras não são mais somente sangrentas e os meios de conduzi-las não são unicamente militares. A economia e notadamente a economia financeira pode substituir os meios militares.’ É o *terrorismo financeiro*, o novo poder executivo transnacional. Eis o novo contínuo entre guerra, economia e política. (2019, p. 81).

Isso é o que Klein (2019) ressalta também em seu livro, que as novas demandas do capital demandarão novas formas de atacar e subjugar outras nações sem a destruição de uma guerra convencional. Essa nova forma de ir atrás de novos “espaços vitais” será um conjunto de ações jurídicas (*lawfare*), ações tecnológicas (através das mídias sociais) e também através daqueles grupos econômicos tradicionais e ataques as economias de cada país.

Essas categorias de desestabilização de determinados países, é o que pode ser denominada de “guerra indireta” (KORYBKO, 2018, p. 25) e não pressupõe somente ataques militares, mas o conjunto de outras ações menos agressivas do ponto de vista estratégico, mas que conseguem atingir objetivos concretos.

Esse conceito pode ser aplicado a partir de ações internas, por exemplo, os evento que ocorreram no Brasil em 2013, visando a diminuir o valor de passagens de transporte coletivo e que, depois de 3 anos de iniciadas, geraram um processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, e que em 2018, levou ao cargo de presidente mediante eleições diretas, uma pessoa alinhada com propostas ligadas a privatizações de empresas públicas, retirada de direitos trabalhistas e uma submissão pessoal do presidente brasileiro aos Estados Unidos da América (ROCHAFERREIRA, 2019), revelando relações entre diversos atores ligados ao processo de impeachment e a derrubada da candidatura das eleições presidenciais do candidato Lula, tudo isso com o aval de grande parte da população.

Essa situação toda colocou em evidência novos processos de intensificação da militarização, ou seja, a hipermilitarização de vários aspectos da nossa sociedade.

### 2.2.1 O NOVO PROTAGONISMO MILITAR E A HIPERMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* (1987, p. 142).

Após a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica da Guerra Fria<sup>93</sup>, baseada em uma paz armada entre duas grandes potências econômicas, militares e nucleares, de certa forma, evitou a aniquilação total da humanidade com uma guerra nuclear total, mas produziu o surgimento de movimentos contra a manutenção de colônias que eram exploradas pelas potências europeias.

A Indochina Francesa (depois Vietnã) e a Argélia; o Congo Belga dentre outros países, passaram por processos de libertação através de revoluções, revoltas e guerras. José Carlos Portella Júnior corrobora a ideia da seguinte forma:

Com o fim da 2ª Guerra Mundial e o surgimento de uma nova ordem mundial, nascem os movimentos de descolonização na África e Ásia, bem como a insurgência social das classes subjugadas contra o poder político das elites tradicionais na América Latina. Inspiradas pela ideia de autodeterminação dos povos, referendada pelo Direito Internacional erigido após a 2ª Guerra Mundial, e pelo discurso anticolonial, surgem nos anos 1950 e 1960 as milícias que buscavam a libertação de países africanos de julgo europeu. As mais conhecidas foram o Movimento Popular de Libertação de Angola, à época colônia portuguesa, O Movimento Nacional Congolês (o Congo se encontrava sob domínio colonial belga), a Guerrilha Mau-mau (que lutava pela libertação do Quênia do domínio Britânico) e a União do Povo Africano do Zimbábue, que a época era colônia britânica. (2017, p. 437).

Desses conflitos de descolonização europeia, vários grupos armados, especialmente aqueles ligados ao bloco comunista, promovem tentativas de instalação de outros modos de governar os países capitalistas, tentando reduzir as desigualdades sociais ou mesmo instalando ditaduras comunistas, como aquelas que se instalaram em alguns países do Sudeste Asiático.

Sobre a polarização das ideologias e também da percepção de um mundo dividido entre “eles” e “nós”, Pablo Ornelas Rosa afirma que:

---

93 Cook afirma que “Se fosse possível fixar uma data exata para o início da guerra fria, teria de ser esta: 23 de abril de 1945, apenas onze dias depois da morte de Roosevelt.” (1965, p. 80). Essa foi a data de uma reunião malsucedida com o representante russo, Molotov, na Casa Branca.

Certamente o exemplo mais evidente desse fenômeno em nível internacional pode ser localizado na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, em que presenciamos uma polarização na Europa que passou a se reverberar por todo o planeta. O efeito disso foi justamente a perpetuação do entendimento do Outro como inimigo e, portanto, um rival que deve ser combatido, tendo em vista que a existência da dissidência política supostamente comprometeria a vida daqueles que buscam transformar o mundo a partir de sua própria perspectiva. Apesar de presenciarmos uma mudança considerável nas condutas políticas e bélicas após a Segunda Guerra Mundial concomitantemente com a criação de um órgão internacional chamado de Organização das Nações Unidas – ONU, que visava supostamente mediar as relações entre os países, procurando evitar a condução de conflitos que pudessem engendrar efeitos próximos daqueles vividos em um passado recente, a possibilidade de tratar do dissidente e, portanto, do Outro, como inimigo, não se cessou<sup>94</sup>. Mesmo com a ampliação de direitos sociais, políticos e civis ocorridos já na segunda metade do século passado, permitindo uma suposta melhoria nas condições de existência de grande parte de grupos subalternizados, o dispositivo de ódio ao outro, não sustou de operar. (2019, p. 30).

Esse processo se instala na América Latina também, resultando em tentativas de mudanças políticas e ideológicas e que Portella Júnior descreve da seguinte forma:

Na América Latina, a partir dos anos 1960, com o acirramento das desigualdades sociais durante os governos de ditadores e presidentes autoritários que impunham a cartilha econômica de Washington contra os interesses populares, surgem guerrilhas de orientação socialista que buscavam por fim a regimes autocráticos em países como Colômbia, República Dominicana, Guatemala, El Salvador e Peru. (2017, p. 437).

É claro que essa é uma simplificação da forma de se pensar o processo histórico após 1930<sup>95</sup>, que gerou essa dicotomia ideológica, mas de certa forma ele vai ser preponderante na formatação das políticas públicas de segurança, colocando além dessa divisão comunistas/não comunistas, uma dicotomia eles/nós, sendo o “eles”, sempre o inimigo que acaba sendo disseminada por toda o cotidiano.

Nesse caso, os imigrantes ilegais (e de certa forma, os legais também), os que professam outras crenças e religiões e aqueles que não possuem uma

---

<sup>94</sup> Para mais informações, ver ONU Brasil (2015).

<sup>95</sup> Essa característica ideológica (comunismo versus nazismo) que surge após 1933, com a ascensão do nazismo na Alemanha e seu posicionamento anticomunista, e que teve na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) um enorme laboratório para esse embate ideológico - não ficando restrito ao campo das táticas e armas, mas também nas formas de aumentar a “produção da morte”, vai tornar comum esse mundo bipolar, dividindo o “eles” e “nós”. Esse embate entre nazismo e comunismo se acirra em virtude da invasão alemã ao território soviético, com a Operação *Barbarossa*, em junho de 1941. Como resultado, os soviéticos derrotaram a Alemanha nazista e chegaram até Berlim em 1945. O fim dessa fase dá início a uma outra, que será tão violenta quanto às anteriores, proporcionando uma divisão entre “comunistas” e “não comunistas”, algo que continua a impactar em muitos aspectos da vida social.

capacidade de “consumo” serão os “inimigos”, serão os “eles”. Nesse sentido, Enriquez afirma que:

Sabemos, desde Clausewitz, que a guerra é a continuação da política por outros meios. Quando os Estados-Nações lograram incorporar a grande maioria da população, esta se achou enredada nas malhas de uma política definida por esses estados e submetida, desta feita, à lógica da guerra. À medida em que os Estados-Nações cederam, principalmente na Europa, à onda do nacionalismo viril e quiseram constituir comunidades homogêneas, viram-se obrigados a enfrentar a polémica definida por Carl Schmitt ‘amigo-inimigo’ e a recusar a seus membros todo o direito à diferença ou mesmo à divergência. O outro (inimigo interno ou inimigo externo) transformava-se na pessoa a ser abatida. O combatente passou a imaginá-lo tão somente como o adversário a suprimir. Os civis tornaram-se, então, os alvos privilegiados e, entre eles, os mais frágeis, porquanto os mais inúteis. Os bombardeamentos sem finalidade militar com vistas a suscitar o terror (Guernica, Coventry) se multiplicaram. Os campos de concentração e de extermínio tornaram-se os novos lugares onde se manifestava o poder nu e cru, sem limites, arbitrário, dos chefes. Quanto mais os Estados-Nações quiseram ser os representantes do povo unido, mais desejaram exprimir sua essência, mais tiveram recursos para os assassinatos coletivos (a Alemanha Nazista é um exemplo mais evidente deste comportamento). (2001, p. 20).

É nesse contexto de formatação do mundo entre “eles” e “nós”, com forte base ideológica seja ela qual for, que uma série de “descolonizações” acontece após 1945, e o panorama geopolítico mundial vai sendo alterado, promovendo uma resistência dos “colonizadores”, em especial, as potências europeias e os Estados Unidos.

Esse processo fomenta o surgimento de novas formas de controle por parte dos governos e a militarização da polícia é uma das formas de buscar a manutenção de uma determinada ordem, baseada na dicotomia “eles/nós”, mantendo uma lógica exterminante, colocando os guetos e periferias como novos “campos de concentração” do fim do século XX e início do XXI, numa clara utilização da biopolítica descrita por Foucault (2008b).

Nesse sentido, Reiner destaca essa mudança, na Inglaterra, de forma excepcional e que expõe o processo de militarização das forças policiais:

Os problemas em relação à polícia multiplicaram-se devido às transformações sociais econômicas e culturais do último quartel do século XX. No começo dos anos 1990, a polícia ficou no ponto mais baixo da confiança e da avaliação públicas do que em qualquer outro período, desde a sua criação no século XIX. Foi abalada por escândalos que revelaram erros judiciais graves e, ao mesmo tempo, parece cada vez menos capaz de proteger as pessoas da vitimização criminal, o que estava crescendo em uma velocidade recorde. Desordens graves, em escala sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial, desenvolveram-se pelos anos 1980, em uma variedade de contextos, incluindo conflitos políticos, trabalhistas e uma miscelânea de atividades de lazer que vão do futebol a ‘rachas com carros roubados’, e que continuaram nos anos 1990, embora mais espaçadas. A militarização da polícia, em resposta a isto, minou sua legitimidade sem controlar o crescimento da desordem. (2004, p. 32).

O autor ainda reitera que a década de 1980 (2004) é o ponto de início da militarização da polícia inglesa, e também de outros países, sendo fomentada a criação de “unidades especiais” visando o controle desses distúrbios. Ele afirma que:

Sem muito debate público *de facto*, desenvolveram-se as ‘terceiras forças’, especialmente treinadas e rapidamente mobilizáveis para lidar com os tumultos nas ruas. O Metropolitan Police Special Patrol Group (Grupo de Patrulha Especial da Polícia Metropolitana), formado em 1965, como uma reserva móvel, desenvolveu um claro papel paramilitar ao lidar com a ordem pública e com o terrorismo. Hoje, todas as forças têm unidades semelhantes (sob vários nomes), especialmente treinadas em controle de tumultos, uso de armas de fogo e algumas vezes no uso de gás lacrimogênio. (2004, p. 109, grifo do autor).

Essas unidades “mobilizáveis” são definidas por Robert Warren (2004 *apud* GRAHAM, 2016, p. 75) como “exércitos *pop up*”<sup>96</sup>, e que podem ser facilmente aplicáveis às polícias “especiais” ou as “tropas de choque” em diversos países, e no caso do Brasil, ao tipo de policiamento executado pelas unidades tipo Rota (São Paulo), por exemplo.

Essa forma de fazer policiamento – tipo *pop up* conforme Graham (2016) -, no Brasil, vai manter um padrão de desenvolvimento após 1964, em um padrão de atuação repressivo e militarizado. Ainda que as “unidades especiais” sejam criadas com maior intensidade a partir da década de 1980 com o incremento da política de guerra às drogas, elas não eram nenhuma novidade no meio policial.

Na Guerra do Contestado, no começo do século XX, na região entre Paraná e Santa Catarina, a Polícia Militar paranaense utilizou um “Pelotão Especial” na

---

<sup>96</sup> Ainda que os autores estejam fazendo referência a tropas militares de ocupação, a ideia pode muito bem ser aplicável ao processo de militarização das polícias.

repressão ao movimento messiânico (OLIVEIRA, 2010, p. 64). Quando da criação da Polícia Municipal do Distrito Federal em 1934, dispunha de uma “unidade de carros de assalto” (Nessa unidade, serviu o herói do Exército Brasileiro, Sargento Max Wolf Filho, que morreu em combate na campanha da Itália).

Essa unidade teve importante atuação na repressão à Intentona Comunista de 1935, sendo que Max Wolf foi comandante de um dos carros de assalto responsável por atacar o Quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha (Oliveira, 2010, p. 67). No período após a Segunda Guerra Mundial, inúmeras unidades desse tipo são criadas, em especial, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que experimentaram um processo de urbanização e industrialização intenso, principalmente após a década de 1950, sendo que tinham por função a repressão aos crescentes roubos e furtos de veículos (HUGGINS, 1998, p. 113).

Essas unidades especiais de policiamento tiveram uma forte influência dos Estados Unidos em sua formação e estariam envolvidos em casos de torturas de dissidentes da ditadura militar de 1964 (HUGGINS, 1998, p. 159). Esses treinamentos incluíam as forças policiais do Estado do Paraná, com os Estados Unidos fornecendo instrutores especializados em ações anti-insurreição (HUGGINS, 1998, p. 149).

Nesse sentido, podemos partir da ideia original de que as “forças especiais” de exércitos<sup>97</sup> que estão preparadas para a guerra e que possuem o objetivo de executar ações de forma independente, de forma dissimulada e com maior impacto psicológico que uma tropa de combate normal, podemos afirmar que a necessidade de uma unidade assim em uma instituição policial já poderia ser o extremo dos extremos.

É claro que a ideia dos “exércitos” é fazer a guerra e destruir um possível inimigo, e muitos exércitos possuem tropas especiais para fazer ações que demandam um número menor de integrantes com maior treinamento para sobreviver em situações não regulares de combate (com poucos recursos e buscando atuar atrás das linhas inimigas).

---

<sup>97</sup> É claro que a ideia dos “exércitos” é fazer a guerra e destruir um possível inimigo, e muitos exércitos possuem tropas especiais para fazer ações que demandam um número menor de integrantes com maior treinamento para sobreviver em situações não regulares de combate (com poucos recursos e buscando atuar atrás das linhas inimigas). A crítica nesse sentido é a de que as polícias (e as guardas municipais também) no Brasil estão cada vez mais a criar “grupos de operações especiais”, numa clara militarização da segurança pública.



A crítica nesse sentido é a de que as polícias, e as guardas municipais também, no Brasil, estão cada vez mais a criar “grupos de operações especiais”, numa clara militarização da segurança pública.

Esse processo de transformação das formas de fazer policiamento é decorrente da transformação da “ordem mundial”, saindo de um mundo bipolarizado entre capitalistas e comunistas, sendo construído em um mundo com novos centros de poder e novas formas de disseminação do medo, em especial, com uma nova forma de se fazer a guerra, que coloca a “guerra ao terror” no contexto global e faz com que o protagonismo dos militares seja inserido de forma contundente no cotidiano de quase todas as sociedades do globo.

As guerras, agora estão sendo consideradas como preventivas, e esse processo será colocado em prática nas polícias, uma vez que nenhum território está mais livre de um possível atentado nos moldes dos perpetrados no dia 11 de setembro de 2001.

Ainda que o caráter das polícias (ou o policiamento) seja de atuar preventivamente, as práticas de policiamento no mundo começam a busca por atuar de forma preventiva “militarmente”, buscando destruir aqueles que possam tornar-se um problema do ponto de vista “criminal”. A militarização das polícias vai ser incrementada em níveis estratosféricos, em virtude desse processo da dissolução do poder estatal de aplicação da violência, ou como afirmou João Paulo Gusmão P. Duarte:

Lutar contra um inimigo impreciso, muitas vezes invisível e nômade foi o objetivo crucial deste novo paradigma de segurança internacional inaugurado pela estratégia estadunidense, mas também articulada em outras esferas e por outros poderes. (2011, p. 4).

Se a luta agora é contra algo ou alguém impreciso ou invisível<sup>98</sup>, a atenção e a vigilância têm que ser constantes e a melhor forma de se atuar nesse cenário é a

---

<sup>98</sup> Essa ideia do inimigo invisível, que se adapta ao ambiente não é nova. Cecília Maria Bouças Coimbra cita a 10ª Conferência dos Exércitos Americanos, em Caracas, em especial, a fala do General Fortes: “O inimigo usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de camponês, de vigilante, de defensor da democracia ou de intelectual avançado [...]. Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal; este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional.” (1973, p. 10 *apud* GUERRA, 2016, p. 14). A lógica da guerra fria não mudou no Brasil, mesmo no século XXI, pois a ideia de uma revolução comunista ainda ronda o espectro eleitoral a partir

utilização dos militares e da sua tecnologia, que já vinha sendo desenvolvida como forma de controle e vigilância. Essa vigilância vai ser validada pelo *Patriot Act*, sendo definido por Duarte como:

O Patriot Act representa um exemplo evidente do estado de exceção criado no contexto da Guerra ao Terror. Buscando ‘interceptar os terrorismos por meio da união dos americanos e do fortalecimento da América’, foi promulgado o ato que permitiu nos Estados Unidos ‘melhorias para a aplicação de ferramentas de investigação judicial’, tais como diligências especiais para a quebra de sigilos bancário e fiscal de suspeitos de envolvimento com os atos terroristas, ou com possíveis novos ataques contra a segurança estadunidense; redução de restrições aos procedimentos de agências de inteligência e de segurança; autorizações para investigar os meios de comunicações dos cidadãos, como grampos telefônicos e acesso a redes de e-mails; autorizações para averiguações de laudos médicos e históricos profissionais e acadêmicos de pessoas consideradas suspeitas; medidas especiais de jurisdição para facilitação de investigações, de composições de inquérito policial, de acusações e de prisões de acusados de envolvimento com terrorismo; acesso aos registros bancários de instituições financeiras visando verificação e identificação dos clientes e de suas atividades e movimentações bancárias, como forma de capturar os agentes financiadores de terrorismos; medidas para o reforço da atividade policial e judicial contra a imigração ilegal. (2011, p. 5).

Agora no campo jurídico, em especial nos Estados Unidos, tudo é válido em ações de contraterrorismo, o que acontece fora dele é pior ainda. Os abusos nas prisões iraquianas, após a invasão, que são trazidos à tona, são a ponta do *iceberg* de uma nova configuração dos processos de manutenção do poder mundial.

Essa nova forma de se fazer a guerra é denominada de “guerras securocráticas” (FELDMAN, 2006 *apud* GRAHAM, 2016, p.159), afirmando que agora todo lugar é um *front* e qualquer um ou qualquer coisa pode ser o inimigo que deve ser enfrentado.

Esse padrão, é claro, não se formata em períodos estanques, e como já afirmado, ele é cumulativo, passando do inimigo “comunista” para o “narcotraficante”, de ameaças contra a saúde da população mundial ao “terrorista muçulmano” e chegando até o imigrante que foge de inúmeros problemas em seus países de origem (GRAHAM, 2016, p. 160).

A luta contra esse inimigo “impreciso e invisível” (que de certa forma começou a ser enfrentado nas selvas e campos do Vietnã, onde muitas vezes não eram vistos, camuflados nas densas folhagens, mas que ainda era caçado por um exército

---

da redemocratização, e tomou força após a eleição do Partido dos Trabalhadores, intensificando-se com a campanha do então (hoje presidente) candidato Jair Bolsonaro.

baseado na destruição massiva através dos massacres de aldeias, dos bombardeamentos intensivos com bombas de fósforo branco e *napalm*<sup>99</sup>) vai movimentar toda uma indústria militar/policial e de segurança privada em todo o mundo, sendo que muitas vezes esses termos (militar e policial) vão se fundir em uma única forma de controlar as enormes massas de “inimigos” construídos.

A forma de condução, esse processo de fusão é definido por Graham como uma “policialização das forças militares” e uma “militarização da polícia”, ele afirma ainda que:

Os militares cada vez mais fazem uso de espaços urbanos domésticos, assim como os grandes departamentos de polícia urbana, como o de Nova York, constroem cadeias globais de escritórios nas grandes cidades de outras nações soberanas para lidar com as circulações transnacionais. ‘O policiamento de alta intensidade’ e a ‘guerra de baixa intensidade’ ameaçam se fundir, desafiando as restrições legais históricas ao uso de força militar dentro das nações ocidentais. (2016, p. 165).

Essa posição também já era defendida por Moraes (2006) em um debate sobre as formas de políticas públicas no Brasil, afirmando que:

Como parte do processo de criminalização da marginalidade (Coelho, 1978), a produção do medo por intermédio da estigmatização e satanização dos jovens – principalmente, negros, pobres e moradores de regiões periféricas – conta também com a existência de outros dois elementos articulados, a saber, a militarização da polícia e a policialização da sociedade. Além disso, observamos um aumento da violência contra os jovens, seja nos altos índices de mortes violentas, particularmente homicídios, seja no aumento das taxas de encarceramento de indivíduos advindos deste grupo social. Práticas que parecem ser as políticas públicas que efetivamente alcançam os jovens, considerando o declínio ou a precariedade de outras esferas da vida social, como o acesso ao trabalho ou os processos educativos presentes na escola. (2006, p. 2).

Moraes ainda reafirma esse argumento, conforme segue:

---

99 O fósforo branco é um agente químico incendiário, que inflama em contato com o oxigênio. O *Napalm*, também chamado de “fogo líquido”, ficou muito conhecido por ser utilizado em larga escala na Guerra do Vietnã, mas foi utilizado em inúmeros conflitos anteriores e é até hoje utilizado, com regras impostas pela Organização das Nações Unidas, de restrição para que não seja utilizado em “alvos civis”. Essa regra é uma grande falácia, tendo em vista as transformações que as guerras sofreram após a Segunda Guerra Mundial e que cada vez mais são guerras em ambientes urbanos, sendo que Israel admite ter usado bombas de fósforo branco durante a operação “chumbo fundido” contra civis palestinos (Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/exercito-de-israel-admite-uso-de-fosforo-branco-na-faixa-de-gaza-3060024> – Acesso em 03 de agosto de 2019).

Segue forte a militarização da sociedade e a policialização das políticas públicas, observável quando a polícia é chamada para resolver problemas sociais ou quando a retórica oficial repete ad nauseam: a polícia vai na frente e depois fazemos ocupação social. Discurso que não se sustenta uma vez que a polícia entra e a ocupação social fica sempre para depois, isto é, quando a polícia também não se vai. O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) é um grande exemplo desta policialização militarizada do governo dos (contra) os pobres. As famosas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e suas caricaturas paranaenses, as Unidades Paraná Seguro (UPSS), também figuram como bons exemplos da policialização, além de outros casos menos glamourosos como a Patrulha Escolar e o Programa de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), este cópia de um programa norte-americano alvo de muitas críticas no tocante a sua eficácia no seu país de origem os EUA. (2012, não p.).

Esse processo não é novo, ele se consolidar após a redemocratização no Brasil, ainda que a Constituição Federal de 1988 não tenha rompido com o modelo anterior de segurança pública após a proclamação da República em 1889. Essa ideia de um novo protagonismo militar no campo da segurança pública se torna mais forte com o golpe de 1964, que consolidou a presença das polícias militares no policiamento ostensivo, militarizando definitivamente a polícia.

Ainda que as instituições policiais devam ter unidades com capacidades de conter ações criminosas de sequestros, situações com reféns e mesmo situações de controle de tumultos, o que chama a atenção, em vários países, é a transformação de unidades de policiamento comum em “unidades especiais”, sejam elas quais forem.

Essa é a lógica do policiamento como um todo no Brasil, dando sempre prioridade aos grupos especiais e deixando de lado o policial que atende a população diretamente.

Aqui, é necessário fazer uma observação no tocante à delimitação histórica desse processo, uma vez que as instituições militares, no Brasil, sempre estiveram vinculadas aos processos decisórios, atuando intensamente na vida política do país e que não seria diferente no campo da segurança pública, sendo que não se observa na história de formação da nossa sociedade, algum período histórico de separação definitiva das forças policiais das forças militares, sendo muito tênue a linha entre uma e outra.

Não iremos apresentar nesta tese uma história da polícia no Brasil, uma vez que inúmeros pesquisadores já trataram desse tema em teses, dissertações e artigos científicos de diversas áreas do conhecimento acadêmico. Para que o leitor possa ter uma visão mais histórica da formação das instituições policiais no Brasil, ver

Fernandes (1974 e 1989); Holloway (1997); Bretas (1997); Caldeira (2000); Carvalho (2001); Bordin (2004); Battibugli (2010), dentre inúmeros outros.

A herança militarizada das polícias brasileiras é citada por Prado Júnior (2011); Cotta (2012); Leal (2012), dentre inúmeros outros. Esses autores trabalham com a perspectiva da influência portuguesa no modelo policial brasileiro. Essa formação também passa por todo o processo de justiça criminal, mantendo o modelo inquisitório sem sofrer grandes mudanças ao longo do tempo.

A esse processo histórico de desenvolvimento das instituições policiais brasileiras, temos a inserção de uma missão francesa de treinamento que atuou na Força Pública de São Paulo, em 1905<sup>100</sup>. Porém, para André Rosemberg, o contorno militarizado da polícia paulista é o ano de 1901, afirmando que:

As datas que delimitam este trabalho informam o momento em que a polícia, principalmente sua seção militarizada e ostensiva (o Corpo Policial Permanente), assume a primazia do controle social formal (1870), abocanhando a maior parte dos recursos materiais e pessoais disponíveis; e, 1901, o ano em que a polícia militarizada, doravante denominada de Força Pública, ganha contornos organizacionais definitivos, tomando para si o comando formal das outras instituições policiais existentes – a Brigada Policial, a Guarda Cívica da Capital, o Corpo Policial do Interior e o Corpo de Bombeiros – e pondo termo às várias experiências organizacionais que marcaram o primeiro decênio republicano. (2012, p. 354).

Essa afirmação já denota o processo histórico da militarização das instituições policiais no Brasil, mesmo a instituição policial civil, nesse período, denominado Corpo Policial Permanente, possuía chefias de origens militares e que Rosemberg reitera:

---

<sup>100</sup> As missões francesas aconteceram em diversos países da América Latina. No Brasil, após a Força Pública paulista, o Exército solicitou uma missão similar somente em 1919. Esse processo de contratação de uma missão militar para treinar a Força Pública de São Paulo gerou muitas reclamações por parte das forças militares federais, pois não era visto com bons olhos pelo governo central que os Estados possuísem tropas “policiais” com capacidade de enfrentamento em uma guerra convencional (ARAÚJO, [20--]). As polícias estaduais podiam ter unidades de artilharia, cavalaria e até mesmo unidades de aviação. Somente em 1931 é que um decreto federal (Decreto n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, do Código dos Interventores) vai proibir que as forças estaduais tenham unidades de artilharia e aviação, mantendo inclusive restrições ao montante de munições em relação ao Exército, nunca ultrapassando este último (Leal, 2012, p. 315). Essa restrição aos equipamentos das polícias militares aconteceu durante o governo provisório de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930.

A cúpula de comando, o Estado maior, era quase inteiramente composta por oficiais do Exército. A polícia local e a Companhia de Urbanos, por sua vez, estavam atreladas ao chefe de polícia, função assentada no topo da hierarquia da polícia judiciária. Essa configuração se manteve até 1891, quando as oito companhias que formavam o CPP e mais a companhia de Urbanos foram transformadas em cinco batalhões, todos sob os auspícios de um comandante geral militar. (2012, p. 357).

Mesmo que algumas alterações legais tenham acontecido, as Constituições Federais, após a Proclamação da República, não foram capazes de alterar as instituições policiais ao longo da formação da nossa sociedade, mantendo um modelo militarizado e que, cada vez mais, intensifica nos dias de hoje e nem os poucos períodos de democracia foram capazes de buscar alternativas ao modelo policial/militar.

O exemplo mais claro desse processo histórico de vinculação das instituições policiais com os militares é o caso da convocação das tropas das polícias estaduais para atuar nos conflitos bélicos que surgiram durante a República no território nacional (e na época do Império, na Guerra do Paraguai<sup>101</sup>).

A Guerra de Canudos, do Contestado, as Revoluções de 1924, 1930 e 1932, bem como a repressão aos processos contestatórios do governo central, como a Intentona Comunista de 1935, tiveram intensa participação das polícias militares (ou forças públicas estaduais).

Outro exemplo foi a convocação de Guardas Civis (uma instituição policial civil) da cidade de São Paulo para servir como *Military Police* da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

A Guarda Civil forneceu um total de 44 guardas-civis (TELHADA, 2001), que atuaram no conflito (sendo que o exército forneceu apenas 19 militares). Esse episódio é considerado como o surgimento da Polícia do Exército Brasileiro e demonstra bem que as relações entre as instituições policiais e militares e a manutenção de um processo não se desvincula posteriormente, muito pelo contrário, intensifica-se, gerando o que definimos por hipermilitarização, inclusive da criminalidade, que é tratado no próximo capítulo.

Essa histórica relação entre as forças militares, como já afirmado anteriormente, não deixa de existir mesmo nos poucos períodos democráticos que o

---

<sup>101</sup> W. R. Moraes afirma que “577 policiais de um contingente total de 6504 soldados paulistas” (ANO *apud* ROSEMBERG, 2012, p. 357) estiveram envolvidos na Guerra do Paraguai.

país vivenciou e vai gerar influências para além dessas instituições, especialmente após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988. As décadas de 1970/80 são marcadas por um aumento da criminalidade urbana de forma exponencial, sendo bem definida por Sérgio Adorno:

Desde meados da década de 1970, vem-se exacerbando, no Brasil, o sentimento de medo e insegurança. Não parece infundado esse sentimento. As estatísticas oficiais de criminalidade indicam, a partir dessa década, a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Crescem mais rápido os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os seqüestros, os estupros. Esse crescimento veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões de criminalidade individual bem como no perfil das pessoas envolvidas com a delinquência. (2002, p. 1).

Esse processo de alta criminalidade urbana (Figura 5) se mantém durante as décadas de 1980/90 (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 374) e vai estimular a manutenção do modelo anterior (o modelo militarizado de polícia, intensificado pela ditadura de 1964).

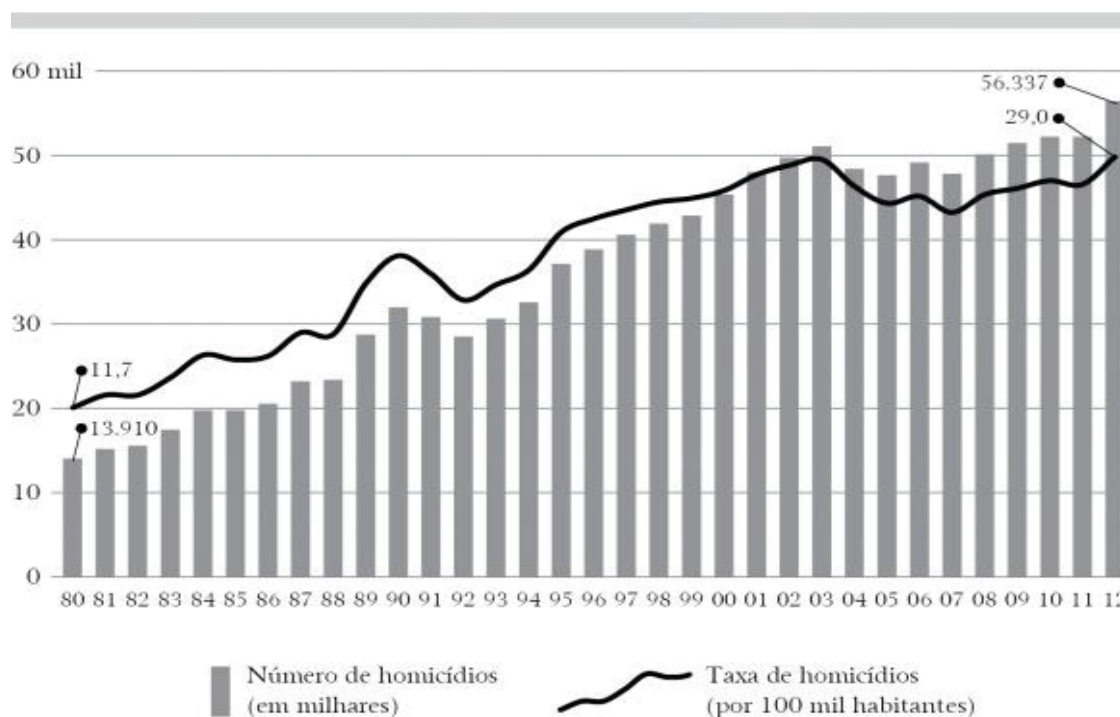
A formação da Assembleia Nacional Constituinte foi marcada pelo intenso *lobby*<sup>102</sup> em torno de várias questões econômicas e sociais e que não foram suficientes para mudar a imensa desigualdade social no país.

---

<sup>102</sup> Para um melhor entendimento do intenso *lobby* das forças conservadoras do antigo *status quo* que atuaram na Assembleia Nacional Constituinte, ver René Dreifuss (1989).



Figura 4 – Número e taxas de homicídios no Brasil (1980 -2012)



Fonte: Zilli (2015)

O crescimento da violência não ficou restrito ao meio urbano nesse período, sendo que a transição democrática manteve o medo de que uma possível reforma agrária acabasse com os grandes latifúndios, promovendo a organização de grupos armados de fazendeiros ligados a União Democrática Ruralista (UDR), conforme descrito por Dreifuss:

No marco da violência organizada, um episódio chamou a atenção. O nome da entidade e de alguns fazendeiros de Presidente Venceslau, em São Paulo, a ela ligados, foram envolvidos nas averiguações da Polícia Federal a respeito do contrabando de seis toneladas de armamentos e da presença de oito mercenários norte-americanos, todos veteranos da Guerra do Vietnã, no rebocador Nobistor, que saíra da Argentina com destino a Gana. A vinculação com os fazendeiros foi constatada pelas ligações telefônicas que dois oficiais reformados da Marinha Mercante argentina, representantes da empresa proprietária do rebocador fizeram para Presidente Venceslau e Santo Amaro. Roosevelt Roque dos Santos negou que a UDR tivesse 'interesse em comprar armas ou formar milícias' embora admitisse que proprietários rurais insatisfeitos com o encaminhamento da reforma agrária pudessem 'até ter adquirido algum armamento para defender as suas propriedades'. (1989, p. 76).

A relação entre a hipermilitarização e a questão da violência rural é simbiótica, sendo que as forças militares atuam sempre em defesa da propriedade privada de grandes latifundiários e que acaba resultando em índices de violência letal (muitas vezes por parte das forças policiais) nas áreas rurais contra os trabalhadores rurais

que estão numa posição de inferioridade com relação ao “poder” do Estado e dos fazendeiros (Figura 4 e 5). César Barreira descreve a situação de conflitos no campo como:

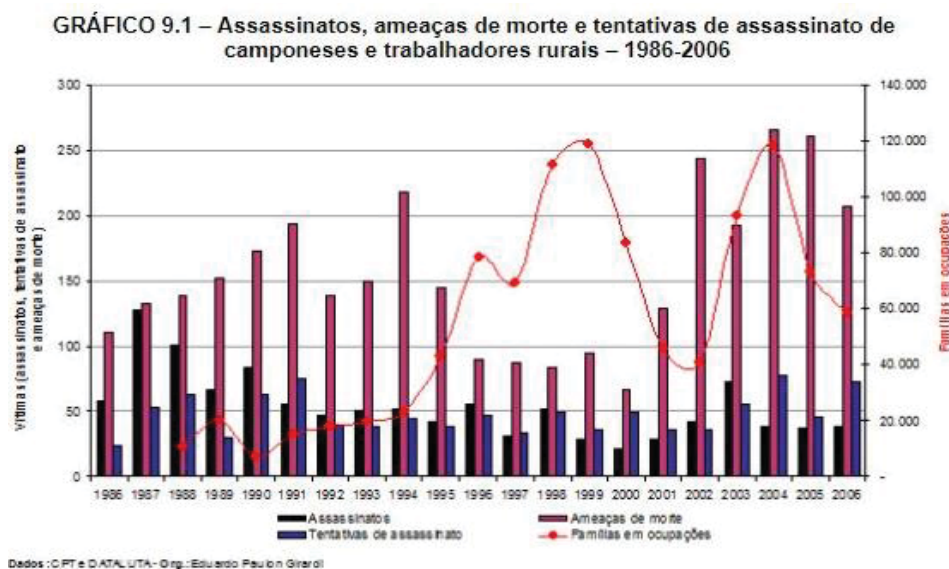
Na história sociopolítica brasileira, principalmente das áreas rurais, aparece claramente a versão de uma sociedade conflituosa, permeada de confrontos entre famílias, lutas por terra e disputas pela representação política. Podemos dizer que havia ou que há uma certa aceitação e uma demonstração de simpatia pelas resoluções violentas de conflitos, uma benevolência sobre os crimes de honra, uma tolerância sobre a atuação dos pistoleiros ou jagunços e uma indiferença sobre os massacres e assassinatos de trabalhadores rurais. Os valores de vingança, valentia e coragem têm uma boa base de legitimidade social, tendo como corolário a onipotência e impunidade dos grandes proprietários de terra. (1999, p. 136).

Essa situação ainda não foi alterada, tendo em vista a continuidade do problema da violência nas áreas rurais e da existência de milícias armadas a serviço dos grandes proprietários de terras, sempre com a possível participação de policiais militares<sup>103</sup>. Essa relação entre “militares” e o grande latifúndio é um dos processos que consideramos também como hipermilitarização. Nesse sentido verifica-se uma íntima relação entre a questão da militarização da segurança pública (a vinculação extrema com o Exército) com a questão da violência no campo e também nas áreas urbanas, constantemente vinculadas à defesa de “territórios” privados contra os “inimigos”.

---

<sup>103</sup> Diversos casos da participação de policiais militares em milícias que atuam em defesa de grandes latifúndios estão relatados na imprensa. No Paraná, por exemplo, um coronel da PM e mais cinco policiais militares (e ex-policiais militares) de outras graduações foram presos pela Polícia Federal em 2005. (TERRA DE DIREITOS, 2005). Essa situação de violência no campo também afeta as comunidades tradicionais (AVENDAÑO, 2018). A situação da violência no campo não apresenta indicadores de que diminuirá, levando em conta a guinada à direita que a sociedade brasileira aceitou após as manifestações de julho de 2013 e o golpe de 2016. Nesse sentido, o trabalho de Mitidieiro Junior e Feliciano (2018) pode ajudar a compreender a situação da violência no campo.

Figura 5 – Evolução dos assassinatos no campo



Fonte: Girardi ([20--])

Essa condição de manutenção de uma polícia com uma forte tendência “guerreira”, instrumentalizada para o “combate ao crime” está ligada a manutenção da condição de submissão das polícias militares estaduais ao Exército Brasileiro, foi marcada também pelo intenso *lobby*, que resultou na manutenção da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM)<sup>104</sup>.

<sup>104</sup> **Histórico da IGPM:** 1. A Inspeção-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM) foi criada pelo Decreto-Lei nº 317, de 13 março de 1967, subordinada ao Departamento-Geral do Pessoal, em nível de Diretoria, quando foi criado o cargo de Inspetor-Geral das Polícias Militares, a ser exercido por um General de Brigada.

2. O Decreto-Lei nº 667, de 2 Julho de 1969 (modificado pelos Decretos nº 1406 e 2010 de 24 de junho de 1975 e 12 de janeiro de 1983, respectivamente), revogou o Decreto-Lei nº 317 acima citado e reorganizou as PM e os CBM, fazendo com que a IGPM integrasse o Estado-Maior do Exército (EME), subordinando-a no mesmo nível das demais Subchefias. Cargo de Inspetor-Geral exercido por um General de Brigada (?).

3. Em 1982, a Inspeção perdeu a condição de subchefia, passando a constituir-se em uma Seção da 1ª Subchefia do EME. A partir de 1982, até 1990 e pelo Decreto nº 87.426, de 27 de Julho de 1982, um dos Subchefes do EME exerceu também o cargo de Inspetor-Geral das Polícias Militares.

4. Atendendo a um anseio das Polícias Militares (PM) e dos Corpos de Bombeiros Militares (CBM), naquela ocasião, o Senhor Ministro do Exército propôs ao Presidente da República (que foi aprovado) um Decreto em que a IGPM retornou à situação de Subchefia, ainda subordinada ao EME, ou seja, tendo à frente um Oficial-General (Decreto nº 99.403, de 19 de julho de 1990, prevê cargo privativo de General de Divisão ou General de Brigada Inspetor-Geral das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares).

5. A Portaria Ministerial nº 067- Res, de 12 de dezembro de 1990, organizou o Comando de Operações Terrestres (COTER) e a IGPM passou a ser subordinada ao mesmo, a partir de 1º de abril de 1991.

6. Em 1993, o COTER passou por duas reorganizações (Portarias Ministeriais nº 002-Res, de 27 de janeiro de 1993, e nº 051- Res, de 17 de agosto de 1993, mantendo-se nas duas ocasiões a IGPM em sua constituição.

7. Em 19 de junho de 1998, por intermédio do Ofício nº 284-Gab/Seç PM, o Comandante de Operações Terrestres (Cmt Op Ter) solicitou ao Senhor Chefe do EME a supressão e a descentralização de algumas das atribuições da IGPM, tendo em vista desobrigar o COTER de encargos não atinentes à sua missão precípua.

Eliézer Rizzo de Oliveira define bem essa relação entre as Polícias Militares ao Exército, resultado do intenso *lobby* dos militares federais na Assembleia Nacional Constituinte, conforme segue:

Na hipótese de coordenar e submeter o conjunto das Polícias Militares estaduais através do Exército, as Forças Armadas desempenhariam potencialmente a função de *polícia nacional* que o Estado brasileiro jamais criou efetivamente. (1994, p. 137, grifo do autor).

Essa afirmação de Oliveira é atual, tendo em vista as constantes participações das Forças Armadas em ações de segurança pública e também da primeira intervenção federal (convocada legalmente pelo ex-presidente Temer em 2018). Hoje a Força Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça teria essa função de “polícia federal fardada ou de uma guarda nacional”, porém em nosso entendimento, ela apenas faz parte do conjunto de ações midiáticas que não resolvem o problema efetivamente.

Para Nilson Borges Filho, a subordinação ao Exército Brasileiro, através da IGPM, seria um fator de militarização das Polícias Militares, afirmando que:

---

8. Em 22 de setembro de 1998, por intermédio do Ofício nº 674 – SDPE-1, o Senhor Chefe do EME informou ao Cmt Op Ter que o Estado-Maior do Exército havia aprovado a supressão e a descentralização das atividades da IGPM propostas, sendo que o COTER (deveria) coordenar com os demais órgãos envolvidos as providências decorrentes.

9. Em 06 de dezembro de 1998, entretanto, por intermédio do Ofício nº 761 SDPE-1, o Senhor Chefe do EME informou ao Cmt Op Ter que, em virtude das dificuldades encontradas por parte dos órgãos envolvidos na descentralização das atividades da IGPM, a pretendida transferência dos encargos deveria aguardar melhor oportunidade.

10. Na ocasião a IGPM passou a ser uma Seção da 2ª Subchefia (Emprego da Força Terrestre) do COTER, chefiada por um Coronel do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA).

**ATUALMENTE:**

Com a criação da 3ª Subchefia do COTER, por intermédio da Portaria nº 160-EME-Res, de 22 de agosto de 2005, a IGPM passou a ser uma Divisão da mesma, mantendo a sua estrutura com 2 (duas) Seções: a 1ª, desenvolvendo atividades de acompanhamento e controle da organização, dos efetivos, da legislação e das atividades de integrantes das PM e dos CBM em missão de paz da Organização das Nações Unidas; e a 2ª, controlando o material bélico, analisando as solicitações de aquisições de produtos controlados e (atualizando os dados referentes à mobilização), com vista ao emprego na defesa da Pátria daquelas Corporações, de acordo com o que é preconizado pela Constituição Federal de 1988. A Portaria Normativa nº 636/MD, de 30 de março de 2011, do Ministério da Defesa, prevê um Oficial-General para o cargo de 3º Subchefe do Comando de Operações Terrestres e Inspetor-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. (COTER, 2017).

A militarização das PPMM atingiu um nível tal que, hoje, elas estão subordinadas à Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado Maior do Exército, que desenvolve o controle e a coordenação das suas funções com tal eficiência que já existe uma doutrina bastante estruturada de organização e emprego das PPMM em todo o território nacional, com padronização de condutas, equipamentos, armamentos, legislação básica, regulamentos e manuais técnicos. (1989, p. 4).

A afirmação acima já norteia o processo de hipermilitarização, sendo que uma instituição policial militarizada sendo fiscalizada e conduzida pelo exército, e que ainda se mantém, salvo com algumas modificações temporais, mas que de forma geral não afetam as relações institucionais.

Essa relação entre as polícias militares e o Exército é responsável também pelo crescimento das forças privadas de segurança no Brasil, segundo Caldeira:

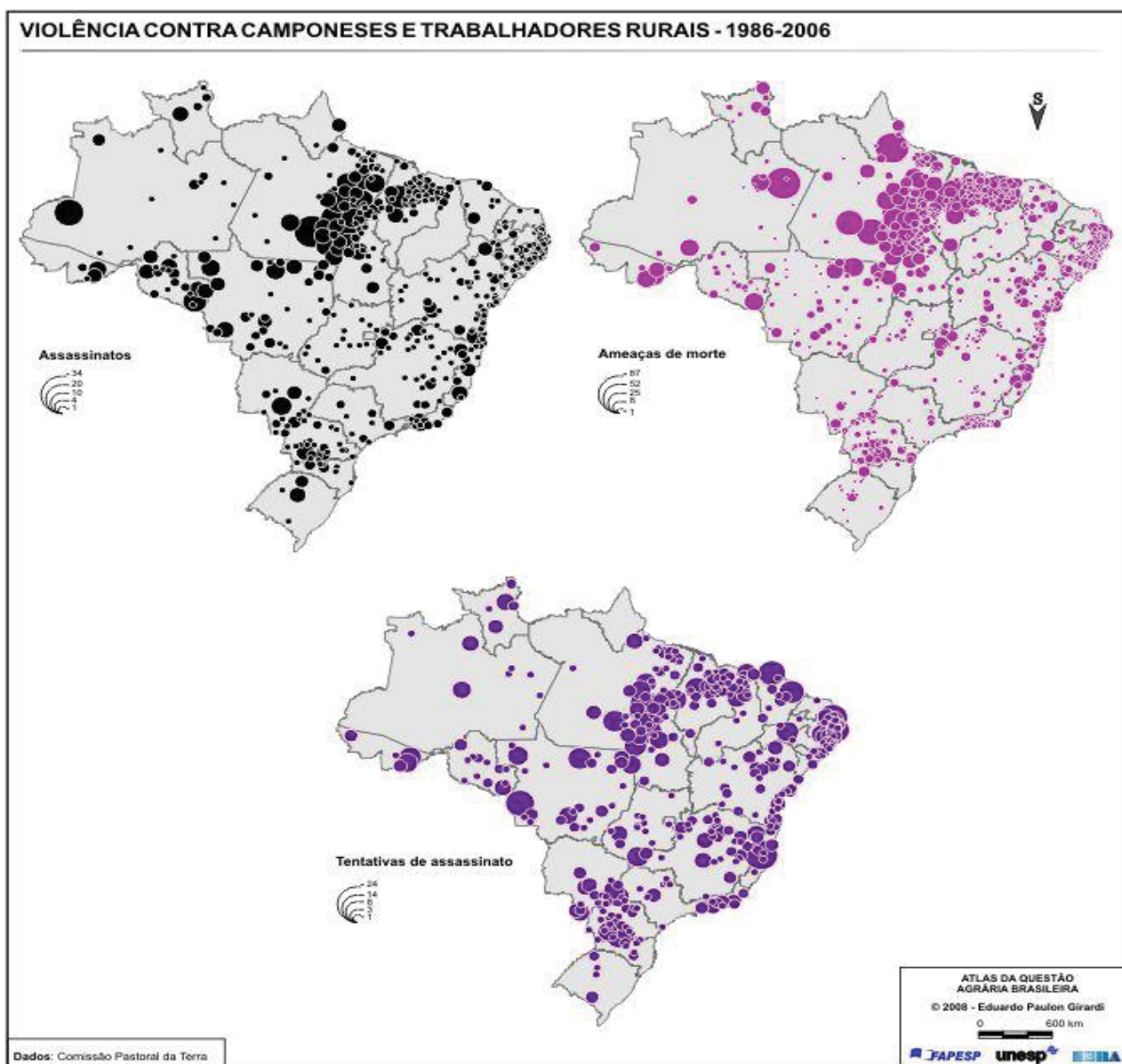
A história da segurança privada no Brasil começa de uma forma peculiar: como um produto do Estado militar. Um mês depois da promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1969, o Decreto Federal 1.034 (21 de outubro de 1969) estabeleceu que os serviços de segurança privada eram obrigatórios para instituições financeiras, principalmente bancos. Esse decreto foi contemporâneo da criação tanto da polícia militar quanto da Rota, e fazia parte dos esforços do governo para enfrentar assaltos terroristas a bancos. O fato de os serviços de segurança terem se tornado obrigatórios gerou um considerável mercado para esses serviços de um dia para o outro, um mercado que desde então só tem se expandido. (2000, p. 196).

É interessante ainda destacar que as empresas de limpeza foram chamadas para atender essa demanda, como afirma novamente a autora:

Inicialmente, a demanda veio dos bancos, e freqüentemente foi satisfeita por empresas que já lhes prestavam outros serviços. O caso do Banco do Brasil é típico. Em São Paulo, esse banco solicitou à empresa que fornecia os serviços de limpeza para que também lhe prestasse serviços de segurança. A Pires Serviços de Segurança Ltda., criada como resposta a esse pedido, é hoje a maior empresa de segurança privada no estado de São Paulo, empregando 10 mil vigilantes (em 1996). (CALDEIRA, 2000, p. 196).



Figura 6 – Distribuição da violência no campo



Fonte: Zilli ([20--])

Esse modelo de privatização da segurança pública se mantém até os dias de hoje, e é responsável pelo atendimento de uma crescente demanda nessa área, que atualmente começa a expandir seus serviços para áreas externas de seus clientes, como a utilização de vigilantes nas ruas próximas à entrada de alunos de instituições privadas de ensino e no seu entorno, que sendo uma via pública, deveria estar sendo “patrulhada” pelas forças de segurança do Estado. Francisco de Souza explica que a relação entre a segurança privada e a militarização da segurança pública:

É importante notar que a privatização da segurança não é uma exceção à militarização, é, ao contrário, parte da tendência de disseminação das armas e do modelo da guerra ao inimigo interno, que envolve tanto o uso da força como os mecanismos de gestão de ricos. Neste sentido, a gestão militar da segurança investe de forma territorial sobre o espaço urbano, quer como forma de gestão, quer como mecanismo de enfraquecimento do inimigo. (2015, p. 1 ).

Esse segmento ainda é responsável pela geração de um alto número de empregos em todo o país, com uma força superior à das forças policiais e do Exército (BOM DIA BRASIL, 2014).

Caldeira (2000) divide a regulamentação das forças privadas de segurança em três fases, iniciando em 1969 com o aumento da repressão política e se estendendo até 1983, o que podemos deduzir é que essa regulamentação está vinculada ao processo de intensificação da militarização do policiamento ostensivo e, consequentemente, transmite esse processo para esses trabalhadores. Essa é a fase inicial, conforme destaca a autora, com a regulamentação do “Decreto 1.034, a definição da forma que os serviços deveriam assumir era vaga.” (2000, p. 196).

O processo de verificação de antecedentes era um dos pré-requisitos, inclusive com a ajuda do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, ficando com as polícias estaduais a responsabilidade pelos treinamentos e fiscalizações (Caldeira, 2000, p. 197).

De 1983 até 1995, a autora destaca a modificação no tocante ao treinamento e a fiscalização, sendo que o primeiro ficaria a cargo de empresas privadas de treinamento e a segunda sob responsabilidade da Polícia Federal, sendo que a estrutura de fiscalização era (e é até hoje) pequena (CALDEIRA, 2000, p. 197). A terceira fase, destacada pela autora, acontece pela exigência de um certificado de curso de vigilante em empresas privadas de treinamento com registro na Polícia Federal (2000, p. 197).

Nesse sentido podemos pensar que, num contexto de uma recém-instalada ditadura militar, que ao mesmo tempo em que militarizou o policiamento ostensivo, também criou condições para a criação dos serviços de segurança, militarizando esse novo segmento de prestação de serviços, que visava proteger as instituições financeiras de roubos praticados por grupos organizados que pretendiam depor a ditadura militar instalada.

Em um segundo momento, o processo de militarização (e também um processo de policialização) ocorre pela constante participação de militares (sejam das



Forças Armadas ou das Polícias Militares) em seus quadros de funcionários<sup>105</sup>, sejam como instrutores<sup>106</sup>, sejam como sócios minoritários (a legislação não permite a participação de militares como sócios majoritários em qualquer empresa).

As relações entre policiais e as empresas de segurança privada também ficaram evidentes no caso, amplamente divulgado pela mídia, de um jovem torturado por dois seguranças de um mercado na zona sul da cidade de São Paulo. O jovem negro tentou furtar algumas barras de chocolate, ele foi levado a uma sala, amarrado e chicoteado por dois seguranças negros<sup>107</sup>, que trabalhavam para uma empresa que é de propriedade de uma companheira de um policial militar aposentado (STABILE; MENDONÇA, 2019).

Essa situação está historicamente consolidada em nossa sociedade, mais ainda no campo da segurança pública, mantendo viva a herança do nosso período escravocrata (Figura 6). Relações essas que se avivam em um ambiente social hipermilitarizado como é a nossa sociedade e com grupos que cada vez mais se direcionam para a extrema-direita.

Nesse sentido, a hipermilitarização das polícias (e da sociedade brasileira de uma forma geral) se amplia e vai encontrar o fértil terreno na polarização política que surge nos mandatos do Partido dos Trabalhadores, a partir do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Veremos na seção a seguir, que a manutenção do status quo de militarização da segurança pública permitiu um espaço ainda maior para a hipermilitarização desse processo.

---

<sup>105</sup> Para uma visão da relação entre policiais e empresas de segurança privadas, ver Zanetic (2010) e também a reportagem de Barcelos e Barros (2017).

<sup>106</sup> Em 2006, tive a oportunidade de ministrar algumas aulas em uma empresa que oferta cursos para vigilantes, e pude observar que, tendo muitos professores com treinamento militar (policiais e bombeiros militares e também reservistas das forças armadas), a tendência era muito grande de haverem algumas situações características de uma unidade militar, porém o que mais chamou a minha atenção foi um instrutor, que sendo civil, tinha um comportamento extremamente “militar”, usando roupas com características militares e inclusive com um discurso militarizado.

<sup>107</sup> Essa situação é tipicamente histórica no Brasil. No período escravocrata, existia a figura do “capitão do mato”, um negro, com uma função de baixíssimo prestígio social, que era a de perseguir escravos fugidos. Essa posição social era ocupada por escravos libertos muito próximos ao senhor de engenho.

Figura 7 – “Todos negros” – Prêmio Esso de fotografia de 1983



Fonte: Mourier (1982)

### 2.2.2 FORÇAS ARMADAS COM PODER DE POLÍCIA (HIPERPOLICIALIZAÇÃO?)

A atuação das forças armadas na esfera da segurança pública não é novidade em diversos países ao redor do planeta. O que chama a atenção é o fato de que essa participação tem se tornado cada vez mais intensa, mesmo em países que possuem democracias consolidadas, como nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, isso em razão dos crescentes conflitos étnicos, o medo de ataques terroristas e da crescente onda de imigração de países em conflitos bélicos.

Essas questões acabam sendo colocadas nas pautas dos governos como assuntos que devem estar nas mãos dos militares e esse processo acaba por passar pela segurança pública e que impacta na produção de estratégias militares para a contenção de problemas de segurança pública, por exemplo, da utilização das forças armadas, inclusive tanques de guerra, para conter um protesto próximo à Washington, por um bônus financeiro para veteranos da Primeira Guerra Mundial nos Estados Unidos, em 1932. (BALKO, 2013, p. 37).

Essa forma de agir, utilizando-se de forças militares para a contenção de populares também não é nenhuma novidade histórica e, em determinados momentos, o discurso pela militarização da segurança pública torna-se mais evidente. Nos países latino-americanos, em especial o Brasil, podemos encontrar uma enorme variedade de modelos de inserção das forças militares de diversos países no campo da segurança pública, como os Carabineiros do Chile (tropa policial militar federal); a Polícia Nacional Colombiana, a Guarda Nacional Bolivariana e a Gendarmeria Nacional Argentina, só para termos alguns exemplos próximos.

Nesse aspecto, é mais visível o aspecto militar das polícias como um todo, tendo países com modelos apenas militarizados ou modelos mistos. Nesse caso pode-se afirmar que é um fato concreto em nossa sociedade a influência militar na segurança pública, porém o que chama a atenção no momento é a intensificação desse processo no período democrático, ainda que os militares brasileiros tenham conseguido se manter como uma força ativa nos governos considerados democráticos após 1988.

Os governos posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, viveram sob a tutela dos militares (ZAVERRUCHA, 1994; 2000; 2005), não conseguindo manter as esferas de comando nas mãos dos civis, mesmo depois da criação do Ministério da Defesa.

Essa tutela dos militares, em diversos assuntos do país, não vai ser modificada após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT) ao cargo de presidente da República, sendo que as forças armadas foram brindadas com inúmeros projetos de modernização, por exemplo, a compra de um projeto de submarino nuclear (de desenho francês) para a Marinha (além de outras unidades convencionais); o início da modernização da frota de carros blindados do Exército através do projeto Guarani<sup>108</sup>, da compra do projeto do caça de combate Gripen sueco, do desenvolvimento e construção de um avião para transporte de cargas, de tropas aerotransportadas e lançamento de paraquedistas, todos esses projetos com previsão de transferência de tecnologia.

Em termos financeiros, de 2003 até 2010, período que compreende os dois mandatos do ex-presidente Lula, o orçamento da defesa saltou de 25,9 bilhões para

---

<sup>108</sup> Esse projeto tem origem italiana. Também foram comprados carros usados de combate, de origem alemã, do tipo Leopard e antiaéreo Gepard.

59,9 bilhões de Reais (ALMEIDA, 2015, p. 34), demonstrando uma preocupação com as forças militares federais.

Nessa direção, pode-se inferir que mesmo sendo um governo com tendências fortes de esquerda, o Partido dos Trabalhadores não deixou de agradar o status quo dos militares federais (nem o dos grandes grupos econômicos), fornecendo uma proposta de modernização tecnológica para as forças armadas. Outro ponto interessante nesse período é o de, existindo regras para a utilização dos militares federais em situações de crise, foi sancionada, pelo então presidente Lula, a Lei Complementar n. 117, de 2 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), garantindo o poder de polícia nas faixas de fronteiras. A situação é descrita por Francisco de Souza:

Em agosto de 2010, o governo do presidente Lula sancionou lei que atribui poder de polícia às Forças Armadas. Os militares poderão fazer atividades policiais como revistar pessoas, veículos, embarcações, bem como deter pessoas consideradas suspeitas em áreas de fronteira. Forças militares brasileiras têm desempenhado papel na estabilização social e política do Haiti, presença reforçada em razão do terremoto que assolou o país em janeiro de 2010. Essas forças expedicionárias receberam treinamento de guerrilha e luta urbana nas favelas do Rio de Janeiro. A população urbana do país clama por intervenção militar nos morros e favelas dominados pelo tráfico de drogas e assolados pela violência de traficantes, milicianos e policiais. É importante notar que a privatização da segurança não é uma exceção à militarização, é, ao contrário, parte da tendência de disseminação das armas e do modelo da guerra ao inimigo interno, que envolve tanto o uso da força como os mecanismos de gestão de ricos. Neste sentido, a gestão militar da segurança investe de forma territorial sobre o espaço urbano, quer como forma de gestão, quer como mecanismo de enfraquecimento do inimigo. (2015, p. 207).

Essas duas situações já demonstram que um governo de “esquerda” não iria buscar nenhum conflito com atores historicamente fortes no jogo do poder governamental, proporcionando ainda que as forças federais fossem utilizadas com frequência nos casos de greve das polícias militares estaduais, sendo que ocorreram 25 de 1992 até 2019, onde foram empregadas forças militares federais com base na Lei da Garantia da Ordem (BRASIL, c2019).

A utilização das forças armadas nas questões de segurança nunca foi consenso entre as diversas correntes políticas, porém os que estavam no plano mais inovador com relação às políticas de segurança também não recusaram o auxílio federal, no caso, o advogado Nilo Batista, que tem um histórico mais progressista sobre essas questões, acabou aceitando a ajuda das forças armadas, em um encontro com o então presidente Itamar Franco, em outubro de 1994 (SILVA; MAMMI, 2018),



e anteriormente, durante a Conferência sobre o Meio-Ambiente (ECO-92). Guerra (2016, p. 118) afirma que essa mistura entre Forças Armadas e polícia fez com que a sociedade civil ficasse distante da discussão sobre segurança pública.

Ainda assim, Nilo Batista não considerou uma intervenção federal<sup>109</sup> e fica claro que aquelas pessoas envolvidas em governos com uma posição menos repressora nas políticas de segurança pública, não possuem propostas muito diferentes dos grupos com tendências mais conservadoras.

---

<sup>109</sup> Sobre o período de Nilo Batista nas ações da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil descreve o seguinte: “Em outubro de 1990 foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, em chapa encabeçada pelo ex-governador Leonel Brizola, na legenda da Coligação Povo Unido, liderada pelo PDT e integrada também pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Além de assumir interinamente, em várias ocasiões, a chefia do Executivo fluminense, substituindo Brizola, acumulou o cargo de vice-governador com o de secretário da Justiça e da Polícia Civil, de 1991 a 1993. À frente da secretaria, coordenou -- juntamente com o prefeito do Rio, Marcelo Alencar, e com o apoio de forças do Exército -- as operações que garantiram a segurança da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Em outubro de 1994, declarou-se favorável a uma participação mais ativa do governo federal no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro. Afirmou que buscara essa parceria dois meses antes, através de solicitação formal ao presidente da República, Itamar Franco, para obtenção de ajuda na repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando de armas – lembrando, na ocasião, que o controle dessas atividades era atribuição do governo federal. Entretanto, declarou temer um aproveitamento político da situação e denunciou a existência de uma campanha em favor da criação artificial de fatos políticos em torno do problema da violência no estado, tendo em vista a proximidade das eleições estaduais e presidenciais. Atribuiu, também, a setores da polícia contrários à filosofia de segurança pública com proteção dos direitos humanos a promoção de atos violentos com vistas a desestabilizar seu governo.

Segundo noticiou a imprensa, na ocasião circulou no Palácio do Planalto, com importantes adesões, a proposta de decretação do estado de defesa no Estado do Rio. Com o estado de defesa, seriam suspensas garantias constitucionais como o direito de reunião e o sigilo telefônico, e as prisões poderiam ser efetuadas sem ordem judicial. A favor da decretação do estado de defesa posicionaram-se 27 dirigentes da seção carioca da OAB, políticos de vários partidos e diversos órgãos da imprensa. No dia 29 de outubro de 1994, o governador e o então ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, formalizaram um acordo político para uma ação conjunta entre forças federais e estaduais, com o fim de desbaratar quadrilhas ligadas ao narcotráfico e ao crime organizado que controlavam os morros cariocas. O acordo foi confirmado em encontro no dia 31 de outubro entre o governador e o presidente Itamar Franco, com a assinatura de um convênio de cooperação, com data-limite inicial fixada para 30 de dezembro. Evitou-se, desta forma, a decretação do estado de defesa. Em contrapartida, Nilo Batista aceitava entregar ao governo federal o comando das ações contra o tráfico de drogas e o contrabando de armas. Essa cooperação do governo federal com o governo do Rio de Janeiro no combate ao crime organizado ficou conhecida como Operação Rio. Segundo o estabelecido no convênio, as atividades de planejamento e coordenação e as ações da Secretaria Estadual de Justiça, das polícias Militar e Civil e da Defesa Civil estadual passariam a ser geridas por um órgão central, comandado por um oficial indicado pelo Comando Militar do Leste e cujo nome seria submetido ao governador e ao presidente da República. Ao Comando Militar do Leste seriam garantidos todos os poderes para investigar e sanear a estrutura policial fluminense, inclusive com a reestruturação de seus quadros, intervir na Polícia Federal e dispor da estrutura militar das Forças Armadas estabelecidas no estado. Segundo Nilo Batista, ao contrário do que avaliavam a imprensa e alguns setores políticos, a assinatura do convênio não representou uma intervenção das Forças Armadas no combate à criminalidade no estado – interpretação que, para ele, era parte da campanha que visava a desmerecer seu governo e afirmar uma imagem de colapso do poder público no Rio de Janeiro.” (FGV CPDOC, c2019).

Para Alves, os efeitos dessa política da intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro iriam impactar em outra área do Estado, destacando que:

Os efeitos dessa nova política de combate à criminalidade no Rio de Janeiro rapidamente se fariam sentir na Baixada. O mais visível seria a descoberta da região como um novo espaço para a expansão do tráfico de drogas sediado no Rio de Janeiro. Longe dos pontos turísticos da cidade maravilhosa e da opinião pública, já que os meios de comunicação, desde o início dos anos 90, tinham transformado as áreas da classe média carioca no epicentro jornalístico e “esquecido” a tradicional violência da Baixada. (2003, p. 167).

Como outro efeito dessa política equivocada, o autor também cita que:

À estrutura dos grupos de extermínio viria se juntar o promissor negócio do tráfico, disposto agora às margens do principal corredor de transporte da cocaína para o Rio de Janeiro, a rodovia Presidente Dutra, que corta toda a região. Distintos na sua forma de agir, tráfico e grupos de extermínio passariam a dividir os lucros e dividendos, sobretudo políticos, presentes na Baixada. (ALVES, 2003, p. 168)

Essa migração dos grupos de criminosos, decorrentes de ações de ocupação militar de determinados territórios da cidade do Rio de Janeiro, podem acontecer com maior intensidade logo após as ocupações, porém, segundo Monteiro, a dinâmica criminal da capital fluminense já produziria uma migração dos criminosos, conforme descrito:

Entretanto, fica claro a migração de traficantes faz parte da dinâmica do crime no Rio de Janeiro. Cabe frisar ainda que a indicação de que existem traficantes migrando para outras comunidades não implica que todos os traficantes migraram e que por isso a política de pacificação não afetou a incidência dos confrontos. Infelizmente, não é possível avaliar em que medida a política de pacificação reduziu o número de pessoas envolvidas com o tráfico, visto que isso requer informações sobre o universo de pessoas empregadas pelo tráfico antes e após as ocupações. (2013, p.19).

Essas ações, aliadas a outras posteriores, como a intervenção federal de 2018 e inúmeras intervenções em outras regiões do país, realizadas pelas forças armadas delineiam o processo de consolidação dos militares federais como uma espécie de polícia nacional, ainda que não atuem frequentemente e ao bel prazer dos generais (por enquanto), isso sem levar em consideração a experiência em campo, das forças brasileiras no Haiti sob o mandato da Organização das Nações Unidas, que proporcionou uma experiência inigualável em um ambiente similar aos das áreas

pobres do Brasil: intenso adensamento urbano, péssima qualidade dos serviços públicos e alta criminalidade.

A atuação das forças brasileiras no Haiti, não foi um modelo de total sucesso, pois mesmo estando no comando da missão de paz, não foi capaz de estabelecer protocolos de atuação em situações como as vivenciadas no país. A principal ação na capital haitiana foi um cerco para prender um líder de uma gangue (ZANINI, 2019), bloqueando completamente uma área mais pobre, em um cerco que posteriormente foi utilizado em diversas comunidades pobres no Rio de Janeiro, inclusive durante os grandes eventos esportivos privados que aconteceram no país.

A participação militar brasileira foi uma proposta defendida com muito fervor pelo governo do então presidente Lula, que tinha interesse, não declarado publicamente, em uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>110</sup>.

As ações brasileiras resultaram em muitas denúncias de abusos violações aos direitos humanos dos haitianos, sendo que o relatório final até hoje é mantido em sigilo.

Essa experiência em uma área conflagrada e com problemas sociais dos mais diversos proporcionou ao exército nacional o know-how necessário para a atuação como força policial militar federal em território brasileiro, em especial, nas ações que se sucederam na capital fluminense, em apoio ao projeto de expansão das Unidades de Polícia Pacificadora. Essas “ocupações militares” de áreas consideradas sob domínio de narcotraficantes e grupos armados, visava a manter áreas que comporiam um eixo na região dos eventos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas).

O projeto tinha por objetivo somente a participação das forças policiais estaduais, porém com a resistência de determinados grupos, as forças federais foram solicitadas a participar em uma grande operação no Complexo do Alemão.

Tropas federais da Marinha (Fuzileiros Navais) e do Exército, com o apoio de blindados anfíbios foram utilizadas para ocupar a região, em uma enorme operação

---

<sup>110</sup> Politicamente, a missão serviu para projetar a identidade do Brasil como uma potência regional capaz de exercer influência positiva em seu entorno. Já a pretensão — nunca completamente manifestada — de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, principal órgão de decisão geopolítica da ONU, nunca se realizou, independentemente da avaliação positiva em relação à atuação do governo brasileiro nos 13 anos da Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti). (CHARLEAUX, 2017).



de guerra. Diversas tropas envolvidas já tinham a experiência da missão no Haiti (VASCONCELLOS, 2011).

É claro que essas ações não tiveram uma efetividade, pois como toda ocupação militar tem um fim, os militares federais saem e com as mudanças no quadro político do estado e graves denúncias de corrupção, a situação voltou ao “normal”.

Posteriormente, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de uma “intervenção federal legal”, conforme descrito pelo Observatório da Intervenção:

Em 16 de fevereiro de 2018, o governo federal decretou uma intervenção na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Como interventor, foi designado um general do Exército, que passa a ter comando direto sobre as polícias estaduais e sobre a Secretaria de Administração Penitenciária até 31 de dezembro desse ano. A medida tem caráter de excepcionalidade em relação ao Estado de Direito e suscita dúvidas sobre sua constitucionalidade. Experiências anteriores no Rio de Janeiro e no Brasil mostram que iniciativas como essa não apenas são ineficazes, como resultam em graves violações de direitos, sobretudo de moradores de favelas e periferias. (CESEC, 2018, não p.).

Intervenção que não gerou resultados esperados, com pouquíssima ou nenhuma redução (CESEC, c2020) em diversos indicadores criminais, mas com um aumento na letalidade dos agentes do Estado e também na mortalidade desses funcionários. Além, é claro, de casos específicos como o assassinato da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson por milicianos, também o caso do motorista Evaldo dos Santos Rosa e do pedestre que tentou ajudar no momento, que foram mortos por uma patrulha do Exército, esta disparou mais de duas centenas de tiros, acertando 80 no carro.

Essa forma de agir, atirar sem ter certeza, por ter apenas suspeita de que alguém cometeu ou irá cometer algum crime, já evidencia uma íntima relação entre forças armadas e a forma de agir das polícias no Brasil, algo que nas forças armadas pode ser denominada de hiperpolicialização, ou seja, agir nos moldes das polícias brasileiras, e com todo o excesso possível. Francisco de Souza explica com sabedoria essa tênue linha divisória de competências:

Embora as competências institucionais da polícia e das Forças Armadas sejam claramente diferentes, as zonas de fronteira sempre existiram e continuam existindo nos dias atuais. A polícia tem o papel de manter a ordem pública e a paz social, trabalhando contra o crime e na gestão dos conflitos sociais de forma permanente e com vigilância constante. Mas o Exército, de outra forma, tem a função de manter a soberania contra a agressão e intervenção de um inimigo externo. Neste sentido, as duas instituições pretendem garantir o monopólio estatal da força física por meio do uso legal, autorizado e proporcional das armas. Entretanto, embora a autorização para o uso da força seja uma característica fundadora destas duas instituições, é importante ressaltar que a polícia é caracterizada pela ausência do uso sistemático da força enquanto o exército preconiza o uso da arma como instrumento dissuasório por excelência. Além do mais, a doutrina, o armamento, a instrução e o treinamento da polícia e do Exército são necessariamente distintos. A polícia não deveria aprender nem usar táticas de guerra, assim como o Exército não deveria ensinar ou usar técnicas de policiamento em contextos urbanos? Mas, em países como o Brasil, as competências policiais e militares não estão totalmente definidas. O país adotou um modelo de polícia que ainda está fortemente atrelado à defesa do Estado e não à defesa do cidadão. É um modelo híbrido no qual convivem uma polícia investigativa de caráter civil e uma polícia preventiva de caráter militar. (2005, p. 209).

Interessante notar que as ações, sejam das forças armadas, sejam das polícias (e guardas municipais), no caso de abordagens (pessoais ou de veículos), estão respaldadas em um artigo do código penal (244 do Código de Processo Penal)<sup>111</sup> que as permitem em casos de “fundada suspeita”. Porém após 1964 (cabe mencionar que o Código Penal é de 1941), essa prática se tornou comum nas atividades de policiamento ostensivo e acabou se materializando em uma ação corriqueira e normal nas forças de segurança brasileiras, e a “fundada suspeita” virou uma ação extremamente comum mesmo após a redemocratização.

Esse aspecto da utilização do código penal transformou as ações de polícia ostensiva em algo muito mais interessante para os governos, pois são ações que acabam gerando muito mais resultados políticos do que a investigação policial, pois esta pode demorar muito mais e que não apresenta resultados em curto prazo.

Um fato interessante é o de que as intervenções federais (sejam as determinadas legalmente pelo governo federal, ou as “corriqueiras”, realizadas nas urgências que o modelo de segurança pública brasileiro exige), proporcionaram um aumento na letalidade das organizações criminosas como um todo.

---

<sup>111</sup> “Artigo 244 – A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.” (BRASIL, 1941).

Nesse caso, outro fator que pode ser incluindo no círculo vicioso da violência é o de que as forças armadas doam, para as polícias estaduais, as armas que não tem mais utilização para suas atividades, ou até mesmo por tornarem-se obsoletas, o que pode influenciar e contribuir no aumento da hipermilitarização dessas forças policiais.

Por exemplo, dessa ação temos a doação de 100 fuzis do Exército para a Polícia Militar de Santa Catarina em 2019 (SOLDADO MALINVERNI, 2019); A Polícia Militar do Rio de Janeiro recebeu, das Forças Armadas, 9 mil fuzis automáticos leves também no ano de 2019 (AGÊNCIA BRASIL, 2019); sendo que no mesmo ano a Polícia Militar de Minas Gerais recebeu 450 fuzis (DEFESANET, 2019b); já a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (a Polícia Militar gaúcha) recebeu 15 fuzis destinados ao pelotões de operações especiais de Porto Alegre e região metropolitana (NOROESTE ONLINE, 2019). A Polícia Rodoviária Federal nos estados do Paraná e Santa Catarina também foi agraciada com a doação de fuzis e munições (REDAÇÃO COM PRF, 2018) do Exército Brasileiro.

Além dessas doações, as Forças Armadas fornecem treinamentos para a utilização desses armamentos e também para outros, considerados mais pesados e coletivos, como no caso do treinamento dos integrantes da Polícia Militar de São Paulo (G1, 2018), nesse caso das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota) e da Tropa de Choque, para fazer frente ao possível resgate de um integrante de uma facção criminosa que está preso em um presídio no interior do Estado.

Essas relações tênues entre a polícia e as forças militares federais, já bem descritas pelo Professor Francisco de Souza (2015), as doações de armamentos e o treinamento ministrado para uso de armas e técnicas de combate em guerras, e as intervenções federais (além de ações similares de ocupação das forças estaduais) conseguiram fomentar o surgimento de um fato social que pode ser denominado de militarização da criminalidade (que veremos na próxima seção), aumentando o poder de fogo desses grupos criminosos para fazer frente ao Estado, e no caso contrário, as milícias aproveitando da ocupação de outras áreas e expandindo seu poder criminoso sob a tutela estatal como força de reação aos traficantes.

Em resumo, a hiperpolicialização das forças armadas é baseada na transformação de sua atividade de defesa externa em atividade de polícia através de leis e regulamentos, constitucionais ou infraconstitucionais; na utilização cada vez mais intensa de tropas federais nas ações de policiamento ostensivo, seja em

intervenções federais, ou greves das polícias estaduais, na contenção de facções criminosas para que não cometam ações de guerrilhas visando a libertar outros integrantes ou mesmo obter lucro de forma ilícita, e a última característica, porém não menos importante, é o fluxo de treinamento entre as organizações militares federais e as polícias estaduais ou mesmo as guardas municipais.

### 2.2.3 A MILITARIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE

Ao buscar debater o tema da hipermilitarização das questões cotidianas e, dentre elas, a da segurança pública, faz com que se tenha que buscar subsídios para entender o ciclo da violência da sociedade brasileira. Se cada vez mais se observa que as políticas públicas buscam na esfera castrense o respaldo para manter o controle social perverso (MORAES, 2006), verifica-se cada vez mais um processo de militarização da criminalidade, que se consolida em virtude de um sistema de justiça criminal cada vez mais baseado na repressão e que segundo Souza:

De tal modo que o dispositivo drogas ilícitas tem um objetivo estratégico de controle populacional, contínuo à escravidão e gerador de novos caminhos e relações, a partir do encarceramento em massa, organização e militarização da criminalidade. (2019a, p. 198).

Souza<sup>112</sup> (2019b), em entrevista jornalística, declara que essa militarização da criminalidade vai ser também responsável pelo alto índice de mortalidade dos agentes públicos de segurança<sup>113</sup>, em um ciclo sem fim. Ainda que essa citação esteja colocada em uma reportagem, estabelecer alguns critérios teóricos para delimitar essa situação como um fato social se faz necessária e pretende melhor explicar nesse subcapítulo. Gomes da Silva, ao analisar a Guarda Municipal de Ponta Grossa, esboça uma ideia do conceito de hipermilitarização, descrevendo-a como:

---

<sup>112</sup> O mesmo autor, cita por duas vezes essa expressão em sua tese de doutorado na UFPR, porém também não explica o que é esse fato social, deixando um vazio metodológico nesse sentido.

<sup>113</sup> "Cresce o número de mortes em confrontos com a polícia no Paraná" – "Este processo, mapeado pelas pesquisas norte-americanas, causa também a militarização da criminalidade, que contribui para a letalidade e mortalidade policial", garante Souza. "Se os criminosos sabem que, se encontrarem um policial, eles morrerão, obviamente vão reagir pensando em matá-los." (SOUZA, 2019b).

Assim, verificasse que a hipermilitarização também envolve os pensamentos e ações militares, disciplina, corporal, espaços, símbolos, identidades masculinizadas, até mesmo o uso de propaganda política com o intuito de higienizar a violência, os quais são adquiridos pela interiorização das estruturas sociais [...](2019, p. 118).

O período anterior ao ano de 1964, que pode ser compreendido entre a instalação da indústria automotiva no país e o golpe militar de 1964, com o consequente aumento na circulação de veículos e também de roubos e furtos desses bens, promoveu a criação de inúmeras unidades de repressão a esses crimes, dentro da Polícia Civil de São Paulo (HUGGINS, 1998, p.159). Delimitado como um período pré-militarização da criminalidade, o modelo de policiamento se iniciava com quatro policiais em veículos tipo caminhonete, com metralhadoras, caçando criminosos, isso pode ter proporcionado uma ideia de não render-se por parte dos criminosos, sabendo que se fossem pegos, seriam mortos. Nesse período também surgem diversos grupos de extermínio no Rio de Janeiro e em São Paulo (HUGGINS, 1998, p. 159; 161).

A fase inicial dessa militarização da criminalidade pode ser delimitada entre o fim da ditadura militar iniciada em 1964, e a redemocratização, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, com o surgimento da organização criminosa Falange Vermelha, que buscou utilizar-se de um número maior de armas de fogo e também do controle territorial para o comércio ilegal de drogas.

Edmundo Campos Coelho (2005) explica a formação dessa dinâmica criminal no Rio de Janeiro, e chama a atenção para a denominação dada pela mídia ao grupo criminoso Falange Vermelha (COELHO, 2005, p. 340), sendo esse grupo denominado de *Leis de segurança*, em virtude da aplicação dessa lei pelo regime militar, e que designava aqueles detentos que tinham cometido algum crime enquadrado nessa lei, mas sem objetivos políticos, como era o caso do roubo a banco

Esse aspecto de formação de um grupo armado para controlar um determinado território já caracteriza uma forma de militarização, porém com o surgimento de inúmeros outros grupos de criminosos, o incremento por mais poder bélico se faz presente.

Aliado ainda ao fato da participação de políticos, por exemplo, na disputa por áreas da Baixada Fluminense (ALVES, 2003, p. 167), gerou também a formação de milícias, com a participação de agentes do estado (policiais militares, bombeiros, policiais civis e também ex-integrantes). Essa característica (milícias formadas por integrantes de organizações policiais/militares, ou mesmo ex-integrantes) é uma

característica identificadora da ocorrência da militarização da criminalidade como fato social.

Sobre o crescimento das milícias no Rio de Janeiro sob a convivência de inúmeros governos, Moraes e Bordin esclarecem que:

As milícias nasceram sob as bênçãos de importantes políticos cariocas. Por exemplo, o prefeito do Rio de Janeiro à época, César Maia, 35 do partido Democratas (DEM), as definiu como 'autodefesa comunitária' para livrar as favelas do tráfico e da violência,<sup>36</sup> assim como o político que o sucedeu, o deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Eduardo Paes. Acusado pelo próprio Maia de defender a 'polícia mineira',<sup>37</sup> Paes argumentou que seu discurso havia sido retirado do contexto, pois o que ele teria pretendido dizer era: '[...] se PMs e bombeiros, organizados como milícia, conseguem expulsar traficantes, o Estado pode recuperar sua soberania nessas áreas usando os policiais fardados e fazendo operações legalizadas com inteligência'. (2016, p. 294).

A promiscuidade com políticos e governantes e a dominação territorial é fundamental para esses grupos. Essa dominação do território por parte de grupos de criminosos (que é a primeira condição para que exista um processo de militarização da criminalidade) vai ser temporária<sup>114</sup> ao descrever formas de exércitos que podem “ser inseridas” em qualquer lugar a qualquer hora, mas no caso dos criminosos, a dominação será mais curta em virtude das disputas com outros grupos criminosos, inclusive milícias e também com as forças de segurança.

A existência de um território já caracteriza uma relação de poder e “antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 1984, p. 201), mesmo que seja um território de uma facção criminosa e sem “leis escritas”, fazendo valer a lei (não escrita) do mais forte e que se convencionou denominar de “estado paralelo”, e ainda que este subcapítulo não seja destinado a discutir esse tema (estado paralelo), vale mencionar que essa formação de territórios dominados por facções criminosas se constrói não pela falta do Estado legalmente constituído, mas sim pela “forma que o Estado se insere nesse sistema” (DIAS, 2013, p. 246).

Ainda que Dias esteja discutindo a dominação das prisões paulistas por uma facção criminosa, pode-se utilizar dessa afirmação para as regiões em que o Estado se faz presente com a polícia, ou numa visão distorcida, da presença de milícias, com intensa participação de agentes públicos de segurança. A presença desses grupos de

---

<sup>114</sup> Podendo ser denominada de *pop up*, nos mesmos moldes citados por Graham (2016, p. 75).

milicianos intimida até as forças de segurança, nesse caso, agentes da Força Nacional de Segurança Pública que foram alojados em um conjunto habitacional denominado Gardênia Azul, na Zona Oeste, em Jacarepaguá, para atuar nas Olimpíadas, em 2016. Nas palavras de um Soldado PM que esteve na Força Nacional e que ficou nesse condomínio, a situação era muito tensa, conforme segue:

É, o [...] é assim ó [...] nós ficamos isolado no tal da comunidade Gardênia Azul, que realmente é dominado por milícia, é dominado por milícia lá, e [...] mas é uma coisa [...] aquele Rio de Janeiro é uma coisa de louco, que Gardênia Azul é dominada por milícia, pode sair na favela duas horas da manhã e ficar contando 5 mil reais assim e ninguém vai mexer com você, ninguém faz nada lá, vocês não podem [...] diz que a gente estava lá [...] duas semanas antes da força chegar diz que um cara acendeu um baseado dentro dessa comunidade e o cara foi fuzilado lá, e não é fuzilado de a tribuna de 38, é fuzilado mesmo, levou tiro de fuzil, porque então lá na [...] é um [...] é um regime de milícia que eu pensava que isso aí era utopia isso aí, não, é verdade, onde a milícia comanda lá é assim sabe, então a comunidade Gardênia Azul onde a gente tava, que é do lado da Cidade de Deus, Cidade de Deus é Comando Vermelho, que vivem querendo tomar, que a Gardênia Azul é uma Vila Torres ali vezes 10, uma Vila Torres enorme assim, tem até shopping lá dentro, e eles querem tomar aquilo lá porque né, e ali é realmente [...].<sup>115</sup>.

Ainda, segundo esse agente, a convivência era pacífica, porém com uma negociação com a milícia, inclusive com os comerciantes da região:

Isso, assim ó, a comunidade Gardênia Azul era [...] onde a gente estava não era Gardênia Azul, mas é do lado, é do lado atravessando o rio, imagine o rio Belém, três vezes maior que o Rio Belém, tinha que atravessar essa ponte e estava na comunidade Gardênia Azul, desse lado era um conjunto Minha Casa Minha Vida que tinha feito pra alojar [...] que foi o que a Força Nacional negociou lá pra deixar os Força Nacional lá dentro. Veja bem, não é que é da milícia, é que a milícia, como exatamente [...] do comércio era tudo desse Gardênia Azul que é comandado pela milícia, então todos os comerciantes de lá pagam pra milícia, pagam uma grana lá pra milícia, então a via de regra acho que era isso, se comprava na favela mas a milícia recebe um dinheiro dos comerciantes lá por mês.<sup>116</sup>.

Verifica-se que a dominação territorial foi fundamental para o estabelecimento das facções, em especial no Rio de Janeiro, mas que provocou uma intensa disputa pelo controle espacial e econômico da venda de drogas na cidade. A imposição da violência física por outro agente que não o Estado legalmente constituído, demonstra uma quebra da força estatal para a aplicação da lei. O agente da Força Nacional ainda

---

<sup>115</sup> Soldado PM servindo na Força Nacional.

<sup>116</sup> Soldado PM servindo na Força Nacional.



relata que essa condição é aceita por todos, sem contestação, sendo que a única forma de se agir é fazer compras em outro lugar, mais distante e utilizando um veículo para se deslocar, como segue:

A vivência era pacífica né, era pacífica e você sabia o que estava acontecendo ali, mas o quê que você vai fazer? Ali, não tinha muito o que fazer, então era uma, uma convivência pacífica e [...] né [...] Acaba aceitando, o quê que vai fazer ali né, o quê que nós vamos fazer? A única coisa assim, ah então não vamos comprar mais aqui, vamos pegar o carro e ir lá pra não sei aonde [...].<sup>117</sup>

Ao que parece, a aceitação do Estado ao negociar para manter agentes de segurança pública em uma região controlada por milicianos demonstra uma total perda do controle estatal sobre o território e sobre as pessoas, ficando a ideia consolidada por Weber (2015, p. 62) de que o Estado detém o monopólio do uso legítimo da força física em um segundo plano, ou em áreas que não estejam sendo controladas por outras facções ou milícias. Essa formação criminosa não atua somente nas áreas urbanas, pois inúmeros são os casos de milícias atuando nas áreas rurais de todo o país, com a função de proteger grandes latifundiários e de expulsar pequenos fazendeiros e mesmo posseiros, contribuindo para a violência no campo<sup>118</sup>.

Essa situação de formação de outra instância de controle pela violência é bem descrita por Dias, conforme segue:

Numa sociedade sem qualquer poder central forte o suficiente para obrigar as pessoas a se controlarem, modelando paixões e desejos e dominando sua impulsividade, as explosões de agressividade e brutalidade e as ameaças entre indivíduos, conformam um padrão específico de relações sociais. A violência pulverizada, à disposição daqueles com mais condições de utilizá-la, tirando proveito da sua superioridade física, confere a tais sociedades a especificidade de seu padrão social. Neste caso, há poucos controles externos sobre os impulsos individuais além do medo de ser atacado por um indivíduo mais forte. A violência física, dispersa por toda essa teia social frouxamente integrada, configura-se como elemento constante nas relações entre as pessoas. (2013, p. 392).

Essa expansão vai marcar profundamente os anos de 1980 e 1990, com o surgimento de inúmeros grupos, fragmentando o poder e gerando confrontos

---

<sup>117</sup> Soldado PM servindo na Força Nacional.

<sup>118</sup> Como exemplo, ver <https://amazonasatual.com.br/pms-atuavam-como-milicia-para-fazendeiros-no-amazonas-diz-mpf-em-relatorio-da-operacao-ojuara/> – acesso em 28 de fevereiro de 2020.

frequentes. A década de 1980 vai ser definida pelo comércio da maconha e do uso de armamento “leve” (revólver calibre .38), conforme esclarece Marino:

Anteriormente aos anos 80, o tráfico de drogas era centrado no comércio de maconha, uma droga leve, não muito lucrativa, e defendida por meio de armas também leves, cujo símbolo máximo era o revólver calibre 38. Ainda assim, os pontos de venda, em sua maioria, se limitavam as áreas periféricas ou mesmo marginais da cidade, como as favelas e bairros populares, pois a maconha sempre apresentou um caráter popular, sendo consumida em grande parte pelas camadas mais pobres da população, e relegando para as elites um consumo maior de outras drogas, tais como, a cocaína, uma droga cara, que orbitava grandes lucros, e que só era encontrada em algumas áreas privilegiadas da cidade. (2001, p. 1).

Marino ainda aponta que esse período seria o “divisor de águas” com relação à utilização de outros tipos de armas, enfatizando que:

A década de 80, neste sentido, serve como um divisor de águas, se manifestando através de uma mudança nos padrões de comercialização das drogas, o que acaba por culminar com a “democratização da cocaína”. Neste momento esta droga passa também a ser consumida pelas camadas mais pobres da população. Esse processo de transição, entre um comércio centrado numa droga leve, não muito lucrativa, como a maconha, para uma droga pesada, altamente lucrativa, como a cocaína vai requerer, e consequentemente gerar uma nova estrutura, capaz de garantir os meios necessários a sua segurança e defesa, e como qualquer atividade que se baseia em grandes lucros, esta irá se utilizar de novos instrumentos, capazes de garantir a sua difusão e reprodução, cujo símbolo máximo estaria repousando no fuzil AR-15, que passa a ser encontrado em quase todas as favelas, dominadas pelo tráfico de drogas. (2001, p. 1)

Essa consolidação da utilização cotidiana do fuzil como elemento de dominação territorial frente a outras facções e também para impedir a entrada da polícia nas áreas de venda de drogas, consolida-se nos anos 90, em substituição as submetralhadoras<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> “O emprego de fuzis no Rio data da década de 1990, quando submetralhadoras Uzi e Ingram começaram a ser substituídas pelos fuzis AR-15, empregados no assalto a carros fortes. Na época, a Polícia Militar dispunha de antigos fuzis Mauser de ferrolho e foi devido à presença de armas militares modernas em poder dos criminosos que se começou a dotá-la de pequenas quantidades de fuzis FAL e Para-Fal (esses últimos no convertidos para o calibre 5,56x45mm do AR-15), em substituição às antigas submetralhadoras INA e espingardas de repetição no calibre 12. No início dos anos 90 apenas o Bope tinha modernos fuzis G-3 e submetralhadoras HK, em quantidade muito reduzida. O uso fuzil sempre foi a opção tática preferida dos criminosos. No Rio, uma curiosidade é que, em vários momentos, diferentes facções criminosas chegaram a ser abastecidas por fuzis e outros equipamentos militares por um único grande fornecedor. Era notável que, algumas vezes, criminosos davam muito dinheiro para comprar armas defeituosas e que não sabiam operar, apenas para que esse armamento não viesse a cair em mãos adversárias.” (MATTOS, 2016, não p.).

No final da década de 1990, a capital fluminense é considerada “mercado de arma pesada” (TORRES, 1996). Essa utilização dos fuzis pelos traficantes vai ser possibilitada pela porosidade da fronteira em diversas regiões do Brasil, em especial no Paraná, conforme explicam Dias e Bordin (2011, p. 260):

Por um lado, a porosidade desse território decorre de sua condição natural de fronteira e, portanto, com um trânsito intenso de produtos e pessoas entre territórios com diferentes jurisdições políticas, o que facilita a mobilidade de atores envolvidos em atividades ilícitas, uma vez que ainda há dificuldades na atuação conjunta entre as forças policiais desses países. Por outro lado, é o próprio fluxo dessas atividades que produz uma dinâmica social marcada pela intensa circulação – de produtos e de pessoas – que faz da região da tríplex fronteira um território poroso, de não fixação e, também, violento.

Essa afirmação é corroborada pela Polícia Federal, delimitando a região como porta de entrada dos mais variados tipos de fuzis de assalto. Não podemos minimizar a importância de outras regiões de entrada de armas e outros tipos de contrabando, como os portos do Rio de Janeiro e de Santos, no Estado de São Paulo, e as imensas áreas de fronteira seca com outros países, sendo que as apreensões acontecem nas áreas mais fiscalizadas, inclusive aeroportos internacionais (MATTOS; NOGUEIRA, 1995).

Nesse aspecto, pode-se verificar uma transição, nas décadas de 1990/2000, da utilização única e exclusiva do fuzil AR15, de fabricação estadunidense, que se torna o preferido dos traficantes, para outros tipos de armas longas, em especial o mais barato e de fácil manutenção, o fuzil AK47, de origem russa, fabricadas ao redor do mundo.

Essa transição pode ser considerada a consolidação da militarização da criminalidade, inclusive com a participação de ex-militares (MATTOS; NOGUEIRA, 1995) nas facções, seja na forma de combatentes, seja como armeiros desses grupos, sendo que essa consolidação da relação com o fuzil para o cometimento de atividades criminosas é outra característica da militarização da criminalidade, tendo como outra característica e que pode ser considerada como a última e mais recente fase, é a participação de militares e ex-militares federais nas organizações criminosas. (MEIA HORA, 2018).

Nesse aspecto, a militarização da criminalidade consolidou-se com a participação mais intensa desses funcionários públicos treinados para a guerra nas facções criminosas, tornando-se também evidente a participação dos agentes durante o período de vinculação ao governo federal, por exemplo, o caso do armeiro do

Exército preso por participação com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro (MARINATTO; LAURITZEN, 2017).

Pode-se então afirmar que a militarização da criminalidade consolida-se entre a segunda metade da década de 1990 e o início dos anos 2000, num processo que não possui rupturas temporais, que vai se tornando mais evidente. Seguindo por esse pensamento, o surgimento do Primeiro Comando da Capital, nos presídios do Estado de São Paulo, torna pública uma nova forma de organização criminosa, voltada para o controle da massa carcerária, através do monopólio do uso da força física (DIAS, 2013), porém sempre com um formato extremamente hierarquizado e com um intenso controle territorial do tráfico de drogas em São Paulo (FELTRAN, 2008).

Essa estrutura, ainda que possa ter uma aparência “empresarial”, tem um intenso contorno militarista, pois é hierarquizada, territorial (controla presídios e áreas de tráfico de drogas), utiliza de técnicas, táticas e armamentos similares aos das forças armadas e o mais interessante dessas características é o expansionismo de suas ações, inclusive atuando em outros países (OLAYA; SILVA, 2020).

A lógica militarista dessa facção foi evidenciada em diversas ações pelo país, porém a ação mais interessante para vincularmos a ideia de militarização da criminalidade, foi a execução do narcotraficante Jorge Rafaat (PAVÃO, 2016).

Nessa ação foi utilizada uma metralhadora Browning calibre .50<sup>120</sup> (além de fuzis de calibres menores), arma com capacidade para perfurar blindagens que armas de calibres menores, ou mais comuns como de revólveres, pistolas ou submetralhadoras, não teriam essa capacidade.

Além dessa execução em território paraguaio, essa organização criminosa ainda colocou em ação um plano para roubar uma empresa de transporte de valores (G1, 2017), sendo essa ação efetivada com uma grande quantidade de integrantes armados e com uso de explosivos.

Essa intensificação do uso de táticas, técnicas, equipamentos e pessoal treinado pelas forças armadas e policiais é muito similar ao processo de militarização

---

<sup>120</sup> A polegada (1”) tem 25,4 milímetros, sendo que metade (.50) possui 12,7 milímetros. Essa metralhadora surge inicialmente como o objetivo de atingir aviões e tanques, sendo denominada de arma antiaérea e antitanque. Diversas outras nações desenvolveram armas com calibres próximos a esse, mas a arma nos Estados Unidos pelo armeiro John Moses Browning, em 1918, foi a que se tornou mais popular entre diversas forças armadas ao redor do mundo até hoje, sendo que seu calibre é utilizado em fuzis para tiros de precisão de longo alcance. A ideia original desse tipo de metralhadora surge de um pedido do General Pershing. Para um melhor entendimento da história do desenvolvimento dessa arma ver Rottman (2010).

da repressão ao narcotráfico no México, e que proporcionou também a hipermilitarização da segurança pública, pois a participação das forças armadas mexicanas na repressão aos criminosos foi elevada a um patamar impressionante, inclusive com grupos de operações especiais participando da perseguição e confrontos com inúmeros mortos.

Essa inserção das forças armadas mexicanas também se consolidou a partir do nascimento de grupos de traficantes oriundos das forças especiais denominados Los Zetas (BLOG DEL NARCO, c2020). A militarização da criminalidade no México também possui um intenso uso de armas de origens militares, especialmente fuzis de assalto, e ao que parece, o Brasil está numa caminhada para o aprofundamento dessa política, ainda que o atual governo mexicano esteja promovendo uma guinada para reverter esse quadro (ONU BRASIL, 2019).

Nesse sentido, observa-se uma intensificação das ações criminosas baseadas em aspectos militares, ou seja, ações de deslocamento de grupos para assaltar bancos em cidades menores, com duas ou três dezenas de homens armados com fuzis e utilizando-se de técnicas militares para isolar determinadas cidades, as menores, atacando delegacias e postos das polícias militares, criando locais de contenção para evitar a chegada de reforços policiais. Essa forma de agir desses grupos é baseada na tática militar de guerrilha, que não passa de uma guerra em menor escala (do castelhano, pequena guerra).

Essa forma de agir está sendo denominada pela mídia como “novo cangaço” (SODRÉ, 2018) sendo incorporada formalmente pelas forças estatais de segurança como forma de descrever esse tipo de ação criminosa e que já deve ser utilizada em documentos oficiais. No Rio de Janeiro, vários foram os flagrantes de grupos de criminosos em deslocamento para fugir das forças de segurança ou para cometer crimes, sendo que um desses fatos gerou enorme repercussão, pois aconteceu em um famoso hotel de luxo da cidade (iG RIO DE JANEIRO, 2010), e durante a ocupação por forças da Marinha e do Exército no Complexo do Alemão, um enorme grupo de criminosos foi filmado se deslocando para outra região.

Essas ações vão se tornando comum em todo o país, com repercussão internacional, atingindo municípios pequenos em regiões mais afastadas como também regiões próximas aos grandes centros, colocando em risco a vida de

moradores e dos policiais que sempre estão em desvantagem numérica e de armamentos<sup>121</sup>.

Outro aspecto interessante na consolidação dessa militarização da criminalidade como um fato social, é o discurso propagado pelas próprias facções ou pela mídia, sempre colocando o termo “guerra” como forma de demonstrar o seu poder perante a sociedade e os demais grupos criminosos. Essa “guerra” é constantemente alterada pelo início e fim, novas e velhas alianças, resultando em inúmeras mortes, especialmente em unidades prisionais com excesso de presos e nenhum controle das autoridades.

Essa militarização da criminalidade também tem consequência na intensificação da hipermilitarização (e também na policialização<sup>122</sup>) dos agentes penitenciários. Esse processo de hipermilitarização já estava sendo moldado anteriormente, com alterações na política de condução de inúmeras secretarias de administração penitenciária e mesmo nas secretarias de segurança pública (pois muitas ainda atendem também a gestão prisional), assunto que será discutido com maior ênfase no próximo capítulo.

---

<sup>121</sup> O último caso noticiado na imprensa paranaense foi o ataque perpetrado na cidade de Telêmaco Borba, resultando na morte de um policial militar e ferimento em outro, além do medo generalizado na cidade.

<sup>122</sup> A função de agente penitenciário agora é considerada de segurança pública, ou seja, essa categoria profissional agora tem as prerrogativas de policiais e terão suas funções regulamentadas. A alteração aconteceu através da promulgação da Proposta de Emenda Constitucional 372.

### CAPÍTULO 3

#### **3 “A PRIMEIRA ARMA DO FN É O FUZIL, A PISTOLA É COADJUVANTE”: A CONSOLIDAÇÃO DA HIPERMILITARIZAÇÃO.**

Em 2017, ao publicar um artigo intitulado “Polícia, Política e Democracia”, em coautoria com o Professor Pedro Bodê, o título da conclusão “À guisa de conclusão – a caminho da hipermilitarização? (p. 483), pensou-se que esse processo ainda seria um caminho que não iria se consolidar de uma forma rápida. Porém em apenas 2 ou 3 anos já temos esse processo consolidado com a ajuda do atual governo federal, que solidificou a participação dos militares em diversos escalões da administração do país, atingindo um elevado número (EDITORIAL FOLHA, 2020; GAÚCHAZH, 2020). Veremos nesse capítulo uma série de exemplos que comprovarão esta tese.

A ideia de hipermilitarização, que já foi anteriormente citada nesse trabalho, ainda que de forma dispersa e não sistematizada, é uma construção científica que está em constante modificação em virtude do movimento natural que o campo de pesquisa possui.

Esse movimento é o próprio objeto que se constrói na formação da história, seja ela local ou mesmo mundial e que pode ser observado com variações ao longo do processo de formação da história da humanidade, ocorrendo períodos com maior ou menor utilização do aparato militar, seja em guerras, seja apenas para manter governos.

Neste capítulo, serão utilizadas as falas de alguns profissionais de segurança pública que foram entrevistados sendo que, em alguns casos, as observações feitas durante as entrevistas serão também descritas, pois podem trazer mais esclarecimentos que as próprias palavras. As entrevistas foram conduzidas de forma não estruturada, sem a utilização de um questionário ou roteiro, como já citado anteriormente.

Este capítulo também tem por objetivo buscar compreender os aspectos observados na formação desse fato social total e contínuo, extrapolando as fronteiras entre o físico e o psíquico, muito bem descrito por Mauss:



O fato social total apresenta-se, portanto, com um caráter tridimensional. Ele deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e, enfim, a dimensão fisio-psicológica. Ora, é somente em indivíduos que essa tríplice aproximação pode ocorrer. Se nos dedicamos a esse 'estudo do concreto, e do completo', devemos necessariamente perceber que 'o que é verdadeiro não é a prece ou o direito, mas o melanésio dessa ou daquela ilha, Roma, Atenas'. (2003, p. 309).

Dessa forma, pode-se inferir que a hipermilitarização é um fato social total e contínuo, produtor de subjetividades que se tornam socialmente aceitas e valorizadas mesmo que produzam violências das mais variadas formas, inclusive o adoecimento físico e psíquico, principalmente daqueles que estão envolvidos nas atividades policiais e/ou militares, pois mantém todos em uma situação de confronto eminente, em que todos podem ser inimigos em potencial.

Nesse sentido, a construção do conceito de hipermilitarização também pode ser explicada por Foucault (1987), ao discorrer sobre o processo de docilização dos corpos através da disciplina, demonstrando que não está produzindo uma história das instituições, mas sim inserindo exemplos de como a disciplina está inserida na formação das instituições, como segue:

Não se trata de fazer aqui a história das diversas instituições disciplinares, no que podem ter cada uma de singular. Mas de localizar apenas numa série de exemplos algumas das técnicas essenciais que, de uma a outra, se generalizaram mais facilmente. Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova "microfísica" do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles, entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. (FOUCAULT, 1987, p. 120).

Dessa mesma forma, não se pretende fazer uma história da hipermilitarização, mas sim utilizar exemplos de como o processo se solidifica na sociedade, produzindo inúmeras subjetividades, nem sempre perceptíveis, algumas vezes visíveis em excesso que acabam sendo aceitas e inseridas no cotidiano da sociedade.

Essa consolidação da hipermilitarização é o contínuo do fato social total, sendo capilarizada por toda a sociedade, sem exceções. No campo da segurança pública, essas capilarização se consolida de forma ostensiva e subjetiva, através dos

símbolos e das ações. O símbolo que parece mais evidente nesse processo é o fuzil, que aparece sempre como forma de poder, seja para impor a ordem estatal ou para a ordem de grupos criminosos.

A frase que nomina esta tese e este capítulo foi pronunciada em uma entrevista por um Sargento de polícia militar que estava trabalhando na Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) do Ministério da Justiça, e traduz alguns aspectos da forma de condução da segurança pública no Brasil. Essa nova agência de segurança pública foi criada em 2004, não sendo uma força federal e sim “federativa”, como descrita na página do Ministério da Justiça (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, [2019]). Essa instituição já está consolidada, tendo inclusive instalações no Distrito Federal, com alojamentos, salas de aulas, refeitório e administração.

Nesse sentido, a Força Nacional de Segurança Pública se consolida como uma instituição militar federativa, mantendo todas as características de uma polícia militar (aqui poderíamos até nominar de uma polícia militar federal) com seu aparato bélico ostensivo e as características militares normais a qualquer outra instituição desse tipo, inclusive com um grupo de aviação e um Batalhão de Pronto Emprego (situado no estado de Goiânia).

Aqui se faz necessário também demonstrar a existência da cultura “caveira” na Força Nacional de Segurança Pública, sendo criado um “Desafio Caveiras Brasil” (DEFESANET, 2019a) para comemorar os 15 anos da Força Nacional de Segurança Pública, com a participação de uma equipe da Polícia Rodoviária Federal, que também já evidencia uma hipermilitarização dessa instituição, e que Zaverucha (2005, p. 132) a descrevia como uma instituição militarizada.

Quando o policial militar afirma que “A primeira arma do FN é o fuzil, a pistola é coadjuvante.”<sup>123</sup>, fica evidenciada a necessidade de imposição da ordem através da força, não da lei, mas sim do aparato bélico, e a arma que é comumente utilizada por policiais em situações normais, que é pistola, evidenciando que o agente público antes de utilizar a arma de fogo deve utilizar outras formas de intervenção.

Somente a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) já é um fator que traduz o hipermilitarismo brasileiro. Partindo da ideia de que o Governo Federal criou uma força ostensiva fardada, com um elevado número de participantes oriundos das polícias militares (no governo Temer são autorizados a participar os reservistas das

---

<sup>123</sup> Sargento PM, servindo na Força Nacional de Segurança Pública.

Forças Armadas e também das Polícias Militares) com o objetivo de atender a demanda de grupos privados durante eventos esportivos, já temos a hipermilitarização para atender as demandas “*pop up*” da segurança pública, ou como uma vez citou o Professor Pedro Bodê em uma de suas explicações: “A Força Nacional nada mais é do que uma espécie de carga da cavalaria ligeira”, numa referência negativa a essa “nova agência nacional” de segurança pública<sup>124</sup>.

Nesse caso, o aparato bélico (fuzil) demonstra a ideia do enfrentamento como a primeira opção. Em outra fala desse mesmo policial, ele evidencia que, com a convocação de militares federais (reservistas) cria uma situação de uso único e exclusivo do fuzil, sendo que não podem utilizar as pistolas, como segue:

Eles trabalham de fuzil, mas não trabalham de pistola, porque eles não têm porte de arma, mas trabalham de fuzil, você vai lá no corpo da guarda da Força Nacional tá lá de fuzil e sem pistola, porque não pode usar pistola. Eles pedem pra usar pistola nas missões, mas não é da cautela que ele use pistola. Não dá pra entender o que é isso? Porque isso não existe no universo jurídico, esse é um cara aposentado das forças armadas, você não pode mudar.<sup>125</sup>

Essa frase representa claramente o processo de hipermilitarização, ou seja, a valorização da “cultura do fuzil” como forma de resolução dos problemas da segurança pública no Brasil. Para outro policial militar que também trabalhou por 1 ano na Força Nacional, o fuzil também deveria ser incorporado ao cotidiano do policiamento em virtude da militarização da criminalidade, com a efetivação de crimes com o uso mais comum dessas armas, afirmando que:

---

<sup>124</sup> Uma observação necessária é que as polícias militares, em especial, receberam enormes investimentos em equipamentos diversos, em especial para controle de distúrbios civis. Nesse período também, a tecnologia das salas de Comando e Controle (ou Gabinete de Gestão de Crises) foram instalados em todas as cidades que receberam esses eventos. Essa situação, ao que tudo indica, pode ser um divisor de águas no tocante ao incremento da hipermilitarização, em especial na repressão as manifestações de 2013 e 2016, ainda que as ultimas foram mais acentuadas no tocante à repressão.

<sup>125</sup> Sargento PM servindo na Força Nacional de Segurança Pública.

É, acredito que sim, são, que nem eu acho, em algumas situações, eu falo porque como a gente já veio de uma filosofia do choque, então as ocorrências que a gente atendia são de [...] são de vulto, são de gravidade maior, mas muitas vezes a gente vê viaturas, pelo menos aqui no estado do Paraná, viaturas de RPA tendo embates aí com marginais que estão com poder de armamento bem superior. Então, eu acredito que se faz necessário, mas são situações né, requer treinamento, requer conhecimento, são várias variáveis aí que levam a condicionar o policial para estar preparado para utilizá-la né.<sup>126</sup>

Esse policial militar ainda afirma que deveria haver o endurecimento das leis para quem utilize esse tipo de armas (fuzil) em ações criminosas e também relembra que as armas utilizadas pelos criminosos não eram desse tipo (armas militares) quando entrou para a instituição, demonstrando uma evolução nesse tipo de armas apreendidas a partir de 2001, conforme segue:

Então, eu acredito que tem evoluído bastante, parte também eu acredito que um pouco o nosso judiciário ele está um pouco complicado com essas questões, porque se você utilizar um revólver 22 e utilizar um fuzil basicamente a punição seria a mesma, então eu acredito que está sendo banalizada essa questão do armamento, e a cada dia a gente vê que está aumentando e preocupa sabe. Como eu falei eu entrei em 2001 na polícia e pô, raramente a gente via uma pistola 9mm, uma calibre 12, pô era coisa de você ir lá e fazer foto inclusive, e hoje em dia não, se tornou a coisa mais comum, então eu acredito que as polícias tem que evoluir, como a questão da fiscalização, pra evitar a utilização desses marginais desse tipo de armamento, teria que dar uma mudada aí pra ajudar no controle, porque só a polícia em si não resolveria.<sup>127</sup>

Mas para outra integrante da Força Nacional, soldado da polícia militar, o fuzil tem outra função, nesse caso *“Impacto. Força. Por isso que é isso, é impacto, é impactante, é mostrar força, é mostrar que chegou os super-heróis, os melhores do Brasil, é marketing, política, e dá certo né.”*, numa clara demonstração de que essa força policial nacional, nas palavras dessa mesma integrante, seria apenas um grande espetáculo, ou seja, *“É tudo pra inglês ver.”*<sup>128</sup>.

Para outro entrevistado, Soldado PM que também trabalhou na FNSP, essa ostensividade bélica (fuzil) e o “fardamento digitalizado” (camuflagem) *“demonstra um poder um pouco maior”*, sendo que a diferenciação das forças policiais estaduais seria em virtude dessa apresentação diferenciada e para *“quem é da população vai calcular*

---

<sup>126</sup> Soldado PM.

<sup>127</sup> Soldado PM.

<sup>128</sup> Soldado PM.

*que é uma tropa de exército, uma tropa militar, uma tropa diferenciada do policiamento da região, [...]*<sup>129</sup>.

Além dessa exposição do aparato bélico (fuzil) como forma de construir o *ethos* militar e/ou policial, a formação dentro de grupos denominados especiais, para o enfrentamento cotidiano de um possível inimigo, é conduzida através da violência chegando a casos, não incomuns, de tortura em policiais e militares, que segundo um cabo policial militar afirmou:

[...] eu passei por situação de tortura dentro do meu pelotão, e eu sei o quanto é complicado, como é difícil, pra eu ficar, ter um braçal eu tinha que tomar cinco descarga de choque seguida, eu tomei sete durante um período, um ciclo inteiro de 5 segundos de spark, que é um [...] pega o tazer, aquilo ali me traumatizou de uma maneira que sem mentira, se você colocar a mão na minha calça já dá a impressão que eu vou levar descarga elétrica, entendeu?! A cara queimada em levar gás, daí tem gente, tem policial que internaliza isso de maneira diferente, já que eu me ferrei o vagabundo vai se ferrar na rua, eu não, eu me ferrei de uma maneira desnecessária, não precisava daquilo, e eu acho que independente do que for, eu vou torturar um cara, eu vou bater num cara, eu vou matar um cara, e eu vou expor a minha liberdade [...] <sup>130</sup>.

O entrevistado ainda afirma que sendo treinado dessa forma, ele pode utilizar a tortura como forma de ação nas ruas, porém conhece que pode errar se agir dessa forma:

[...] mas se esse cara você teu filho, e se esse cara fosse teu filho e tivesse sido confundido com um marginal, você tem esse policial assim, aí ele falou, ah meu filho não anda na rua em tal horário, ele só tá no terminal em tal hora, daí eu falei tá, então coloque-se na situação assim, de que fizeram assalta numa lotérica do lado do terminal, o cara tá com as mesmas características do teu filho e os policiais estão fazendo busca e localizaram o teu filho no terminal, a vítima por alguma situação, na emoção reconheceu confundindo o teu filho com esse marginal, daí você pega o cara e leva pra um local ermo e começa a arrebentar, os policiais pegam esse teu filho e começam a arrebentar pra ele dar o dinheiro e os pertences da vítima, e aí? Entendeu? [...] <sup>131</sup>.

Essa lógica de atuação, baseada na violência na formação dos profissionais de segurança pública, está atrelada a cultura de combate ao (suposto) inimigo, seja ele quem for, mesmo que para isso existam erros no percurso, sejam pessoas mortas

---

<sup>129</sup> Soldado PM.

<sup>130</sup> Cabo PM, Mulher.

<sup>131</sup> Cabo PM, Mulher.

por tiros disparados aleatoriamente ou mesmo em virtude de tortura para se obter confissões.

Nesse aspecto, essa consolidação da hipermilitarização fica evidente diante de alguns aspectos sociais e que se avolumam perante o atual momento político que a humanidade está vivendo, como a volta de movimentos ultranacionalistas de extrema direita, com uma forte cultura ligada historicamente à ideologia nazista, alicerçada em uma forte conjuntura de negação da história e com apoio de uma corrente anti-intelectualista.

Essa situação se faz presente na segurança pública brasileira com um forte ataque a pesquisadores de segurança pública, numa alusão de que esses profissionais falam sem experiência na área, numa clara recusa pela pesquisa científica baseada com rigores metodológicos.

Aliada a essa negação da ciência, está uma intensa relação histórica entre militarismo e religião o que, atualmente, está exacerbada, com a intensificação da ideia de que as forças policiais/militares estão em uma cruzada divina contra o crime, contra a modificação de uma determinada moral que não aceita o diferente ou o estrangeiro, alimentando um processo de valorização intensa da hipermilitarização, atingindo diversos setores da sociedade civil, passando por movimentos reivindicando a volta dos militares ao poder, intervenção militar constitucional e que atinge seu ápice na eleição do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Esse momento de ápice da hipermilitarização nas esferas de governo se consolida em razão da necessidade de criar uma ideia de ordem, que passa pelo que Foucault denominou de “moral do estado civil” (2008c, p. 20), e que Mbembe cita como “uma moralidade dos burocratas e da polícia” (2020, não p.). Essa manutenção da “moral do estado civil” no Brasil tornou possível a inserção de um alto número de militares em diversas esferas de governo, atingindo níveis superiores ao da ditadura militar de 1964-1985.

E nesse caso, diversas polícias militares foram se capilarizando em diversas outras áreas do poder público, criando assessorias em tribunais de contas, em assembleias legislativas, nos ministérios públicos, no poder judiciário. Essa inserção massiva nas esferas do poder público consolida o conceito de hipermilitarização, promovendo uma valorização do *ethos* militar na sociedade o que produz subjetividades das mais variadas formas, atingindo a tudo e a todos, de forma visível ou velada.

Esse direcionamento para a hipermilitarização, nesse caso, da sociedade e não somente da segurança pública, é reflexo das fracassadas tentativas de buscar uma nova forma de se fazer policiamento. E mesmo tímidas, essas ações, como a implementação da filosofia de policiamento comunitário ou da implantação de cursos de direitos humanos nos currículos das polícias ou guardas municipais, não foram suficientes para mudar a ideia que uma enorme parcela da população tem sobre o respeito mais elementar de outro ser humano, mesmo que ele seja um criminoso.

Esse período, que se inicia com a redemocratização em 1985, e se estende até o fim dos dois mandatos de Lula, mesmo proporcionando debates e novas experiências de outras formas de fazer segurança pública, não alterou a ideia de policiamento baseado, literalmente, na caçada ao criminoso. Nos próximos subcapítulos, a consolidação da hipermilitarização será mais bem explanada.

### 3.1 VALORES DOGMÁTICOS: SEGURANÇA PÚBLICA E RELIGIÃO E A DESTITUIÇÃO DO EU.

Alguns fatos sociais parecem que não possuem nenhuma relação, mas quando observados de perto e com uma precisão sociológica mais apurada, eles saem da nuvem do senso comum e se mostram muito mais relacionados e costurados entre si. O que se pretende com essa pequena observação? A resposta é: relacionar a consolidação da hipermilitarização com o processo de intensificação do fanatismo religioso no Brasil, aspecto observado em especial nas eleições majoritárias de 2018.

É claro que essa relação entre religião e policiais e/ou militares não é nova, como já citado anteriormente (no caso com a guerra). Relação essa, que mesmo com a criação do Estado laico, não se desfez. Aqui poderia se pensar que essa relação acontece apenas em países do oriente médio, como o Irã ou Iraque, ou o Afeganistão, na Ásia, porém não se lembram de que, mesmo não sendo um Estado teocrático na sua totalidade, Israel tem uma lei religiosa ortodoxa, a Halacha, gerando um debate para ser utilizada como base para uma lei nacional, e que foi denunciado por políticos de esquerda como uma “talebanização” do país<sup>132</sup>.

No Brasil, a relação da polícia (ou dos policiais) com a religião é muito forte, existindo cultos dentro de unidades policiais (e também militares), sendo observado

---

<sup>132</sup> Ainda que esse debate tenha ocorrido há mais de dez anos, demonstra que existem pessoas interessadas em modificar a característica daquele país. (FLINT, 2009).



um crescimento das igrejas neopentecostais nesse ramo do funcionalismo público. Historicamente, o catolicismo era a religião predominante no país e também nas diversas esferas policiais e/ou militares, sendo que era (e ainda é) comum a existência, em especial, nas polícias militares, da função de capelão militar, função essa comum nas forças armadas de países considerados católicos. Essa atividade eclesiástica também se faz presente nos campos de batalhas há centenas de anos.

Com relação a esse aspecto, podemos entender que instituições religiosas e militares possuem características que Goffman (1974) denominou de totais, e que produzem no ser humano uma série de processos de mortificação, deixando a “vida civil” se descolar, sendo assimilada à nova função social. Essa mortificação do eu ou a morte civil (GOFFMAN, 1974, p. 25) são encontradas tanto nas instituições religiosas como nas militares, ainda que de formas diferentes.

Nas instituições policiais e militares, e nesse caso, nas brasileiras, esse processo se constrói da maneira constante, através da violência física, como já exemplificada anteriormente no caso do cabo policial militar que declarou sofrer torturas em um curso para participar de uma determinada equipe. Essa construção social das unidades, digamos especiais, faz-se através da violência, do subjugar o corpo do outro para que ele possa, posteriormente, fazer-se superior ao outro durante o combate.

Veja que nesse caso, a referência é de uma declaração de um policial, que em tese, deve usar a violência como último recurso, mas no caso das polícias brasileiras, a violência física parece estar sempre como a primeira opção e como afirmou outra entrevistada, soldado da polícia militar e que também trabalhou na Força Nacional de Segurança Pública:

Eu falo até assim, que a gente teve uma ocorrência que teve óbitos de marginais, eu lembro que sendo ouvida pela juíza e pela promotora ela falou, perguntou pra mim assim se eu quis matar, eu respondi isso pra juíza,

eu falei assim 'doutora, a situação é a seguinte, o Estado treina eu para matar, o Estado treina, na verdade todo o policial, o Estado banca isso, a gente não tem essa visão, as pessoas, mas na verdade o Estado treina a gente para matar', aí ela falou assim 'para matar para salvar', mas eu não tenho aquela coisa assim, 'ah vou matar e pronto acabou-se', eu me preparo, primeiro, porque eu sou temente à Deus, sou super temente à Deus, então jamais eu vou fazer assim, eu vou matar porque eu estou julgando e estou achando que o cara [...] não, eu vou matar se for a última necessidade, por isso meu treino, por isso quantas vezes quando eu estava na frente do marginal, com a oportunidade de eliminar aquilo da sociedade, que é um escroto, mas no momento não havia necessidade porque não estava salvando ninguém, eu só estava querendo [...] eu só ia eliminar um ser que não tinha um objetivo de salvar ninguém, mas isso eu nunca fiz, pois eu sou bem consciente, quando eu falou de servir e proteger eu sou bem consciente [...].<sup>133</sup>

Nesse caso, a policial foi específica ao afirmar que o Estado a treina para matar, ao que fica evidente que a primeira opção não é a prisão, e sim, a eliminação do opositor, nesse caso, um criminoso. Interessante notar que na continuação da fala dessa policial, a consciência religiosa vem à tona e ela se declara “temente a Deus”, porém isso não interfere na sua opção de matar em vez de buscar a prisão do criminoso. Ela continua afirmando essa posição, conforme segue:

[...] eu não vejo assim, até a situação de lei dos homens, eu vejo diante de Deus, nunca Deus vai pedir conta de mim de ter feito pra aparecer, ou porque eu matei porque eu matei, porque nada disso, nada disso, nunca, nunca. É estado de necessidade mesmo, e eu não vejo quem é assim, se eu ver assim, uma coisa assim, que eu tenho dois pontos assim, criança e idoso pra mim é prioridade na vida, eu viro bicho se eu vejo alguém maltratar criança e se eu vejo alguém maltratar idoso, porque eu vejo idoso tão indefeso quanto a criança. Até porque a minha mãe é idosa e a minha mãe tem problema de paralisia, ela é deficiente física, isso eu vejo muito assim, então não sei se eu faço isso de parâmetro pro meu lado, de ajudar, de servir, de estar apoiando, então isso é uma coisa assim, se tiver que atirar num cidadão que está colocando a vida de uma criança assim [...] meu lado emocional assim pega pra valer, eu acho que eu não vou pensar duas vezes se tiver que matar um cara, uma pessoa pra salvar eles, eu não vou pensar.<sup>134</sup>

Aqui vemos a imbricação entre religião e policiais e/ou militares, que ainda que possam se dizer tementes a um deus, não se furtam em afirmar que podem matar em nome da lei dos homens. Uma questão bem atual e que podemos relacionar com essa situação, é a utilização do discurso religioso pelo atual governo federal (e também na campanha eleitoral de 2018) que é extremamente ambíguo, pois afirmava intensamente um compromisso com as religiões neopentecostais, mas afirmava

---

<sup>133</sup> Soldado da Polícia Militar que trabalhou na Força Nacional.

<sup>134</sup> Soldado da Polícia Militar que trabalhou na Força Nacional.

sempre o slogan reacionário “bandido bom é bandido morto”, além de homenagear publicamente um condenado torturador da ditadura militar. Esse discurso mesclando violência e religião também se torna evidente no governo de Donald Trump, nos Estados Unidos da América.

Interessante notar que a mescla entre as questões militares (policiais) e religiosas sempre estiveram fortemente vinculadas, inclusive em guerras, e atualmente a cultura de grande parte da população é se declarar seguidor de uma religião ou que “acredita em deus”, ainda que não se saiba muito bem o que isso signifique.

Chamo a atenção para essa situação, pois durante uma entrevista de um policial militar, a esposa (que também é policial militar) estava perto e tudo ocorria em um ambiente mais tranquilo (estávamos próximos de almoçarmos juntos, na casa deles) e ele citou que já tinha sido católico e hoje é ateu, sendo que a esposa deu uma olhada e o questionou sobre essa resposta, e ele ficou sem jeito, mas continuou afirmando ser ateu.

Nesse sentido, a religião se faz presente na formação dos dogmas militares, sendo a profissão de militar sempre colocada como um sacerdócio e com várias diferenças das profissões “comuns”, ou seja, daquelas com horários que se iniciam e terminam pontualmente e com fins de semana de folga, sem trabalhar nas intempéries do clima e com todo tipo de pessoas ou em situações com alto nível de *stress*.

Nesse caso, a profissão é comparada, por uma Guarda Municipal entrevistada, ao inferno, ao descrever o seguinte:

Eu quero esquecer que um dia eu entrei nesse inferno da segurança pública, sabe que a segurança pública é um inferno, e pra mulher é um inferno ao quadrado. Porque é uma gente medíocre entendeu, eu acho uma gente muito limitada que está lá dentro, claro, não estou generalizando, tem as exceções, que são muito poucas, que se deixam doutrinar muito fácil, entendeu, de repente muda de uma hora pra outra assim, está fazendo o discurso da instituição. Eu me orgulho disso, que eu nunca me deixei doutrinar, eu nunca fiz o discurso da instituição, e [...] é um serviço miserável né Marcelo, é um serviço miserável, o quê que a gente tem lá, só aumento de serviço entendeu, e agora a guarda municipal está fazendo, dando multa, aplicando multa, e eu vejo aqueles guardas deslumbrados com isso porque eles receberam um bloquinho de multas, eles estão deslumbrados com isso.

Gente que é isso? Se deslumbrar com um bloquinho de multa, eu quero dinheiro no bolso, o pessoal se deslumbra com medalha, 'oh, medalha de 10 anos, oh medalha', você sabe que a guarda tem medalha né, medalha de 10 anos que é a de bronze, de 20 anos que é de prata, de 30 anos que é de ouro [...].<sup>135</sup>.

Interessante notar a afirmação dessa agente da Guarda Municipal que, em virtude de ser mulher, o trabalho para a segurança pública “é um inferno ao quadrado”, numa clara alusão ao machismo inerente a essas instituições.

Essas condições de mesclar religião e militarismo produzem subjetividades extremamente interessantes do ponto de vista da análise sociológica, chegando ao culto da caveira (que iremos analisar na próxima seção) nas instituições policiais brasileiras, que foi motivo de piada pelo ator Sylvester Stallone quando esteve gravando um filme no Rio de Janeiro. Essas críticas foram rebatidas pelo então comandante do Batalhão de Operações Especial do Estado, afirmando que o ator não conhecia o significado do símbolo e que “*Para enfrentar situações difíceis e perigosas, precisamos desenvolver em nossos homens a superação sobre o medo da morte.*” (ASCOBOM, c2001), numa clara alusão ao que já fora citado, você tem que sofrer para fazer sofrer, sentir no corpo para que possa agir da mesma maneira, numa “pedagogia do sofrimento” (FRANÇA; GOMES, 2015).

### 3.2 O EFEITO “TROPA DE ELITE”: A INTENSIFICAÇÃO DAS UNIDADES BOPE

Ainda que os dogmas militarizados sejam utilizados de forma frequente em exércitos pelo mundo todo, no Brasil essa característica acaba sendo extrapolada para além da caserna, atingindo o cotidiano das pessoas “comuns”, produzindo inúmeras subjetividades. Essa hipermilitarização do cotidiano apresenta uma evolução que pode ser verificada após o lançamento do filme *Tropa de Elite*, lançando uma espécie de “culto à caveira”, nesse caso, o símbolo do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Sobre esse filme e a sua continuação (*Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro*), Moraes e Bordin esclarecem que:

---

<sup>135</sup> Guarda Municipal, Mulher.

Os filmes *Tropa de elite* e *Tropa de elite 211* foram inspirados nos livros *Elite da tropa*<sup>12</sup> e *Elite da tropa 2*,<sup>13</sup> escritos por Luís Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel, sendo que, no segundo livro, Cláudio

Ferraz também foi apresentado como coautor. Batista, Pimentel e Ferraz são policiais militares da reserva ou aposentados, os dois primeiros do Bope. Pimentel também foi protagonista de um excelente documentário intitulado *Notícias de uma guerra particular*, dirigido por João Moreira Sales e Kátia Lund. É uma pena ver Pimentel como ‘comentarista de segurança’ do jornalismo televisivo da Rede Globo, dizendo obviedades e elaborando análises conservadoras. Já Soares tem uma destacada carreira acadêmica como professor, cientista político e antropólogo. Suas reflexões e pesquisas têm servido de referência para quem trabalha na área, seja como pesquisador ou operador. O mesmo, no entanto, não podemos dizer de sua carreira política, em que foi coordenador de segurança, justiça e cidadania do Rio de Janeiro, na gestão de Anthony Garotinho (1999/2000), e secretário nacional de segurança pública, no início da gestão petista (2003). Foi afastado destes dois cargos, protagonizando, em ambos os casos, um duro debate público sobre os motivos do seu afastamento. Foi candidato a vice-governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na chapa de Benedita da Silva, e candidato a deputado federal pelo Partido Popular Socialista (PPS), em 2006, não sendo eleito em nenhuma destas ocasiões. (2016 p. 284, grifo do autor).

Essa lógica militarista do confronto, da guerra às drogas e das consequências resultado desse processo, foi algo bem explorado no filme, porém diante das cenas de torturas praticadas pelos policiais no filme, a aceitação entre a população foi muito boa, caracterizando um apelo popular por mais repressão, em especial para os traficantes. A profundidade da discussão sobre o tema posto no filme não tomou corpo e a consagração da ideia de uma polícia caracterizada por uma caveira, toma corpo em todo o país.

Diversos segmentos da sociedade acabaram por incorporar a concepção de que a “caveira” é algo que personifica a superação, algo que proporciona uma distinção dentre os “comuns”. Nesse sentido, e também como já citado anteriormente, diversas foram as formas de angariar algum capital simbólico e econômico, porém não é o objetivo deste trabalho analisar essas situações.

Nesse caso, o filme acabou por se tornar uma espécie de elemento norteador para algumas polícias estaduais no sentido de formatar unidades similares ou mesmo de inspirar seus policiais no cotidiano de suas atividades. Para essa situação, Moraes e Bordin observam que:

Mesmo que oficiais da Polícia Militar (PM) tenham criticado publicamente o filme – que, afinal, expôs o que todos já sabiam (a violência da ação policial) –, cremos que ele foi visto, na prática, de forma positiva, o que pode ser demonstrado pelo fato de que, no esteio do seu sucesso, o mistificado Bope foi transformado em ‘salvador da pátria’, assim como em uma peça publicitária que teve como um dos resultados a criação ou a maior visibilidade desta sigla entre policiais militares (PMs) de outros estados. É do nosso conhecimento que foram criadas ou se tornaram mais visíveis unidades com esta mesma sigla no Paraná, em Santa Catarina e na Bahia. O Bope paranaense foi criado depois, mas esta era uma aspiração antiga (de mais de 20 anos) da Polícia Militar do Paraná (PMPR). A antiga Companhia de Polícia de Choque deste estado foi transformada em Bope, na gestão do ex-governador Pessuti, que também criou outras unidades, inclusive o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron). O Bope de Santa Catarina é anterior ao filme;<sup>15</sup> já o Bope da Bahia ainda não foi totalmente efetivado, mas o candidato petista eleito para o período 2015/18 prometeu cumprir este que fora um compromisso do governador Jacques Wagner, da gestão anterior e também do PT. De qualquer forma, não temos notícia da efetivação ainda dessa unidade na Polícia Militar da Bahia até a presente data. (2016, p. 285).

A transformação desse simbolismo da guerra, da morte (ou da superação da morte em combate) acabou por ser adotado por uma unidade de investigação de homicídios da Polícia Civil do Paraná, utilizado em um curso denominado “caveiras da DH”<sup>136</sup>. Essa situação é narrada por um policial civil (ex-policial militar) entrevistado, afirmando que:

Acredito. Acredito, a polícia ela perdeu um pouco o seu foco, nós temos aí grupo pra tudo né. Eu, na minha opinião, o único grupo, segmento, que deveria andar uniformizado na polícia civil é o nosso grupo de elite, que é o Tigre, que é o Tigre é responsável por isso, e os outros tem que se criar o quê? Criar a sua doutrina de investigação, tem-se aí 70, sei lá quantos policiais trabalhando em plantões, e em investigação 5, 6. Mas é que o próprio estatuto da polícia civil ele faz com que o policial não queira ir pra rua, como eu falei, o fato das [...] das investigações preliminares, das sindicâncias, faz com que o policial perca a sua promoção e desincentive ele a ir pra rua, aí o quê que ele faz, é mais fácil ele trabalhar num grupo que só tire plantão. O Tigre eu concordo que ele tem que existir, por exemplo, hoje a gente tem o COPE, o COPE tem lá o GDE, o GDE que seria o grupo de investigação, diligências especiais, você deve ter o quê lá, 15, 16 policiais trabalhando, aí você tem uma subdivisão de operações, né, que você tem lá 11 policiais no plantão que andam uniformizado, que daí criam lá dentro um outro grupo tático, e assim vai todo mundo criando grupo tático, todo mundo andando uniformizado, mas a investigação, que é a mãe da polícia civil, ela se perde.<sup>137</sup>

Essa popularização promovida pelo filme do diretor José Padilha provocou até mesmo a utilização dos jargões utilizados pelos policiais (do filme) para os policiais da

<sup>136</sup> DH é a Delegacia de Homicídios. Essa unidade que investiga as mortes sem autoria definida, promoveu um curso operacional nos moldes daqueles cursos para unidades de operações especiais.

<sup>137</sup> Policial Civil, Ex-policial militar.

vida real, nesse caso, um dos jargões “nunca serão”, numa alusão aos alunos que estão no curso de operações especiais, vai ser comumente dito nas tropas especiais (ou nas que incorporaram a ideia). Gomes (2010, p. 92) cita uma situação ao frequentar uma atividade com policiais militares de Santa Catarina, ao pesquisar o Batalhão de Operações Especiais.

Outra característica que é posta em evidência no filme e que também é citada por Gomes (2010, p. 247) é a diferenciação entre os policiais especiais e os normais, sendo que no filme e no imaginário criado em torno dessas unidades, a honestidade seria uma característica inerente e valorizada nesses grupos, porém a realidade é bem outra. Alguns casos de corrupção de integrantes desses grupos tornam-se públicos<sup>138</sup>, além dos envolvimento em casos que não se tornam visíveis.

Essa transformação das atividades de investigação realizadas pelas polícias civis em atividades de grupos táticos, com uma valorização da ostensividade, é uma prática corriqueira em todo o país e uma forte característica da hipermilitarização, inclusive com a cultura do uso do fuzil por parte das polícias judiciárias.

Nesse sentido, a maior expressão da transformação dessas instituições está no Rio de Janeiro, onde a Polícia Civil tem uma unidade denominada Coordenadoria de Operações Especiais (Core) e possui uma enorme similaridade com o Batalhão de Operações da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, nos treinamentos e na forma de agir durante as operações. A utilização dos veículos blindados denominados “caveirões”, que tiveram a sua popularização no Bope Fluminense<sup>139</sup>, mas que são utilizados em diversas unidades da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Essa utilização dos veículos blindados (seja para acessar comunidades controladas por facções criminosas ou para ações especiais) também se torna comum em diversas unidades similares por todo o país, inclusive tornando alvo de competição internacional entre produtores de veículos blindados.

O embrião dessa unidade foi criado em 1969 (SAGA POLICIAL, 2013), e demonstra seu caráter militarizado na sua essência fundadora, durante a ditadura

---

<sup>138</sup> A título de exemplo, citamos a notícia de Gômide e Côrrea (2015).

<sup>139</sup> Diversos departamentos de polícia nos Estados Unidos mantêm em seus inventários, caminhões resistentes a explosivos, blindados, de transporte de tropas e de assalto, para ações táticas especiais, sendo contemplados por uma infinidade de sobras de guerra. Essa influência dos Estados Unidos nesses grupos especiais pode ser claramente identificada também nos uniformes e equipamentos, que sempre tem sua origem em equipamentos bélicos e que depois são adaptados para ações policiais especiais. Porém, diferente dos Estados Unidos, os veículos oferecidos para o mercado nacional eram mais *soft* e já adaptados para o trabalho policial.



militar, período de intensa troca de informações entre as diversas polícias e as Forças Armadas. Essa similaridade é tamanha, que o símbolo dessas duas unidades é extremamente parecido, apenas com a diferença de tipo de armas cruzadas e a direção em que a faca está enfiada (conforme Figura 8). Para Zavataro, a militarização das Polícias Civis se desenvolve da seguinte forma:

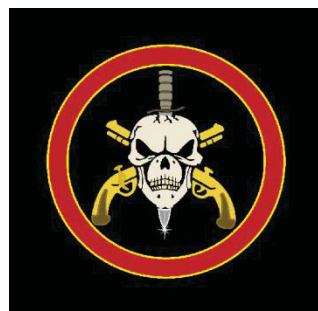
Ao lado destes problemas, assiste-se também a um crescente processo de militarização das polícias civis, como se verá abaixo, com ênfase na criação de grupos especiais fardados e com forte poder de fogo, desprezando-se, por conseguinte, o policiamento velado e investigativo (função de polícia judiciária), que hoje passa a ser atribuição gradativa de outros órgãos. Ao mesmo tempo, verifica-se em muitos estados a polícia civil na função de guarda de presos, muitos dos quais condenados ou aguardando julgamento por muito tempo em locais impróprios. Muito embora a polícia civil não tenha o alto grau de hierarquização característico das polícias militares, veremos que este não é o único requisito que confere a uma instituição seu caráter militar, mas que há um conjunto de outros fatores, dentre os quais o *ethos* militar, o poder de fogo e a responsabilidade pelas ações, entre outros. De uma polícia velada, a polícia judiciária passa a ser gradativamente uma polícia ostensiva e a importação de grupos como a SWAT (*Special Weapons and tatics*) americana, com forte armamento, começa a ser uma realidade nacional. (2007, p.31, grifo do autor).

Em 2013, no estado da Paraíba, foi feito um pedido para a retirada da caveira do símbolo do Bope, o que gerou inúmeros protestos de policiais militares mais antigos, sendo que um deles afirmou que “mexeu com os simbolismos, as tradições, os brios e a cultura da Instituição pública mais antiga do Estado da Paraíba”<sup>140</sup> e que teria abalado a tropa. Interessante a fala desse oficial que afirma que a retirada de um símbolo trouxe abalos à tropa, mas não existem notícias desse mesmo oficial reportando as más condições de salários e trabalho que a maioria dos servidores da segurança pública em todo o Brasil possuem, focando em defender um símbolo da tradição de violência estrutural da formação da nossa sociedade.

---

<sup>140</sup> Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-04-03/retirada-da-caveira-como-simbolo-do-bope-gera-crise-na-pm-da-paraiba.html> – acesso em 24 de fevereiro de 2020.

Figura 8 - Símbolos do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar e Símbolo da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil, ambos do Estado do Rio de Janeiro



Batalhão de Operações Especiais



Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil

Fonte: adaptação de Bope logo (2010) e CORE Brasil (2011).

Uma observação que deve ser feita é a de que esses grupos táticos devem existir para atuar em algumas situações específicas e a crítica é conduzida no sentido de que essa situação seja normal em todo o país, sendo que em alguns Estados, o policiamento ostensivo normal, a famosa rádio patrulha se transforma em pequenas unidades “especiais”, fazendo com que algo que deveria ser esporádico, se transforma no cotidiano desses policiais, expandindo a hipermilitarização para o cotidiano e consequentemente hipermilitarizando a vida.

Um exemplo dessa transformação acontece na Polícia Militar do estado de São Paulo, com a criação de vários Batalhões de Ações Especiais de Polícia, que aglutinam diversas formas de policiamento, mas com a função de atuar especialmente em manifestações. Em uma entrevista, o governador do estado, João Dória, afirmou que:

Todos os policiais que vão atuar no Baep passarão por treinamento no Comando de Policiamento de Choque com o padrão Rota, para o patrulhamento tático, gerenciamento de crise, negociações com reféns, busca e apreensão de artefatos explosivos, patrulha em locais de risco, ações táticas especiais, controle de multidões e policiamento em manifestações (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019).

Além do efeito “Bope”, existe também a situação política que o país está atravessando após as manifestações de 2013, que proporcionou um maior apelo populacional por mais repressão policial e intervenção militar, e que se confirmou nas eleições de 2018, com um expressivo aumento de policiais e militares para deputados estaduais e federais, senadores e também para presidente, além, é claro, daqueles neoconservadores, como o caso do governador de São Paulo, travestido de empresário de sucesso, com capacidades gerenciais diferentes daquelas dos integrantes da velha política.

Além, é claro, de que a criação de unidades padrão Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) evidencia a vontade política de se expandir a letalidade policial (e o gênero hipermilitarizado), característica dessa unidade da Polícia Militar de São Paulo.

Essa nova articulação política, que de nova não possui nada, mantém os mesmos modelos de antes, visando benefício próprio com um discurso de redução do aparelho estatal nas áreas da saúde e da educação, mas investindo pesado no aparato de segurança pública, no modelo ostensivo repressivo, e deixando a capacidade investigativa das polícias judiciárias reduzida.

Esse aspecto de investir em policiamento ostensivo tem a tendência de produzir dividendos políticos rentáveis, nesse caso, fica evidente que as polícias civis acabam por buscar essa ostensividade através de grupos uniformizados e que executam o policiamento como se essa fosse a função da polícia judiciária.

### 3.3 OUTROS CAVEIRAS: A EXPANSÃO DA HIPERMILITARIZAÇÃO (EXEMPLOS?)

#### 3.3.1 A Gerência de Operações Especiais (GOE) da Guarda Municipal de Curitiba.

Uma característica interessante que pode ser observada no campo da segurança pública brasileira é a continuação dos processos de construção de novos modelos de organizações policiais, nesse caso, as Guardas Municipais e a novíssima Polícia Penal. Apesar de surgirem no cenário da segurança pública como “nova”, as Guardas Municipais são instituições centenárias com origens na época do Império. No caso da Polícia Penal, ocorreu a transformação do status do agente penitenciário dos estados, em policiais penais, com jurisdição nos “antigos” Departamentos Penitenciários.

Nessa seção analiso o processo de hipermilitarização que essas duas instituições “civis” passam, de forma diferente, porém que convergem para um mesmo ponto. No caso das Guardas Municipais, essa transformação acontece pelo fato de que, sem uma política nacional de segurança pública que direcione as diversas instituições policiais para um padrão que deva ser seguido, essas “polícias municipais” criam suas identidades baseadas nos modelos existentes, nesse caso, o modelo de policiamento ostensivo das polícias militares. No caso dos agentes penitenciários, agora policiais penais, a hipermilitarização é analisada através da criação da Seção de Operações Especiais, como exposto à diante.

Mesmo que as Guardas Municipais possuam um caráter paramilitar, como afirma Goulart (2018, p. 137), verifica-se uma hipermilitarização no processo de condução de algumas unidades, nesse caso, os grupos de operações especiais, que convergem para grupos com características muito similares aos das Polícias Militares, seja pela estética, seja pelos treinamentos. A estética militar e o culto à “caveira” são comuns em diversos grupos das Guardas Municipais em todo o Brasil, bastando uma busca pela rede mundial de computadores para averiguar isso.

Um aspecto interessante é a adoção pela Guarda Civil Metropolitana de São Paulo (uma das primeiras instituições municipais de segurança a serem recriadas, na década de 1980) é a utilização de uma forma de policiamento tipo Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), com veículos tipo caminhonete e com quatro ou cinco guardas (MAGALHÃES, 2015). Nesse exemplo, até a vestimenta era copiada, com a boina preta e o sobretudo que ficou popularizado pela unidade da PM paulista.

Essa característica também é reproduzida por diversas Guardas Municipais em todo o país, sendo propagandeada por diversos sítios eletrônicos, como “Rota inspira a tropa de elite da Guarda Municipal de Mogi” (O DIÁRIO, 2019). Essa característica hipermilitarizada não acontece por puro acaso, é uma evolução de um processo histórico recente que vincula a forma de se fazer policiamento ostensivo baseado no modelo das polícias militares. Nesse aspecto, Moraes, Bordin e Gondro descrevem bem essa ideia: “Foi um coronel PM, na época comandante da GM de Curitiba quem me deu uma explicação sobre o que ele pretendia para a corporação. Disse-nos ele: ‘Você não tenha dúvidas de que o que pretendemos é transformar a GM numa PMzinha’”. (2010, p. 273).

Essa citação traduz bem o que hoje as guardas municipais no país todo estão a se transformar, ou já se transformaram em especial no tocante aos padrões estéticos e de procedimentos adotados, inclusive com a adoção de estereótipos de “forças especiais” para se “combater o crime” e fazer a “guerra às drogas”. Reforçando essa ideia de uma polícia militar municipal, uma informante relata que:

Eu acho que a guarda municipal já surgiu militarizada, como uma PMzinha, entendeu, e porquê que eu acho isso? Justamente por conta de esse primeiro comandante da guarda que foi esse delegado lá da polícia civil ter escolhido esses caras que tinha sido sargentos do exército, porque a nossa chefia foi toda essa, então esses caras trouxeram toda essa doutrina entendeu, quando eu entrei na guarda eles queriam que a gente prestasse continência pra eles, eu falei 'eu não vou prestar continência pro senhor, porque eu sou civil', eu não sou militar, eles queriam Marcelo, isso ensinaram na época da escola, não na polícia civil, mas a parte que a gente fazia com a guarda municipal, que era a questão de bastão,

como manusear o bastão, aí nós tínhamos ordem unida, nós tínhamos ordem unida ali na escola da polícia, ali na Almirante Gonçalves, porque a primeira sede da guarda foi do lado da Almirante, do lado da escola da polícia militar quando era ali na Almirante Gonçalves, tinha um predinho ali, a gente fazia ordem unida no pátio da escola da polícia militar, com um supervisor [...] que hoje já é inspetor né, na época ele era guarda, que tinha sido sargento do exército, ele que dava ordem unida pra gente. Ele falou 'pessoal, seguinte, quando vocês entrarem na guarda e agora [...]', enquanto a gente era aluno a gente fazia isso, depois que a gente entrou [...] eles queriam que a gente chegasse [...] pedisse autorização pra falar com o senhor.<sup>141</sup>

Nesse caso, chama a atenção, o fato da Gerência de Operações Especiais<sup>142</sup> adotarem a “caveira” como estética do guerreiro ou como forma de intimidação. A adoção desse símbolo (Figura 9)<sup>143</sup> confirma a previsão e a vontade do oficial da Polícia Militar, que na época comandava a Guarda Municipal de Curitiba, de manter o status de uma polícia municipal militar ou militarizada.

Essa tradição construída de uma força policial municipal baseada no *ethos* guerreiro ou militar, se consolida em todo o país, sendo aceita de forma quase natural, inclusive pelos governantes municipais, sendo que na cidade de Curitiba, o prefeito Rafael Greca tentou retirar (e retirou por alguns meses) o símbolo da Gerência de Operações Especiais (GOE) da Guarda Municipal, porém o símbolo foi novamente inserido nos veículos daquele grupo.

Essa estilização da caveira em uma instituição civil como as Guardas Municipais são, não passa apenas pelos uniformes e símbolos em veículos, também atinge a pessoa em sua essência, inclusive com a utilização de objetos pessoais que não fazem parte da vestimenta oficial, conforme relata a informante:

---

<sup>141</sup> Guarda Municipal, Mulher.

<sup>142</sup> Inicialmente essa unidade foi denominada Grupo Especial de Apoio, criada no ano de 1993, que atualmente possui a denominação de Grupo de Operações Especiais. A Guarda Municipal de Curitiba também possui outras duas unidades denominadas “especiais”, sendo elas: Grupo de Operações com Cães (GOC) e o Grupo Tático Motorizado (GTM). (CURITIBA, 2016).

<sup>143</sup> O brasão da Gerência de Operações Especiais é regulado pela portaria número 18 da Prefeitura Municipal de Defesa Social do Município de Curitiba.

Usam anelzinho de caveira, eles tem um ritual de formatura e tal, por isso que eu digo pra você, essa putaria começou depois desse filme do BOPE aí, desse filme Tropa de Elite que essa coisa começou, porque é faca na caveira, que começou a rolar esses rituais assim, essa [...] a formação deles é diferente.<sup>144</sup>

Os adereços não oficiais fazem parte também da rotina na sede da Gerência de Operações Especiais da Guarda Municipal de Curitiba, onde foi conduzida uma entrevista com um dos inspetores desse grupo de guardas, contava com inúmeras caveiras de gesso e outros adereços do tipo, que estavam posicionadas em uma estante no canto da sala onde ocorreu a entrevista, e que os supervisores faziam suas atividades administrativas remetendo a ideia do totem proposta por Durkheim (1996), numa relação entre os símbolos e a religião, na ideia do sacerdócio da função policial/militar como já citado anteriormente.

Essa relação totêmica entre caveira e religião pode também ser observada em vários canais da rede YouTube, nos canais de diversos policiais militares, com um grande número deles do estado de São Paulo, sendo que esses canais sempre fazem referências a religião (frases do tipo “Deus sempre no comando” ou “sob a guarda de Deus”) e muitos deles também com caveiras estilizadas como símbolos de um poder “guerreiro” ou algo similar.

Essa relação entre a ideia da religião (sacerdócio) e profissão pode ser entendida quando um policial militar afirma (em uma conversa informal com este autor) que trabalhou por 25 anos no serviço de policiamento ostensivo, foi baleado, foi punido disciplinarmente por atuar em horário de folga e mesmo assim ainda tem um sentimento que ele mesmo descreve como “amor pela farda”, submetendo-se inclusive ao processo seletivo para atuar em uma empresa militar privada.

Nesse caso, uma rápida verificação em suas redes sociais também demonstra um fervor religioso característico bem como um culto aos símbolos das forças especiais (caveiras) em muitos policiais e/ou militares. Essa diferenciação, com símbolos se faz necessária para que exista uma distinção com o guarda comum, conforme o depoimento de um integrante desse grupo especial, conforme segue:

---

<sup>144</sup> Guarda Municipal, Mulher.

Na verdade, isso entra em um confronto com os guardas, que eles acham que [...] eles veem a gente com outra farda eles acham que a gente é excepcional né, é o que eu digo, a gente é grupo de operações especiais, não que a gente somos especiais, somos especializados, nós temos curso, temos treinamento, então isso fica um pouco, os guardas não entendem, mas tem que ter, porque a mesma farda que vai vir pra nós vai ser do GOC né, com cães, e do GTM, que está tudo englobado né. Então eu acho interessante, eu acho interessante ter uma diferenciação sim, mesmo porque o guarda normal vai atender uma ocorrência, não dá conta, ele chama nós, só o impacto, só o impacto, vamos dizer, que uma invasão, uma outra situação mais crítica, só o impacto de a gente chegar com uma viatura, uma S10 ali, e com a farda, só o impacto eu acho que [...] <sup>145</sup>.

Esse é um aspecto comum em muitas ou em todas as forças militares e/ou policiais, a manutenção de um grupo em evidência, que os caracteriza para as missões “mais difíceis” e que o guarda (ou policial/militar) não iria conseguir realizar. Interessante notar, que segundo o discurso desse mesmo informante, a necessidade de extrapolar as barreiras do desgaste físico e psicológico é também uma característica desses grupos, como forma de diferenciação também dos normais, conforme ele relata:

Não, não, não chega a esse nível, mas a gente tenta passar a parte mais técnica né, mas o que ocorre, que a gente, que dá pra perceber que os guardas assim eles ficam bem com a parte psicológico, porque assim, no campo, eles ficaram um mês aqui e depois eles foram pro campo, eram 3 dias só, só que o psicológico que eles iam ficar uma semana e pouco, isso que [...] que daí é teste de sobrevivência né, de vez em quando você dava uma comida pra eles e tal, mas é 3 dias só, no exército a gente ficava 15 né, 15 dias no acampamento, e daí tal, e isso que [...] sabe, e o frio também matou bastante no curso que nós fizemos, então o psicológico que a gente tenta trabalhar mais sabe. Porque é assim, se uma situação de treinamento não tiver preparado o psicológico imagina numa situação real, então isso que é o mais, mas hoje nem dá mais pra [...] no meu tempo do exército os caras batiam, davam porrada mesmo, mas aqui não dá, não tem como [...] <sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Guarda Municipal, Homem.

<sup>146</sup> Guarda Municipal, Homem.



Figura 9 - Símbolo (caveira com faca e armas cruzadas) e uniforme do Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal de Curitiba



Fonte: Martins (2017)

Figura 10 - Brevê do uniforme dos Integrantes da Gerência de Operações Especiais



Nota: essa imagem é do brevê que me foi apresentado pelo Supervisor do GOE, o Guarda Municipal Júlio Cezar Svistalski, ao final da entrevista que concedeu para esta tese. O Supervisor Júlio faleceu em dezembro de 2018, dois meses depois de conversarmos. Segundo as informações, ele cometeu suicídio.

Fonte: arquivo pessoal

Claro que o processo de hipermilitarização dos grupos especiais ou mesmo guardas municipais “comuns” não está apenas relacionado ao culto de símbolos totêmicos ou do uso de uniformes similares aos de unidades militares ou policiais

militares, ela se consolida também na forma de agir cotidianamente contra aqueles que, em tese, precisam muito da proteção estatal.

Essa afirmação anterior se baseia em uma fala de um ex-integrante da Gerência de Operações Especiais sobre a distribuição de comida (no caso sopa), realizada por um grupo de pessoas em uma praça central da cidade de Curitiba, para pessoas em situação de rua.

A fala desse guarda, agora trabalhando em uma função menos gloriosa que a de um “operações especiais”, e descrita em uma conversa informal, corroborada por outro participante do “papo”, deixou claro a manutenção do discurso do “nós” trabalhadores”, que trabalhamos duro para sobreviver e o “eles”, moradores de rua que teriam toda noite, refeições quentes e “três tipos de carne” a escolher, sendo que o guarda que estava revoltado com essa situação disse: “Eu tenho que trabalhar muito para ter carne na mesa enquanto esses vagabundos podem escolher. Tinha que descer a borracha e matar esse tipo”. Nesse aspecto, a fala de um funcionário da segurança pública municipal da capital paranaense só reforça a ideia de que existe uma guerra e os inimigos estão bem delimitados no campo de batalha urbano.

### 3.3.2 Seção de Operações Especiais do Departamento Penitenciário do Paraná

Outro aspecto que deve ser levado em consideração ao analisar o conceito de hipermilitarização é a expansão desse conceito de “operações especiais”. Nesse caso essa expansão passa, como já citado anteriormente, pela sociedade civil, e atinge diversas outras instituições, como os Departamentos Penitenciários em todo o país. Essa hipermilitarização ocorre com a participação massiva das polícias militares na gestão de inúmeros presídios em todo o Brasil, seja na segurança interna ou externa e também na administração dessas casas correcionais.

Com o aumento das rebeliões e fugas no sistema carcerário paulista, protagonizados pela facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital, existiu uma mudança com relação a participação da Polícia Militar, em especial no estado de São Paulo, que foi a saída dessa instituição da guarda das muralhas e foi criada uma “guarda penitenciária” própria (REPORTAGEM LOCAL, 2001).

Ainda que em 1989, no estado do de Rio de Janeiro, já existisse um grupo com a função de realizar escoltas de presos, e que em 2001, também foi denominado de Serviço de Operações Especiais (SSSP-RJ, 2016) (esse grupo não realiza a

guarda nos muros das prisões cariocas), fica evidente que essa mudança se consolida nos anos 2000 e se torna uma referência para o Brasil, ainda que a permanência de polícias militares em presídios se mantenha, seja na administração ou na guarda das instalações, variando também em virtude das crises recorrentes no sistema penitenciário brasileiro.

Essa construção de grupos especiais para atuar em presídios segue a regra de inúmeros outros grupos similares em todo o país, baseada na “pedagogia da porrada” (Figura 10). O vídeo a seguir ainda demonstra a intensa similaridade entre outros congêneres de qualquer força policial e/ou militar e que se não fosse citado a origem, poderia ser afirmado que era de qualquer outra unidade com a mesma função.

Figura 11 - Frase de abertura do vídeo do Curso de Operações Especiais da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro – SEAP RJ



Fonte: Operações Especiais ([20--])

Essa modificação em relação ao controle das prisões e o aparecimento dessa “nova” instituição (ainda que não seja assim tão nova) se torna um padrão em outros estados da Federação, e o Departamento Penitenciário do Paraná também adota essa forma de controle prisional com a criação do Setor de Operações Especiais (SOE), vinculado à Divisão de Operações e Segurança (DOS), conforme regulamentação disponível no Regimento Interno do Depen (Publicado no Diário Oficial do Estado, n. 9.764, de 17 de agosto de 2016).

Sobre a criação dessa unidade do Depen Paraná, não foram encontradas muitas referências, com exceção do regimento interno e mesmo o acesso ao grupo não foi possível, ainda que um conhecido<sup>147</sup> do autor estivesse trabalhando nesse grupo, esse simplesmente não respondeu aos questionamentos sobre a realização de entrevistas com ele mesmo ou outros integrantes. Porém esse não acesso ao grupo e seus integrantes não foi empecilho para fazer algumas análises sociológicas sobre o processo de hipermilitarização desse grupo, em virtude da similaridade entre os diversos grupos especiais, como já afirmamos anteriormente.

Figura 12 - Setor de Operações Especiais do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná



A similaridade entre os diversos grupos especiais, de qualquer força (civil, policial ou militar) é imensa, até mesmo na forma de posar para fotografias.

Fonte: Editoria (2019)

A observação foi realizada em alguns vídeos disponíveis na plataforma YouTube, sobre as formas de agir e de treinar, inclusive dos cursos de formação “em ações táticas especiais”, além das imagens disponíveis sobre o grupo. Nessas observações dos vídeos fica clara a dominação da ostensividade do aparato bélico.

---

<sup>147</sup> O integrante que seria o contato com o autor para realizar a pesquisa de campo junto ao Setor de Operações Especiais do Depen do Paraná é um ex-sargento da Polícia Militar do Paraná, que trabalhou na antiga Companhia de Choque, embrião do atual Batalhão de Operações Especiais, sendo que também foi oficial da reserva do Exército Brasileiro. Durante o tempo que foi policial militar tinha contato com ele, e depois ele foi aprovado no concurso para agente penitenciário. Quando fiz contato para entrevistá-lo e também ter acesso a outros integrantes do SOE, ele não respondeu mais aos contatos feitos.

Além das características como intensa utilização do fuzil e dos uniformes similares (em diversas unidades em todo o país), a característica que funda essa “irmandade” ou “família” é sempre a “caveira”, seja ela estilizada ou na sua forma “natural”. No caso da unidade do Paraná, a caveira é estilizada, utilizando um capacete e uma proteção na parte inferior da face. (Figura 11).

Figura 13 - Símbolo do Setor de Operações Especiais do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná



Fonte: Depen (2018)

Em alguns desses vídeos disponíveis sobre esses cursos, é possível verificar a existência do sadismo por parte de alguns instrutores, seja de forma ostensiva, seja de forma velada, especialmente nos exercícios que exigem maior esforço físico. Outra característica observada entre esses grupos especiais, e agora sem muita distinção das suas origens institucionais, é a constante referência religiosa, sempre vinculando o combate a algo místico da função policial e/ou militar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### A PESQUISA EM CONSTRUÇÃO E O CAMPO EM MOVIMENTO: VIVENDO EM UM ESTADO PERMANENTE DE INTERVENÇÃO.

“Essa tese tem que terminar”, pensei comigo mesmo! Outro disse: “Escreve fim, e defende”! “Pesquisa boa é aquela que acaba’ escutei alhures”, afirmou Souza (2019, p. 396), essa afirmação do trabalho do meu querido amigo, Doutor Aknaton ou simplesmente AK, pode ser um pouco discordante. Explico, do ponto de vista da parte escrita, ela tem um fim físico transformado em linguagem que se faça entender pelos que possivelmente irão se interessar pelo tema. O que permanece é o conceito e a ideia. Permanecerá essa linha de pensamento em que alguns amigos se debruçaram. Alguns desconhecidos também ajudaram a formatar o conceito que fica explícito nessas páginas (assim espero!).

Mas em virtude da burocracia da Universidade, do sistema de ensino e do Estado, esse período tem que ter um fim. Como disse há algumas linhas acima: é uma tese com um fim escrito, mas que continua, comigo em outra direção e, acredito, com alguns amigos que se interessaram pelo tema.

Quando se iniciou o ano de 2015, a palavra hipermilitarização era desconhecida no Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos, e no mês de maio do ano de 2015, no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política, esse tema começou a ser discutido, e a gerar sementes. Não que esse tema tenha sido “criado” naquele ano ou por alguém em separado, pois diversos outros pesquisadores já haviam utilizado em artigos, relatórios e livros. Só ajudamos a trazer à tona esse assunto, muitas vezes estudados de outras formas, mas que sempre esteve inserido culturalmente nas diversas sociedades.

A hipermilitarização decorre da intensificação do processo de militarização da sociedade, ainda que existam limites claros entre um e outro, eles podem variar na intensidade, o que foi aqui identificado e explicitado nas páginas anteriores. Partiu-se do conceito proposto por Mauss (2003, p. 309) de fato social total e contínuo, que está em constante movimento e que nesse caso se transforma em um campo de pesquisa ou em um objeto de estudo que está em permanente mutação, em rápida transformação.

Essa mutação do processo de hipermilitarização pode ser entendida a partir do momento político vivenciado no Brasil e no mundo, de uma guinada para os ideais da extrema-direita, com aspectos históricos que muitos acreditavam estar enterrados.

Até estavam, mas sob uma fina camada de poeira que sob o assoprar desses novos tempos, trouxeram à tona esses fantasmas insepultos que cada vez mais são aplaudidos pelos povos carentes de esperança e com cada vez mais inimigos criados pelos que lucram com o caos.

No cenário nacional, os retrocessos referentes à legislação de controle de armas só trouxeram à tona a vontade da população de se armar para enfrentar inimigos hipotéticos, validados por uma sanha religiosa sem fim, com base em valores mesquinhos e cruéis em relação aos que não seguem a “ordem normal” das coisas, baseada numa herança patriarcal, machista e também misógina.

A guerra sempre foi e sempre será uma enorme fonte de lucro, seja na conquista do espaço vital, que até a metade do século XX foi fundamental para que os impérios fossem grandes, seja na conquista do consumidor de hoje, consumidor ávido por consumir também o mundo digital e que necessita de segurança, mas que a troca por menos liberdade. A hipermilitarização das cidades é consequência do discurso da guerra, da criação constante do inimigo e da ignorância das massas, que apelam por segurança, para aquele que melhor enganar através do discurso, falado ou digitado.

Esse é um novo campo de batalha, o digital, porém o campo de batalha aonde se matou e se mata muito, transfigura-se dos campos destruídos por bombas e coberto de corpos, para a morte daqueles que nunca terão direito ao luto (BUTLER, 2018, p. 13). Butler, Mbembe, Foucault ou Agamben ou diversos outros filósofos falaram do poder do Estado de matar os que não mais são necessários, e para tal função, nada melhor do que usar forças militares ou a guerra.

Essa transformação do campo de batalha é acompanhada pela velocidade, que proporciona uma letalidade mais cirúrgica, mas apenas daqueles que podem morrer para que o mundo continue a girar e que o mercado continue a se regular através da sua mão invisível. Ainda que os ataques sejam cirúrgicos, constantemente, efeitos colaterais surgem nessas ações e, pasmem, novamente aqueles que podiam morrer são atingidos.

Nessa mudança da forma de se conduzir a guerra, de ações lentas e que só aconteciam sob a luz do dia, de batalhas que consumiam pessoas na casa das centenas até os “grandes moedores” de pessoas da primeira grande guerra industrial, da transição da lentidão do cavalo para a rapidez do avião e da metralhadora, que podia controlar enormes áreas do campo de batalha, aos medos construídos e que



nos colocam como inimigos lado a lado, em uma construção de estereótipos baseados no ideal culturalmente do mocinho contra o bandido, das telas dos cinemas que regurgitavam filmes de índios da América do Norte contra o colonizador bem intencionado. Do mexicano bandido que ataca o inocente fazendeiro caucasiano tentando colonizar o *far-west*. Essa é a régua que é sempre colocada como padrão para o restante do mundo.

Esse processo de diferenciação, de eles de um lado e nós do outro só trouxe a guerra, caminhando lado a lado com a evolução das sociedades, e essa forma de evoluir (não sei se realmente é um evoluir) construiu a identidade de milhões e milhões de seres humanos em toda a história. A guerra sempre esteve ligada ao homem e ela movimentou (e movimenta) a economia, e também agitou o intelecto humano, fazendo com que se pensasse sobre como conduzir as massas para lutar pelos interesses mais diversos, mas sempre manejados pelos donos do poder.

Essa forma, hipermilitarizada, de fazer com que as pessoas acreditem que a guerra é a exceção e a paz é a regra, direciona a humanidade para uma forma de destruição vagarosa e que, de certa forma, faz com que pensemos que estamos avançando como sociedade. Ledo engano, a infância militarizada sendo gestada com intensidade em nosso país, num avanço sem precedentes neste início do século XXI. Essa hipermilitarização da educação se alinha em um projeto maior, que direciona a vida, o cotidiano para a guerra, ainda que não seja a guerra na forma como nos foi imposta pela indústria cultural (da guerra).

Ao longo desta tese, foi produzido um caminho sociológico diferente, buscando na formação do autor, um caminho para trás, mas com um olhar para a frente, buscando desnudar alguns pequenos tabus, inclusive os tabus acadêmicos e científicos. Ouvir policiais civis, militares e guardas municipais falarem um pouco desse universo, ainda que eu já o tivesse vivido por alguns anos, foi inspirador para chegar até aqui. Fazer uma sociologia do sociólogo, observar o campo se movimentando e, segundo um amigo policial, construir conceitos e mostrar que o processo que foi estudado aqui, está capilarizado em toda a sociedade, inclusive na academia.

O caminho metodológico trilhado foi interessante no sentido de buscar as subjetividades que esse objeto de estudo produz na sociedade e nos seres humanos, que acabam por aceitar até mesmo negar a humanidade no outro. Um policial foi torturado para poder fazer parte de um grupo especial; outro falou de forma velada,

pois não era a pessoa entrevistada no momento apenas acompanhava o parceiro, sobre a corrupção de pessoas que são vistas como impolutas, e o guarda municipal que cometeu suicídio depois de alguns meses do nosso encontro para ouvi-lo. Ele não contou sobre seus problemas e a empolgação de viver em um grupo especial, de “caveiras”, pode ter cobrado o preço de se viver na e para a guerra cotidiana que nos fazem acreditar que o diferente é o inimigo a ser eliminado.

Esse processo de hipermilitarização não está dissociado do atual momento político que o mundo vive e que por aqui vai se consolidando em uma nova forma ditatorial, não nos moldes da anterior, com tanques e tropas nas ruas, intensa repressão e tortura contra opositores. Uma ditadura se instala quando as leis não se fazem sentir, com crianças armadas, sejam nos grupos de criminosos, seja no congresso nacional, representando um militar. Armas e crianças não combinam, mas a lei segue desrespeitada, além de outras leis também. Os poderes já não se respeitam, só se aturam na disputa pelas fortunas que escoam pelos canos furados do tesouro.

Essa situação de hipermilitarização da vida cotidiana vai produzindo inúmeras subjetividades nos indivíduos, o que acaba os colocando no papel de algozes de seus próprios semelhantes, não entendendo que as diferenças são pequenas entre os que estão fora do jogo do poder, colocando, por exemplo, que um profissional de segurança pública, seja civil, militar, federal, guarda municipal é um trabalhador e não deve ser tratado como um “guerreiro” ou um “super-herói”. Mas essa situação só vai acontecer depois que a guerra acabar!

## REFERÊNCIAS

2018 – ACAMPAMENTO Masculino. [S. l. : s. n.], 2018. 1 vídeo (4m9s). Publicado pelo canal Colégio da Polícia Militar do Paraná – COM. Disponível em: <https://bit.ly/38LvDER>. Acesso em: 18 jun. 2019.

A COMARCA. GM terá carros iguais aos da ROTA. **A Comarca**, 20 nov. 2015. Disponível em <https://bit.ly/3cVwRub>. Acesso em: 25 fev. 2020.

ABDEL-MALEK, Anouar. **A Dialética Social: Fundamentos para uma teoria social mundializante**. Tradução de Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

ABRANTES, Darlan Menezes. **Militarismo: um sistema arcaico de segurança**. 3. ed. Fortaleza: Premius Editora, 2014.

ACONTECEU NO VALE. Diversidade religiosa é marca da população brasileira. Aconteceu no vale, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2INxMFA>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, n. abr./jun., p. 7-8, 2002. Disponível em <https://bit.ly/2v70wWw>. Acesso em: 5 ago. 2019.

AGENCIA BRASIL. Garantia da Lei e da Ordem. **gov.br**, c2019. Disponível em <https://bit.ly/2Wd54WG>. Acesso em: 25 jan. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Por “urgência de armamento”, Exército doa 9 mil fuzis para PM do Rio. **Exame**, 9 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cY7ILe>. Acesso em: 2 fev. 2020.

AGÊNCIA ESTADO. Policial confirma que PF recebe dinheiro da CIA e FBI. **Estadão**, 13 abr. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2QffQba>. Acesso: 15 mar. 2020.

ALESSI, Gil. A ameaça fatal das armas que disparam sozinhas no Brasil e nos EUA. **El País**, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TRCsAl>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. **Orçamento da Defesa no Brasil: evolução e perspectivas**. 77f. 2015. Monografia (Bacharel em Altos Estudos de Política e Estratégia) - Departamento de Estudos da Escola Superior de. Disponível em: <https://bit.ly/2vGcdE7>. Acesso em: 27 jan. 2020.

ALVES, Jenifer. Policial recebe ordem de prisão por não prestar continência a capitão em uma choperia. **O Dia**, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Wclbnp>. Acesso em: 3 mar. 2019.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Associação dos Professores e Pesquisadores de História – APPH-CLIO, Duque de Caxias; Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição religiosa em ritmo acelerado no Brasil. **EcoDebate**, 18 jan. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2wLPEh7>. Acesso em: 25 jan. 2020.

AMAZONAS ATUAL. PMs atuavam como milícia para fazendeiros no Amazonas, diz MPF em relatório da Operação Ojuara. **Atual**, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2wRmw8o>. Acesso em: 28 fev. 2020.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história do crime organizado. Rio de Janeiro: Editora Bestbolso, 2011.

AMORIM, Paulo Henrique. Racismo no Brasil. A história de uma foto. **Conversa Afiada**, 3 jul. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2INaPSO>. Acesso em: 5 set. 2019.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ANFRA, Douglas Rogério. **Friedrich Engles: Guerra e Política**: uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares. 231f. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013. Disponível em <https://bit.ly/2Q3wFpn>. Acesso em: 4 abr. 2019.

ANIBAL, Felipe. Exército aponta que recall em coletes da PM do Paraná foi irregular e suspende fabricação. **ApraPR.com**, 1 maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2wUQxEk>. Acesso em: 1 fev. 2019.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. **Missão militar francesa**. [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/39KPqFP>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ASCOBOM. Stallone critica símbolo do BOPE/RJ e gera polêmica em rede social. **Ascobom**, c2001. Disponível em <https://bit.ly/2wQkC82>. Acesso em: 24 fev. 2020.

AVENDAÑO, Tom C. Incêndios, pistolas e sangue: violência no campo brasileiro cresce e ameaça comunidades tradicionais. **El País**, 22 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3d2V8VN>. Acesso em: 4 ago. 2019.

BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. Lisboa: Litoral. 1989.

BALKO, Radley. **Rise of the warrior cop**: the militarization of America's police force. New York: PublicAffairs; Perseus Books Groups, 2013.

BARCELOS, Iuri; BARROS, Ciro. Uma em cada quatro empresas de segurança em São Paulo é ligada a policiais. **Pública**, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33ISVQD>. Acesso em: 9 ago. 2019.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 136-143, dez. 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400015>. Disponível em: <https://bit.ly/2wlmGit>. Acesso em: 3 ago. 2019.

BARRETO DA SILVA, Géssica. Diários de ex-policiais: Revisando a formação da PM. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 4., 2015. **Anais [...]**. Goiás: UFG, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3cMrcgo>. Acesso em: 1 maio 2019.

BARROS, Lúcio Alves. **Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: UFMG/Fafich, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2Q1Q8qx>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Renault FT 17: o primeiro carro de combate do Exército Brasileiro**. Bauru, SP: Taller Comunicação, 2011.

BATTIBUGLI, Thaís. **Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)**. São Paulo: Humanitas, 2010.

BBC BRASIL. Tensão racial nos EUA revela 'militarização' da polícia americana. **BBC BRASIL NEWS**, 15 ago. 2014. Disponível em: <https://bbc.in/2WveH31>. Acesso em: 9 set. 2019.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERLATTO, Fábila. **Controle social perverso: uma análise de uma política de segurança pública**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2PYwDPh>. Acesso em: 3 out. 2019.

BITTENCOURT, Armando. O grande conflito se aproxima: inovações tecnológicas antes e durante a Primeira Guerra Mundial In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza. (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BLOG DEL NARCO. «Los Zetas», «Los Pelones», «FEA», cómo los brazos armados ayudaron a revivir “cárteles muertos”. **Blog del Narco**, c2020. Disponível em <https://bit.ly/2WaK9n5>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: fragmentos de um dicionário político. 20. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Edunesp, 2003.

BOM DIA BRASIL. Número de vigilantes privados é quase 5 vezes maior que efetivo do Exército. **G1**, 23 out. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/2WdVH8T>. Acesso em: 8 ago. 2019.

BOPE LOGO. BOPE Logo – Batalhão de Operações Policiais Especiais Logo. **LogoDownload**, 3 set. 2018. Acesso em: <https://bit.ly/2y0kVxP>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BORDIN, Marcelo. **A Falência do Modelo Brasileiro de Policiamento Ostensivo e sua Relação Com a Criminalidade em Curitiba (1992-2002)**. Monografia (Especialização em Sociologia Política) - Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

BORDIN, Marcelo. A guerra de Trincheiras esquecida em Catanduvas, Paraná (1924/1925): Aspectos Geohistóricos. **Revista Geographia Opportune Tempore**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 57-67, 2014. Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2wFDdUe>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BORDIN, Marcelo. **Geografia do crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência**. 113f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

BORDIN, Marcelo; LIMA, Rodrigo Perim de. Mapeamento do crime e análise criminal: a experiência do Paraná. **Geografares** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, Vitória, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/33eTb3L>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BORDIN, Marcelo; MACHADO, Maria Izabel. Panóptico 4.0: uma revolução conservadora. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO E ANTI-INTELECTUALISMO, 24., 2019. **Trabalhos apresentados [...]**. Goiás: UFG, 2019.

BORDIN, Marcelo; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Hipermilitarização da Segurança Pública: Discussões iniciais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE

SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 6., Curitiba, UFPR. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/39SN3Rx>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BORGES FILHO, Nilson. **Estado e militarização: as Polícias Militares como aparelhos repressivos do Estado**. 296f. 1989. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2IASxEc> - Acesso em 10 de setembro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A força do direito**. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Entrevista concedida a Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989/92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL – MINISTÉRIO DA DEFESA. Exercícios e operações militares. **Portal do Ministério da Defesa**, c2019. Disponível em: <https://bit.ly/3bcj4nG>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL, Exército Brasileiro. Exército Brasileiro doa armamento para incremento do poder de fogo da PRF no PR e em SC. **Noticiário do Exército**, 16 nov, 2017. Disponível em <https://bit.ly/2TPIToV>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL, Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10). **Noticiário do Exército**, 2002. Disponível em <https://bit.ly/39OmcpB>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 4.346, de 16 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: <https://bit.ly/2wQo0jf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1941]. Disponível em: <https://bit.ly/2U2OsOt>. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas



atribuições subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bit.ly/3aV0EI8>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRETAS, Marcos Luis. **Ordem na Cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

BRIGAGÃO, Clóvis. **A militarização da sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

BUENO, Rodrigo Gusso. **Eu previno, tu reprimes: uma análise da política criminal ofertada pelo PRONASCI por meio do programa PROTEJO no município de Curitiba/PR**. 386f. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em <https://bit.ly/2VZyYxe>. Acesso em: 2 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas, revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

CABRAL, Ricardo Pereira. Um estudo histórico sobre a guerra *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Giovane Matheus; BORDIN, Marcelo; SOUZA, Aknaton Toczec. As intervenções federais no Rio de Janeiro: a hipermilitarização do cotidiano. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 4, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/issue/view/2702>. Acesso em: 3 mar. 2019.

CARVALHO, Glauco Silva de. **Forças públicas: instrumento de defesa da autonomia estadual e de sustentação da política dos governadores na Primeira República (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador *In*: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

CAVEIRAS DA PM recebem o brevê na carne. [S. l. : s. n.], 2014. 1 vídeo (2m14s). Publicado pelo canal Olavo Mendonça. Disponível em: <https://bit.ly/39SQHuo>. Acesso em: 1 out. 2019.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio *In*: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão**. Instituto Carioca de Criminologia e Fundação Ford. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001. (Coleção Polícia Amanhã, Textos fundamentais de polícia).

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Criminalidade, ambiente socioeconômico e polícia: desafios para os governos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 371-399, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/332CCYU>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CESEC. Contexto. **Centro de Estudos de Segurança e Cidadania**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WyPTr4>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CESEC. Observatório da Intervenção. **Centro de Estudos de Segurança e Cidadania**, c2020. Disponível em: <https://bit.ly/2WyPTr4>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CHAGAS, Suelen Ramos. **O “bico” na Polícia Militar do Paraná**. 27f. 2013. Projeto Técnico (Especialista em Gestão Pública) - Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em <https://bit.ly/3cETZDz>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CHARLEAUX, João Paulo. Qual o balanço da missão de paz brasileira no Haiti. **Nexo**, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3cZz1z9>. Acesso em: 29 jan. 2020.

CHIRIO, Maud. Eleição de Bolsonaro marca fim da Nova República, diz historiadora. Entrevista cedida a Lucas Neves. **Folha de São Paulo**, 4 nov. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2W9ckmn>. Acesso em: 8 fev. 2019.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. *In*: ZALUAR, Alba G. (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Organização de Magda Prates. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em sociologia**: o que é, como faz? São Paulo: Edições Loyola, 2004.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo”? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas

pertencas ao campo. **Revista de Antropologia da UFSCar – R@U**, v. 8, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2016. Disponível em <https://bit.ly/2v735rC>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COOK, Fred J. **O Estado Militarista**: O que há por trás da morte de Kennedy? Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

CORE BRASIL. Polícia Civil Estado do Rio de Janeiro - CORE. (Brasil). **Pinterest**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/2QxRBFh>. Acesso em: 21 mar. 20120.

COSTA, Viviani. Moradores compram armas para policiais no Paraná. **Folha de Londrina**, 20 ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Wd7NiS>. Acesso em: 7 ago. 2019.

COTER. Histórico da IGPM. **Boletim Interno do Coter**, nr. 169, 12 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2WldYf9>. Acesso em: 12 ago. 2019.

COTTA, Francis Albertt. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

COX, Matthew. The Marine Corps is building a new training center to immerse Marines in the sights, sounds and smells of urban combat. **Business Insider**, 5 Aug. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2QciTRc>. Acesso em: 5 set. 2019.

CRIADO, Miguel Ángel. 50 anos depois, agente laranja continua contaminando o solo do Vietnã. **El País**, 16 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39P0fXB>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Grupos especiais dão suporte à atuação da Guarda Municipal de Curitiba. **Curitiba Notícias**, 9 nov. 2016. Disponível em <https://bit.ly/2xDF7VZ>. Acesso em: 24 fev. 2020.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de drogas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Indignos de vida**: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

DA SILVA, José Maurício Batista. **Revolta dos marinheiros: por uma discussão historiográfica**. 77f. 2010. Monografia (Pós-Graduação em História do Brasil) - Centro de Estudos Afro-asiáticos do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: UCM, 2010. Disponível em <https://bit.ly/2IEIP3D>. Acesso em: 9 jun. 2019.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, p. 143-157, 2010. Disponível em <https://bit.ly/39G6Pj4>. Acesso em: 6 ago. 2019.

DAVIS, Mike. **Ecologia do medo**: Los Angeles e a fabricação de um desastre. Tradução de Aluizio Pestana da Costa. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DE LIMA, Wagner S. (Coord.) Conjuntura Nacional: Brasil teve aumento de 42,5% de suicídios policiais entre 2017 e 2018. **Blog Cidadão-SSP**, out. 2019. Suicídio Policial: dossiê do panorama mundial e nacional. Disponível em: <https://bit.ly/2v4KSee>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DEFESANET. “Desafio Caveiras Brasil” reúne operações especiais de todo o Brasil em competição: Ao todo 115 policiais participam do evento em comemoração aos 15 anos da Força Nacional de Segurança Pública. **Defesa.net**, 26 nov. 2019a. Disponível em <https://bit.ly/2QckeHI>. Acesso em: 25 fev. 2020.

DEFESANET. 4ª RM realiza a entrega de fuzis doados pelo Exército para a PM de Minas Gerais. **Defesa.net**, 18 dez. 2019b. Disponível em <https://bit.ly/2W7KfvL>. Acesso em: 2 fev. de 2020.

DEFESANET. Mercado global de armas em alta: comércio de armamentos cresce 10% em meio a tensões políticas mundo afora. EUA seguem como maiores exportadores, seguidos de Rússia, França e Alemanha. Índia lidera importações. **Defesa.net**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Waaamj>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DEFRANCE, Jacques. O gosto pela violência. In: ELIAS, Norbert. **A política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DEPEN. Editais. **Departamento de Execução Penal**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/33Csk24>. Acesso em: 27 fev. 2020.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A Igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo**: religião e violência na prisão. São Paulo: Humanitas, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC - Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção Saberes Monográficos).

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. 2. ed. ampl. São Paulo: Ibrasa, 1996.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1989.

DUARTE, João Paulo Gusmão P. Guerra ao terror: uma guerra na sociedade de controle. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3. São Paulo, 2011. **Proceedings** [...]. São Paulo: Abri, 2011. Disponível em <https://bit.ly/2TE0GOs>. Acesso em: 2 ago. 2019.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

DW BRASIL. Homicídios caem, mas letalidade policial aumenta no Brasil. **Deutsche Welle Brasil**, c2020. Disponível em: <https://bit.ly/38QMfLm>. Acesso em: 4 out. 2019.

EDITORIA. Governo capacita mais de 500 agentes penitenciários. **Agência de Notícias do Paraná**, 12 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2J6W5i2>. Acesso em: 26 fev. 2020.

EDITORIA. Operação Policial reprime crimes em Curitiba. **Agência de notícias do Paraná**, 12 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2w4XoLI>. Acesso em: 3 out. 2019.

EDITORIAL FOLHA. Planalto militar: Escolha de general para Casa Civil amplia peso excessivo das Forças no governo. **Folha de S. Paulo**, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/39PDKBL>. Acesso em: 23 fev. 2020.

EHRENREICH, Barbara. **Ritos de sangue**. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio 1**: Estado, processo e opinião pública. Organização e apresentação, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort, tradução dos textos em inglês Sérgio Benevides; textos em alemão Antônio Carlos dos Santos; textos em holandês João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - volume 1**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - volume 2**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Elias, Norbert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELÍBIO, Antônio. A Grande Guerra: erros políticos e fracassos militares *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivos. Tradução de Marion Brepohl e Rafael de C. Beltrami. **Revista de História: questões e debates**, Curitiba, editora da Universidade Federal do Paraná, v. 18, n. 35, 2001.

ESTADÃO CONTEÚDO. Em culto da Universal no CE, jovens 'gladiadores' se dizem 'prontos para a batalha'. **Uol**, 3 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2TMBuFQ>. Acesso em: 21 jan. 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. Exército apura uso de lenços com desenho de caveira na Rocinha. **IstoÉ**, 27 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39KUxWx>. Acesso em: 10 maio 2015.

FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/38JXchS>. Acesso em: 13 mar. 2020.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras da tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 336f. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em <https://bit.ly/3cKMPOc>. Acesso em: 6 jan. 2020.

FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo: a era do ódio na história**. São Paulo: Planeta, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global Editora, 1979.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e Segurança**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Rondas à Cidade: uma coreografia do poder. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, jul./dez. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2VWZVSe>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FGV CPDOC. **Dicionário de Verbete Biográfico**: Nilo Batista. c2019. Disponível em <https://bit.ly/2W7qbJU>. Acesso em: 9 maio 2019.

FLINT, Guila. Ministro israelense defende teocracia no país. **BBC Brasil**, 8 dez. 2009. Disponível em: <https://bbc.in/2viBqUK>. Acesso em: 23 fev. 2020.

FOLHA DE LONDRINA. Policias de Curitiba farão cursos em Israel. **Folha de Londrina**, 10 abr. 2001. Disponível em <https://bit.ly/3d0ncc3>. Acesso em: 10 jun. 2019.



FONSECA, Dinis Manuel Victória da. **A globalização e a necessidade de conhecer as informações militares na democracia portuguesa**. 342f. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Évora, Portugal. Disponível em: <https://url.gratis/OgGbf>. Acesso em: 3 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância**. 136f. 2012a. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFP, 2012. Disponível em: <http://twixar.me/WMNT>. Acesso em: 15 maio 2019.

FRANÇA, Fábio Gomes de. Segurança pública e a formação Policial Militar. **Estudos de Sociologia** – Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, v. 17, n. 33, 2012b.

FRANÇA, Fábio Gomes de; GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, ago./set. 2015. Disponível em: <http://twixar.me/hMNT>. Acesso em: 10 maio 2019.

FREUD, Sigmund. **Reflexões para os tempos de guerra e morte** (1915). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1976.



FURLONG, Mark. Como escapar da crise? **Divagando**, 24 mar. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/39QT8xR>. Acesso em: 14 mar. 2020.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. Estado cria batalhão com padrão da Rota em Presidente Prudente e prevê início do funcionamento em abril: Baep tem o objetivo de combater o crime de maneira mais ostensiva. Equipes atuam de forma semelhante ao policiamento de choque. **G1 Presidente Prudente e Região**, 8 fev. 2019. Disponível em <https://glo.bo/2U6E0FI>. Acesso em: 24 fev. 2020.

G1. Assaltantes invadem transportadora de valores no Paraguai: Um policial foi morto e quatro pessoas ficaram feridas. Polícia brasileira reforçou segurança na fronteira. **G1 Mundo**, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2TLYXH0>. Acesso em: 7 fev. 2020.

G1. Exército treina policiais em Lins para uso de metralhadora que pode derrubar helicóptero: O armamento .50 é de uso exclusivo das Força Armadas, mas integrantes da Rota e da Tropa de Choque passaram pelo treinamento por causa da descoberta de um plano de fuga. **G1 Bauru e Marília**, 7 nov. 2018. Disponível em <https://glo.bo/2IHLDXd>. Acesso em: 2 fev. 2020.

GAÚCHAZH. Os militares no Palácio do Planalto: Se confirmada indicação de Walter Braga Netto para Casa Civil, todos os ministros com assento dentro da sede da Presidência da República terão origem militar. **Gaúchazh**, 13 fev. 2020. Disponível em <https://bit.ly/2TOZ3Oc>. Acesso em: 23 fev. 2020.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A violência no campo. **Atlas da questão agrária brasileira**. [20--]. Disponível em: <http://twixar.me/4MNT>. Acesso em: 7 ago. 2019.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**: por que tememos cada vez mais? São Paulo: Editora Francis, 1999.

GLOBONEWS. Pela 1ª vez, PM usa drones para prender 4 pessoas por tráfico de drogas: A polícia conseguiu mapear em tempo real a favela e orientar agentes que estavam nas ruas. **G1 São Paulo**, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2WdTWsu>. Acesso em: 23 fev. 2020.

GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOMES DA SILVA, Thayan. **A farda é mais bonita: um estudo sobre a hipermilitarização por intermédio da representação dos Guardas Municipais de Ponta Grossa**. 142f. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em: <http://twixar.me/bMNT>. Acesso em: 26 set. 2019.

GOMES, Maíra Marchi. **O lado negro do preto: o fardo da farda - Narrativas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de Polícia**.

476f. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em <http://twixar.me/IMNT>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GOMIDE, Rafael. Retirada da caveira como símbolo do Bope gera crise na PM da Paraíba. **Último Segundo**, 3 abr. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2QaBMnC>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GOMIDE, Raphael; CÔRREA, Hudson. PMs do Bope vazavam operações e forneciam até farda a traficantes: Quatro membros da tropa de elite do Rio são acusados de receber dinheiro por informações ao Comando Vermelho. **Época**, 11 dez. 2015. Disponível em <https://glo.bo/3aYcn8N>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GOULART, Henrique Rodrigues de Andrade. **Hipermilitarização e Paramilitarização: Novos paradigmas ou novas bandeiras de propaganda de segurança pública?** 188f. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2018 - Disponível em: <http://twixar.me/9MNT>. Acesso em: 27 ago. 2018.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar**. Tradução de Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUERRA, Maria Piá. **Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. (Coleção LAB-MDH – Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos).

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1991.

GUIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência: segundo volume de má crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2008.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Assistindo à população, combatendo o comunismo: as Ações Cívico-Sociais no contexto da ditadura militar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, FLORIANÓPOLIS, 28., 2015. **Anais** [...]. Florianópolis: Anpuh, 2015. Disponível em <http://twixar.me/JMNT>. Acesso em: 10 mar. 2020.

HAMMES, Thomas X. A Guerra de quarta geração evolui, a quinta emerge. **Military Review**, p. 16-27, set./out. 2007. Disponível em <http://twixar.me/yMNT>. Acesso em: 10 jun. 2019.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: Uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARVEY, David. **Para entender O Capital** – Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K, HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Panorama**. Curitiba: IBGE, c2017. Disponível em: <https://bit.ly/2INQgpn>. Acesso em: 15 mar. 2019.

iG RIO DE JANEIRO. Traficantes trocam tiros com a polícia e invadem hotel no Rio. Último Segundo, 21 ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3cXvmSM>. Acesso em: 17 fev. 2020.

JANSEN, Roberta. Traficantes evangélicos causam terror a religiões africanas. **Terra**, 18 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39Qh18E>. Acesso em: 21 jan. 2020.

JORNAL NACIONAL. Bolsonaro sugere que Supremo poderia ter um ministro evangélico. **Jornal Nacional**, 31 maio 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3agx7Za>. Acesso em: 12 jun. 2019.

JUSTINO, Adriano. "Brincar de guerras, armas e lutas é importante para o desenvolvimento das crianças?". **Gazeta do Povo**, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2w7JRTb>. Acesso em: 17 abr. 2019.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEELEY, Lawrence H. **A guerra antes da civilização: o mito do bom selvagem**. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

KIRKHAM, George. The professor who became a cop. **Dr. George Kirkham – Criminologist & Police Use of Force Expert Witness**. [20--]. Disponível em: <http://krimedr.com/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

KNIJNIK, Luciana. Freud e a guerra. **Revista Polêmica**, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <http://twixar.me/zMNT>. Acesso em: 4 jan. 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas – das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

KURCHAIT, Marina Zminko. **"Nós não controlamos o vento": Os usos políticos das polícias e a política das polícias a partir do "massacre do dia 29 de abril"**. 148f. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR digital, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/ftpwoBN>. Acesso em: 8 fev. 2018.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Currículo Cultural: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde**. 152f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, 2011. Disponível em <https://cutt.ly/Ltpwkho>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIND, William S. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. **Military Review**, p. 12-17, jan./fev. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2xS0wuW>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

M de O. Caveiras da Homicídios terminam curso de aperfeiçoamento; assista ao vídeo. **Banda B**, 13 nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/33h174G>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

MAGALHÃES, Flávio. GM terá carros iguais aos da ROTA. **A Comarca**, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/39bm0PY>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MARINATTO, Luã; LAURITZEN, Jéssica. Sargento do Exército apontado como ‘maior armeiro do tráfico de drogas’ do Rio é preso. **Extra**, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/33GFJpF>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MARINO, Leonardo Freire. Tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. **Observatório Geográfico da América Latina**, 2001. Disponível em <https://cutt.ly/xtpwm8B>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MARTINS, Rafael Moro. Imagem violenta é “forma de diferenciar” as viaturas da Guarda Municipal, diz Prefeitura. **Livre.Jor**, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2w8AO4m>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MARTINS. José de Souza. **A Sociologia como aventura**: memórias. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS. José de Souza. **Linchamentos**: a Justiça Popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS. José de Souza. **Uma Sociologia da vida cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wrigth Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia**: A participação na administração federal das Comunicações e da Educação 1963 -1990. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MATTOS, Cláudia; NOGUEIRA, Rui. PF diz que armas são usadas no Exterior. **Folha de S. Paulo**, 22 jul. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2J4597d>. Acessos em: 5 fev. 2020.

MATTOS, Gabriela. Fuzis já entravam no Rio nos anos 1990. Só o Bope tinha modernos fuzis e em quantidade pequena. **O Dia**, 5 nov. 2016. Disponível em <https://bit.ly/38PkHpC>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MAUSS, Marcel. **A Nação**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. A ética da passagem: contra o recuo identitário. **Latitude**: repensando relações de poder – por um mundo decolonizado e antirracista, Goethe Institut, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2U0hY7D>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEI, Eduardo. Guerra. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

MEIA HORA. Ex-militares dão aulas táticas para traficantes. **Meia Hora de Notícias**, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/38NWwYV>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MELLO, João. Em SP, uma em cada quatro empresas de segurança é ligada a policiais. **GGN**, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2xzMwp7>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Sobral Pinto. **Memórias da Ditadura**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/2We4Pub>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MENDES, Gustavo. PM's "youtubers" fazem sucesso na web com vídeos sobre operações. **Estadão**, 8 out. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2U357lc>. Acesso em: 5 jan. 2020.

MERCENÁRIOS BRASILEIROS. Os mercenários brasileiros. **Fórum Defesa do Brasil**, 6 fev. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/38OGyh9>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MESKO, Jim. **Armor in Korea**: a pictorial history. Squadron /Signal Carrolton, Tx: Publications Inc., 1984.

MILLS, Charles Wrigth. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos; CONSTANTINO, Patrícia (Coord.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2wP1My6>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Saiba mais sobre a atuação da Força Nacional de Segurança Pública. **Justiça.gov.**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/3aUHgLb>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1999.

MISSE, Michel. O inquérito policial no Brasil: Resultados gerais de uma pesquisa. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, jan./fev./mar. 2010, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010. Disponível em: <https://bit.ly/39X68lq>. Acesso em: 15 mar. 2020.



MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antônio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e acumulação primitiva do capital. **Revista OKARA – Geografia em debate** (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba), v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2W9s60k>. Acesso em: 5 ago. 2019.

MONTAGU, Ashley. **A natureza da agressividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MONTEIRO, Joana C. M. **Os Efeitos da Política de Pacificação sobre os Confrontos entre Facções de Drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2vek7nl>. Acesso em: 2 fev. de 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Em defesa do Estado ou da sociedade. **Núcleo de Investigações Constitucionais**, 1 set. 2012, n. 13. Disponível em: <https://bit.ly/2Qa4hC4>. Acesso em: 1 ago. 2019.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. **Ipardes**, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2U0nU0t>. Acesso em: 1 ago. 2019.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, 2005.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; BORDIN, Marcelo. Da tropa de elite à crítica do sistema *In*: Machado, Bruno Amaral; ZACKSESKI, Cristina; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia e cinema: narrativas sobre a violência**. São Paulo: Editora Marcial Pons; Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2016.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; BORDIN, Marcelo. Polícia, política e democracia *In*: CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres (Org.). **Criminologias Alternativas**. Porto Alegre: Canal de Ciências Criminais, 2017.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; BORDIN, Marcelo; GONDRO, Elis Denise. A Guarda Municipal no Paraná: estudos de caso em Curitiba e Foz do Iguaçu *In*: MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz. **As Guardas Municipais no Brasil: diagnóstico das transformações em curso**. Rio de Janeiro: Editora BOOKlink, 2010.

MORRIS, Ian. **Guerra: O horror da guerra e seu legado para a humanidade**. São Paulo: LeYa, 2015.

MOURIER, Luiz. **Todos Negros**. 1982. 1 fotografia. Disponível em: <https://bit.ly/3aalanX>. Acesso em: 5 set. 2019.



MULHER CONFUNDE bandeira do Japão com símbolo comunista. [S. l. : s. n.], 2016. 1 vídeo (55m). Publicado pelo canal Simone de Moraes. Disponível em: <https://bit.ly/38Lao6h>. Acesso em: 7 jul. 2019.

NOROESTE ONLINE. Exército doa fuzis para a Brigada Militar. **Noroeste online.com**, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.noroesteonline.com/exercito-doa-fuzis-para-a-brigada-militar/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

O DIÁRIO. Rota inspira a tropa de elite da Guarda Municipal de Mogi. **O Diário**, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/38SsCTg>. Acesso em: 25 fev. 2020.

O GLOBO. Exército de Israel admite o uso de fósforo branco na Faixa de Gaza. **O Globo**, 1 fev. 2010. Disponível em: <https://glo.bo/2vkTpdj>. Acesso em: 3 ago. 2019.

OLAYA, Ángela; SILVA, Hector. De São Paulo a Paraguay y más allá: el creciente poder del PCC. **InSight Crime**, 12 feb. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TNYMej>. Acesso em: 12 fev. 2020.

OLIVA, Diego Coletti. **Entre olhos eletrônicos e olhares humanos**. 151f. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cXBSbW>. Acesso em: 2 set. 2019.

OLIVEIRA, Danielli Artigas de. Empresários doam dinheiro à PM para compra de fuzil. **Folha de Campo Largo**, 20 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/39Sljwm>. Acesso em: 7 ago. 2019.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: forças armadas, transição e democracia. São Paulo: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Henri Francis Ternes de. **Quando a tropa é o manifestante? O movimento das esposas de policiais militares do Paraná**. 91f. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2018. Disponível em <https://bit.ly/39PB4UB>. Acesso em: 13 mar. 2020.

OLIVEIRA, Vladimir Luís de. **A política industrial do setor automotivo e a crítica ao modo de regulação sob o desenvolvimentismo (1995-2002)**: o caso do Estado do Paraná. 242f. 2003. Tese (Doutorado em História) - da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/33eCrty>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ONU BRASIL. A história da Organização. **Nações Unidas do Brasil**, 23 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2J5Dx1E>. Acesso em: 20 maio 2019.

ONU BRASIL. México: relatores da ONU elogiam decisão contrária à militarização da segurança pública. **Nações Unidas Brasil**, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2TPBK71>. Acesso em: 12 fev. 2020.

OPERAÇÕES ESPECIAIS – SOE – RJ. [S. l.: s. n.], [20--]. 1 vídeo (36m28s). Publicado pelo canal Marcio Soares. Disponível em: <https://bit.ly/38LwfKF> Acesso em: 26 fev. 2020.

PALACIOS JÚNIOR, Alberto Montoya Correa. Guerra primitiva *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

PARANÁ. Área de atuação das Unidades da Polícia Militar. **pmpr.pr.gov**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/2vjiHZ9>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PAVÃO, Gabriela. Vídeo mostra execução de traficante com metralhadora no Paraguai. **G1 Mato Grosso do Sul**, 17 jun. 2016. Disponível em <https://glo.bo/38NEjur>. Acesso em: 7 fev. 2020.

PAYÃO, Felipe. Carnaval tem primeiro preso via câmera de reconhecimento facial no Brasil. **TecMundo**, 7 mar. 2019. Disponível em <https://bit.ly/38Pmj2E>. Acesso em: 5 jan. 2020.

PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

PINKER, Steven. **Os bons anjos da nossa natureza**: por que a violência diminuiu. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PION-BERLIN, Davis. Militarismo *In*: LUIS, Héctor; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

PORTELLA JÚNIOR, José Carlos. Crimes contra a humanidade e crimes de guerra *In*: CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres (Org.). **Criminologias Alternativas**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROVOPAR Estadual. Institucional. **Provopar Estadual**, [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/2wRgR2i>. Acesso em: 13 mar. 2020.

RAZAC, Olivier. Arame farpado; ferramenta rudimentar mas ainda eficaz. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2 set. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cVoRzJ>. Acesso em: 10 ago. 2010.

REDAÇÃO COM PRF. PRF no Paraná recebe doação de dez mil munições de fuzil do Exército Brasileiro. **Correio do Cidadão**, 23 mar. 2018. Disponível em <https://bit.ly/38MaJ8M>. Acesso em: 2 fev. 2020.

REINER, Robert. **A política da polícia**. Tradução de Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Edusp, 2004.

REPORTAGEM LOCAL. Proposta prevê a criação da "polícia" das penitenciárias para substituir PMs na segurança externa. Governo quer guarda armada em presídios. **Folha de S. Paulo**, 1 fev. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3cZtbOf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ROCHA FERREIRA, Frederico. A submissão do Brasil à Trump deixou o país isolado. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 8 out. 2019. Disponível em <https://bit.ly/38PitXi>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.

ROSA, Carlos Eduardo Valle; JASPER, Flávio Neri Hadmann. Aeronáutica *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

ROSA, Pablo Ornelas. **Fascismo tropical**: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ROSEMBERG, André. As políticas de segurança pública nos primórdios: a Força Pública e a lei em São Paulo (1870-1901). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, v. 17, n. 33, jul./dez. 2012.

ROTTMAN, Gordon L. Browning. **50-Caliber Machine Guns**. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2010.

RPC Guarapuava. Polícia Militar do Paraná (PMPR) recebe mais um lote de fuzis IMBEL IA2 calibre 5.56×45mm. **Plano Brasil**, c2020. Disponível em <https://bit.ly/2xxg3Qd>. Acesso em: 7 ago. 2019.

RUFANGES, JORDI CALVO. (Coord.). **Mentes militarizadas cómo nos educan para asumir la guerra y la violencia**. Barcelona: Editora Icaria Más Madera, 2016.

RUSSEL, Bertrand. **Por que os homens vão à guerra**. Tradução de Renato Prelorenzou. São Paulo: Edunesp, 2014.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos guerreiros**: violência e fé antes das Cruzadas. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

SADER, Eder. **Um rumor de botas**: a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Editora Polis, 1982.

SAGA POLICIAL. Conheça a CORE / PCERJ: a essência do ser policial operacional. **Saga Policial**, 9 ago. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cX8i6v>. Acesso em: 24 fev. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. Lógicas globais e dinâmicas locais: configurações de assemblagens de (in)segurança no México e os limites da militarização. In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Unila, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TNzT2l>. Acesso em: 1 jul. 2019.

SÃO PAULO, Governo do estado. História da PM. **Policiamilitar.sp**, c2020. Disponível em: <https://bit.ly/3cZWcJV>. Acesso em: 10 jun 2019.

SARZI, Lucas. Cadete confunde sargento com bandido e os dois trocam tiros no Santa Cândida. **Tribuna**, 30 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33ePlb4>. Acesso em: 1 jul. 2019.

Senai. Site institucional. Disponível em: <https://bit.ly/39StEAa>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SERIQUE, Israel. *Pax romana* e a Eirene do Cristo. **Fragmentos de Cultura**, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/38KH60>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SILVA, Agnaldo José. **Praça Velho**: um estudo sobre a socialização policial militar. 123f. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2002. Disponível em <https://bit.ly/2wPO1iP>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SILVA, Bruno Marques. **“Uma nova polícia, um novo policial”**: uma biografia intelectual do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira e as políticas de policiamento ostensivo na redemocratização fluminense (1983-1995). 472f. 2016. Tese (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em <https://bit.ly/2w7fTij>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SILVA, Edgar; MAMMI, Antonio. Veja 18 ocasiões em que as Forças Armadas patrulharam o asfalto no país. **Folha de S. Paulo**, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39PxSbr>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza. (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA, Géssica Barreto da. Diários de ex-policiais: revisando a formação da PM. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2015, Goiania. **Anais [...]**. Goiania: UFG, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QfW27c>. Acesso em: 1 maio 2019.

SILVA, Pedro Paulo Santos da. Militarização/Desmilitarização: conceitos contestados. **Instituto de Relações Internacionais**, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018 – Disponível em <https://bit.ly/38GQqJO>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. **A tortura continua!** O Regime Militar e a institucionalização da violência e do autoritarismo nas instituições de segurança pública. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. Polícia Militar e Justiça Criminal como promotoras de desigualdades *In*: SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo, 2019.

SODRÉ, Ronaldo Barros. O novo *cangaço* no Maranhão, **Confins** [En ligne], n. 37, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/33ev0Tf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SOLDADO MALINVERNI, Rodrigo Nercolini. PMSC recebe 100 fuzis do Exército Brasileiro. **PMSC**, Florianópolis, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3abQ3bQ>. Acesso em: 2 fev. 2020.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. A guerra do futuro *In*: SILVA, Francisco Carlos; LEÃO, Karl Schurster Souza (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SOUZA, Adilson Paes de. **O guardião da cidade**: reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares. São Paulo: Escrituras Editora, 2013.

SOUZA, Aknaton Toczek. "Cresce o número de mortes em confrontos com a polícia no Paraná". Entrevista cedida a **Gazeta do Povo**, 16 abr. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2IGN8M0>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SOUZA, Aknaton Toczek. **A Farda e a toga**: dois lados da mesma tragédia: uma etnografia da política e práticas do Sistema de Justiça Criminal (SJC). 2019a. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2IK5Fad>. Acesso em: 10 set. 2019.

SOUZA, Marcelo Bastos de. A guerra irregular *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à

ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos CEDES**, ano 20, n. 52, 2000. Disponível em <https://bit.ly/33gc6v0>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

SSSP-RJ. SOE, 27 anos de relevantes serviços prestados à sociedade. **Sindsistema**, 2 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3aRRUCq>. Acesso em: 26 fev. 2020.

STABILE, Artur; MENDONÇA, Jeniffer. Empresa de seguranças que chicotearam jovem pertence à família de PM de SP. **Ponte**, 4 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Wyc5kQ>. Acesso em: 5 set. 2019.

STOCHERO, Tahiane. Exército ganha dos EUA em doação 50 blindados de guerra usados. **G1**, 22 out. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/2vmxJNO>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SUCCI JÚNIOR, David Paula. Forças Armadas e Segurança Pública: a construção do padrão de emprego militar na Argentina e no Brasil entre 2005 e 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De mesquita Filho” (Unesp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo: Unesp, Unicamp; PUC-SP, 2018a. Disponível em <https://bit.ly/2vhThLu>. Acesso em: 2 set. 2019.

SUCCI JÚNIOR, David Paula. Garantia da lei e da Ordem (GLO) *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018b.

SUCURSAL DO RIO. Ex-soldado integra quadrilha. **Folha de S. Paulo**, 16 maio 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3d2XuE7>. Acesso em: 5 fev. 2020.

TECNODEFESA. Novidades na Arma Blindada brasileira. **Tecnologia & Defesa**, 8 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2IN2f6M>. Acesso em: 5 out. 2019.

TELHADA, Paulo Adriano Lopes Lucinda. **A polícia de São Paulo nos campos da Itália**. São Paulo: Editora KMK, 2001.

TERRA DE DIREITOS. Oficial da PM é preso acusado de incitar a violência no campo. **Terra de Direitos**, 6 abr. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/33g8Wrn>. Acesso em: 4 ago. 2019.



TESS BRASIL. Base Choque. **Tees Brasil Tactical Explosive Entry School**, c2015. Disponível em: <https://bit.ly/2U7kfxZ>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus (1990-1992)**. São Paulo: Edusp, 1996.

TORRES, Sérgio. Rio é mercado de arma pesada. **Folha de S. Paulo**, 28 set. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2IlrsPt>. Acesso em: 5 fev. 2020.

TURRIAGO, Jayme Cayedo. **Militarização e alternativa popular**: outro olhar sobre as lutas sociais na Colômbia *In*: CECENÁ, Ana Ester. **O desafio das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Clacso/Expressão Popular, 2009.

VALDEBENITO, Omar Gutiérrez. Sociologia Militar. Tradução de David Succi Junior *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

VALLA, Odirlei Wilson. **Deontologia Policial Militar II: Ética Profissional Para os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Praças**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2000.

VANDERLEI, Kalina. A guerra dos povos sem Estado *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza (Org.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

VASCONCELLOS, Fábio. Soldados levam para o Alemão a experiência do Haiti. **O Globo Rio**, 4 nov. 2011. Disponível em: <https://glo.bo/3aasr79>. Acesso em: 21 mar. 2020.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010)**: a formação do campo da *segurança pública* e o debate criminológico no Brasil. 519f. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em <https://bit.ly/2Wc9FIK>. Acesso em: 4 fev. 2019.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade *In*: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas Urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. **Guerra Pura**: a militarização do cotidiano. Tradução de Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social**: os limites dos paradigmas do século XIX. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.



WATSON, Rod; GASTALDO, Édison. **Etnometodologia e análise da conversa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

WEBER, MAX. **Ciência e Política**: duas vocações. Tradução e notas de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015.

WEBER, MAX. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ZANETIC, André. **A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime**: Impactos na Segurança Pública e Transformações Contemporâneas no Policiamento. 205f. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em <https://bit.ly/3cP1nfw>. Acesso em: 9 ago. 2019.

ZANINI, Fábio. Brasil relatou falta de diretrizes ao abordar civis em ação no Haiti. **Folha de S. Paulo**, 27 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2W9LyKq>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ZAVATARO, Bruno. A militarização dos aparelhos policiais brasileiros. **Revista Criminologia** – Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa – Nespp/Acadepol, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, ago. 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. A militarização da Abin. **Opinião**, Folha de São Paulo, 2006. Disponível em <https://bit.ly/33ifbL3>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia – 1999 > 2002. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Editora Ática, 1994.

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica** – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 19, n. 3, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3cUVy0f>. Acesso em: 7 ago. 2019.

**APÊNDICE – CRONOLOGIA DE VIDA DO AUTOR**

<b>Junho de 1971</b>	<b>– Nascimento na cidade de São Paulo</b>
<b>1977/1988</b>	<b>– Mudança para Curitiba, Paraná</b>
<b>1985</b>	<b>– Entrada no Senai – Pr</b>
<b>1985/1993</b>	<b>– Estágio e emprego efetivo em metalúrgicas em Curitiba</b>
<b>1993 até hoje</b>	<b>– Trabalhando na Polícia Militar do Paraná</b>
<b>1993/2005</b>	<b>– Trabalhando na Companhia de Choque</b>
<b>2005/2019</b>	<b>– Trabalhando na Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná</b>
<b>Dezembro de 2019 até hoje</b>	<b>– Corregedoria Geral da PMPR</b>
<b>2014</b>	<b>– Curso de Cabo</b>
<b>Dezembro de 2018</b>	<b>– Promovido a Sargento</b>
<b>1996/2000</b>	<b>– Graduação em Geografia – UFPR</b>
<b>2001/2005</b>	<b>– Graduação em Ciência Política – Uninter</b>
<b>2003/2004</b>	<b>– Especialização em Sociologia Política – UFPR</b>
<b>2003 até hoje</b>	<b>– Pesquisador do (GEV) CESPDPH</b>
<b>2008/2010</b>	<b>– Mestrado em Geografia – UFPR</b>
<b>2016/2020</b>	<b>– Doutorado em Sociologia – UFPR</b>